

Outras obras do autor:

Assim marcha a família (com José Louzeiro e outros). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Argélia: o caminho da independência. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
O poder jovem - História da participação política dos estudantes brasileiros.

Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968 e 1979; São Paulo: Edição clandestina, 1977; São Paulo: Centro de Memória da Juventude, 1995.

América, mito e violência (com Cândido Mendes, José Honório Rodrigues e outros). Rio de Janeiro: Correio da Manhã, 1968.

Memórias do exílio (com Abdias do Nascimento, Francisco Julião, Herbert José de Souza (Betinho) e outros). Lisboa: Arcádia, 1976; São Paulo: Livramento, 1978.

Nas profundas do inferno. Barcelona: Bruguera, 1978; Milão: Mazzotta, 1978; Rio de Janeiro: Codecri, 1979 (duas edições).

Poetas brasileiros de hoje (obra coletiva). Rio de Janeiro: Shogun, 1986.

Brizola quem é? Rio de Janeiro: Terceiro Mundo, 1989.

Identidade cultural na era da globalização. Rio de Janeiro: Revan, 1997.

Leme: viagem ao fundo da noite. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

Candeia: eterna chama (livro-CD com Paulinho da Viola, Sérgio Cabral e outros).

Rio de Janeiro: Perfil Musical, 1998.

Nossa paixão era inventar um novo tempo (com Bete Mendes, Fernando Gabeira, Apolônio de Carvalho e outros). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999.

Poesias de jornalistas (obra coletiva). Rio de Janeiro: Habla Comunicação, 2004.

homepage / e-mail do autor:

www.booklink.com.br/arthurpoerner
poerner@booklink.com.br

Copyright © 2004 Arthur José Poerner

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida, por qualquer meio ou forma, seja digital, fotocópia, gravação, etc., nem apropriada ou estocada em banco de dados, sem autorização do autor.

Capa
Rachel Braga

Fotos

Manifestação estudantil (Arquivo UNE) - capa
Praia do Flamengo, Rio, 28 março 1968 (Arquivo do autor) - 4ª capa

ISBN
85-88319-43-8

Poerner, Arthur José, 1939-
O poder jovem : história da participação política dos
estudantes brasileiros / Arthur José Poerner. -
5. ed. ilustrada, rev., ampl. e atual. - Rio de Janeiro:
Booklink, 2004.

Bibliografia. Índice.

1. Jovens - Brasil 2. Movimentos estudantis -
Brasil I. Título

95-2209

CDD-44098

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Movimentos estudantis: Ciência política :
História política 1710-2004
332.440981

Arthur Poerner

Prefácio Aldo Rebelo
Apresentação Antônio Houaiss



Direitos exclusivos desta edição.
Booklink Publicações Ltda.
Caixa postal 33014
22440 970 Rio RJ
Fone 21 2265 0748
www.booklink.com.br
booklink@booklink.com.br

Dedico a quinta edição deste livro aos meus queridos pais, ARTHUR e CATARINA, trabalhadores a cujos suores e cansaças devo a minha formação básica; ao editor ÊNIO SILVEIRA, que teve a coragem de publicá-lo em plena ditadura militar; aos estudantes que fizeram a segunda edição, clandestina, na gráfica da PUC de São Paulo; ao dedicado editor da quarta, VIRGÍLIO DE ALENCAR SANTANA; ao ex-ministro HÉLIO DE ALMEIDA e ao ex-deputado JOSÉ GOMES TALARICO, pelas preciosas informações sobre os primórdios da UNE e pela solidária ajuda durante a minha prisão; aos amigos e companheiros da heróica resistência no *Correio da Manhã* ANTÔNIO HOUAISS e OTTO MARIA CARPEAUX, pelo fundamental incentivo; à intrépida jornalista-empresária NIOMAR MONIZ SODRÉ BITTENCOURT, cuja alma guerrilheira liderou a oposição à ditadura na imprensa; à querida ELIANA, pelo carinho e lealdade de tantos anos de amizade; à saudosa companheira de lutas ANITA HELOÍSA MANTUANO, grande amiga do MST e dos movimentos sociais de que a UNE é parte exponencial; e, por fim, a todos os que fizeram e continuam fazendo o movimento estudantil em nosso país.

A.P.



O autor, à esquerda, e o gen. Pery Constant Bevilacqua, que prefaciou a primeira edição deste livro, no dia do seu lançamento, na Cândido Mendes, em 26 jul 1968

NOTA DO EDITOR

O texto da primeira edição de *O poder jovem* foi concluído após o assassinato do estudante secundarista Edson Luís de Lima Souto, em 28 de março de 1968, e o prefácio do general Pery Constant Bevilacqua, neto de um dos fundadores da República, foi fundamental para que a obra pudesse ser lançada, em 26 de julho daquele ano, em noite de autógrafos na Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro (atual Universidade Cândido Mendes).

Após a edição do Ato Institucional nº 5, o livro foi um dos primeiros 20 a serem oficialmente proibidos no Brasil, em 1969, mediante portaria do ministro da Justiça, Alfredo Buzaid.

A Editora Civilização Brasileira só pôde reeditá-lo em 1979, naquela que foi a terceira edição. É que, durante os 10 anos de sua proibição, houve uma edição clandestina, produzida por estudantes na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. A quarta foi publicada, em 1995, pelo Centro de Memória da Juventude, em São Paulo.

O poder jovem estava fora de catálogo desde 1995. Com esta edição, revisada e atualizada, a BOOKLINK procura resgatar a importância deste livro e da incansável contribuição de Arthur Poerner para que a participação política permaneça ativa na atual e nas futuras gerações de jovens do movimento estudantil.

Ao mesmo tempo, esta edição é parte das comemorações dos 40 anos de atividades jornalísticas e literárias do autor, que tanto contribuiu e continua contribuindo para que a reflexão crítica esteja sempre presente no jornalismo e na cultura do nosso país.

SUMÁRIO

SEGUNDA PARTE – A partir da UNE	117
CAPÍTULO VI A fundação, instalação e consolidação da UNE	119
CAPÍTULO VII A UNE no combate ao Eixo e ao Estado Novo	143
CAPÍTULO VIII A UNE na Quarta República	164
CAPÍTULO IX FNFi, escalão avançado dos estudantes	189
CAPÍTULO X O regime contra os estudantes	201
CAPÍTULO XI A rebelião dos jovens contra a ditadura	232
CAPÍTULO XII A radicalização no governo Costa e Silva	254
CAPÍTULO XIII O poder jovem em armas	268
CAPÍTULO XIV A reconstrução da UNE: da volta às ruas à destituição de Collor	277
CAPÍTULO XV Os desafios de um novo tempo: da era FHC ao governo Lula	301
DOCUMENTÁRIO	312
Carta-resposta da Associação Mundial dos Estudantes à mensagem da UNE em prol da paz e da neutralidade	312
A repressão na FND	315
Proibição de livros	317
Acordo MEC-Usaid para o Planejamento do Ensino Superior no Brasil	318
Carta aberta à população	324
PREFÁCIOS	13
APRESENTAÇÃO Repto aos estudantes e aos antiestudantes	27
INTRODUÇÃO Universidade no asfalto, escola de líderes no Brasil	39
PRIMEIRA PARTE – Antes da UNE	51
CAPÍTULO I O estudante no Brasil-Colônia	53
CAPÍTULO II O estudante no Brasil-Império	59
CAPÍTULO III A rebelião da juventude militar	67
CAPÍTULO IV O estudante na Primeira República	78
CAPÍTULO V O estudante na Segunda República	102

GALERIA DE FOTOS
BIBLIOGRAFIA
FILMOVIDEOGRAFIA
ÍNDICE

326
342
349
351

PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO

Aldo Rebelo*

Os estudantes e a juventude marcaram sua presença na história do Brasil desde os idos da Colônia, quando os estudantes do Rio de Janeiro, em 1710 e 1711, resistiram à ocupação da cidade pelos corsários franceses Duclerc e Duguay-Trouin depois que a cidade fora abandonada pelas tropas regulares portuguesas. Eram estudantes do Colégio Jesuíta do Rio de Janeiro e deram uma demonstração de bravura que não pode ser apagada da memória das gerações de hoje.

Os estudantes lutaram pela República, pela abolição. Estudantes como Castro Alves na luta pela libertação dos escravos. Ou estudantes da Escola Militar, como Euclides da Cunha, que deram exemplo em defesa da liberdade e da República.

A juventude tem essa marca na história do Brasil. Foram jovens estudantes que deram a vida para defender a liberdade quando ela nos foi negada, de 1964 à redemocratização dos anos 80. E a partir de 1937, esses estudantes estiveram organizados em torno de sua entidade maior, a União Nacional dos Estudantes.

Hoje o Brasil vive um novo período de luta pela democracia, pela afirmação da soberania nacional e pelos direitos sociais do nosso povo. A eleição do presidente Lula e das forças que lhe dão sustentação representa não apenas um marco político na nossa história. A ascensão

de um operário, de um líder sindical nordestino ao posto máximo do País talvez só tenha comparação com aquela ocorrida lá no início da República, quando um caboclo, também nordestino, Floriano Peixoto, que fez sua carreira militar de soldado a marechal, também ocupou o posto máximo da Nação.

A presença do presidente Lula não é apenas importante do ponto de vista democrático, da ampliação dos horizontes republicanos na nossa história. É também importante porque pela primeira vez um representante da classe operária é alçado pelo voto popular à função mais elevada da Pátria.

Esse fenômeno tem um efeito político profundo e duradouro. O País não será o mesmo depois da vitória de Lula, independente do que o destino e a história reservem ao seu governo.

A juventude e os estudantes tiveram uma participação importante nessa vitória e merecem um espaço especial na realização deste Governo. Uma das formas encontradas pelo atual Governo é a retomada do Projeto Rondon, que pode contribuir para a integração da juventude.

O Projeto Rondon tem a missão de integrar um País tão desequilibrado e tão desigual, e de fornecer à juventude a possibilidade de cumprir esse papel, de viajar pelos mais diferentes rincões da nossa Pátria. O nome é uma homenagem a um brasileiro que colocou a integração do País como missão de sua vida, o marechal Cândido Rondon, um brasileiro que tinha como avó uma índia bororo, do Mato Grosso, mas essa é apenas uma janela que se abre para a participação da juventude.

Os estudantes podem e devem participar, nesse governo, da ampliação dos horizontes democráticos, da batalha pela afirmação da soberania nacional e pelo combate às desigualdades sociais que afrontam nossa consciência patriótica e democrática. A reedição da obra de Arthur Poerner é uma homenagem aos estudantes e uma homenagem ao talento e ao patriotismo do autor.

Maio de 2004

*Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República.

PREFÁCIO DA 4ª EDIÇÃO

Lindbergh Farias*

Quando Arthur José Poerner reeditou *O poder jovem* pela última vez, em 1979, eu tinha nove anos. Não imaginava que um dia eu mesmo viria a ser um personagem do livro. Nem poderia imaginar que um dia eu viria a participar de acontecimentos que mudaram a história política do Brasil: que um dia eu estaria, junto com milhões de brasileiros, especialmente os estudantes, tirando da Presidência da República um homem que lá chegara pelo voto de mais de trinta milhões de pessoas. Ao participar de todo o processo de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Mello, em 1992, na condição de presidente da União Nacional dos Estudantes, acabei entrando na história do movimento estudantil. Mais que isso, acabamos mudando uma parte da história do país, fazendo jus ao poder que Poerner atribuiu aos estudantes.

Li o livro de Poerner quando já estava no Centro Acadêmico da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Paraíba e nele me inspirei para continuar uma luta há tantas décadas por outros começada e por tantos milhares de estudantes já trilhada. Se antes eu já acreditava ser possível mudar o mundo, depois d'*O poder jovem* passei a ter certeza de que isso pode ser realidade e que eu era mais um entre os milhares que dedicaram sua vida à ansia de construir uma sociedade em que as maiorias possam decidir seus caminhos.

O poder jovem mostra que muitos jovens, de norte a sul do país,

empenharam a vida, ou boa parte dela, na tentativa de criar no Brasil um sistema educacional que promova a igualdade, a fraternidade, a dignidade do ser humano; que leve em conta os anseios da juventude num mundo cada vez mais competitivo e onde as necessidades individuais não são levadas em conta; um sistema de ensino que privilegie as populações mais humildes; que fortaleça a educação pública e gratuita, bandeira de muitos e muitos anos de luta das entidades estudantis; que ofereça ao povo trabalhador oportunidade de conhecer sua história e preparar o futuro baseado nos erros e acertos das gerações antecessoras.

Poerner, jornalista conceituado, ele próprio agente da história que escreve, não fez o retrato do movimento estudantil apenas sob a ótica da vida acadêmico-escolar. Foi além. Retratou com fidelidade a vinculação deste movimento com as batalhas políticas no país, desde os tempos do Brasil-Colônia. Não é novidade que a trajetória do movimento estudantil, não só o brasileiro, segue paralela à vida política onde se insere e, muitas vezes, com ela se confunde ou dela está à frente. Não é exagero dizer que, no Brasil, os estudantes em muitos momentos estiveram adiante de seu tempo, descortinando o futuro, abrindo novos caminhos, forçando mudanças de rumos, rechaçando o velho e sempre buscando o novo.

Os estudantes não se conformam em ver a vida passar na janela da sala de aula sem nela interferir. É inerente à juventude a rebeldia, a necessidade de contestar, de gritar seu inconformismo com as injustiças. O movimento estudantil é fiel depositário dessa vocação libertária juvenil.

Com *O poder jovem* é possível conhecer as aspirações que movem os jovens em épocas e situações distintas, principalmente daquelas parcelas que não reprimem sua revolta e se engajam nas organizações estudantis para melhor colaborar com as mudanças que almejam para toda a sociedade. É possível também conhecer os meios, nem sempre ortodoxos, que utilizam para atingir seus objetivos, que se adequam à época e às possibilidades que se lhes apresentam.

Somente alguém que viveu um período dessa história e que a entende como natural e necessária, no contexto em que se apresentou, poderia escrevê-la tão brilhante e transformá-la no mais importante documento de uma luta que não vai acabar enquanto houver pobreza, discriminação, analfabetismo e desigualdade social. Porque o movimento

*Deputado federal – Presidente da UNE (1992-1993).

estudantil não se cansa de rejeitar essa realidade absurda. Por isso, está em constante movimento, mesmo que a situação lhe seja adversa, como na época do regime militar. Mas a persistência é uma característica deste movimento, já constatada pelo saudoso Otto Maria Carpeaux, em 1968, quando previa que muitas outras datas da história do movimento estudantil viriam. Vieram. E estão retratadas por Poerner nesta atualização de *O poder jovem*.

Resta-nos a esperança de que a próxima atualização deste livro já retrate uma realidade em que toda a luta estudantil tenha sido vitoriosa no sentido pleno, de já termos atingido a sociedade justa que tantos buscaram.

Junho de 1995

PREFÁCIO DA 1ª EDIÇÃO

General Pery Constant Bevilacqua

O livro de Arthur José Poerner, *O poder jovem – História da participação política dos estudantes brasileiros*, vem preencher uma lacuna em nossa bibliografia. Não é do meu conhecimento, pelo menos, a existência de uma obra que trate do assunto como o fez o autor, que é jovem e talentoso estudante do último ano de Direito e é um apaixonado da liberdade.

Às vezes, o leitor é surpreendido com uma irreverência ou uma divergência mais acentuada de ponto de vista. É natural (não esquecer que o autor é um jovem e nós assistimos à passagem do século). Nada mais difícil do que apreciar fatos e julgar os outros, principalmente os contemporâneos. O autor, por exemplo, parece admitir ou transigir com as greves políticas e eu só admito greve para reclamar o cumprimento de sentença judiciária que esteja sendo desrespeitada, isso mesmo em atividade que não seja considerada essencial à coletividade. Entendo que, cabendo à Justiça do Trabalho, órgão do Poder Judiciário – e o Poder Judiciário, em nosso país, é a cúpula do Regime –, será contra-senso admitir que determinado grupo social a ela não recorra, ou que, recorrendo, a ela não se submeta para procurar impor sua vontade pelo violento recurso da greve.

É uma flagrante incoerência, em um país juridicamente organizado, a existência paralela de uma Justiça do Trabalho, integrante do Poder Judiciário, e o chamado direito de greve.

Admitir o direito irrestrito de greve é conceder aos dirigentes grevistas um superpoder que, sobrepondo-se ao próprio Poder Judiciário,

em proveito próprio, isto é, julgando em causa própria, decide sobre o destino da ordem econômica e social do país. Isto é ditadura exercida por uma classe sobre as demais e o bolchevismo nada mais é do que a ditadura exercida por um pequeno grupo em nome do proletariado.

As lutas de classe através de greves das atividades essenciais, se coordenadas, poderão levar à sedizente ditadura do proletariado em que este, porém, estará sempre do lado oposto ao cabo do relho, qualquer que seja a mão que o empunhe. Todas as ditaduras – tanto da esquerda como da direita – são igualmente execráveis, por serem liberticidas. A democracia, que deve ser preservada e mantida através do voto livre e consciente do cidadão, é, antes de tudo, um sistema de convivência com dignidade e, portanto, com liberdade.

É sempre oportuno repetir o pensamento lapidar de Benjamin Constant, o fundador da República, expresso em 2 de fevereiro de 1887, em plena Questão Militar: “... Se no regime democrático é condenada a preponderância de qualquer classe, muito maior condenação deve haver para o predomínio da espada, que tem sempre mais fáceis e melhores meios de executar os abusos e as prepotências”. A esse respeito, em *Revolvendo o passado*, escreve Tasso Fragoso: “Não se pode ler sem emoção tão elevado pensamento enunciado por um soldado! O conceito é indestrutível; está de pé e estará em todos os tempos. Só não o reconhecerão os que tiverem alma de subserviente ou de tirano”.

Quanto às nossas poucas divergências, poderíamos dizer, como Voltaire, “não concordo com uma só palavra do que dizeis, mas defenderei até a morte o vosso direito de dizê-lo”.

Mas, o livro de Poerner é um documentário bem concatenado da atividade cívica da mocidade estudantil, ao longo da história, desde quando o Brasil ainda não existia como nação. Ele focaliza, assim, a contribuição dos moços estudantes na construção da própria pátria, que é a associação da pátria física, com os seus encantos naturais, à pátria moral, com a sua história, que é o repositório de suas belezas morais. Esta é a alma vivificadora daquela. A mocidade brasileira, como mostra o autor, esteve sempre presente, ou foi pioneira, nos grandes movimentos cívicos que a nossa história registra, tal como ainda no período colonial, em 1710, os jovens estudantes, capitaneados por Bento do Amaral, atacaram, de surpresa, as forças francesas invasoras do Rio de Janeiro, muito superiores em número e em armamento, ao comando de Duclerc, e as encurralaram no Trapiche da Cidade, onde vieram a capitular.

Em seguida, descreve Poerner os passos dados por José Joaquim da Maia, em 1786, junto a Thomas Jefferson, embaixador dos Estados Unidos da América na França, solicitando o apoio americano para a causa da nossa independência. Vem depois a magnífica participação da mocidade estudiosa na Inconfidência Mineira. E brilhante e decisiva seria a sua participação nas campanhas abolicionista e republicana. Aquela, que empolga a inteligência e o coração da juventude civil e militar brasileira, gerou a criação de clubes e associações estudantis, destinados a alforriar escravos, nas faculdades e escolas, inclusive na tradicional Escola Militar, da Praia Vermelha, que era toda uma verdadeira sociedade abolicionista – os alunos adquiriam em leilões, com fundos da Sociedade, ou muitas vezes “escondiam” escravos em suas “repúblicas”, em Botafogo, até a partida de um navio para o Norte, quando oficial do Exército passageiro, que não levasse empregado, recebia, à última hora, com passagem para criado, requisitada de acordo com a lei, um preto proveniente de uma daquelas “repúblicas” para desembarcar no Ceará, que, desde 25 de março de 1884, havia proclamado a libertação dos cativos, antecipando-se, assim à Lei Áurea em mais de quatro anos! Por isso é o Ceará denominado a *Terra da Luz*, porque foi naquela então província nordestina que jorrou, em primeiro lugar, a luz da liberdade para os nossos irmãos de cor.

Foi nessa época que o divino poeta da pátria, o jovem Castro Alves, produziu os belos poemas “Navio Negroiro”, “Vozes d’Africa” e outros, verdadeiros petardos atômicos, postos nos alicerces da infame instituição e que tanto contribuíram para apressar a aurora da redenção dos cativos, mas as consequências de mais de trezentos anos de degradante escravidão deixaram seqüelas terríveis de que ainda não nos libertamos. Depois de passado oitenta anos, muitos agem como se fossem, ainda, capatazes ou senhores de escravos, e outros... como se fossem escravos...

Durante a Campanha Abolicionista se produziu talvez a primeira greve de natureza política que a nossa história registra e quicá a única greve política justa: a greve dos jangadeiros do Porto de Fortaleza, capitaneados pelo jangadeiro Nascimento, alcunhado o Dragão do Mar. Consumada a Abolição no Ceará, em 25 de março de 1884, como foi dito, pretenderam os senhores de escravos salvar prejuízos, exportando seus escravos para vendê-los no Sul, especialmente, em São Paulo, onde alcançavam alto preço nas lavouras de café ou nas plantações de cana-

de-açúcar do Estado do Rio de Janeiro. Com a recusa dos jangadeiros de transportarem os pobres pretos, de terra para bordo dos navios que ficavam fundeados ao largo, não puderam efetuar as pretendidas exportações de escravos e ficaram eles homens livres, na bendita *Terra da Luz*! Única greve política decente que eu conheço.

A mocidade deu o seu sangue generoso em defesa do Brasil, alistando-se nos Batalhões de Voluntários da Pátria que seguiam para o teatro da guerra do Paraguai.

Assim também contribuiu para defender e consolidar a República ao lado do Marechal Floriano Peixoto.

O autor segue acompanhando todas as atividades cívicas e agitações estudantis, desde aqueles dias de intenso idealismo das campanhas da Abolição e da República e que foram certamente a fase mais brilhante da atuação política da nossa juventude, ao longo da nossa história, até os nossos dias. E é de justiça reconhecer que ela esteve sempre à altura de seus grandes líderes e foi digna desses guias gerados nas entra-nhas da história. Em recente visita ao Brasil, disse a um jornal do Paraná o padre Pedro Arrupe, o Papa Negro, que “o Brasil é um país sem líderes” e negou que as explosões da juventude sejam prejudiciais, “descheio de sabedoria, recordando a gloriosa geração de 1889, o lúcido espírito de Tasso Fragoso: “Fomos instrumento inconsciente de todos os nossos antepassados que haviam pago com a vida o desejo de confiar o país a instituições democráticas”.

É na mocidade que se cultivam grandes ideais. Os moços mal entreverem a maldade humana. Não atentam na astúcia e dissimulação de certos indivíduos. Cedem, de preferência, aos estímulos nobres. Põem confiança inabalável no poder das idéias sedutoras. Não duvidam um só instante de que os nomes possuam o condão maravilhoso de transmutar, de modo subitâneo, os homens e o governo social que eles exercem.

Sem os arroubos da mocidade, o seu devotamente e as suas esperanças, seria impossível modificar a estrutura da sociedade. Eu tinha vinte anos e havia muitos da minha idade, embora não faltassem velhos. Fora educado na Escola Militar, foco ardente de nobreza e idealismo, de destemor e devotamente ao Brasil. Era discípulo de Benjamin Constant, tipo excelso de mestre sem-par. Víamos tudo através dele. A República seria fatalmente o que ele imaginava, o que nós, seus discípulos, imaginávamos; nela teriam, todos, o límpido caráter, a desambição e a

inteireza moral do mestre (Revolvendo o passado, *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 1940).

A mocidade é, assim, sinônimo de generosidade. Quase invariavelmente, ela esposa as boas causas; somente por equívoco poderá desviar-se, temporariamente dos rumos certos, democráticos, patrióticos, cristãos, nacionalistas. Comunistas, certamente, haverá entre os jovens estudantes, mas, em número muito inferior ao que se admite, pela leviandade com que se tacham, geralmente, e se confundem nacionalistas com comunistas. A trincheira natural contra o comunismo é o nacionalismo. Idéias se combatem com idéias e não com a força. À ideologia nacionalista, que é internacionalista, deve ser oposta a ideologia nacionalista. E o nacionalismo sempre teve boa aceitação nos meios universitários. É, assim, com tristeza que vemos hoje a injustiça campear em relação à nossa mocidade estudantil e às suas organizações de classe. Exceção de pequeno período de sombra em que a UNE esteve controlada por elementos não representativos da maioria da classe, tem ela uma honrosa tradição democrática.

Conforme assinala o autor, nasceu a UNE na Casa do Estudante do Brasil, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional de Estudantes, depois de instalado, solenemente, pelo ministro da Educação, efetuou, em 12 de agosto de 1937, a sua primeira sessão ordinária, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora daquela Casa, sra. Ana Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça. A seguir, o autor faz o seguinte registro-comentário: “Dois detalhes nos dão idéia do clima de bem-aventurança celestial que predominou nessa reunião inicial: 1) o encontro foi encerrado com um chocolate oferecido pela União Universitária Feminina aos delegados dos Estados que se fizeram representar (São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais); 2) aprovou-se, logo de saída, uma proposta do representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, proibindo, expressamente, a discussão de temas políticos”.

Como o homem é um animal político, segundo Aristóteles, no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, promovido pela UNE, no Rio de Janeiro, em 5 de dezembro de 1938, ao contrário do ocorrido no 1º Congresso, um ano antes – e vem ocorrendo –, houve a apresentação de várias teses políticas, inclusive o envio de um telegrama que não deixa de ter significação política, de apoio ao embaixador Afrânio de Melo Franco, que chefiava em Lima a delegação brasileira à 8ª Conferência

Pan-Americana, na forma de “uma calorosa mensagem da juventude de nossa pátria à juventude de todas as Américas, fazendo votos pela vitória ampla e final dos princípios invioláveis da democracia, da paz e da liberdade, neste hemisfério, numa concepção de vida social sem preconceitos de raças, ódios religiosos ou minorias de qualquer natureza”.

A preocupação com os problemas nacionais, luta contra o analfabetismo, providências para pôr termo a limitações do número de vagas nas escolas superiores, manifestavam-se em muitas das 60 teses discutidas em 13 sessões plenárias, como enumera o autor, algumas ainda de absoluta atualidade e de grande interesse nacional.

Conforme põe em justo destaque o autor, a campanha contra o Eixo se desenvolve de 1942 a 1945, período a que muitos se referem, com certo saudosismo, como “os melhores tempos da UNE”. Os estudantes se bateram, então, sucessivamente, pela derrota do nazifascismo internacional e pela democratização nacional. É uma fase que abrange a posse na presidência da UNE de Hélio de Almeida, futuro ministro da Viação e Obras Públicas do governo João Goulart.

No início da Segunda Guerra Mundial e mesmo depois do ataque japonês à base norte-americana de Pearl Harbor, quando havia, aqui, pessoas de prestígio que pretendiam levar o Brasil a alinhar-se com as potências do Eixo, a mocidade estudantil, mobilizada pela UNE e demais entidades representativas de estudantes, constituiu-se em vanguarda das manifestações de rua e dos movimentos de massa antifascistas, estimulando o crescimento, no Brasil, da corrente partidária dos Aliados, que se irradiava, assim, em consequência da UNE e daquelas demais entidades estudantis, bem como da Sociedade dos Amigos da América, com Oswaldo Aranha e o general Manuel Rabelo, e da Liga de Defesa Nacional, para todo o país, conforme assinala o autor.

Mostra este, ainda, que a UNE teve participação ativa na promoção da histórica passeata realizada em 1942, no dia em que se comemora a proclamação da independência dos Estados Unidos, 4 de julho, exibindo cartazes, pedindo a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados. A UNE tem, pois, um acervo de serviços à causa da democracia que lhe dão destacado lugar na história da defesa da liberdade. Tornou, também, parte ativa em várias campanhas meritórias, como a da nacionalização do petróleo e a da implantação da siderurgia pesada. Foi, assim, um ato menos justo a cassação da UNE, pelo governo passado. Também constituiu um ato injusto a extinção do 3º Regimento de In-

fantaria, após os vergonhosos e revoltantes acontecimentos ocorridos em seu quartel, em 27 de novembro de 1935, quando a unidade foi dominada pelos comunistas que se revoltaram, tendo havido, entretanto, militares que reagiram e morreram dignamente.

Durante algum tempo desapareceu do rol das unidades do Exército a velha Unidade, sendo, com o seu casco, criado em Niterói o 14º R.I., voltando, mais tarde, o governo, num ato de justiça, a restabelecer a denominação do Regimento que havia sido vítima da intentona comunista, tal como a UNE, que chegou a ser dominada pelos comunistas, em curto período sombrio de sua vida. O mesmo ocorreu, em certa época, com a gloriosa Liga de Defesa Nacional, fundada por Olavo Bilac e outros patriotas, mas, felizmente, ninguém pensou em extingui-la.

Sendo o alistamento e o voto obrigatórios para todos os brasileiros a partir dos 18 anos, é natural e é de se desejar que os estudantes se interessem, desde cedo, pela política de seu país. Triste seria se fossem eles indiferentes e apáticos. Gozam dos direitos estabelecidos na Constituição para todos os cidadãos. Constituem os jovens estudantes uma floração humana caracterizada por estuante patriotismo e que se destina a assumir, em futuro próximo, postos de responsabilidade na direção dos destinos de nossa pátria. É uma classe que, mais do que tudo, necessita de bons exemplos, e de compreensão; de cordura, de simpatia e de amor, o que não exclui, é óbvio, energia serena, quando necessária para educá-la à submissão à autoridade dentro da lei e que não pode ser confundida com degradante autoritarismo.

Não seremos, porventura, nós, os mais velhos, responsáveis – por nossas omissões ou por maus exemplos – por certos procedimentos menos elogiáveis desses nossos compatriotas? Não estarão, muitas vezes, refletindo, com atitudes errôneas, os maus exemplos do ambiente em que vivem, os defeitos dos seus próprios preceptores? Nós, os mais velhos – e eu, com quase 69 anos de idade, sinto bem o peso desta responsabilidade – somos, geralmente, culpados, por ações e por omissões, dos defeitos de educação dos nossos semelhantes.

Precisamos ser intransigentes com os princípios e tolerantes com as pessoas. Nenhum erro merece mais compreensiva benevolência do que o praticado com boa intenção. E é esse, quase sempre, o caso dos extravasamentos de disciplina dos jovens estudantes.

Com Rui Barbosa, entendo que, fora da ordem jurídica, não haverá salvação. A UNE, em seu período de trevas, quando divorciada do

sentimento dominante dos estudantes brasileiros, que não são, em sua maioria, comunistas, andou, em certa época, em vergonhoso contúbio político com o famigerado CGT, órgão espúrio e também sem representatividade legítima da nobre classe operária; àquele ajuntamento ilegal e mal-intencionado denominei, com justiça, em Nota de Instrução, nº 7, de 15 de setembro de 1963, quando no Comando do II Exército, de “serpentário de peçonhentos inimigos da democracia, traidores da consciência democrática nacional”.

Pelo que se lê no último capítulo deste livro, o 29º Congresso da UNE, realizado, clandestinamente, em um convento em Campinas, aprovou algumas resoluções que merecem integral apoio, e outras, formal condenação.

No primeiro caso está a condenação à internacionalização da Amazônia (Projeto Hudson Institute); no segundo, a Aliança Operário-Camponesa-Estudantil e a luta contra o decreto da militarização dos médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários. Há um equívoco da parte desses moços. O decreto a que se referem os beneficia; visa a conciliar os interesses dos estudantes com os do Serviço Militar a que os mesmos estão obrigados, mediante estágio, após o curso acadêmico, sem perturbação, assim, dos seus estudos e trabalhos escolares e, simultaneamente, traz benefícios para as Forças Armadas.

A projetada Aliança Operário-Camponesa-Estudantil é arma política, esdrúxula, à margem dos partidos, e poderá conduzir a greves nas atividades econômicas essenciais que são proibidas pela Constituição.

A UNE, pelo seu passado democrático, deveria voltar à legalidade, eleger, mediante sufrágio geral, obrigatório e secreto, o seu Conselho Nacional de Estudantes, que é órgão máximo de representação nacional dos estudantes. A este, então, caberia anular as resoluções adotadas em seu nome, por quem não tinha representação legítima.

Ao encerrar estas palavras, não quero deixar de aplaudir a idéia do autor de promoverem os estudantes um programa de assistência social, compreendendo uma campanha de alfabetização e de prestação de assistência médico-dentária, técnico-habitacional e judiciária, à população que vive nas favelas da Guanabara, à semelhança do Projeto Ron-don-1, em boa hora idealizado e concretizado pelo Exmo. sr. General Afonso de Albuquerque Lima, ministro do Interior, nas regiões fronteiriças da Amazônia.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1968

APRESENTAÇÃO*

REPTO AOS ESTUDANTES E AOS ANTIESTUDANTES

Antônio Houaiss

Este é um livro extremamente importante para a *intelligentia* brasileira. Tanto para a que já se crê tarimbada no ofício de pensar e exprimir-se em termos da realidade nacional, quanto para a que está no umbral desse ofício. Deveria, por isso, ser lido (e esperamos que o aconteça) por todos os que, aí pelos treze anos de idade, entram na fase das preocupações sociais, até os que, aí pelos noventa e nove anos, principiam a desgarrar-se de todas as preocupações.

Constitui uma tentativa de balanço da história do movimento estudantil brasileiro, da colônia aos nossos terríveis dias. É, por conseguinte, um corte longitudinal de nossa história, de cujos feixes de concomitâncias e interinfluências se elege um só tipo, ou grupo, ou categoria de fenômenos – os ligados ao lento emergir de uma consciência política estudantil global, cuja consistência vai tomando corpo à medida que a coletividade em que se inserem esses fenômenos vai deixando de ser um corpo social compulsoriamente aglomerado por forças externas atuantes de cima para baixo, para passar a ser uma nação politicamente organizada – ou uma nação no limiar crítico de sua verdadeira organização política, já que ainda é, por suas decantadas elites, telecomandada.

Precisamente porque é um balanço da história – que ainda não fora escrita em sua inteiridade – do movimento estudantil brasileiro, o autor se viu no penoso dever de enfrentar a tarefa de delinear essa história,

balanceando-a ao contínuo. Essa história era anedoticamente referida aqui e ali no passado, mas não pensada ainda em seus estágios sucessivos, em suas sucessivas estruturas, em correlação com a história geral do país. Dessa primeira tarefa o autor se sai esplendidamente, indo ao que de melhor já havia escrito a respeito, indo aos próprios participantes, quando ainda vivos, e oferecendo-nos uma seqüência de quadros válidos. Desses quadros repontam claras algumas características, que vale consignar.

Primeiro, reponta a crescente importância do movimento estudantil dentro da nossa história global, pois que, de início, ele é apenas espasmódico, fazendo-se sentir sobretudo nos momentos cruciais de nossa sobrevivência coletiva em pontos esparsos do território que viria a ser o nacional, para, aos poucos, procurar ser mais presente e constante, em atuações muito mais formais que essenciais, para, por fim, já agora, tentar tomar consciência de si mesmo, de sua significação e função dentro do todo, de suas possibilidades e de suas limitações reais.

Segundo, reponta a crescente tomada de consciência do movimento estudantil brasileiro, que pela maioria dos seus ativistas sabe ser seu destino o destino da nação como um todo e, por conseguinte, não pode aspirar a ser nem mais nem menos do que a nação como um todo.

Tercero, e como corolário, reponta a inserção, nessa tomada de consciência, da categoria da história planetizada, pois que aquela maioria compreende que, assim como as aspirações estudantis brasileiras poderão ou não realizar-se se a nação vier ou não a realizar-se nas suas possibilidades e aspirações, também a nação brasileira poderá realizar-se nas suas possibilidades e aspirações como um todo na medida em que a sociedade humana como um todo vier a poder realizar suas possibilidades e aspirações como um todo: planetização e totalização. Noutros termos, cada estudante brasileiro de hoje tende a saber – com uma acuidade crescente em função dos estrangulamentos objetivos que a nossa sociedade lhe for oferecendo – que a história do seu povo, que a sua (de seu povo e dele, indivíduo) história tem sido uma continuada história de imposições externas às suas vocações e que só através da luta crescente contra essas imposições poderá ele – povo ou estudante – realizar-se a si mesmo, conforme sua vocação. A categoria histórica “estudante brasileiro” é, assim, necessariamente uma categoria problemática e tende a ser, hoje em dia, necessariamente uma tomada de consciência social, vale dizer, política. O estudante brasileiro se de-

* Apresentação da 1ª edição, em 1968.

fronta, hoje, na medida em que penetra a sua problemática, com esta antinomia: ou me realizo com o meu povo, ou me realizo contra o meu povo. Ou me identifico com o destino do meu povo, com ele sofrendo a mesma luta, até sairmos todos vencedores, luta em que muitos sofrimentos e dor haveremos juntos de sofrer; ou me dissocio do destino do meu povo, juntando-me (como aliado, preposto, lacaio, servidor, títere, fan-toche ou juguete) aos que exploram esse povo. Mas já aí terá tido uma luz da natureza da problemática e não poderá furtar-se a uma consciência inquieta: ao dissociar-se desse povo, ao juntar-se aos que o exploram, saberá que esse povo sairá um dia vencedor: procurará esse ex-estudante, desse modo, não pagar o preço do que sabe ser uma abdicção e per-júrio e se esforçará por que, a emergir tal vitória, venha ela depois que ele tenha gozado a vida, aliando-se aos que amarram a história, a quem domesticada aos seus interesses, a querem imobilizada.

O autor, “fazendo”, destarte, a história do movimento estudantil brasileiro, não a faz desinteressadamente, ao contrário, pois que a faz com um duplo interesse, no mínimo: primeiro, o de ver se dessa história se depreende de fato alguma lição; segundo, captando essa lição, o de exibi-la no seu balanceamento, conforme sua pessoal maneira de julgar, que busca, sem ambages, uma objetividade interessada.

É, assim, este livro uma obra engajada, mas sem mistificações, pois que mostra o engajamento em toda a sua sinceridade. E tem com isso um dos seus maiores méritos: os estudantes brasileiros mais definidos nas suas posições de luta estudantil e política poderão divergir sem equívocos do autor. Alguns julgá-lo-ão demasiado avançado, e serão poucos; outros, e serão a maioria, julgá-lo-ão demasiado timorato nas suas afirmativas. O que coloca um problema capital dentro do movimento estudantil brasileiro deste instante, que poderia chamar-se a precipitação da tomada da consciência do movimento com a cristalização de conclusões ou posições eventualmente radicalizadas além das possibilidades históricas presentes. Mas o fato é que o autor não só julga a história que esboça, como emite suas opiniões críticas, seguindo corajosamente lição de engajamento intelectual que é o antípoda da objetividade neutra que se furtava a afirmar ou concluir. Esse engajamento e sua explicitação são de extrema utilidade: permitem o debate, na leitura, contra o próprio autor e permitem, ademais, que o leitor possa, acaso, ver que suas próprias opiniões podem também ser debatidas – o que é uma excelente lição de prática democrática viva.

A outra lição que se depreende, aqui, é que entre a idade do autor e a dos estudantes objeto de seu estudo e pesquisa não intermedeiam, em média, nem sequer os anos necessários para uma curta geração de dez anos: muitos dos nossos estudantes são pouco mais moços, quando não da mesma idade, que o autor. Dai, na presunção de que a muitos deles as posições do autor venham a ser consideradas tímidas, o perguntarmos: será que os estudantes brasileiros tendem à radicalização total, negando viabilidade ou utilidade para o diálogo com as gerações anteriores, porque estão certos de que estas, ativas ou passivamente, se acham inseridas numa estrutura social contra a qual não lutam, mas estrutura que a seus olhos cumpre por todos os meios e modos destruir, a fim de construir a estrutura social de que possa, penosa mas fecundamente, emergir a nova forma de vida social que dê a cada indivíduo, indiscriminadamente, reais possibilidades de realizar-se vocativamente, no sentido de cada um dar ao todo social mais do que dele tire para seu gozo individual?

O grau de importância deste livro se mede pela soma de desafios que encerra à inteligência brasileira e à antiinteligência florescente no Brasil. Repto aos estudantes, repto aos antiestudantes. Explicuem-nos.

O movimento estudantil brasileiro tem sido, periodicamente, vítima tanto de suas veleidades de autonomia dentro do processo histórico brasileiro quanto de suas veleidades de onipotência em certos momentos críticos. O repto que este livro proporciona, no respeito, é o de oferecer provas, historicamente abonadas, de que os estudantes não constituem uma classe social e, por conseguinte, não podem ter uma política autônoma, em oposição a classes que repute antagonistas ou em coligação ou solidariedade com classes que repute aliadas, pois tudo a que podem aspirar (e é imenso isso), politicamente, é à função de pensadores e agentes de uma estratégia social que vise determinadamente a fins sociais dentro dos quais se possam concretizar suas aspirações de estudantes e à qual continuem fiéis quando fluídos seus anos de estudantes. Assim, a universidade, o colégio, o ginásio, a escola, o corpo docente, os currículos, a pesquisa, a pós-graduação, a atuação profissional, seu rendimento, sua produtividade serão ou não serão aquilo a que almejam na medida em que a sociedade como um todo puder renovar-se para que aquelas funções preencham os fins desejados. Verão, então, os estudantes que existe um “realismo político” que consiste, no nosso meio, em diminuir o número de centros de estudo, em torná-los auto-suficientes e mesmo

rentáveis como empresas privadas propiciadoras de lucros, em fazê-los à imagem e semelhança, na forma e na função, aos de certas sociedades ditas avançadas, como quistos formadores de elites antinacionais salvadoras, mas imobilistas do processo social.

Como verão, também, que existe outro realismo político, que consiste em sacrificar obstinadamente, pela luta política, até os últimos cartuchos, a fim de que os centros de estudo e pesquisa possam ser o foco produtor dos homens capazes de pensar os nossos próprios problemas e resolvê-los na sua especificidade nacional, na linha dos interesses da grande maioria da nação. Maioria que se define – e toda alternativa “realista” de longo prazo redonda em imobilismo – pelos párias analfabetos que são mais do que a metade da nação, subnutridos endêmicos que são dois terços da nação, pelos subempregados e desempregados e inempregáveis que não se sabe quantos sejam mas são seguramente legiões, pelos futuros marginalizados que são a imensa maioria da juventude brasileira. Dessa imensa massa, os bem-pensantes oficiais delegam a uma minoria um só “dever” e um só “direito” – o de estudarem –, ainda que para isso só contem com centros de ensino deteriorados, professores explorados (com uma minoria parasitária) e carência quase completa de recursos docentes e discentes. O “direito” e o “dever” de só estudar, aquela fração da juventude brasileira conquista-o através do privilégio de frequentar uma escola primária, privilégio que se privilegia mais ainda no ingresso na escola secundária e que se faz irrisão numérica quando se trata do ensino superior. Desse modo o estudante brasileiro, planetizado e totalizado, tem, para os bem-pensantes, no albor mesmo da vida, de limitar-se a estudar, deixando que o “resto” seja feito por quem pode – a saber, os homens velhos que lhe legarão um país cada vez mais inçado de problemas, cada vez menos soberano, cada vez mais impotente, cada vez menos nacionalmente caracterizado, cada vez mais pariamamente asiaticado (com referência a uma Ásia anterior ao seu atual despertar).

Mas há outro repto que os estudantes brasileiros devem enfrentar e que este trabalho lhes oferece: o de sua desplanetização, o de sua des-totalização, o da ilusão de que, resolvidos seus problemas, se resolvem os problemas nacionais e mesmo internacionais. Pois que, de fato, terão eles breve que fazer face ao aliciamento e às seduções que se armarão contra suas atuais posturas filosófico-políticas, a partir do momento em que se ensejar, para o poder, a oportunidade de recolher a prática poli-

cial da coerção bruta pura e simples. É que os antiestudantes não ignoram o que é, quantitativamente, o movimento estudantil brasileiro. Não sendo classe, sendo, ao contrário, filhos, em maioria, das classes economicamente médias e, em minoria ínfima, das classes economicamente altas, os estudantes não podem pretender ser superiores aos seus homologos de outros países subdesenvolvidos. Como poderão eles superar os riscos da pendularidade típica das classes ditas médias nos países subdesenvolvidos, continuamente insatisfeitas, mas continuamente impotentes para verem mais longe do que a ilusão de satisfação de suas necessidades imediatas? Como poderão estar certos de que, ante um estado (ou Estado) de coisas que lhes dá, dia a dia, provas sobejas de sua impotência para estimular o processo social no sentido do interesse nacional, não mudarão eles no momento em que esse mesmo estado (ou Estado) de coisas puder dar-lhes algumas nugas aristocratizantes com que possam satisfazer suas aspirações imediatas? Como poderão estar os estudantes brasileiros certos de que, como os indonésios por exemplo, não serão eles, pelo menos por uma fração poderosa, a cabeça-de-ponte de uma reação pura que, apeando maus governantes, venha a ser a base para a emergência e consolidação de muito piores governantes? Este livro, aliás, mostra que no seio do movimento estudantil brasileiro já lavraram (e lavram) tendências “direitistas”. Mas que são elas, comparadas com as que podem brotar no contexto atual, até serem ponte de transição para o fascismo subdesenvolvido moderno? Se a história do movimento estudantil brasileiro não dá exemplo concreto pregresso disso, segue-se que sua possibilidade inexistente? Na prática, este livro mostra como, desde sempre, o ímpeto reivindicatório dos estudantes não raro decrece no nível universitário entre aqueles que, no ano de conclusão, comecem a vislumbrar perspectivas de “colocações”, empregos ou meios de ganhar a vida, para os quais se exijam qualificações de “seriedade e compostura”. Isso não pode ser, ainda que como hipótese de trabalho, extrapolado para contextos mais amplos, em que o elitismo tecnológico possa ser a promessa certa, para um número limitado de estudantes e um número correspondente de “bons” empregos? Não se está indo a caminho disso? Aos estudantes, estudá-lo na própria condição e nas próprias aspirações, cabendo-lhes optar se serão os eleitos da tribo ou se não aceitarão essa condição de excepcionalidade aristocratizante – o que, afinal, não será uma mera opção, mas algo mais, algo como a aceitação de uma dependência nacional sem remédio a certos países ditos

desenvolvidos, ou algo como a decisão de lutar por uma independência nacional que nos leve a um efetivo progresso social.

Que este livro é um repto também aos antiestudantes. Não é enigma nenhum o que seja o antiestudante: são os “velhos”, essas gerações que representam no Brasil a minoria fragorosa da nação, em afunilamento progressivo que principia nos que entram na casa dos trinta anos de idade e principiam a achar sagradas suas “conquistas” pessoais, e se espreitam mais e mais, de tal modo que aí pelos sessenta passam a ser uma porcentagem mínima do todo social a deter os comandos do processo social todo inteiro, já direta, já indiretamente, pelos “velhos” de trinta ou mais anos. Se se tratasse de uma hierarquia social etária, nada teria em si de objetável, como símbolo, sintoma, mostra ou prova de um acúmulo de saber e fazer prático-teóricos. Mas, nas condições estruturais do subdesenvolvimento que aceitou sem tugar nem mugir o telecomando, são esses grupos etários e seus prepostos que se colhem as finas flores do obscurantismo e do imobilismo social, as finas flores do filisteísmo, as finas flores das aspirações ao corporativismo social do gênero “aos operários, trabalhar”, “aos estudantes, estudar”, “aos sacerdotes, rezar” (não ousam dizer, consequentemente, “aos militares, militar”) e a eles, o “resto” – entendendo-se por resto a direção da sociedade, a disposição do seu presente, o fechoamento do seu futuro e o legado às gerações seguintes de uma quase inviabilidade nacional ou, no máximo, uma herança melancólica de mazelas acumuladas cuja solução não poderá ser senão catastrófica (mas quando eles já não existem para sofrerem também a catástrofe que terão ensejado por sua própria impotência social e prepotência de classe).

O repto deste livro aos antiestudantes, no presente, é de uma clareza meridiana: ele lhes mostrará que as “agitações” estudantis não são mero capricho ou fantasia de contaminados por “idéias”, mas profundamente motivadas. Ele lhes mostrará – se quiserem ver – que elas derivam: 1) do sacrifício ingente de poderem ingressar em centros de estudo; 2) do desencanto trágico quanto à qualidade (a quantidade já era uma fraude) do estudo nesses centros; 3) do seu esforço por qualificar, nesses centros, o estudo, através de pedidos e reclamações insuladas da problemática geral do país; 4) da impotência de o conseguirem, por que essa má qualificação não é um dado isolável do contexto social; 5) da lenta aquisição da certeza de que a qualificação e a quantificação do particular – estudo e ensino – terão que ser função e efeito de igual

processo no todo social; 6) da tentativa de mostrá-lo aos antiestudantes e fazê-los compreender; e, 7) da resposta deles recebida, o tratamento policial marginalizante, acompanhada de opções aristocratizantes do ensino. Isso tudo. E, ademais, cotejos inevitáveis: por exemplo, a cota-parte do produto nacional bruto consumida irreprodutiva e imobilisticamente no aparelho e aparato de coerção policial-militar, num tratamento incomparavelmente preferencial do estado (ou Estado) de coitas. Que espécie de conclusão podem os estudantes tirar, pelo menos em sua maioria? A radicalização é a resposta à radicalização do outro lado – pois os “políticos”, civis ou militares, a quem tudo isso (e muito mais) deveria estar presente, têm presente tudo, menos isso – tão relegado está o problema educacional brasileiro (e com ele o nacional) à undécima hora da desconsideração, apesar de que há já pelo menos um século vem ele sendo triangulado (como se dizia ao tempo de André Rebouças) e equacionado (como se diria ao tempo heróico da Associação Brasileira de Educação) e conscientizado (como dizem hoje muitos estudantes), à medida que se torna mais grave o problema, quantitativa e qualitativamente. Triangulação, equacionamento, conscientização por pensadores sócio-políticos autenticamente brasileiros, à frente os próprios estudantes – sem necessidade, é óbvio, de assessorias, consultorias, tutelas ou comandos estrangeiros.

Este é um livro de um escritor honesto. Que nos seus 28 anos, mal saído da vida juvenil, vê com gravidade de jovem brasileiro de um Brasil subdesenvolvido e sofrido a realidade que os velhos não sabem, não querem, não podem e não deixam ver, atados aos seus interesses individuais e de classe, afastados dos interesses reais da coletividade, por não perceberem, de fato, à nação, já que abdicaram de pensar com ela.

A biografia do autor deste livro, entretanto, apesar de sua mocidade, já é rica de provas de amor ao Brasil e à sua gente: oriundo de imigrantes em segunda geração, logrou ingressar na Escola Naval – o que significou esforço multiplicado, para si e para os seus; não aceitou, porém, o que parecia ser uma abdicção dos seus deveres de homem e cidadão, e viu-se desligado do centro de estudo. Incompatibilizado e desarmado para a “grande vida”, veio enfrentar esta outra, disposto à luta das idéias e seus corolários. Aqui fora, fez-se jornalista, logrando evidência singular para a sua idade nessa profissão, graças ao seu destemor e à sua honestidade essencial. O que lhe trouxe dificuldades, culminadas – é a só e só explicação – com as represálias que lhe votou um

chanceler-general consabido. Este recomendou-o à suspensão dos direitos políticos ao atro governo white-castelista, que a levou a cabo.

Cassado – a palavra é de curso geral – de forma personalíssima, seu jornalismo não parou, levando-o, inclusive, à ensaística, com a colaboração em livro a quatro mãos sobre problemas imediatos da grande massa brasileira e em livro de sua autoria singular sobre a Argélia e seu desenvolvimento interno, com as repercussões de seu comportamento internacional.

Com a experiência de sua juventude e aspirante a ser jovem pela vida afora – como o são, para consolo de tantos de nós, os jovens Alceu Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho ou Otto Maria Carpeaux, para citar uns poucos exemplos amados –, era natural que o autor convergisse suas preocupações para a feitura de um livro como este, que lhe demandou um sacrifício diuturno por mais de um ano (sacrifício sem figura de retórica ou de linguagem, sabe-se lá o que é viver da pena entre nós).

Ele aí está, proporcionando à Civilização Brasileira o privilégio de editá-lo, a nós outros o de lê-lo e debatê-lo, aos jovens o de emulá-lo e superá-lo em trabalhos mais aprofundados ainda, e a todos os brasileiros conscientes o de agradecer-lhe esta importante contribuição para – com a palavra de rigor – a nossa conscientização.

A mim, ademais, o privilégio de ter sido honrado com a oportunidade de de pôr estas palavras preambulares – que passo a dever, de coração, a Arthur José Poerner, o Autor.

Rio de Janeiro, 29 de fevereiro de 1968

“É perigosa a situação que se apresenta? Tanto melhor. Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo.”

Rui Barbosa

“Aqui, em as noites históricas de 29 a 30 de maio de 1956, os acadêmicos de Direito sofreram injustificáveis violências policiais e lutaram, brava e heroicamente, para impedir fosse violado o Território Livre da Faculdade Nacional de Direito.”

(Inscrição em placa afixada na parede lateral direita de quem entra na Faculdade de Direito da UFRJ, no Rio de Janeiro)

“O segredo da felicidade está na liberdade;
o segredo da liberdade, na coragem.”

Tucídides (c. 465-395 a.C.)

INTRODUÇÃO*

UNIVERSIDADE DO ASFALTO, ESCOLA DE LÍDERES NO BRASIL

Os estudantes estão nas ruas. Excluídos os períodos dos exames e das férias, essa frase, no Brasil, conserva sua atualidade durante o resto do ano. Desde o trote dos calouros, em março, às provas finais, em dezembro, com uma ligeira trégua provocada pelas férias de julho, os estudantes brasileiros protestam sempre.

Estão errados, no entanto, aqueles que confundem a atitude de protesto dos nossos estudantes com a do espanhol da anedota: “*Si hay gobierno, soy contra!*” Porque os estudantes no Brasil, ao contrário dos *provos* holandeses ou dos *beats* norte-americanos, protestam e sempre protestaram contra coisas muito palpáveis e concretas.

O estudante aqui, como em muitos outros países da América Latina, é movido por algo mais do que o simples espírito anarquista que caracteriza o jovem moderno na Europa ou nos Estados Unidos. Esse algo mais, que torna o estudante brasileiro muito mais maduro, politicamente, do que o seu colega europeu ou norte-americano, consta de uma profunda decepção quanto à maneira como o Brasil foi conduzido no passado, de uma violenta revolta contra o modo pelo qual ele é dirigido no presente e de uma entusiástica disposição de governá-lo de outra forma no futuro. Devido a essa perspectiva de poder – que muitas pessoas, imediatistas e carentes de imaginação, podem considerar utópica, mas que é, afinal, uma consequência inevitável das leis naturais –, o estu-

dante brasileiro é um oposicionista nato. E tem sobejas razões para isso.

Nosso estudante – e aqui me refiro, particularmente, ao universitário –, depois de concluir o segundo grau, enfrenta as rigorosas eliminações de um vestibular, para ingressar numa universidade arcaica, que conserva todos os defeitos e nenhuma das virtudes da universidade brasileira do início do século. Excetuada uma fase efêmera da existência da Universidade de Brasília, nada mais unânime e pungente do que a decepção de um primeiranista de faculdade. Certo, o alto preço, em horas de estudo intenso e concentrado, representado por essa instituição também arcaica que é o vestibular, contribui bastante para aumentar a decepção quanto ao bem adquirido: o direito de cursar uma universidade.

A desilusão do universitário nesse ponto é, provavelmente, a mesma que sentiria um chefe de família da classe média brasileira se, depois de juntar as economias de muitos anos dos salários da repartição ou do escritório para comprar um carro, este enguiçasse logo no primeiro fim de semana de piquenique. Pois, a alegria do universitário brasileiro também dura pouco. Só até o momento em que descobre, no primeiro mês de aulas, que a universidade em que ingressou, depois de tanto esforço, está enguiçada, pois o motor não funciona, a embreagem e o acelerador estão emperrados, as engrenagens, retorcidas e enferrujadas, e a bateria, arriada, em virtude de se terem esquecido acesas, durante tanto tempo, as “luzes” dos catedráticos vitalícios.

A seguir, ainda no primeiro ano de aulas, a decepção universitária cede lugar à revolta, quando o estudante logrado constata que não existe, na atual situação brasileira, nem mecânico com boa vontade suficiente para desenguiçar o seu calhambeque, quanto mais oficina disposta a transformá-lo num carro novo. Da busca que empreende, então, para encontrar o responsável pelo enguiço da universidade e consequente frustração do seu estudo, o universitário volta com o seu vocabulário acrescido por uma nova palavra: *estrutura*. Daí em diante, é só esgrimi-la, com veemência e habilidade sempre crescentes, contra o governo que a mantém estática: a crise da universidade brasileira é decorrente da estrutura arcaica vigente no país. Precisamos renovar a estrutura para que a universidade também se renove.

A partir dessa conclusão, as ruas ganham um novo estudante, que passa a estudar, no asfalto das passeatas, a matéria cujo ensino lhe é negado nos bancos universitários: a realidade brasileira. Aprendida nas ruas, essa matéria faz parte de um curso não oficial muito mais amplo, que poderia ser chamado de politização e liderança, e que

* Introdução à 1ª edição.

terá, certamente, reflexos decisivos na história futura do Brasil.

Retrucar-se-á, certamente: o estudante morre com a formatura. Que rumo tomaram, por exemplo, os universitários das memoráveis campanhas antifascistas e antiditatoriais da Segunda Guerra Mundial, especialmente das campanhas heróicas de 1942 a 1945? A resposta a essa indagação é um dos objetivos deste trabalho: mostrar que ficou muito do estudante antinazista e antitotalitário dentro de um Hélio de Almeida ou de um Paulo Silveira, como restou tudo do estudante reacionário e “pelego” no ministro castelista Paulo Egydio Martins; ou, em outras palavras, que a universidade é, no Brasil, uma escola de formação de líderes políticos, centro onde se moldam as consciências e mentalidades com respeito aos problemas que assobrem o nosso país; e que a maior parte dos homens nela formados carrega, vida afora, as posições, idiosincrasias, estigmas e pontos de vista políticos nela adquiridos. Um universitário nacionalista e progressista será, quase certamente, um cidadão nacionalista e progressista, assim como um universitário policial e delator será, quase certamente, um indivíduo policial e delator. Há poucas exceções a essa regra.

Naturalmente, ocorrem modificações na graduação que o universitário imprime, depois de formado, às suas atitudes diante da vida. A formatura segue-se, geralmente, os compromissos profissionais e familiares. Com a ocupação de uma atividade profissional e com a constituição de uma família, cessa aquela disponibilidade do estudante para as passeatas e protestos. Ele passa a ter horários e compromissos a cumprir. Mas, se participou das lutas e campanhas nacionalistas na universidade, esse estudante terá, sem dúvida, a coragem suficiente para, como juiz, dar um parecer contra uma multinacional, para, como médico, denunciar as tentativas estrangeiras de nos impor o controle da natalidade; para, como engenheiro, repelir manobras do tipo das que foram tentadas no governo do marechal Castelo Branco pelo sr. Roberto Campos, no sentido de alijar técnicos e empresas brasileiros das obras públicas, em proveito de profissionais norte-americanos (Engenheiro dos EUA ganha aqui 18 salários de coronel, *Folha da Semana*, nº 39, Rio de Janeiro, 2-8 jun. 1966, p. 10-11).

Quase ninguém esquece as lições de patriotismo da Universidade do Asfalto. E é por isso que uma manifestação estudantil em Tribobó vai repercutir em Washington.

Em 1950, por exemplo, o Partido Socialista Brasileiro atingia o seu

quarto ano consecutivo de hegemonia na UNE (União Nacional dos Estudantes), então sob a presidência de José Frejat, que, durante o governo Castelo Branco, seria impugnado, nas eleições parlamentares de outubro de 1966, como candidato a deputado federal pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro) da Guanabara. Durante aquela hegemonia, a UNE obteve êxitos retumbantes com um dos maiores movimentos de opinião pública da história do Brasil, a campanha “O Petróleo é Nosso”, lançada – a partir de conferências do general Horta Barbosa no Clube Militar – em 1947, no Rio, por Roberto Gusmão, e em São Paulo, por Rogê Ferreira, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da USP. O Departamento de Estado do norte-americano, preocupado, enviou, então, ao nosso país, Eiser Eisenberg e Helen Rogers, sendo que esta moça dominaria a UNE, em 1951, por obra e graça de um universitário que, como outros estudantes direitistas, mantinha estreitas ligações com os Estados Unidos, a ponto de procurar mobilizar nossa juventude para a Guerra da Coreia. O nome desse estudante, que serviu de intermediário para a infiltração de Helen Rogers nos meios universitários nacionais, é Paulo Egydio Martins, posteriormente ministro da Indústria e do Comércio, à mesma época em que José Frejat tinha impugnado a sua candidatura a deputado (Plínio de Abreu Ramos. Acordo com Usaid vai policiar as universidades no Brasil. *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 12 maio 1967).

Também em 1956, o alarma causado nos Estados Unidos pela famosa greve estudantil contra o aumento dos bondes, devido especialmente à solidariedade que a UNE obteve por parte dos sindicatos operários, provocou o envio ao nosso país da estudante norte-americana Glória May, que veio a título de propor o intercâmbio de experiências culturais e estudantis, mas objetivando, na verdade, introduzir o anticomunismo na base da plataforma do movimento universitário brasileiro. A infiltração norte-americana nesse setor ainda se processava, então, em escala individual, pois não existia o Corpo de Voluntários da Paz nem o Acordo MEC-Usaid, nem haviam sido denunciadas, nos próprios EUA, as atividades da CIA – *Central Intelligence Agency* (organização que tinha, à época, poucos anos de existência, pois fora criada em 1947) – nos meios universitários, inclusive norte-americanos.

A denúncia dessa crescente infiltração, a começar pelos círculos universitários dos EUA, não é fruto de um sentimento antiamericana ou da imaginação do autor deste livro, pois foi feita por uma revista

católica norte-americana, *Ramparts*, que publicou uma série de reportagens sobre as ligações entre a CIA e a Associação Nacional de Estudantes, órgão máximo dos universitários norte-americanos, assegurando ter sido de três milhões de dólares o montante recebido da CIA pela entidade estudantil. A Associação Nacional de Estudantes, que reúne alunos de mais de 300 universidades e mantém laços estreitos com organizações estudantis de todo o mundo, admitiu, em fevereiro de 1967, que recebia, desde 1950, subsídios da CIA para promover, internacionalmente, a política da guerra fria e projetos de espionagem. Segundo declarou à *United Press International* (UPI) o vice-presidente Richard Sterns, encarregado de Assuntos Internacionais da entidade, a cooperação com a CIA nasceu da crença de que poderia servir aos interesses nacionais, porém foi interrompida por seus dirigentes, que consideraram o vínculo “intolerável e incompatível com o ideal de uma organização estudantil aberta e democrática” (*Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1967).

Nos Estados Unidos, a pedido do senador democrata Fred Harris, de Oklahoma, a denúncia das ligações entre a CIA e a entidade máxima dos universitários provocou, entre outras coisas, uma investigação por parte do Senado. No Brasil, a infiltração continuou a se processar, livremente, e dela só tomamos conhecimento quando falha uma tentativa, como ocorreu com o *Projeto Camelot*, que envolvia a Universidade Americana de Washington e seis milhões de dólares do Exército dos Estados Unidos, consistindo na realização de pesquisas sobre métodos contra-revolucionários – isto é, contra movimentos nacionais de emancipação – em países da América Latina.

A gravidade desta infiltração está na razão direta da importância que é conferida à universidade, como escola de líderes, num país como o nosso, em que outros possíveis centros de formação de lideranças, como os sindicatos, seriam mais facilmente controláveis, não só pela debilidade inerente ao movimento sindical brasileiro – viciado pela estrutura fascista, das cúpulas para as bases, copiada dos sindicatos fascistas de Mussolini –, quanto pela maior vulnerabilidade à repressão policial.

A constatação retrata uma realidade, a mesma contra a qual se batem os estudantes: operário preso sequer pode contar com o seu sindicato, de cujos diretores a Portaria 41, do Ministério do Trabalho, exige o “atestado de ideologia” fornecido pela Dops (Delegacia de Ordem Política e Social), órgão encarregado de reprimir manifestações políticas; o

mesmo não acontece com os universitários, 0,2% da população, pertencentes, em geral, às classes rica ou média, oriundos de famílias que, muitas vezes, possuem ligações, até mesmo de parentesco, com as autoridades em nome das quais são efetuadas as prisões políticas (apenas 5,8% dos universitários são filhos de operários).

Os estudantes brasileiros têm consciência da discriminação social que se manifesta inclusive na repressão policial. Não é exagero dizer que muitos deles chegam a ter vergonha de suas origens abastadas, procurando escondê-las ou a elas se referindo, quando obrigados, com desprezo e sarcasmo, também expressos no propositado desleixo da aparência física. O universitário procura apagar os vestígios de sua condição de privilegiado na sociedade. Dá-se, no caso, o inverso do que ocorre entre os membros da pequena classe média, que se esforçam para aparentar melhor condição social do que a real, não raro se consumindo na busca de longínquos parentescos nobres e aristocráticos na genealogia familiar.

A rebelião da juventude no Brasil apresenta, portanto, um cunho marcadamente social, até mesmo nos seus aspectos mais exteriores e superficiais, como o vestuário. Não se trata de um mero conflito de gerações, embora os “velhos” – por tal designação entendidos os pais, professores, autoridades, etc. – funcionem, as mais das vezes, como poderoso agente catalítico da revolta. Esse processo tem suas origens remotas na adolescência, com o início da desmistificação da figura paterna. Em geral, apesar de não se achar, então, formado o todo da imagem que o jovem pretende de e para si na vida, ele descobre, desde logo, como uma das suas primeiras “verdades”, que é preciso adotar a figura do pai – como conjunto de idéias e concepções – por antítese (conforme o Ibope, mais de dois terços dos jovens entre 15 e 25 anos não pretendiam seguir a profissão do pai).

O adolescente ainda não sabe o que deseja ser, mas já tem a certeza de que não pretende ser aquele pai “quadrado” e tacanho, que tem por Deus o dinheiro e por diabo o comunismo. O pai que justifica, com um sorriso nos lábios, em nome da “civilização ocidental-cristã”, o assassinato, a *napalm*, de crianças e adolescentes vietnamitas, e que só lamenta as favelas como fator de perturbação da paisagem. O pai que é dado a súbitos e extemporâneos acessos de intimidade para com o filho, quando resolve, num rasgo de pseudogenerosidade, lhe transmitir a bagagem de “experiência” acumulada em astutas calhordices e ve-

lhacarias financeiras e mesmo – nos mais “moderninhos” – eróticas, mas que é incapaz de dar aos filhos uma orientação, que dirá uma educação sexual sadia, por considerar “imoral” o comentário e a consulta sobre “essas coisas”, quando partem de jovens.

O que afirmo não é fruto de desabafo ou recalque pessoal. Como repórter, constato uma realidade – nua, sem enfeites ou retoques. Como escritor, procuro explicar essa realidade.

O conflito de gerações existe no Brasil, como em quase todo o mundo. Mas, em nosso país, deixa de ser simples conflito para se transformar em rebelião social da juventude, quando o “velho”, aos olhos do jovem, deixa de ser um “quadrado” para se transformar num reacionário. O conceito de velhice aqui não é físico, mas mental, embora as honrosas exceções do tipo Otto Maria Carpeaux e Alceu Amoroso Lima não sejam suficientes, no Brasil, para evitar uma terrível e, sobretudo, danosa (aos interesses nacionais) coincidência entre velhice física e mental. Esta última ainda superando, na maioria dos casos, a primeira, como ocorre com um dos últimos ministros da Educação e Cultura, Flávio Suplicy de Lacerda, autor da lei que tomou o seu nome, criada para institucionalizar a repressão policial ao movimento estudantil e para destruir a autonomia universitária. O sr. Suplicy é um caso típico de agente catalítico da rebelião da juventude. Durante sua gestão, coube-lhe fornecer aos estudantes as bandeiras com que sacudiram o Brasil na segunda metade de 1966, quando era geral a apatia do movimento oposicionista ante a ditadura de Castelo Branco.

De elementos da catálise, os “velhos”, simbolizados em Suplicy, se desmascararam no “inimigo” propriamente dito. Num plebiscito nacional promovido pela UNE, 92,5% dos universitários repudiaram a lei ditatorial. Das 450 representações acadêmicas existentes, 313 participaram do Congresso Nacional de Estudantes que, em 1965, já a repeliu. O novo vomitou o velho. E a generalização desse vômito em escala nacional começou a preocupar as autoridades, quanto à integração “pacífica e ordeira” dos estudantes na classe dominante que detém o poder. Nas hostes do “inimigo”, começou-se a admitir a deterioração das características axiomáticas da previsão de um membro do Superior Tribunal Militar: – “Tenho em minhas mãos processos que implicam mais de 100 estudantes, só na Faculdade Nacional de Filosofia. São rapazes e moças de 17 a 25 anos, todos acusados de subversão. Como posso pedir a prisão preventiva dessa gente? Dentro de poucos anos, serão deputados, senadores, industriais, médicos e advogados, in-

tegrando-se portanto na classe conservadora” (José Maria Mayrink. O diálogo difícil entre estudantes e governo no Brasil, *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, Caderno Especial, 6 nov. 1966).

Questionava-se a inexorabilidade da lei involucionista, do ponto de vista político, que deveria garantir a metamorfose de um presidente do Caco (Centro Acadêmico Cândido de Oliveira, da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro), Vladimir Palmeira, no seu pai, senador Rui Palmeira, ou do economista Sérgio Rezende, vítima da repressão policial da ditadura, no seu pai, marechal Estêvão Taurino de Rezende, presidente da Comissão Geral de Investigações, instalada no país logo após o golpe.

O novo se impelia à missão histórica de aniquilamento do velho, que não permitia mais, por sua vez, as sortidas tímidas e erodentes que lhe haviam imposto, a contragosto, uma certa modernização, retesando-se, impermeável, ao contato epidêmico do fluido das mudanças. O velho gritava o seu “basta!” às investidas do novo e encarava qualquer concessão a mais como atestado de óbito dos privilégios que continuava a empalmar no Brasil. E à medida que manava, com maior fluidez, das faculdades, o rio de protestos, a impermeabilização dos privilégios e das injustiças sociais exigia o aumento da repressão policial ao movimento estudantil, para obstar sua caudalização – ainda utópica e imprevisível – na passeata de todo um povo.

Os estudantes, embora ainda privilegiados pela discriminação policial em relação aos operários e camponeses, já tinham os seus mártires. Alguns, inclusive, do passado distante. A Primavera de Sangue, o assassinato do pernambucano Demócrito Souza Filho e o incêndio da UNE eram alguns dos marcos da trajetória heróica desse movimento, que ainda não tivera a tranquilidade e o tempo necessários para se voltar sobre si mesmo e retirar do acervo de experiências passadas o que devia ser incorporado à orientação das campanhas futuras.

A reunião desse precioso e malbaratado acervo é outra das finalidades deste livro, que pretende destruir, de uma vez por todas, argumentos do tipo “estudante é para estudar”, mediante a consignação, aqui, da verdade histórica de que é uma tradição, no Brasil, a participação dos estudantes na vida pública. Para constatar essa verdade, basta que se atente para alguns episódios omitidos pela maior parte dos nossos historiadores, como, por exemplo, a fundação, por um grupo de acadêmicos na Faculdade de Medicina da Bahia, da primeira associação brasileira, a Sociedade Dois de Julho, criada com o fim específico de alforriar ne-

gros (Renato Bahia. *O estudante na história nacional*).

Não é por outro motivo, aliás, que o movimento estudantil se tornou quase um barômetro da vida política no país, perdendo a expressividade nos raros momentos em que existiu pelo menos um arremedo da tão falada “pacificação da família brasileira”, para se projetar, com intensidade, quando a pátria e os interesses nacionais correm perigo. Assim, a declaração da maioridade do imperador Pedro II, fato político que realmente pacificou a família brasileira de então, reabre aos estudantes as portas da literatura, propiciando o desenvolvimento, em São Paulo, de um movimento literário que elevaria à glória poética os universitários Fagundes Varela, Castro Alves e Álvares de Azevedo. O governo entregue em boas mãos, as soluções políticas de urgência bem encaminhadas, os interesses nacionais aparentemente bem defendidos, os universitários da fase da maioridade de Pedro II tiveram, para fazer poesia, o tempo que faltou para todas as passeatas e protestos que se faziam necessários, dia a dia, em defesa dos interesses nacionais, durante a ditadura militar. Isso porque os interesses políticos nacionais é que exigem o movimento estudantil, fazendo-o suplantir suas naturais deficiências, da mesma forma que os cassetes fornecidos à polícia pelo programa de ajuda da Usaid o obrigaram a um constante aprimoramento. Ao aperfeiçoamento dos métodos de repressão policial se seguiu, como um corolário, o esmero na organização dos protestos. Quem acompanhou, ainda que pelos jornais, as passeatas contra a ditadura, há de ter percebido isso. A violência policial forçou os estudantes a aprenderem – e depressa – que é muito mais difícil reprimir uma manifestação de rua, se esta for conduzida em sentido contrário ao dos veículos e se for anunciada, previamente, um falso local de concentração.

Pode-se afirmar, portanto, sem intuito de blague, que os cassetes e “brucutus”, revólveres e até mesmo metralhadoras, bem como as assim denominadas “bombas de efeito moral”, desempenharam uma função altamente pedagógica do ponto de vista organizacional da ação política, que ainda era um ponto vulnerável do movimento estudantil, como, de resto, de todo o movimento nacionalista e revolucionário brasileiro. Repetia-se, assim, em escala evidentemente muito menor e menos avançada, ensinamento colhido em outros campos de lutas pela liberdade e pela justiça. Tanto na Argélia como no Vietnã, países em que essas lutas populares atingiram formas elevadíssimas, foi notória a influência que os esquemas de repressão, respectivamente francês e norte-ameri-

cano, exerceram sobre as populações civis, convencendo pacatos cidadãos, ainda hesitantes, a pegarem em armas e a se reunirem às frentes internas de libertação. Na Argélia, quando indagados sobre os motivos que os levaram à importante decisão, tranquilos pais de família, aos meus olhos incapazes de um gesto brusco ou de uma atitude guerreira, me responderam coisas como essas: “Foi depois que os para-quadristas aleijaram meu irmão” ou “No mesmo dia em que a polícia dissolveu, a bala, uma demonstração pacífica defronte à *Grande Poste* (Correio Geral) de Argel”.

No Brasil, continuou a crescer a violência da repressão policial às manifestações dos estudantes. Mesmo na capital cultural do país, onde o número também crescente de correspondentes estrangeiros obrigava a polícia a uma certa discrição, os espancamentos e agressões infligidos a estudantes eram lugar-comum. Isso, apesar de promessas solenes como a que o governador do Estado da Guanabara, Negrão de Lima, fez em 8 de setembro de 1965, em discurso pronunciado no encerramento da Convenção do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), que o indicara candidato às eleições: “Prometo que, no meu governo, os intelectuais e os estudantes poderão manifestar livremente suas opiniões, porque não admito o delito de opinião, nem patrocino o terrorismo cultural...” Foi o esquema repressivo desse governador, após a violência com que atacou a passeata de 24 de maio de 1967 – da qual resultaram 26 estudantes presos e inúmeros feridos, entre os quais a filha do psicólogo Myra y Lopez, Núria –, que provocou uma nova tomada de posição estudantil, expressa na nota oficial que a União Metropolitana dos Estudantes divulgaria dois dias depois: “...É preciso analisar ainda a principal lição da passeata: temos clareza hoje de que não mais voltaremos às ruas para correr desorganizada da polícia. Quando voltarmos às ruas, voltaremos preparados para defender nossos cartazes, nossas faixas e nossos colegas que forem presos. Voltaremos preparados para não permitir que prossiga impunemente a repressão. Preparados para usar o único argumento que a ditadura pró-imperialista conhece: a força... Não assistiremos passivos à entrega das universidades ao controle direto do imperialismo norte-americano. Denunciaremos, a todo o momento, esta dominação na universidade e no país...”

A rebelião da juventude brasileira atingiria formas ainda mais avançadas, de acordo com um processo que se observava, também, em outros países da América Latina, onde os estudantes já haviam tido participa-

ção decisiva na derrubada de ditaduras, como a de Juan Vicente Gómez, na Venezuela; conquistado, em 1918, uma reforma universitária na Argentina; e conseguido introduzir, em colaboração com o Apra, então movimento revolucionário, uma reforma na universidade peruana de San Marcos, a mais antiga da América do Sul (1951).

Permanece atual a denúncia da Federação Universitária de Córdoba, em 1918, não obstante o relativo êxito de suas reivindicações: “Sabemos que nossas verdades dolorosas são de todo o continente... Não se reformavam nem planos nem regulamentos por temor de que alguém, nas mudanças, viesse a perder o seu emprego... Os métodos docentes estavam viciados de um dogmatismo estreito para manter a universidade afastada da ciência e das disciplinas modernas... Os corpos universitários, zelosos guardiões dos dogmas, tratavam de manter a juventude em clausura, acreditando que a conspiração do silêncio pode ser exercida sobre a ciência..., acomodados numa vala comum com os caudilhos, os latifundiários, os monopolistas, inspirados em asfixiar o povo e suas necessidades... As dores que nos ficam são as liberdades que nos faltam...” (Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, do DCE Livre da UFRJ. A verdade do movimento estudantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, Caderno Especial, 6 nov. 1966).

Nos demais países latino-americanos submetidos a ditaduras fascistas, onde os estudantes participavam no âmbito de outros movimentos, pois o estudantil não existia com a tradição e o vigor do brasileiro e dos aqui citados, também se assinalavam os sintomas e influências da onda de conscientização que varria a população jovem e majoritária do continente. Nesse sentido, a rebelião da juventude brasileira foi, com algumas peculiaridades nacionais, a de toda a juventude da América Latina. As estruturas paralisantes e retrógradas e os inimigos da juventude eram os mesmos.

Por isso, os gritos de protesto ouvidos nas ruas brasileiras ecoavam na Cordilheira dos Andes e eram detectados em Washington, de onde partiam, sem demora, novos contingentes de espões da CIA e “voluntários da paz”, que conseguiam, no máximo, servir de alto-falantes ao clamor, difundindo-o a um número cada vez maior de ouvidos jovens, aos quais se alastrava, por conseguinte, a rebelião. O que aparentava, no entanto, ser um círculo vicioso, a encerrar o subdesenvolvimento e a neocolonização latino-americanos, era um círculo que se ampliava. A opção feita pela juventude rebelde era clara e não deixava margem a

dúvidas: a paz dos “voluntários” e agentes da CIA era a paz na miséria, no atraso e na estagnação, e deveria, por isso, ser repelida pelos jovens, transformados, pelo momento histórico, em autêntico voluntariado da paz com justiça social, desenvolvimento, progresso e liberdade.

Uma paz sem asas, que justificava e exigia a rebelião.

PRIMEIRA PARTE



O PODER JOVEM

ANTES DA UNE



CAPÍTULO I

O ESTUDANTE NO BRASIL-COLÔNIA

DA CAPTURA DO CORSÁRIO FRANCÊS
À CONJURAÇÃO MINEIRA

O movimento estudantil é a forma mais adiantada e organizada que a rebelião da juventude assume no Brasil. Tal como o entendemos e conhecemos, esse movimento existe somente a partir da criação da União Nacional dos Estudantes, em 1937, quando alcança a centralização. É com a centralização, na UNE, das lutas estudantis, que elas vão adquirir, progressivamente, caráter organizado e de emancipação nacional.

Isso não significa, no entanto, que tenha começado somente em 1937 a participação estudantil na vida política brasileira. Conforme resaltei na introdução, essa participação precede a aquisição mesma da independência política formal do país, pontilhada, não raro, pelo cunho de pioneirismo que particulariza, por exemplo, a fundação, em 1852, da sociedade abolicionista *Dois de Julho*, pelos acadêmicos baianos de medicina. Embora não da forma ordenada que viria assinalar a atuação da UNE, a participação estudantil se faz notar ao longo da nossa história, justificando a censura que Lincoln Gordon, quando embaixador dos Estados Unidos no Brasil, fez, em discurso pronunciado na Universidade Mackenzie, à vocação política dos estudantes brasileiros.

“As manifestações estudantis do passado brasileiro representam sempre uma posição de inconformismo da classe média urbana. As motivações aparentes do inconformismo são as mais variadas, mas um elo comum pode ser obtido: a superação das formas sociais nas diversas épocas, sejam elas colônia, regência, império, escravidão” (Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, ib.).

A primeira manifestação estudantil registrada pela história brasilei-

ra ocorre ainda no período colonial, em setembro de 1710, quando da invasão que mais de mil soldados franceses, sob o comando de Jean-François Duclerc, empreendem no Rio de Janeiro. Depois de conseguir penetrar na cidade, aparentemente desguarnecida e deserta, a expedição estrangeira sofreu sua primeira decepção quando, à altura da Rua Direita, “uma alta grita de cólera e incitamento ao combate atroou aos ares”. O que se seguiu, segundo a descrição de Bilac, foi, mais ou menos, o seguinte: “... viram (os franceses), defendendo o caminho, uma multidão de moços que os esperava a pé firme. Não havia uma farda nas suas fileiras. Todas as fardas estavam ainda no campo do Rosário cercado o governador (Francisco de Castro Moraes), que hesitava e vacilava, sem se resolver a cortar o passo aos invasores. Os que guardavam a Rua Direita eram todos moços. Quantos? Quatrocentos ou quinhentos, se tanto. Desiguais, nas armas, como no vestuário, tinham-se reunido à pressa, ao acaso. Cada um apanhava a primeira arma que encontrava à mão. Eram quase todos estudantes... E antes que Duclerc desse o sinal de ataque, já eles o atacavam, de surpresa, arrojando-se irrefletidamente. Possuíam apenas uma ou outra espingarda. Por isso mesmo, apressaram o ataque, que se fez à arma branca, com uma bravura a que os impelia o desespero. Os franceses mal puderam resistir ao primeiro choque” (Olavo Bilac. *Contos pátrios*, p. 117-125).

Ainda de acordo com Bilac, “acossada pelos estudantes vitoriosos”, a expedição invasora se refugiou no chamado Trapiche da cidade, onde ficou encurralada e se viu obrigada a capitular. Duclerc desempenhou, assim, o papel de primeira presa de guerra dos estudantes brasileiros, tendo permanecido nessa condição até 18 de março de 1711, quando foi assassinado na casa em que estava detido, na atual Rua da Quitanda, por dois homens embuçados.

Os jovens que, capitaneados pelo sertanista Bento do Amaral Coutinho, se portaram tão valentemente – conforme o testemunho unânime dos historiadores, que não divergem quanto à valentia demonstrada – estudavam em conventos e colégios religiosos, pois, à época, ainda não havia ensino universitário no Brasil. A aristocracia colonial enviava seus filhos às universidades européias, principalmente a Portugal (Coimbra) e à França (Montpellier e Bordeaux).

E foi de Montpellier, em 1786, que o jovem José Joaquim da Maia escreveu, sob o pseudônimo de Vendek, a Thomas Jefferson, então embaixador dos Estados Unidos na França, procurando interessá-lo numa revolução com vistas à libertação do jugo português. Maia fora, no

mesmo ano, um dos 12 estudantes brasileiros que fundaram, no exterior, um clube secreto para lutar pela independência.

A carta do universitário ao futuro presidente norte-americano, principal redator da Declaração da Independência (1776), pelo seu valor documental, merece ser aqui transcrita, para a melhor compreensão do episódio que seria prelúdio da Conjuração Mineira:

“Eu nasci no Brasil. Vós não ignorais a terrível escravidão que faz gemer a nossa pátria. Cada dia se torna mais insupportável o nosso estado depois da vossa gloriosa independência, porque os bárbaros portugueses, receosos de que o exemplo seja abraçado, nada omitem que possa fazer-nos mais infelizes. A convicção de que estes usurpadores só meditam novas opressões contra as leis da natureza e contra a humanidade tem-nos resolvido a seguir o farol que nos mostrais e quebrar os grilhões, e reanimar a nossa moribunda liberdade, quase de todo acabrunhada pela força, único esteio da autoridade dos europeus nas regiões da América. Releva porém que alguma potência preste auxílio aos brasileiros, pois que a Espanha certamente se há de unir com Portugal; e apesar de nossas vantagens em uma guerra defensiva, não poderíamos contudo levar sós a efeito essa defesa, ou pelo menos seria imprudência tentá-lo sem alguma esperança de bom êxito. Nesse estado de cousas, senhor, olhamos, e com razão, somente para os Estados Unidos, porque seguiríamos o seu exemplo, e porque a natureza fazendo-nos habitantes do mesmo continente como que nos ligou pelas relações de uma pátria comum. De nossa parte estamos preparados a despendere os dinheiros necessários, e a reconhecer em todo o tempo a obrigação em que ficaremos para com os nossos benfeitores. Tenho-vos exposto, senhor, em poucas palavras a suma do meu plano. Foi para dar-lhe um andamento que vim à França, pois que na América teria sido impossível mover um passo, e não suscitar desconfiança. A vós pertence decidir se pode executar-se a empresa. Se quereis consultar a vossa nação, pronto estou a oferecer-vos todos os esclarecimentos precisos” (Paulo Prado. Retrato do Brasil).

Esse era o tempo em que os EUA davam exemplos aos outros povos, conforme acentua o missivista, de amor à liberdade e à independência, pois ainda não havia sido inventado, então, o eufemismo “interdependência”, não existindo, por conseguinte, repúblicas dominicanas e panamás. A situação histórica justifica, portanto, o interesse logo manifestado por Jefferson e consubstanciado na correspondência trocada com José Joaquim da Maia (os originais estão na Divisão de Manuscritos da Biblioteca do Congresso, em Washington), embora não falte quem diga que o estadista americano teria cientificado as autoridades portuguesas do plano do estudante.

Verdadeira ou não essa hipótese delatora, o certo é que Jefferson se interessou pelo plano de Maia, a ponto de se dirigir ao seu encontro, em Nîmes, para conhecer maiores detalhes do projeto, através de um relato entusiástico do estudante. Após ouvi-lo com atenção, Jefferson objetou que os Estados Unidos não poderiam se comprometer numa luta contra Portugal, país que acabara de lhes propiciar “um vantajoso tratado de comércio” (Rocha Pombo. *História do Brasil*. Vol. II, p. 414-415).

Apesar do fracasso em sua tentativa de obter apoio norte-americano para a libertação brasileira, Maia prosseguiu – até o momento de sua morte, logo depois, em Lisboa – em seus contatos com estudantes no exterior, entre os quais outro mineiro, Domingos Vidal de Barbosa, pouco antes que este, já formado em Montpellier, regressasse a Minas e o acusasse, adiante, na devassa da Conjuração. Maia não foi encontrado.

Domingos participou da revolta, mas em plano secundário em relação a José Álvares Maciel, outro universitário mineiro, que terminava, a esse tempo, seus estudos de Ciências Naturais em Coimbra. Ao concluir, Maciel também regressou ao Brasil, ocasião em que conheceu, em 1788, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, a quem impressionou, profundamente, o argumento do estudante de que na Europa, onde havia percorrido vários países, ninguém entendia como o Brasil ainda estivesse sob o jugo português (Alexander Marchant. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. XXI, maio 1941, p. 239-257).

Mais tarde, em Vila Rica, durante o encontro em que se decidiu preparar a revolta, Maciel se reuniu, novamente, com Tiradentes, já agora em companhia do padre Carlos Correia de Toledo e Melo e do coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Maciel conspirou assim, ativamente, desde o início, pela rebelião, de cujos participantes era, com seus 28

anos, o mais jovem. Foi o ideólogo do movimento.

Na fase de preparativos, Maciel recebeu a incumbência de montar uma fábrica de pólvora, destinada a complementar o suprimento de munição para a revolta, ficando igualmente encarregado de organizar, após a conquista da independência, a produção de outros artigos manufaturados.

Interessante é observar que o universitário recém-formado, durante as discussões preparatórias da Conjuração Mineira, assumiu a posição menos radical quanto à libertação dos escravos, a ela se opondo sob a alegação da “escassez de mão-de-obra, que resultaria da medida para as minas e fábricas projetadas, não obstante o sentido filosófico implícito no princípio da emancipação universal” (Marchant, ib.). Conforme os *Autos da Devassa da Inconfidência Mineira*, principal fonte para o estudo do movimento, Maciel sustentou, ao contestar a argumentação libertária do poeta Inácio José de Alvarenga Peixoto, que o novo Estado, ao emancipar de imediato seus escravos, já nasceria incapacitado. Ainda era muito cedo, então, para que o abolicionismo empolgasse a juventude brasileira.

A propósito do que planejavam os revoltosos, como medidas a serem tomadas sem mais delongas uma vez alcançada a independência, é também surpreendente a posição do padre Carlos Correia, vigário da Vila de São José e “revolucionário da primeira hora”. Numa proposição classificada, sem rodeios, de cruel, por Alvarenga Peixoto, o sacerdote sugeriu o extermínio de todos os mineiros pró-Portugal, para assegurar o início da nova República.

O estudante, o padre e o poeta, que já experimentavam, então, uma convivência dentro da mesma frente revolucionária, divergiam, porém, quanto aos rumos da revolução. É bom notar, aliás, que os sacerdotes envolvidos agiram com muito mais realismo do que os intelectuais: os padres saíam às ruas, aliciando militantes para o movimento, enquanto Alvarenga Peixoto e os literatos continuavam empenhados em suas intermináveis discussões acadêmicas, deixando de lado os problemas práticos da rebelião para se dedicar a especulações sobre o seu futuro. Em eficácia, os religiosos só perdiam para Tiradentes, o mais prático de todos os militantes da Conjuração Mineira, na qual foi, igualmente, o mais autêntico representante do povo, não obstante a sua temerária e ousada imprudência. Por tudo isso, foi o único que não teve a condenação à morte comutada para degredo perpétuo.

Em 19 de abril de 1788, o negociante Joaquim Silvério dos Reis, símbolo nacional da delação, denunciou a conspiração ao Visconde de Barbacena. Em 20 de novembro do ano seguinte, Maciel, precursor das lutas estudantis pela libertação nacional, confessou sua participação. Fora ele o primeiro a quem Tiradentes confidenciara sua intenção de revolta, que Maciel estimulou, abrindo, na mente do herói popular, perspectivas de apoio exterior, pelo menos no plano moral, pois, segundo ele, como já vimos, a Europa não entendia a sujeição a que ainda estava reduzido o Brasil. Maciel, como jovem que tivera acesso ao ensino universitário, inexistente no país, procurou conscientizar e imprimir um cunho ideológico e científico à revolta de Tiradentes, que, por sua vez, não tinha acesso sequer às obras que continham as doutrinas e concepções sócio-políticas então emergentes, todas escritas em francês ou inglês, como os dois livros sobre leis constitucionais dos EUA que levava, muitas vezes, consigo, e “dos quais pediu a conhecidos que lhe traduzissem certas passagens” (Depoimento de Francisco Xavier Machado, ib., vol.I, p. 142-143 e 261-266). Maciel e Alvarenga Peixoto, como outros conjurados, morreriam no desterro, em Angola.

O papel precursor que os estudantes desempenharam na Conjuração Mineira, como fontes revolucionárias de inspiração e esclarecimento – hoje, diríamos de agitação e politização –, se assemelha bastante, nes-se ponto, à posição do movimento estudantil na sociedade, respeitadas as devidas proporções. Naquela época, eram estudantes que atuavam isoladamente ou, no máximo, em pequenos grupos, como na associação secreta fundada pelos que estudavam na Universidade de Coimbra. Não havia a intensidade e a organização que o movimento só adquiriria no século 20, a ponto de muita gente lhe atribuir, erroneamente, um caráter classista, chegando a falar de “classe estudantil”. O sentido de emancipação nacional da participação estudantil era, então, incomparavelmente, menos complexo, na mesma proporção em que o contexto colonialista da época era simples diante da complexidade do neocolonialista.

As botas dos reinóis forneciam ao estudante do Brasil colonial um alvo físico que os especialistas norte-americanos, integrantes do “governo invisível” que dirigiria a aplicação dos Acordos MEC-Usaid, não ofereceriam ao movimento estudantil da década de 60. Daí a firmeza que a campanha de denúncias deste movimento viria a exigir dos seus militantes, no plano das idéias e, por consequência, o seu acentuado cunho ideológico.

CAPÍTULO II

O ESTUDANTE NO BRASIL-IMPÉRIO

DA FUNDAÇÃO DAS PRIMEIRAS FACULDADES
ÀS CAMPANHAS ABOLICIONISTA E REPUBLICANA

Manuel Arruda da Câmara, pelo Seminário de Olinda e pela sociedade secreta pernambucana *Areópago de Itambé* (1796-1802), na Revolução Pernambucana de 1817, de cunho liberal e republicano.

Ainda que nem sempre seja registrada no plano físico, é notória a participação estudantil no plano ideológico dos movimentos revolucionários brasileiros anteriores à independência. Os estudantes é que trouxeram da Europa as idéias de Voltaire, Rousseau e Montesquieu, e a eles coube propagá-las, através de suas sociedades e clubes secretos. Foram eles que serviram de veículo quase exclusivo para a introdução daqueles ideais até que se concretizasse, em 1808, o sonho inconfindável da fundação de cursos superiores, já existentes na América espanhola desde o século XVI. A primeira universidade surgida fora da Europa foi a de Santo Domingo, em 1538.

AS PRIMEIRAS FACULDADES

O sonho dos mineiros não se confirmaria, entretanto, em todos os seus detalhes. Em vez de São João del Rei ou Vila Rica, o ensino superior brasileiro foi inaugurado com os cursos de Medicina (anatomia e cirúrgica) criados por D. João VI, em 1808, em Salvador e no Rio de Janeiro. Em 1827, Olinda e São Paulo se tornaram sedes dos primeiros cursos jurídicos. A escolha de São Paulo e Olinda não se deu senão após violentos embates verbais na Assembleia Nacional, em que se reivindicava, também, para Salvador, Rio de Janeiro, São Luís do Maranhão, Paraíba e São João del Rei a primazia no ensino jurídico.

Não é difícil entender por que a escolha recaiu no mosteiro de São Bento, em Olinda, centro da economia açucareira. Quanto a São Paulo, a possível explicação para a prioridade que lhe coube está na hegemonia política do Sul, que compensava a então preponderância econômica do Nordeste. Era, afinal, aos senhores de engenho pernambucanos e aos futuros fazendeiros paulistas, preocupados com a influência das doutrinas “exóticas” irradiadas pelos centros culturais europeus sobre seus filhos, que deveriam servir as faculdades. Apesar disso, não deixa de ser curioso notar a prevalência do aludido fator econômico sobre outros que conferiam, já então, ao Rio de Janeiro, o título de capital cultural do país, condição realçada a partir de 1808, com a vinda do príncipe D. João VI. Que, à época, as escolas superiores já existissem na América espanhola é, geralmente, explicado à luz da diferença com que os colonos

A expulsão do invasor francês do Rio de Janeiro e a Conjuração Mineira são apenas os episódios da fase colonial brasileira em que mais se evidencia a participação estudantil. Outros há em que essa participação não é tão evidenciada, como a anticolonialista e antiescravagista Conjuração Baiana ou dos Alfiates (1798), em Salvador, não obstante se possa deduzir que tenha ocorrido, a julgar pelo raciocínio claro e insofismável desenvolvido por certos historiadores brasileiros: “Nenhuma referência encontramos à participação do estudante nesse movimento. Entretanto, não é para duvidar-se que ela tenha existido (e Braz do Amaral, n^o 4 *Conspiração Republicana da Bahia de 1798*, Rio, 1926, afirma que os conspiradores eram, na sua maior parte, de 17 a 30 anos), se não de estudantes dos colégios religiosos e das aulas régias, ao menos dos baianos que cursavam as universidades estrangeiras ou ainda dos que, já diplomados, voltavam à terra do nascimento” (Renato Bahia, ib.). Dos 59 presos, só os mais humildes, quatro negros – Lucas Dantas, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga e João de Deus –, foram condenados à morte e executados em 8 de novembro de 1799 (Antonio Olavo. *Brasil: 500 anos de resistência indígena, negra e popular*).

O mesmo autor (Renato Bahia exerceu a presidência da seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil, tendo sido, também, prefeito de Tanquinho, município próximo a Feira de Santana. Quando estudante, foi, com Rômulo de Almeida, Edgar Valente e Oscar Tavares, um dos organizadores da União dos Estudantes da Bahia) assinala a participação estudantil, através da ideologia iluminista difundida por

espanhóis e portugueses encaravam sua vinda para o Novo Mundo: o espanhol vinha, normalmente, mais disposto a ficar, donde seu maior interesse em transplantar para a colônia alguns recursos de que já podia dispor no país de origem, como a universidade. Por isso, chegamos à independência com cerca de 3 mil graduados no exterior, quando as 19 universidades hispano-americanas já haviam diplomado 150 mil estudantes.

Constatação mais importante, no entanto, do ponto de vista do presente estudo, é a de que os propósitos que nortearam a localização das primeiras faculdades não impediram que muitos filhos da oligarquia paulista e do latifúndio açucareiro pernambucano se engajassem, tão pronto ingressavam nos cursos, nas campanhas estudantis pela abolição da escravidão e pela proclamação da República. E são justamente essas campanhas que dão início a uma tentativa de sistematização do movimento estudantil, “deixando o repentismo, para um trabalho quase didático, através das discussões dentro da universidade, dos comícios políticos, da propaganda pela imprensa. Até mesmo a greve é usada, antecedendo a Proclamação da República” (Antônio Noronha Filho e Pedro Meira. *Ib.*).

A participação política já acarretara, antes mesmo das campanhas abolicionista e republicana, o surgimento da imprensa acadêmica de feição política, tanto em Olinda, com os irmãos Teixeira de Macedo, como em São Paulo, com Justiniano José da Rocha e José Inácio Silveira da Mota. De caráter nacionalista e constitucionista, as lutas estudantis se dirigiam, de início, contra o lusitanismo e o absolutismo do imperador Pedro I, até que este abdicasse o trono, em 7 de abril de 1831.

Em 1833, surgiu, na Academia de São Paulo, a Sociedade Filomática, de cuja fundação participaram os estudantes Silveira da Mota, então cursando o último ano de Direito, e Francisco Bernardino Ribeiro, do quarto ano, bem como os professores Carlos Carneiro de Campos, José Joaquim Fernandes Torres e Tomás Cerqueira. Fazia parte, também, da agremiação o já citado escritor e jornalista Justiniano José da Rocha, responsável pela publicação da *Revista da Sociedade Filomática*, cujo programa, divulgado no seu primeiro número, anunciava: “Seu timbre, e sua única meta, serão coadjuvar a marcha lenta, mas sempre progressiva, da civilização brasileira, com todos os esforços, ainda que minguados, que se compadeçam com a debilidade de suas forças...” (Spencer Vampré. *Memórias para a História da Academia de São Paulo*. Vol. 1, p. 256).

Na fase regencial (1831-1840), há indícios de participação individual de estudantes, embora sem maior destaque, na Revolução Farrouta (1835-1845), no Rio Grande do Sul, e na Sabinada (1837-1838), na Bahia, cuja Faculdade de Medicina – criada, em 1832, juntamente com a do Rio de Janeiro – esteve representada no movimento através do seu corpo docente, pelo professor Francisco Sabino Vieira, o próprio chefe da revolta, e através do discente, em meio ao qual se afigura mais expressiva a atuação do acadêmico Antônio José Alves.

A solução política que a decretação da maioridade do imperador Pedro II representou, em 1840, para a turbulência rebelde das quatro regiões, se sucedeu, por igual, uma fase de calma estudantil, que favoreceu a dedicação à literatura e propiciou maior brilho ao romantismo literário, mediante o aparecimento de vultos do porte do poeta lírico Álvares de Azevedo. Este, seguido de perto por Bernardo Guimarães, José de Alencar e José Bonifácio, o “Moço” – todos, então, na Faculdade de Direito de São Paulo –, representa o maior expoente de um movimento de poesia jovem bastante influenciado por uma entidade estudantil, a *Sociedade Epicurea*.

Fundada em 1845 pelos acadêmicos de Direito paulistas, a *Sociedade Epicurea* era “composta dos mais talentosos e tinha por fim esta coisa extravagante – realizar os sonhos de Byron”. Um dos seus membros legou à posteridade um depoimento bastante expressivo sobre a concretização desses sonhos byronianos: “Eram diversos os pontos em que nos reuníamos: ora nos Ingleses, ora nalgum outro arrabalde da cidade... Uma vez, estivemos encerrados quinze dias, em companhia de perdidos, cometendo, ao clarão de candeieiros, por isso que todas as janelas eram perfeitamente fechadas desde que entrávamos até sair, toda a sorte de desvarios que se podem conceber” (Spencer Vampré. *Ib.*, p. 256).

Outras associações desse tipo, e de vida intelectual igualmente intensa, apareceram depois de 1850 na Faculdade de Direito de São Paulo, tais como o *Ensaio Filosófico Paulistano*, o *Ateneu Paulistano*, a *Arcádia Paulistana*, a *Associação Culto à Ciência* e o *Instituto Acadêmico*. A elas, bem como a um certo tom progressista imprimido a algumas iniciativas do Segundo Império, deve ser creditada a extensão, até 1860, da trégua política estudantil. E esta foi, por sua vez, responsável, em grande parte, pelo período de florescimento literário e artístico que se seguiu, reunindo Fagundes Varela e Castro Alves a Álvares de

Azevedo, na faculdade paulista. A poesia passou a ocupar o tempo e o espaço que lhe foram franqueados pela retirada temporária da política, esta acompanhada, no breve ocaso, pelos estudos histórico-filosóficos.

Não obstante, a trégua era, vez por outra, rompida, como ocorreu durante as lutas internas que se travaram, ainda em São Paulo, entre acadêmicos de Direito conservadores e liberais. E o desengajamento político não era, afinal, tão completo assim, pois foi em 1852 que um grupo de acadêmicos da Faculdade de Medicina da Bahia fundou a primeira associação estudantil destinada a alforriar escravos, a *Sociedade Dois de Julho*, da qual faziam parte, entre outros, César Zama, Almeida Couto, Jerônimo Sodré Pereira e Virgílio Damásio, este, posteriormente, um dos principais chefes do movimento republicano na Bahia. Estado do qual foi aclamado primeiro governador quando lá declarou instaurado o novo regime, em 1889. Uma sociedade libertadora idêntica seria organizada, em 1856, na faculdade paulista, embora só viesse a alforriar uma escrava (Renato Bahia Ib.).

AS CAMPANHAS PELA ABOLIÇÃO E PELA REPÚBLICA

Ao crescimento do ideal abolicionista correspondeu mudança no conteúdo da poesia, que se tornou socialmente participante, com Castro Alves e Tobias Barreto, na Faculdade de Direito pernambucana (transfida, em 1854, de Olinda para Recife). A poesia social devolveu, numa sequência lógica, os estudantes à política, na qual passariam, daí em diante, a assumir posições cada vez mais divergentes das que defendia o governo. Incidentes, como a prisão escolar de Maciel Pinheiro e, principalmente, o espancamento do estudante Torres Portugal, junto a ponte do Recife, vêm acirrar a divergência. Na Faculdade de São Paulo, o início da oposição a D. Pedro II irá encontrar, como acadêmicos, futuros presidentes da República, Prudente de Moraes, Campos Sales, Afonso Pena e Rodrigues Alves, bem como Rui Barbosa e Castro Alves, transferidos do Recife, e Joaquim Nabuco. De todos, Castro Alves é, talvez, o que melhor simboliza, nessa fase, o papel precursor que os estudantes desempenharam na Campanha Abolicionista, mediante escritos em prosa e verso, conferências e debates públicos.

Depois da morte do poeta libertário, a campanha estudantil pela abolição da escravatura extravasa o campo doutrinário, com a formação

de grupos e sociedades que estimulam a fuga de escravos, auxiliando-os na arriscada empresa. É a fase em que se destacam os estudantes Raul Pompéia, em São Paulo, e Brício Filho, no Rio e, depois, na Bahia. É a fase, também, em que a juventude militar adere à campanha, com a fundação, pelos cadetes da Escola Militar, da sociedade que recebeu o nome de *Libertadora*. Pouco tempo mais, e a causa estava ganha, ensejando aos estudantes a comemoração de uma vitória que, embora não fosse exclusivamente sua, nascera nas faculdades e ganhara o alento inicial na imprensa acadêmica.

Quanto à campanha republicana, se desenvolvera *pari passu* à abolicionista. Muitos estudantes punham mais ênfase naquela, por considerar que a abolição seria uma consequência automática da República. Tal ênfase redundou em alguns incidentes, como na visita do genro, conde d'Eu, genro do imperador, a São Paulo, quando um comício político estudantil foi dissolvido pela cavalaria, no Largo da Sé.

Surgem, na ocasião, vários clubes republicanos acadêmicos, nos quais se destacam, entre outros, Pinheiro Machado, Júlio de Castilhos, Afonso Celso Júnior, Júlio de Mesquita, Borges de Medeiros, Rodrigo Otávio, Vicente de Carvalho, Delfim Moreira e Júlio Ribeiro, em São Paulo; Clóvis Bevilacqua, no Recife; e Alexandre Stockler e Luís Pires, no Rio, onde teria participação decisiva nos eventos a juventude militar, com Joaquim Inácio, Lauro Müller, José Bevilacqua (pai do general Pery Constant Bevilacqua), Aníbal Cardoso, Cândido Mariano, Lambertini e Tasso Fragoso (Renato Bahia, ib.). Afirma-se, inclusive, ter sido a juventude militar, noutros tempos bastante integrada com a universitária, que provocou a quebra da indecisão do marechal Deodoro da Fonseca, compelindo-o, no Campo de Santana, aos gritos de "Viva a República", a pôr fim à monarquia.

O estado de ânimo então reinante na Escola Militar da Praia Vermelha explica tal asserção, como justificou, em novembro de 1888, o afastamento, por questões disciplinares, do cadete Euclides da Cunha, envolvido num episódio que bem demonstra a penetração da propaganda republicana entre a juventude militar. "Foi o episódio muito conhecido depois do discurso de Afrânio Peixoto, ao suceder na Academia Brasileira de Letras àquele rebelde. Dando uns passos à frente da sua companhia, em continência, no momento, ao ministro da Guerra, atirou o sabre ao chão, proferindo palavras que reforçavam o gesto de desacato sensacional, deixando estupefatos os próprios companheiros de

armas que, à hora, não tiveram coragem para cumprir o combinado, em benefício da propaganda republicana”. O próprio Euclides, através de um diário de Gastão da Cunha, informou, posteriormente: “Nosso plano em 13 de novembro de 1888 era revoltar toda a Escola, aí prender o ministro, e bater depois em marcha para São Cristóvão, onde prenderíamos também o Imperador” (Olimpio de Sousa Andrade. *História e interpretação de Os sertões*, 3ª ed., p. 31).

Um dos mais notáveis conhecedores da vida e obra de Euclides da Cunha, Olímpio adentra em minúcias que esclarecem o gesto de rebeldia euclidiano: “Os pormenores, registrados após um jantar em abril de 1906, não-lo apresentam falando que não estivera no seu propósito o desrespeito pessoal ao ministro, mas o protesto contra a passividade de meia dúzia de companheiros que, falhando a um acordo destinado a sublevar os demais, apresentaram armas e não deram o esperado Viva à República”. Euclides diria depois que, à época, “tinha só 17 anos, escorados na *certeza plena, absoluta, de que a República estava feita, questão de horas*”. De qualquer forma, a atitude de rebeldia “teve es-tretrondosa repercussão, estourando nos diários e no plenário da Câmara. Enquanto uns jornais viam na insubmissão um fato sem importância para o regime, outros a apontavam com o destaque próprio da simpatia pelos republicanos. Na Câmara, as principais manifestações foram as de Silveira Martins e Joaquim Nabuco. O famoso tribuno gaúcho, que acompanhava o ministro no momento do desacato, procurou retirar ao sucesso o seu sentido político”, ao passo que “Nabuco, com as suas maneiras elegantes e discretas, procurou enxergar mais longe. Aconselhou a união de todas as forças políticas fiéis ao regime, em face daquela *novidade de tão grande importância*, como considerava *os acontecimentos da Praia Vermelha*” (ib., p. 31 e 33).

O ato de Euclides da Cunha, símbolo da rebelião que lavrava entre os cadetes às vésperas da República, talvez seja melhor entendido à luz da intensa vida intelectual na Escola Militar: “Esta se bipartia em literatura, com leituras de Herculano, Camilo, Macedo, Alencar, Renan, Victor Hugo, cuja morte deu lugar à grande reunião dos estudantes, e em ciências e filosofia, misturando Platão, Buchner, Flammarton, Spencer, Teixeira de Freitas, Lagrange, Bertrand” (ib., p. 30).

Em consequência de sua ação, Euclides foi preso na Fortaleza de Santa Cruz e excluído do Exército – sem, no entanto, ter sido submetido a Conselho de Guerra (que poderia condená-lo à força), graças à

audiência que seu pai conseguiu com o imperador. Ao monarca restaria menos de um ano para conceder audiências.

Ao apagar das luzes imperiais, os estudantes ainda tomaram parte ativa num dos primeiros movimentos de massa do Brasil e que não se insere, propriamente, no conjunto das lutas abolicionistas e republicanas, apesar de ter sido deflagrado contra o imperador, quando este, através do Gabinete Ouro Preto, aumentou um vintém no preço das passagens dos bondes. A medida acendeu, em 1º de janeiro de 1880, o estopim da Revolta do Vintém, cuja figura mais preeminente foi o propagandista republicano Lopes Trovão, um dos nossos mais famosos oradores populares. O entusiasmo com que os estudantes receberam a revolta e a maneira espontânea como a ela se associaram concorreram para que a sufocação do movimento implicasse a ocupação militar do Rio de Janeiro.

A Abolição e a República, pouco mais tarde, viriam aplacar um pouco esse ardor, que ia, como vemos, em linha ascendente. A consecução dos objetivos imediatos gerou, mais uma vez, como ocorrera com a abdicação do primeiro imperador e, especialmente, com a decretação da maioridade do segundo, um período de trégua na militância. A relativa estagnação não significaria, no entanto, que o movimento de participação da juventude, considerado em conjunto, tivesse que ser representado, nessa fase de transição, por uma curva descendente, pois seria compensada, em particular no segundo governo republicano, o do marechal Floriano Peixoto, por outro surto de mobilização política da juventude militar, que apoiaria, com arruibo incomum, esse presidente.

CAPÍTULO III

A REBELIÃO DA JUVENTUDE MILITAR

Como em todas as ocasiões em que vê satisfeitas suas exigências e reivindicações mais prementes, a juventude universitária se aquietou no alvorecer da Primeira República. O sol que se levantava no horizonte, concentrando em torno de si as esperanças de quase toda a nação, encontrou os estudantes dormindo o sono dos justos, repousando das madrugadas e serões da fase imperial, consumidas nas lutas abolicionista e republicana. Não havia por que lutar nessa manhã radiosa de um novo dia. Os estudantes, cujos objetivos sempre foram sobretudo táticos e a curto prazo – como, de resto, os de quase todos os movimentos oposicionistas brasileiros –, não tinham bandeira de luta na alvorecida republicana.

Há autores, contudo, que sustentam outras razões para o declínio da atividade política dos estudantes civis nos primeiros anos da República. Clóvis Bevilacqua procurou explicá-lo como decorrência da crescente integração dos universitários na sociedade. Afrânio Peixoto entendeu o enfraquecimento da atuação universitária como resultante da eficiência e dinamismo legislativos do governo provisório, em comparação à apatia do parlamentarismo imperial. Em outras palavras, ele também não conseguiu identificar objetivos para as lutas da mocidade civil naquele começo republicano.

Outros motivos para o fenômeno foram os encontrados por Renato Bahia: “... O estudante do período imperial, em regra, filho do grande proprietário agrícola, desfrutava, assim, de uma situação privilegiada:

era, economicamente, um despreocupado de sua subsistência, com tempo bastante para os deveres escolares e inquietações extra-escolares e, além do mais, suficientemente livre, independente, para as mais audaciosas atitudes... Com a extinção da escravidão, porém, a fidalguia do campo deixou de ser o viveiro ou afluente quase que exclusivo das academias. Abolidos com as novas instituições políticas e sociais os privilégios de títulos, e firmada a igualdade de raças, as classes médias tornaram-se um poderoso elemento na constituição do corpo discente das faculdades. Desaparecia, desse modo, a primitiva figura do estudante abastado, de boas mesadas, apenas *estudante*, para surgir essa outra, que ainda hoje predomina no cenário acadêmico: a do estudante que alia às atividades escolares o exercício de uma profissão. O estudante teve a sua atenção desviada para outros mistérios que não os exclusivamente culturais, enquanto, se deixando manietar por uma visão mais utilitária da vida, perdeu aquela disciplina e aquele arrebatamento que emprestam à história acadêmica uma coloração forte de civismo e de desprendimento... A difusão, cada vez mais generalizada, do ensino superior, pela criação das faculdades livres, vulgarizando o diploma científico, tornando-o mais acessível e mais comum, arrebatou ao estudante aquela auréola de prestígio, com que a sociedade daquela época reverenciava, no acadêmico de hoje, o doutor de amanhã... E a grande imprensa diária, surgindo com feito moderno, dispondo de recursos mais ponderáveis, relegou a plano secundário o jornalismo acadêmico...” (ib.).

Razões sem dúvida ponderáveis, as apresentadas por esse autor – provavelmente, o mais detalhado historiador do movimento estudantil nas fases colonial e imperial. Ao expô-las, no entanto, não deixou de admitir que era cedo – em 1954 – para se escrever a história acadêmica republicana. De fato, os acontecimentos posteriores, no que diz respeito ao comportamento político estudantil, justificam os cuidados e receios daquele autor. A mudança ocorrida no quadro da participação política universitária, particularmente na segunda metade do século passado, demonstrou que o estudante experimentalista, cada vez mais, inquietado com extra-escolares, civismo e desprendimento, mesmo sem contar com boas mesadas e sem ser apenas *estudante*. Quanto à vulgarização do diploma e ao surgimento da grande imprensa diária, são fatores que, inquestionavelmente, influíram no decréscimo da atividade política no início da República, embora – continuo a achar – tenha sido a ausência de objetivos táticos no plano político o fator preponderante na ocorrência

cia do fenômeno. O Brasil – ao contrário, por exemplo, de Portugal, duas décadas depois – assistiu tranqüilo à aurora republicana. Para usar o jargão dos nossos políticos militares e militares políticos da ditadura, vivia-se, naqueles dias, um clima de “desarmamento dos espíritos” e de “pacificação da família brasileira”.

De mais a mais, os conhecimentos econômicos e financeiros ainda não se achavam difundidos a ponto de permitir aos nossos estudantes um balanço da situação real do país. Ninguém tinha noção, por exemplo, de quanto já devíamos no exterior, da soma que o recém-deposto governo imperial obtivera no estrangeiro para amortizar empréstimos anteriores e para contornar as já então crônicas dificuldades orçamentárias. Não se tinha, ainda, generalizado o alerta para o perigo da evasão dos recursos e da renda nacionais, esta última motivada, à época, sobretudo pela comercialização. Os estudantes de então não contavam, enfim, com o cabedal de informações com que seus herdeiros puderam enfrentar, durante o regime militar, o sr. Roberto Campos. O subdesenvolvimento, evidentemente, já existia, mas só seria conceituado como tal muitas décadas depois. O comércio já era altamente desfavorável para o país exportador de matérias-primas e importador de manufaturados, mas a miséria nacional teria muito que crescer para que essa tendência comesse a ser, timidamente, constatada. A impressão dominante era de que os males brasileiros haviam sido resolvidos com a implantação da República. Os estudantes civis também se deixaram contaminar por esse clima de sétimo dia da criação e, por isso, o movimento decaiu no início da fase republicana.

A JOVEM GUARDA FLORIANISTA

Do outro lado da gangorra juvenil, em compensação, se ergueu, com inusitada intensidade, a mocidade militar, impulsionada pelas idéias positivistas de Benjamin Constant e pelo carisma do presidente Floriano Peixoto (1891-1894).

A exemplo do que ocorreu nas décadas de 60 e 70 do século 20, quando os estudantes se tornaram porta-vozes das aspirações e reivindicações operárias-camponesas e, em virtude do *éthos* arcaico rural e do paternalismo sindical urbano, os cadetes do período florianista ergueram, juntamente com a imprensa e intelectuais progressistas, as bandeiras da classe média ascendente. Se os primeiros foram acusados de ex-

tremistas, os cadetes teriam de receber a classificação de “ultra-extremistas”, pois a participação política da juventude militar logo ultrapassou as barreiras da indisciplina interna para se converter em rebelião aberta.

O componente nacionalista, predominante no que se convencionou chamar de florianismo, empolgou, com a maior facilidade, os jovens cadetes, e a compreensão disso por parte de Floriano o levou à condenância em relação à rebeldia. Não se deve cair no erro de pensar que a complacência governamental invalidou o mérito ou suprimiu a importância da agitação quase permanente em que se manteve a juventude militar dos começos republicanos. Basta, para evitar semelhante equívoco, que se atente para o fato de que a revolta da juventude, se analisada em dimensão mundial, não é, necessariamente, contra o governo constituído. E não se precisa apelar aos “guardas vermelhos” de Mao Tsé-tung para comprovar essa tese.

No tempo de Floriano, os cadetes se rebelavam, de modo quase fanático, a favor do presidente, que procurava relevar-lhes as punições cominadas em códigos militares, ainda que por vias às vezes indiretas, através de anistias votadas, às pressas, no Congresso. É, sem dúvida, muito mais fácil se rebelar a favor do governo. Daí os êxitos alcançados pelos cadetes, que chegaram mesmo a depor o presidente do Ceará, general José Clarindo de Queiroz, adversário de Floriano, depois de bombardear o palácio do governo. Ao contrário do que ocorra às vésperas da Abolição e da Proclamação da República, era, agora, o entusiasmo da mocidade militar que contagiava a civil.

Expressão desse fenômeno de união da juventude militar e civil foi a mobilização encetada pelos “batalhões escolares” – mistos de cadetes e universitários – em defesa da legalidade, ameaçada pela segunda Revolta da Armada, que eclodiu em 6 de setembro de 1893. No dizer de Bahia, constituíam esses batalhões “a força privilegiada de que o presidente havia feito *uma quase sua guarda pessoal, a tropa de elite em que mais confiava e que mais amava*. E tão eloqüente deve ter sido o gesto desses jovens, que Floriano, ao presenciar, certa feita, o desfile de um dos batalhões, apesar da sobriedade com que emitia opiniões, não pôde conter esta expressão significativa: *Estou contente em ver que a República não mais perecerá, porque está sendo amada pela mocidade*” (ib.). A mais famosa dessas unidades estudantis, o histórico Batalhão Acadêmico, sob o comando do então estudante de Engenharia e tenente do Exército Tomás Cavalcanti de Albuquerque, muito contri-

buiu para o desbaratamento dos rebeldes monarquistas de Custódio de Melo e Saldanha da Gama.

A união civil-militar da juventude se aprofundaria, solidificada pelo espírito de conagração das pugnas esportivas, que reuniam os jovens das faculdades, das escolas militares e da Escola Naval, nos mesmos gramados, quadras e vestiários. A transferência da Escola Militar do Rio de Janeiro para a localidade fluminense de Agulhas Negras viria interromper essa saudável aproximação, que deve constituir ponto básico em qualquer política de juventude para o Brasil, onde não existe, como, por exemplo, na Argélia, o Ministério da Juventude, por motivos, aliás, bastante compreensíveis. O maior deles é que os governos brasileiros simplesmente não costumam ter qualquer mensagem para a juventude, ao contrário de Floriano Peixoto, que se tornara mensageiro de um nacionalismo a que não faltava o tempero da ousadia, tão de gosto da mocidade, como na histórica advertência em que antecipou como receberia qualquer ingerência externa em nossos assuntos internos: “À bala”.

Por juventude militar florianista se deve entender aqui os cadetes do Exército, cuja participação política não cessara de crescer desde a reta final das campanhas que culminaram com a República, ao passo que “a propaganda republicana pouco entusiasmara e mal afetara a juventude da Escola Naval”, que “aceitara a República como fato consumado, por espírito de disciplina e de patriotismo, no fundo descontente da supremacia do Exército na implantação do novo regime” (José Maria Bello. *História da República*, p. 168).

Não se pode relegar a plano secundário, no estudo da rebelião dessa juventude militar, a influência do sopro humanístico de Benjamin Constant sobre o seu currículo de ensino, desde quando, à frente do Ministério da Guerra, o reformara, nele incluindo matérias como a Biologia e a tão perseguida – mais de seis décadas depois, no governo do marechal Castelo Branco – Sociologia. Está aí outro item fundamental que não poderia deixar de ser observado numa política sadia para a juventude brasileira: uma nova reforma do ensino militar, que extinguisse o sistema alienante de estudo das matérias em compartimentos estanques, como se nada as ligasse entre si.

Floriano Peixoto teve, sem dúvida, facilitada a ascendência que exerceu sobre a juventude militar, pela compreensão que a Sociologia propiciara às mensagens nacionalistas entre os cadetes, os posteriormente tão criticados, pelo seu apaisamento, “oficiais-doutores” ou

“científicos”. Mas, Floriano não quis arcar, depois que entregou o governo, com as implicações dessa liderança. Não obstante, a rebeldia da juventude militar prosseguiu contra o primeiro presidente civil da República e o primeiro eleito pelo voto popular, Prudente de Moraes, que com ela se viu às voltas logo depois de empossado, em 13 de março de 1895, quando os cadetes da Escola Militar da Praia Vermelha se rebelaram contra as autoridades constituídas, vaiaram o comandante da unidade, general Ourique Jacques, e saíram à rua, em passeata, empunhando o retrato de Floriano como bandeira e – do ponto de vista da indisciplina militar praticada – como escudo.

“Dessa vez, no entanto, não mais os amparava, na Presidência da República, a mão amiga e tolerante de sempre: foram todos presos e expulsos do Exército. Malgrado, porém, o rigor da pena imposta, contou-se a lavar a inquietação, pronta sempre a deflagrar, ao primeiro pretexto. Em maio de 1897, a escassez de munição nas fronteiras com o Uruguai, onde irrompera um movimento armado, leva o governo a requisitar à Escola Militar 50 mil cartuchos, ali existentes. Insurgem-se os alunos contra a providência, que encobriria, talvez, o desejo de despojar os de munições. Prendem o comandante da Escola e permanecem em atitude de rebeldia, sendo necessário que o governo, para debelá-la, enviasse fortes contingentes das três armas e fizesse estacionar, nas proximidades do estabelecimento, dois vasos de guerra...” (Renato Bahia. *Ib.*, p. 194).

OS ESTUDANTES CONTRA AS ATROCIDADES MILITARES EM CANUDOS

Era a época em que o país vivia, também, os traumas da rebelião de Canudos (1893-1897), cujo desfecho sangrento produziria uma das poucas manifestações políticas de monta da juventude civil na primeira República. Ela tomou a forma de documento escrito e dirigido à nação pelos acadêmicos de Direito da Bahia – um dos primeiros manifestos estudantis da nossa história, cuja íntegra não pode, por isso mesmo, ser aqui omitida:

“Os signatários da presente publicação, alunos da Faculdade de Direito da Bahia, tendo até agora esperado embalde que alguma voz se levantasse para vingar o direito, a lei e o futuro

da República, conculcados e comprometidos no cruel massacre que, como toda a população desta capital já sabe, foi exercido sobre prisioneiros indefesos e manietados em Canudos e até em Queimadas; e julgando ao mesmo tempo que, nem por haver cumprido um dever rigoroso, é lícito ao soldado de uma nação livre e civilizada colocar-se acima da lei e da humanidade, postergando-as desassombradamente: – vêm declarar perante os seus compatriotas que consideram um crime a jugulação dos míseros conselheiristas aprisionados, e francamente o reproavam e o condenam, como uma aberração monstruosa, que, se chegasse a passar sem protesto, lançaria sobre o nome da pátria o mesmo laivo de sanguinolenta atrocidade que, repellido pela bandeira cristã de Menelick – o africano –, assenta hoje vergonhosamente sobre a emperrada barbaria do crescente otomano. Os alunos signatários sabem que seria impolitico e errado o proceder de uma república que, imitando a antiga Atenas, perseguisse os seus guerreiros de volta da batalha arriscada; mas compreendem também, por outro lado, a grave necessidade de que uma geral reprovação caia como raio de justiça inflexível sobre aquele morticínio praticado talvez na insciência das leis sagradas, que protegem na culta República brasileira a vida sempre respeitável de um preso manietado e sem defesa. O Brasil republicano só há de prosperar quando estiverem consolidados certos hábitos, certas práticas indispensáveis ao seu desenvolvimento normal; a história da República atravessa o período da consolidação dos costumes. Urge que, em vez de deixá-las, como um precedente funestíssimo, profliguemos todas as injustiças, todas as ilegalidades, com a serena sobranceira de quem se sente apossado pela razão e o direito. Urge que estigmatizemos as iníquas degolações de Canudos, para que todos se convençam, para que fique indestrutivelmente assentado – que a República, como qualquer governo civilizado do século XIX, repele com a mesma indignação e o mesmo horror a série intensa das oblações sanguinárias, desde o holocausto desnaturo de Brutus até o guilhotinamento em massa dos ferozes republicanos de 1789. No tempo de Caracala, a prioridade das reivindicações que o direito não desdenha, mesmo quando intentadas em geral da

causa de miseráveis mortos, era reclamada como uma honra pelos papianos incorruptíveis. Hoje, que os brasileiros se vangloriam de possuir cultura igual à dos mais adiantados povos progressistas, seria uma vergonha sintomática de maiores aviltamentos para o futuro, se a consciência nacional, acobardada, emudecesse diante dos responsáveis pelos truísmos de Canudos e Queimadas. Combatendo naquelas paragens pelo restabelecimento da soberana autoridade das leis, ninguém tinha lá o direito de desprezá-la erigindo-se, fora da luta, em supremo árbitro da vida e da morte, quando a própria majestade da República não recusa ao mais miserável e torpe dos seus prisioneiros o sacratíssimo e iniludível direito de defesa. Aquelas mortes pela jugulação foram pois uma desumanidade sobreposta à flagrante violação da justiça. Já não há Caracalas; e se os houvera, os alunos signatários, quebrando embora a estrondosa harmonia dos hinos triunfais, e o certo atroador das deificações miraculosas, cumpririam, apesar deles, o seu dever, proclamando as palavras de justiça e de verdade que aí ficam, e que, porventura, concorrerão para impedir no futuro a triste renovação de semelhantes atrocidades. – Faculdade de Direito da Bahia, em 3 de novembro de 1897” (Rocha Pombo. História do Brasil, v. X, p. 431).

Este manifesto representou, praticamente, o último ato da participação política da juventude brasileira no século 19. Apresentou, como se pode ver, todos os resquícios de rebelião que assinalamos no seu comportamento, sendo fácil aquilatar o que essa atitude dos acadêmicos baianos envolveu de coragem, num momento em que o Exército julgava estar lavando a honra manchada, sucessivas vezes, nos frustrados assaltos ao arraial de Canudos. O gesto estudantil equivaler, respeitadas as circunstâncias e a época, ao posteriormente praticado pelo jornalista Hélio Fernandes, no dia do sepultamento do marechal Castelo Branco: a redação de um artigo em que enumerou as violências cometidas sob a gestão do falecido.

O DECLÍNIO DA REBELIÃO DOS CADETES

No século 20, o primeiro ato de rebelião da juventude militar sucedeu no governo Rodrigues Alves, em 1904, quando os cadetes da Praia

Vermelha se uniram ao clamor popular contra a instituição, por iniciativa de Oswaldo Cruz, da vacinação antivariolosa obrigatória e depuseram o comandante da Escola Militar. É ainda em Renato Bahia (ib.) que encontramos o mais sucinto e elucidativo narrador do episódio: “... às 10 horas da noite de 14 de novembro, iniciam (os cadetes) a sua marcha sobre o Cateite... Na Rua da Passagem, trava-se, pouco depois, a primeira escaramuça. Pela manhã do dia seguinte, à vista, porém, da brigada que se organizara para combater a insurreição e da qual fazia parte o próprio ministro da Guerra, entregam-se os rebeldes, em número de 175, sendo, afinal, presos e recolhidos ao quartel-general, e ocupada a Escola por um contingente de infantaria. Não lograram, é certo, os audaciosos cadetes o fim que objetivaram; mas ficou o gesto de confraternização, a solidariedade que eles faziam questão de testemunhar ao povo, melindrado nos seus preconceitos exaltadamente individualistas ou, porventura, vítima inconsciente das maquinacões partidárias...”

A rebelião da juventude militar estudantil atingira o ápice com a Revolta da Vacina, embora a rebeldia tenha perdurado em movimentos como o levante dos cadetes contra o governo de Venceslau Brás, o dos sargentos de 1916, a Revolta dos 18 do Forte (1922), a Revolução Paulista de 1924, que se prolongou na Coluna Prestes (1924-1927) e, por fim, a Revolução de 1930. Episódios marcantes, os quatro últimos, do tenentismo (1922-1934), que mobilizou a jovem oficialidade contra o poder oligárquico da Primeira República.

A Revolta dos 18 do Forte, eclodida em 5 de julho de 1922, em Copacabana, no Rio, inaugurou esse movimento político que teria profundas repercussões na vida nacional, embora sua história – inclusive a fa-se vitoriosa, encerrada com a Revolução de 30 – não caiba nos limites da especificidade deste livro, uma vez que o tenentismo é impulsionado por oficiais e não pela juventude militar estudantil. Não obstante, os cadetes participam, com destaque, do ato que deflagrou o movimento, insurgindo-se, na Escola Militar de Realengo, e aderindo à Revolta do Forte contra o governo de Epitácio Pessoa, a partir do qual se acentua o declínio do estado de rebelião da juventude militar estudantil (excluídos do Exército, os cadetes seriam anistiados em novembro de 1930, depois da Revolução).

No entanto, em todos os movimentos aqui citados como posteriores a essa rebelião e passíveis de terem sido por ela, ainda que longinquamente, influenciados, é notória a característica da participação prepon-

derante de militares de patente inferior, os mais disponíveis para as lutas nacionalistas contra a dominação estrangeira de nossa economia, ponto de estrangulamento de todas as tentativas brasileiras de progresso e justiça social.

UMA POLÍTICA DE UNIÃO CIVIL-MILITAR DA JUVENTUDE

Durante a Guerra Fria, até o posto de capitão, o jovem oficial ainda não se sentia comprometido com a obrigação de manter o *status quo*, nem realizara o seu primeiro estágio nos Estados Unidos, de onde voltaria embasado ante as maravilhas e o poderio vistos e prenunciados, que lhe inculcariam um certo desânimo de intentar uma luta, inegavelmente penosa, para reduzir a diferença que nos separa, sobretudo no aspecto tecnológico, daquele país. O misto de deslumbramento e desânimo provocado pelo contato pessoal com a grande potência contribuía, aliás, com geral, para arrefecer o idealismo nacionalista, de conformidade, com os objetivos traçados pelo Pentágono, ao instituir o programa de estágios para os nossos militares. Daí por diante, o capitão ou major se tornava presa fácil das teorias geopolíticas então difundidas pela Escola Superior de Guerra, particularmente dos conceitos de segurança nacional, em cuja elaboração colaborou, ativamente, o marechal Castelo Branco. Segundo estes, a suposta inevitabilidade de uma terceira guerra mundial, o bipolarismo da estrutura do poder mundial e a situação política, geográfica e cultural do Brasil recomendavam a primazia dos interesses do chamado bloco ocidental, mesmo em detrimento dos legítimos interesses nacionais. Era, sem dúvida, mais fácil e cômodo aceitar a posição de protegido por aquele poderio, visitado durante o estágio. Embora, do ponto de vista brasileiro, muito mais inseguro e impatriótico.

É claro que a americanização dos jovens oficiais não era uma regra sem exceções. Mas era, no mínimo, uma tendência, cujos efeitos nocivos à nação poderiam ser evitados, já não digo mediante o drástico cancelamento dos estágios, mas com uma melhor preparação da juventude militar, de modo a que pudesse usufruir os benefícios, sem absorver a doutrinação alheia aos nossos interesses. Que os oficiais voltassem imbuídos da necessidade urgente de desenvolvimento tecnológico do Brasil, custasse o que custasse, em vez de regressarem tão confiantes na “ajuda” e “proteção” do “grande irmão do Norte”.

Para isso, em primeiro lugar, as ciências humanas e a Economia –

esta, à época, ensinada apenas sob a forma de rudimentos, aos oficiais intendentes – teriam de ser incluídas nos currículos dos cadetes do Exército e da Aeronáutica e dos aspirantes da Marinha. Isso não implicaria, de modo algum, desvio do cabedal de conhecimentos técnicos indispensáveis à carreira militar. Pelo contrário, acrescentaria ao patrimônio cultural da juventude armada a noção de que os conhecimentos militares deveriam ser utilizados, prioritariamente, no combate ao mal que resultava em todas as misérias e frustrações do país: o subdesenvolvimento.

Em segundo lugar, deveria ser incrementada a aproximação entre a juventude militar e a civil, de modo a promover um intercâmbio de experiências e visões da vida e das coisas de que o regime de internato priva cadetes e aspirantes.

A necessidade dessa união da juventude se tornou maior após o golpe de 64, que, entre outros erros, fomentou uma absurda separação entre militares e civis. Cumpria à juventude brasileira, como um todo, lutar pelo fechamento da brecha e trabalhar pela destruição do muro erguido entre universitários e cadetes. Na verdade, em termos de interesses nacionais, nada os separava. Pelo contrário, tudo os unia em torno da imensa responsabilidade pelos destinos de um país que haviam, inexoravelmente, de herdar e gerir.

Os contatos com a juventude militar a revelavam tão insatisfeita quanto a civil no que concernia à sucessão de fracassos das gerações que se revezaram no poder. Ela encarava de maneira idêntica muitos problemas, a começar pelo custo de vida, mas era menos sensível a questões como a presença estrangeira cada vez maior na economia e no controle de nossas riquezas. A juventude militar também não vislumbrava nos dirigentes a garantia do seu presente nem o penhor do seu futuro, mas lhe faltava constatar que os atos daquelas autoridades não demonstravam fé nos rumos do país, porque elas nunca tiveram a preocupação nacionalista de elaboração de uma teoria brasileira do desenvolvimento nacional.

Essas diferenças, aliadas ao rigorismo do regime disciplinar, é que levaram a juventude militar à alienação, e a rebelião a se confinar, ao contrário do que ocorria nos primeiros anos da República, na juventude de civil.

CAPÍTULO IV

O ESTUDANTE NA PRIMEIRA REPÚBLICA

DA PRIMAVERA DE SANGUE À CAMPANHA NACIONALISTA DE BILAC

A falta de um organismo que a coordenasse e a ausência de plataformas de luta que a motivassem tornam dispersa e caótica a atuação política dos universitários na Primeira República. Salvo a mobilização dos “batalhões escolares”, a favor de Floriano e contra a Revolta da Armada, e a manifestação episódica e isolada – o que não exclui sua importância – contra as atrocidades praticadas em Canudos, a importância de do fim do século 19 e do começo do 20 participou da vida política nacional, sobretudo, através de sua parcela fardada, num movimento de implicações posteriores, embora diluído ao correr do tempo, e que, em proveito da unicidade do tema, foi aqui tratado à parte, no capítulo anterior.

Houve, além disso, em 1897, manifestações cívicas esporádicas, promovidas pelos alunos da Escola Politécnica* e da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, tais como a recepção tributada a marinheiros chilenos que aqui aportaram, pontilhada pelos “discursos de José do Patrocínio e dos estudantes Sampaio Correia e Fernando de Magalhães”, e um desfile pró-Grécia, contra o massacre de Cândia pelas hordas de Abdul Hamid (Francisco de Assis Barbosa. *A vida de Lima Barreto*, 3ª ed., p. 72).

Registra-se, igualmente, a participação da juventude civil nas tradicionais lutas e manifestações populares contra a Light, que sempre ocor-

* Criada no Rio, em 1874, com a reforma da Escola Central, a primeira de Engenharia no país.

reram no Brasil, em várias épocas – daí o seu caráter quase rotineiro e falta de originalidade –, principalmente no Rio, São Paulo e Recife. Em junho de 1901, por exemplo, nos dias 17, 18 e 19, os estudantes cariocas compartilham do protesto popular contra a elevação do preço das passagens dos bondes, sendo reprimidos pela polícia, cuja truculência é condenada no dia 19, em discurso de Rui Barbosa. O agravamento da crise resulta, em 5 de agosto, nos pedidos de demissão do ministro da Justiça, Epitácio Pessoa, e do chefe de Polícia. O afastamento de Epitácio gera passeatas em regozijo, no mesmo dia, no Rio, dos acadêmicos de medicina, e, no dia 7, em São Paulo.

O poderio da Light e a qualidade dos serviços por ela prestados ainda ensinariam muitos outros protestos populares – dos quais, em geral, os estudantes sempre participaram –, como em janeiro e abril de 1959, no Rio e em São Paulo. Era a rotina da luta contra o “polvo”. Uma luta que não envolvia organização nem pontos culminantes, provocada, nas ruas, por fagulhas acidentais, desprendidas do atrito contínuo entre as necessidades diárias de um povo e a ineficiência crônica, aliada aos lucros extorsivos, de uma empresa estrangeira.

Podemos dizer, assim, que, exauridas as vibrações mais imediatas da rebelião que os cadetes da Praia Vermelha encetaram, em 1904, contra a obrigatoriedade da vacinação, a atuação política da juventude recaiu numa fase de rotina e modorra. Essa fase de apatia se arrastava desde o governo de Prudente de Moraes, embora não se consubstanciasse num declínio, graças à rebelião da juventude militar, que continuava a se manifestar nos governos posteriores ao de Floriano Peixoto, inclusive no que o sucedeu, com as revoltas de 1895 e 1897 da Escola Militar da Praia Vermelha. Em 1898, assumiu o governo Campos Sales, que instaurou a chamada “política dos governadores”, instrumento de consolidação das oligarquias, do latifúndio e do imperialismo, e fator de inefluência no prosseguimento da estagnação estudantil até o governo de Epitácio Pessoa, quando se globaliza o declínio da participação política dos nossos estudantes, militares e civis, peculiarmente após a adesão da Escola Militar de Realengo à Revolta do Forte de Copacabana, em 1922, derradeiro estertor da rebeldia dos cadetes.

Da estagnação ao declínio, ocorrem, entretanto, sacudidas de ativismo, entre as quais avulta a proporcionada pela Campanha Civilista, em cujo bojo – embora não como sua resultante direta – se insere uma

tragédia estudantil, consumada quando a violência repressiva das autoridades conseguiu metamorfosear uma estudentada no que passou à história como “A Primavera de Sangue”.

A PRIMAVERA DE SANGUE

De repente, a tragédia que roubaria a vida de dois estudantes interromperia a pasmaceira geral, ao surgir com a primavera de 1909, mais precisamente às 16h30 de 22 de setembro, quando o encerramento do quadriênio de Afonso Pena – que morrera três meses antes – ensejara a primeira campanha presidencial empolgante e com participação popular desde a Proclamação da República: a Campanha Civilista, contra a volta ao poder dos militares com o marechal gaúcho Hermes da Fonseca.

Como dissemos, a Primavera de Sangue não decorreu diretamente do ferrenho embate que opôs Rui Barbosa ao senador Pinheiro Machado, este utilizando como ponta de lança o marechal, ministro da Guerra do governo Afonso Pena. Não há dúvida, porém, de que, para a composição do cenário apropriado e das condições favoráveis à tragédia, contribuiu o acirramento de ânimos que sacudia o país entre o civilismo de Rui Barbosa e o militarismo de Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca, ou, como define Tristão de Athayde (Política e Letras, em *A margem da história da República*, p. 255), entre o “cesarismo e o caudilhismo”, manifestação temporã, no Brasil, da fase que sucedeu, no restante da América Latina, à obtenção da independência.

Assim, a Campanha Civilista – inaugurada com a proclamação de Rui Barbosa na Convenção do Rio de Janeiro, em 22 de agosto de 1909, e encerrada com o pleito presidencial de 1^a de março de 1910 – serviu mais de pano de fundo do que de causa para a tragédia, que teve, como origem mais próxima, a própria natureza e a alegria que tal estação do ano provoca nos jovens de todo o mundo.

O início da primavera de 1909 induzira os estudantes a uma passeata comemorativa no Rio, boçalmente reprimida pela soldadesca da Brigada Policial, cujo comandante, general Souza Aguiar, se recusou a receber os jovens quando a ele se foram queixar do procedimento da polícia.

O que se seguiu é fartamente noticiado pelos jornais da época, principalmente o *Correio da Manhã* (edições de 22 a 30 set. 1909), e

muito bem sintetizado por Francisco de Assis Barbosa (ib., p. 188): “... Em sinal de protesto, os estudantes decidiram promover o enterro simbólico do comandante da Brigada. Partiu o préstito da velha Escola de Medicina, na Rua de Santa Luzia, entrou por Misericórdia e Primeiro de Março, atingindo depois a Rua do Ouvidor e o Largo de São Francisco de Paula, ponto terminal da manifestação burlesca. A frente, ia um estudante *vestido* de padre, isto é, com um fraque preto e uma camisa branca de mulher, seguido por um sacristão. Ambos rezavam. Atrás, vinha o caixão – um reles caixão de madeira, forrado de cetim negro –, várias cruzes e varapaus, sustentando velas de sebo. Sobre o caixão, uma coroa de palha com os dizeres: *Ao general Souza Aguiar, os estudantes*. Nas partes laterais, em letras garrafais escritas a giz, anunciava-se: *Morreu o general Souza Aguiar. Orar por ele*. Como se vê, tudo não passava de uma patuscada. Brincadeira de mau gosto, fadada, porém, a cair em rápido esquecimento, depois de algumas horas de galhofa. Mas o *enterro* acabou mal. Soldados à paisana, manejando cacetes e punhais, investiram contra os rapazes indefesos. A Brigada Policial veio em seguida, espaldeirando o povo, num assomo de selvageria. Tudo fora previamente combinado. Havia entre os policiais desordeiros conhecidos nas rodas da malandragem. Capoeiras famosos, como *Bexiga, Bacurau, Serrote, Moringa, Turquinho*. Resultado de tudo isso: dois estudantes mortos e numerosos feridos. José de Araújo Guimarães, acadêmico de Medicina e que fazia as vezes de sacristão, tombou ali mesmo, com uma facada no ventre, nas escadarias da Escola Politécnica. Francisco Pedro Ribeiro Junqueira, chamava-se o segundo estudante morto na chacina”.

A matança consternou e revoltou o país, sobretudo o Rio de Janeiro, onde o *Correio da Manhã*, na imprensa, Rui Barbosa, no Senado, e Alexandre José Barbosa Lima, na Câmara dos Deputados, foram os que o condenaram com a maior veemência.

Além da cobertura jornalística imediata sobre o massacre e suas consequências e repercussões, com a qual ocupou as chamadas páginas “nobres” de suas edições até o fim de setembro, o matutino cartoca desfechou pertinaz campanha contra a brutalidade policial. Em 1^a de outubro, no artigo principal da primeira página, Carmen Dolores ainda se refere às “desoladoras mortes acadêmicas”, ao lamentar que, “antes de tudo, foi ela (a capital brasileira) despidida dos seus altos foros de urbe adiantada, orgulhosa e até arrogante”. E por aí vai a cronista, na coluna que

se intitula *Conversando...*: “... Eia, *Bacurau* e *Turquinhos*, descobram as caras que estão por trás das suas próprias faces escuras. Justamente, porém, visto que a justiça civil está levando por diante, com tão insuspeita energia, todos os trâmites do processo; visto que as primeiras autoridades do país têm manifestado tão largamente a sua solidariedade simpática à classe acadêmica, e que por toda a parte desabrocha a consternação e brilha a piedade em face do bárbaro sucesso...” E conclui Carmen Dolores: “... Pode-se dizer que, desde a perpetração dos sinistros crimes do Largo de São Francisco, uma atmosfera de terror paira sobre toda a cidade. Vive-se a recear, a prever, num vago e contínuo susto, numa ansiosa apreensão de ‘outras coisas’ ainda mais graves – que podem, todavia, ser evitadas, uma vez que a Justiça está agindo e dando a devida satisfação à causa tão justa dos estudantes... E não é também justo que se responsabilize toda a corporação policial, em cujo seio há gente boa e limpa, gente incapaz de fazer mal a ninguém, por esses horríveis atentados que partiram de um grupo de sicários escolhidos a dedo, já célebres em façanhas da mesma natureza, rebotalho social, procurado especialmente como instrumento bruto para matar, mascarando os verdadeiros autores da nefanda idéia”.

Na mesma página, sob o título *Ordens civilizadoras*, o jornal noticiava que “do comando da Força Policial emanaram as seguintes ordens: Fica expressamente proibido, sob pena de rigorosa punição, às praças desta força usarem do seu sabre para bater em cidadãos nos casos de conflitos ou de prisões, sob nenhum pretexto, ainda mesmo ordem ou aquiescência de qualquer autoridade, salvo na emergência de defesa própria, para salvar a vida, o que justificaria essa transgressão...”. A propósito, comentava o *Correio da Manhã*: “... Aí fica a notícia dessas ordens, que absolutamente obedecem a um critério bem diferente daquele que até agora presidia a disciplina da Força Policial...”

Antes que isso se desse, porém, Rui Barbosa, em discurso pronunciado no Senado Federal, no dia seguinte ao do assassinato, investira contra os responsáveis pela chacina: “O pau e a faca de ponta foram os instrumentos do atentado. Os seus perpetradores eram praças do corpo policial, que se diziam instruídos e mandados pelos seus superiores. O crime era um desforço da suposta ofensa feita à honra do comandante da Brigada Policial pela manifestação dos moços acadêmicos”. Encerrando seu pronunciamento, Rui o alinhara à sua Campanha Civilista, numa espécie de “moral da fábula”: “A honra militar não difere da

honra civil, senão em graduações convencionais. Em um país constitucional, onde não pode haver privilégio de classe, muito menos regalias de casta, aqueles que vestem a farda e cingem a espada não estão isentos da crítica e da responsabilidade que pesa sobre todos os cidadãos” (*Anais do Senado Federal*, Sessões de 1^a a 30 set. 1909, v. V, p. 154-155).

A mais comovedora condenação do morticínio foi, no entanto, a que partiu de Alexandre José Barbosa Lima, na Câmara dos Deputados, também no dia seguinte ao crime, por ele classificado de “vergonhosa tragédia” e “inominável delito”. Várias vezes interrompido pelos “apoios” e apertes favoráveis dos deputados João de Siqueira e Irineu Machado, Barbosa Lima, depois de verberar a chacina e de procurar dela tirar lições para o futuro – dentro, aliás, da linha que seria seguida por seu ilustre descendente, Barbosa Lima Sobrinho –, conclui, dramático: “... Mãe, parece que vou morrer! Essas eram as palavras de Ribeiro Junqueira, do pobre acadêmico vitimado de uma maneira tão horrível em pleno sol, em plena primavera, em uma das cidades que constituem o encanto do nosso planeta, onde foi surpreendido pela brutalidade de fera que desonra o uniforme de uma milícia preposta ao exercício dos mais nobres deveres! Que essa conjuntura supremamente trágica nos desperte todos os impulsos do altruísmo, sopite-nos todas as exigências do egoísmo, abertas todas as portas da magnificência, da inteligência, e legislemos, dando à nação uma legislação que seja digna da República e que nos console da mágoa imensa que me conduz a pedir a esta Câmara a aprovação da moção que tenho a honra de enviar à Mesa” (*Alexandre José Barbosa Lima - Discursos Parlamentares*, tomo II, p. 348-352).

Palmas estrugiram do plenário e das galerias ao findar do eloquente libelo de Barbosa Lima, vivamente cumprimentado pelo calor emprestado às palavras com que interpretou os sentimentos de revolta da nação, ante a primavera sangrenta.

As peças do inquérito policial instaurado deveriam ser lidas para o presidente da República, Nilo Peçanha, que assumira com a morte do titular –, pelo ministro da Justiça, em 30 de setembro seguinte. Tal não se deu porque o inquérito continuava nesse dia com o depoimento de três guardas civis e de cinco oficiais. O mais interessante desses depoimentos é o do capitão João Antônio Galdino Bastos, assim resumido pela imprensa (*Correio da Manhã*, 1^a out. 1909, p. 3): “Se bem que na quarta-feira não estivesse escalado para o serviço, pela obrigação

que têm os oficiais de comparecer, diariamente, ao quartel, ... o depoente ali chegou às 11 h...., fardando-se no quartel, dirigindo-se depois à sala do estado-maior, onde se reuniu a outros oficiais... Um dos oficiais... perguntou ao depoente se não ia ao enterro do general e, como o depoente se mostrasse surpreso com a pergunta, explicaram-lhe que queriam se referir a uma tropa dos estudantes, dizendo ao depoente que iam ver o enterro do general, ao que declarou que também ia; ... soube de um incidente ocorrido na véspera entre estudantes e o general...; vestindo-se à paisana, com os outros dois oficiais, saíram juntos...; tomaram um bonde em direção à Rua Sete de Setembro encontrando, então, o capitão Martins Pereira, que se achava à disposição do ministro da Justiça, pelo qual souberam que tinham matado dois estudantes no Largo de São Francisco e que ia comunicar o fato ao ministro; ... chegando ao Largo, onde fizeram uma rápida parada, estando nessa ocasião o mesmo em polvorosa, e o piquete de cavalaria, mais ou menos debandado, já tomava a direção da Rua do Teatro; o depoente e seus companheiros se dirigiram para o lado da igreja...; nessa ocasião, um popular... informou-os de que tinham morrido dois estudantes assassinados por praças de polícia à paisana; ... depois da publicação dos jornais da tarde que noticiavam os fatos ocorridos por diversas formas, era comentado o fato de terem praças do regimento, à paisana, se envolvido no conflito; o depoente não conhece pessoalmente o comportamento das cinco praças presas, mas pode afirmar que elas gozavam, no quartel, fama de valentes”.

Simultaneamente aos depoimentos, pedidos de *habeas-corpus* e às acareações, sucediam-se os protestos e manifestações de pesar em todo o país, enquanto o Centro Acadêmico se mantinha em sessão permanente. À diretoria do centro coube articular a nomeação de comissões incumbidas de angariar donativos, destinados à construção de um mausoléu para os estudantes assassinados.

O pesar público era expresso, em geral, através de missas. Só na manhã de 30 de setembro, se tem notícia da celebração de cinco em memória dos acadêmicos. À porta da Igreja de São Francisco de Paula, abriu-se uma lista para registrar os nomes das inúmeras pessoas que vinham homenagear os estudantes. Lá apuseram sua assinatura, entre outros, Evaristo de Moraes, Elmano Gomes Cardim, os senadores Meira e Sá e Generoso Marques, o desembargador Lima Drummond e – autêntica ironia – Manuel Suplicy de Lacerda e J. M. Moniz de Ara-

gão, cujos sobrenomes identificam algozes que se atravessariam na vida dos universitários, quase 60 anos depois.

Um mês após o crime, seus efeitos consternadores ainda perduravam, através de textos jornalísticos e ofícios religiosos. Cândido Juca, em artigo publicado na primeira página do *Correio da Manhã* (22 out. 1909), sob o título A Primavera de Sangue, lembrou a matança dos acadêmicos, frisando que “a sua memória impoluta e querida incorporou-se à brilhante história dos nossos fastos acadêmicos” e testemunhando que “a princípio foi a estupefação o que se apoderou de todos, mas logo depois ergueu-se uma onda fremente de indignação e repulsa”. A seguir, observou: “Justo clamor! Houve englobadamente dois crimes inomináveis, dois atentados tremendos: contra a nossa mocidade florescente e contra a nossa civilização esclarecida, tolerante e benigna...”.

As manifestações estudantis de solidariedade e em homenagem aos acadêmicos Araújo Guimarães e Ribeiro Junqueira compeliram o governo da União e a Prefeitura a decretarem feriado escolar para que todos pudessem participar. A Ordem Terceira de São Francisco de Paula, graciosamente, pôs à disposição dos estudantes, para homenagens, “o seu suntuoso templo e ofereceu a cera que se deve gastar... O Centro Musical, sob a direção do maestro Francisco Braga, organizou uma grande orquestra de 80 professores e 50 cantores... As 2 horas da tarde, haverá uma imponente romaria ao túmulo dos estudantes assassinados. O préstito partirá, em bondes especiais, ... do Largo da Carioca. Para essa romaria são convidadas todas as classes sociais. O presidente da República, assim como os seus ministros, far-se-ão representar na romaria ao túmulo dos dois inditosos moços. À noite, às 8 horas, haverá uma sessão cívica, falando os acadêmicos Figueira de Almeida e Maurício de Lacerda” (*Correio da Manhã*, 22 out. 1909).

No dia das homenagens, o chefe de Polícia, Leôni Ramos, era inquirido pelo general Marciano de Magalhães, encarregado do Inquérito Policial Militar (IPM) instaurado, com vistas ao esclarecimento de vários pontos obscuros do depoimento do general Antônio Geraldo de Sousa Aguiar, já então demitido do comando da Força Policial. Também foi intimado para depor o diretor de *O Século*, Brício Filho.

As tendências logo prenunciadas revelaram, contudo, que o martírio de dois estudantes não era suficiente para alterar o comportamento da elite dirigente, o que permitiu ao *Correio da Manhã* prever, em 29 de

outubro, menos de dois meses transcorridos: “Pela marcha que vai tendo o processo dos assassinos, autores do morticínio de 22 de setembro, é de prever que, afinal, só sejam punidos os pequenos, os fracos, os soldados, que receberam ordens. Os mandantes, estes lograrão a impunidade. Por ser um dos mandantes oficial do Exército, o promotor público deixou de requerer para ele a prisão preventiva. E o promotor é agente do Executivo, funcionário da imediata confiança do presidente da República, demissível *ad nutum*. Acha o sr. Nilo regular o procedimento do promotor? Conformando-se com ele, não falta S. Ex.^a ao seu compromisso, contraído com os estudantes, de que podiam eles contar com desusada energia na repressão do crime? O juiz, este foi menos escandalosamente injusto. Conformando-se com o parecer do promotor, quanto ao oficial do Exército, negou também a prisão preventiva do oficial de polícia, companheiro daquele na co-autoria do crime. Mas, na Câmara, apareceu uma desculpa para o juiz, verdadeira desculpa de cabo-de-esquadra. O juiz não mandou prender o oficial do Exército, porque não pode haver interesse, para este, em fugir, uma vez que, assim, incorreria na pena de deserção. Como muito bem observa o nosso ilustre colega Medeiros e Albuquerque, na *Ordem do Dia* de ontem, nas condições em que os crimes de 22 de setembro último foram cometidos, eles devem dar lugar a condenações que podem variar entre 12 e 30 anos de prisão. Ora, a pena de deserção, em tempo de guerra, com todas as agravantes (salvo a de passagem para o inimigo), dá apenas lugar a seis anos de prisão. Em outras circunstâncias, desce a seis meses. Portanto, um oficial, ameaçado de uma pena de 30 anos de prisão, pode cometer, impunemente, a deserção, porque esta lhe não agravará de mais um minuto a pena principal. Demais, o oficial que fugisse era para não ser apanhado, em hipótese nenhuma, fosse para seis meses, ou para trinta anos de prisão... São passados mais de trinta dias, sem que o sumário se tenha, sequer, iniciado. Vai longe, e vai longe de propósito, para dar tempo a amortecer a indignação causada pelo fato. Os acadêmicos terão somente a satisfação de ver condenados os soldados. Os criminosos graduados, absolvidos. E a isto se reduzirá a justiça prometida pelo sr. Nilo; e a conservação do promotor público, que proclamou a intangibilidade da farda, é uma manifestação eloqüente da desusada energia que o presidente da República, solenemente, declarou aos estudantes que empregaria na repressão do monstruoso crime”.

O prognóstico do grande matutino acertou em cheio quanto à

condenação dos que classificou de “criminosos graduados”, embora, no primeiro julgamento, encerrado em 15 de setembro de 1910, depois de 83 horas consecutivas de trabalho, o tenente João Aurélio Lins Wanderley, de 35 anos e casado com uma sobrinha do general que motivara o conflito, tenha sido condenado a 30 anos de prisão, juntamente com Augusto Barbosa dos Santos e Belisário Henrique da Costa, estes dois com a prisão celular convertida em prisão com trabalho. Dos outros sete réus, quatro – o ansepeçada Antônio Frederico, vulgo *Russo*, e os cabos João Batista Santiago, vulgo *Moringue* ou *Moringa*, Antônio Pereira de Carvalho, vulgo *Baiano*, e Avelino Herculano de Souza, vulgo *Serrote* – pegaram 17 anos, o sargento Mário Martins de Oliveira, dez anos, enquanto os sargentos Francisco Arnaldo Machado Moreira Júnior e Domingos José Pereira Júnior lograram absolvição.

O julgamento adquiriu foros de um sensacionalismo desconhecido até então, além de motivar pressões de toda ordem, principalmente militares, manifestações populares, piquetes de cavalaria, tiros contra o povo e até mesmo adultérios, conforme revelou o *Correio da Manhã* (16 set.1910) a propósito do “casal X, que afronta a nossa sociedade, aparecendo ontem em um dos nossos teatros...” O leitor era informado que um determinado figurão, depois de dizer à mulher: “Não conte comigo hoje. Vou ao júri dos assassinos dos estudantes, e lá passarei também a noite”, foi visto, mais tarde, “em certo camarote de um dos teatros, com a inglesa pálida, sua amante”, enquanto “Madame X, de *écharpe* de seda sobre a linda cabeleira, e um *manteau* deliciosamente *gris*”, julgando o marido no tribunal, compareceu à mesma apresentação, também “pelo braço do amante”.

O ministro da Guerra, general Bormann, visitou, “no seu *coupé*”, o tribunal, para “dizer ao juiz que, sabendo correrem boatos de desordens provocadas pelo Exército, ia assegurar a S. Ex.^a os sentimentos de cordura pelo Exército, afirmando que pelos oficiais e praças não seria alterada a ordem, quer no Tribunal, quer na rua”. O general deixou, no entanto, uma ameaça no ar, ao mencionar “a possibilidade de vaias à farda dadas pelos estudantes” (quaisquer semelhanças com ameaças acenadas por outro general, para o caso de uma vitória da oposição consentida nas eleições de 15 de novembro de 1978, constituem “mera coincidência”).

Vaias à farda, propriamente, não houve, devido não só à condenação dos culpados, como aos conselhos que os estudantes receberam

do advogado que defendia os seus anseios de justiça, Evaristo de Moraes, que a eles se dirigiu nos seguintes termos: “Devem os meus amigos compreender que esta é uma questão excepcionalmente grave. Tenho, assim nesse sentido, um pedido a fazer-lhes: é o de não se manifestar a classe, de maneira alguma, sobre a decisão do júri, seja ela qual for. Quer absolvidos os acusados, quer condenados, a atitude que meus amigos devem assumir é uma e única. Peço-lhes calma e silêncio. Os acadêmicos poderão assim nomear uma comissão que se entenderá com o presidente do Tribunal, hipotecando-lhe, em nome dos seus colegas, o máximo respeito e acatamento à suprema decisão do conselho de sentença” (*Correio da Manhã*, 16 set. 1910).

As ponderações de Evaristo de Moraes, um dos advogados que sustentavam, com o promotor público, a acusação – contra cinco advogados de defesa –, foram aceitas pelos acadêmicos que lotavam o tribunal. Não obstante tivessem seguido o conselho de levar ao presidente do tribunal, dr. Machado Guimarães, sua decisão de acatar qualquer decisão, eles não poderiam ter evitado o que ocorreu quando o tenente Wanderley, já condenado, era conduzido, de carro, ao quartel em que ficaria preso: “... Esse carro era escoltado por um piquete do 1.^o de Cavalaria, tendo tomado o rumo da Rua do Resende. Ao chegar próximo à Rua Silva Manuel, só porque um popular tivesse assobiado à passagem do veículo, foi o bastante para que os soldados que compunham o piquete disparassem vários tiros... Serenado o pânico, com a retirada do piquete ameaçador que já ia longe, verificou-se que o incorreto procedimento dos referidos soldados teve um mau resultado. Um popular havia sido ferido mortalmente. Era ele o sr. Vitorino Clemente Batista, ferreiro, que fora atingido por uma bala de carabina na região lombar... O fato, como era natural, foi amargamente comentado pelas testemunhas dessa cena de vandalismo, em que praças do Exército deixaram ver que se não fosse a enérgica atitude assumida pelo juiz Machado Guimarães, o julgamento dos responsáveis pela sangrenta tragédia de 22 de setembro teria sido uma horrível reprodução dessa mesma tragédia. Esse gesto característico do ânimo belicoso de que estava possuída a soldadesca para com o povo podia e devia, para honra do Exército nacional, ser evitado”. Adiante, o *Correio da Manhã*, que dedicou toda a sua primeira página e metade da segunda de 16 de setembro de 1910 à “TRAGÉDIA DO LARGO DE SÃO FRANCISCO – ÚLTIMO DIA

DE UM JULGAMENTO CÉLEBRE”, comenta: “Provou-se, assim, que nem todos os boatos terroristas eram destituídos de fundamento...”

O escritor Lima Barreto, um dos jurados, que o diga: “Eu fiz parte do júri de um Wanderley, alferes, e condenei-o. Fui posto no *index*” (Lima Barreto. *Diário íntimo*. 2ª ed., p. 172).

Francisco de Assis Barbosa, biógrafo do romancista, foi ainda mais explícito: “... A impressão era de que Lima Barreto servira como secretário do conselho de sentença. É, pelo menos, o que se lê no noticiário dos jornais da época. Mas, não. O escritor apenas levou a fama, sem dela tirar proveito. Ao contrário, a condenação do tenente Wanderley ia custar-lhe muito caro. Ele bem o sabia. No entanto, não se preocupou em desmentir a notícia, que adquiriu assim foros de verdadeira. Manteve, depois do julgamento, a mesma firmeza, desde que o seu nome figurou pela primeira vez na lista de jurados. Todo o Exército se movimentara em auxílio do camarada de armas. O Clube Militar, através do seu presidente, o coronel Rego Barros, tomara a si os encargos da defesa e a coleta de recursos pecuniários. Lima Barreto fora cabalado, mas os rogos e as solicitações de nada valeram...” (ib., p. 192-193).

Pouco depois, em janeiro de 1911, submetido a novo júri, o tenente Wanderley, conforme previra o *Correio da Manhã*, foi absolvido. Era mesmo, como diria hoje qualquer secundarista, “um problema de estrutura”. Em 21 de setembro de 1910, o Centro de Acadêmicos deliberara não realizar festas externas em comemoração à entrada da primavera. Rememoraram o primeiro aniversário do massacre com uma sessão fúnebre, realizada na Associação dos Empregados do Comércio, e com uma romaria ao cemitério de São João Batista, ambas promovidas pelo Centro de Acadêmicos. Segundo o noticiário da época, “nas ruas por onde passou o cortejo, vagarosamente, sob aquele céu nevoento e cor de cinza, muitas pessoas choravam das janelas, acompanhando com o olhar os moços das nossas escolas, todos de preto, desaparecendo, ao longe, entre a fila multicolor das coroas e dos estandartes...” (*Correio da Manhã*, 23 set. 1910).

Os estudantes cumpriam, naquele dia, a promessa de construção do mausoléu, colocando-lhe a pedra fundamental. A Primavera de São-gue sucedia uma primavera de saudades e lágrimas. E muitos anos seriam passados até que chegassem as primaveras de revolta, como a que encontrou os estudantes sitiados, em 1966, na Faculdade Nacional de Medicina, afinal invadida numa madrugada também de setembro.

A CAMPANHA CIVILISTA

A Primavera de Sangue precedeu a fase mais aguda da Campanha Civilista, ou seja, aquele período em que Rui Barbosa utiliza a tribuna popular, a parlamentar e a da imprensa, no Rio, São Paulo, Minas e Bahia, para fazer oito conferências, 15 discursos, 10 alocações, um manifesto à nação e uma carta ao eleitorado. Essa fase se desenvolve de 3 de outubro de 1909 a 1º de março de 1910 e nela fica patenteado o apoio dos estudantes ao candidato civilista, que já gozava, anteriormente, de muita audiência junto à juventude universitária.

Desde o início da campanha, antes mesmo, portanto, da chacina do Largo de São Francisco, os universitários deram demonstrações inequívocas de que compartilhavam o entusiasmo popular provocado pela candidatura natimorta – em termos da viabilidade de uma vitória – de Rui Barbosa, pois logo perceberam, nos meandros da politicagem da época, o caráter de protesto de que se revestia a atitude do tribuno baiano. João Mangabeira, que tomou parte em muitos dos lances da campanha, deixou isso bastante claro, ao afirmar: “Apoiada pela grande maioria dos governadores e sustentada pelo presidente da República, a candidatura do Marechal (Hermes) apresentava um aspecto de invencibilidade, contra o qual nada ou pouco podiam as três situações estaduais divergentes (Bahia, São Paulo e Rio de Janeiro), auxiliadas pelas oposições locais nos outros Estados e pelo entusiasmo popular que despertara a atitude de Rui, expressa na carta de maio, e à qual se seguiram, em 5 de junho, as manifestações a ele feitas pelos estudantes daqui (Rio) e de São Paulo” (*Rui: o estadista da República*, p. 130).

Vivia-se a “política dos governadores”, inaugurada por Campos Sales e contra a qual Rui Barbosa lançaria uma candidatura de sacrifício, assumindo a atitude de denúncia de uma situação que somente seria erradicada pela Revolução de 30. Notando a grandeza do gesto de renúncia que se concretizaria na Convenção Nacional de 22 de agosto, com a oficialização da candidatura de antemão derrotada, os estudantes do Rio de Janeiro e de São Paulo se dirigiram, incorporados, à casa de Rui, na Rua São Clemente, no Rio, em 15 de junho, para uma nova manifestação de solidariedade e apoio. O tribuno respondeu-lhes, definindo a batalha cívica que se avizinhava como “luta de princípios, luta de ideal, luta do futuro”. A partir daí, a juventude universitária se congrega, num crescendo de empolgação, em torno do homem que encarnava “a

luta do futuro”, não lhe poupando manifestações de carinho e entusiasmo, como a que os estudantes cariocas lhe tributaram no Teatro Lírico.

Em Minas, cujo presidente, Venceslau Brás, era um dos pilares da candidatura de Hermes da Fonseca, o ardor das manifestações estudantis em favor de Rui chegou a provocar conflitos entre a polícia e os alunos do Ginásio de Barbacena. “Aconteceu que, na sua viagem a Minas, em duas ou três estações, fora o marechal Hermes recebido por entre festas dos seus amigos, mas também surriadas e vaias dos seus adversários. Não dera Hermes a mínima importância ao fato. Mas os seus partidários exaltaram-se. Ocupando os postos do poder, irritavam-se com a popularidade formidável que tinha em Minas a candidatura civil” (João Mangabeira, *ib.*, p. 142-143).

Rui correspondeu às esperanças dos estudantes, levando a termo a campanha em meio a demonstrações de coragem pessoal e desprendimento, duas qualidades sempre exigidas pela juventude dos seus líderes e porta-vozes. Mas, no cômputo geral do movimento estudantil, a participação na Campanha Civilista, apesar de todo o arrebatamento que lhe emprestou a juventude, não passa de uma sacudida na pasmação de então. Tanto é que, uma vez reconhecida, oficialmente, a vitória do marechal Hermes nas urnas, mesmo as evidências de fraude não justificaram o prosseguimento da atividade. Não havia, ainda, uma organização que desse um caráter de permanência à militância política dos estudantes. Das organizações até então fundadas, nenhuma conseguiu fugir ao vício da transitoriedade, bem como ao da regionalidade.

Assim foi com a Federação de Estudantes Brasileiros, de cuja fundação, em 1901, haviam participado Everardo Backheuser e Heitor Lira da Silva (seu primeiro presidente), futuros criadores da Associação Brasileira de Educação (ABE), e o dermatologista Eduardo Rabelo, pioneiro na radioterapia brasileira, pela Escola de Medicina, além de Lima Barreto, Eduardo Jacobina, Herbert Moses, Levi Carneiro, Oscar Rodrigues Alves e Aluísio de Castro. Alguns dentre esses fundadores, “Backheuser inclusive, eram socialistas, seguidores de Vicente de Sousa, professor de Latim e fundador da Federação Operária”, daí a preocupação social expressa no primeiro manifesto da Federação: “É duvidosa no Brasil a existência de uma opinião nacional; possui-la é, entretanto, para todas as nações que não as trabalhadas por fundas divergências étnicas, uma legítima e nobre aspiração. São raras na verdade entre nós as

questões que tenham provocado a sua intervenção e é preciso reconhecer que presentemente tudo concorre para nos dividir e separar, por tal forma são as atenções absorvidas pelos interesses e preocupações particulares. O ambiente que as condições atuais parecem não favorecer, cabe a nós criá-lo, estudantes do Brasil. Criemo-lo com a Federação de Estudantes Brasileiros, criemo-lo com o concurso das nossas idéias e das nossas vontades... Livres de velhos e absurdos preconceitos acadêmicos, sem pretensões inconcebíveis de classe nobre, justificamos pela ação inteligente a nossa existência social. É absolutamente necessário que nos façamos conhecer, é urgente que entre os Estados do Brasil se elimine o isolamento quase hostil, cuja manutenção já é profundamente lamentável entre as Repúblicas da América” (Francisco de Assis Barbosa, *ib.*, p. 75-76).

A Federação de Estudantes Brasileiros não logrou, entretanto, os seus elevados intentos, muito menos dar organicidade à participação política estudantil. Da mesma forma, o Centro Acadêmico, afora a mobilização encetada a propósito da Primavera de Sangue, pouco ou quase nada conseguiu. A transitoriedade matava todas as entidades estudantis e esta é a causa da estagnação que voltou a imperar depois da agitação da Campanha Civilista, até que nova campanha canalizasse as ânsias caóticas e desencontradas de participação política da juventude. Precedida por dois episódios isolados – a manifestação de 31 de outubro de 1914 contra o governo de Venceslau Brás, como protesto pela prorrogação, naquele dia, do estado de sítio, e a homenagem acalorada de 28 de novembro do mesmo ano a Rui Barbosa –, a nova campanha mobilizadora do estudante adviria do início da I Guerra Mundial.

A CAMPANHA NACIONALISTA DE BILAC

A Primeira Grande Guerra trouxe ao Brasil um conceito de nacionalismo mais aprofundado do que o de Floriano Peixoto. Conforme ressaltou José Maria Bello (*História da República*. 4ª. ed., p. 301), a “guerra de 1914 confirmava a inferioridade das nações que dependiam do estrangeiro para as coisas essenciais da vida. Demonstrava, por outro lado, que éramos capazes de improvisar várias indústrias. O nacionalismo econômico nascia, pois, com a guerra”. Esse novo nacionalismo concorria, juntamente com as causas arroladas por Cruz Costa (*Contribui-*

dos os moços e estudantes de todo o Brasil: no Exército admirável, se-
reis os escoteiros da nossa fé! O Brasil não padece apenas de falta de
dinheiro: padece e sofre da falta de crença e de esperança...”

E Bilac finalizou sua conclamação: “Não espereis o dia em que,
deixando esta casa, iniciardes a vossa efetiva existência cívica para
o trabalho público, para a agitação social, para a política. Trabalhai, vi-
brai, protestai, desde já!... Desta velha casa, de entre estes sagrados mu-
ros que esplendem de tradição veneranda, deste quase secular viveiro de
tribunos e de poetas – daqui saíram, em rajadas de heroísmo, em impe-
tos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas que foram coroadas pe-
la vitória da Abolição e da República... Inaugurai, moços de São Paulo,
a nova campanha!” (*O Estado de S. Paulo*, 29 dez. 1918).

O discurso teve repercussões imediatas, conforme atesta um dos
primeiros estudantes que, sensibilizado pela oração de Bilac, correu a
se alistar nas fileiras do Exército: “Lembro-me da revolta íntima que
senti às suas primeiras palavras, carregando nas cores sombrias daque-
la decadência que eu testemunhava acabrunhado... Mas, também, lem-
bro-me não menos do choque que levei e do delírio que se apossou de
mim, quando Bilac, das trevas do abismo, deu sua arrancada monumen-
tal, conclamando a mocidade para uma luta por um grande ideal... Em
São Paulo, a alvorada de Olavo Bilac foi ouvida. Dentre os diversos pas-
sos dados para atender à sua clarinada, um teve extraordinário êxito: aber-
to o *Voluntariado de Manobras* pelo Exército, organizado em moldes
novos, para meia dúzia de dezenas de vagas inscreveram-se centenas
de jovens, entre os quais predominavam estudantes das escolas superio-
res da capital e do Estado, moços da chamada alta sociedade, a par de
modestos cidadãos” (Paulo Nogueira Filho, *ib.*, p. 54-55).

Depois do *Voluntariado de Manobras*, se organizou o Batalhão
Acadêmico da Faculdade de Direito de São Paulo, centro de civismo
cujas atividades públicas – marchas, desfiles e solenidades – contribui-
ram para que a campanha ecoasse, em 1916, em outros pontos do pa-
ís, enquanto Bilac se defendia, magistralmente, dos que buscavam iden-
tificar em suas palavras laivos de militarismo: “Profissionais devem ser
os diretores do quartel democrático e livre, e essa profissão deve ser
cercada de todo o prestígio, de toda a garantia, e de um caráter sagrado.
Medo do militarismo? Mas, quando todos os cidadãos forem soldados,
ninguém terá medo de soldados; porque seria infantil e irrisório que to-
dos os cidadãos tivessem medo de si mesmos, das sombras de si mes-

ção à história das idéias no Brasil, p. 369) – “a excitação produzida
pela guerra, o entusiasmo pela causa aliada, principalmente na maior
parte dos intelectuais da época, e o receio da vitória alemã” –, para o
surgimento da Liga Nacionalista e da Liga de Defesa Nacional, funda-
das, entre outros, pelo poeta Olavo Bilac.

Com a Liga Nacionalista, a Liga de Defesa Nacional e, especial-
mente, com a campanha pelo serviço militar obrigatório, Bilac desper-
tou, outra vez, a juventude, na qual Paulo Nogueira Filho constata a
expansão de um “pessimismo perigosamente dissolvente”, reinando o
“desalento moral” e a “descrença desmoralizante”. Em 1915, diz esse
“burguês progressista” – como se auto-intitulou –, “a política do país
era monopolizada pelo único partido organizado: o Partido Republica-
no, aliás, em plena decadência. Os estudantes, dele se desinteressan-
do, não interferiam na vida pública, a não ser esporadicamente” (*Idéias
e lutas de um burguês progressista*. 2ª ed., 1ª v., p. 48-49).

À campanha pelo serviço militar compulsório Bilac se dedicou,
praticamente, desde o início da conflagração mundial, valendo-se, na
maioria das vezes, de conferências, para difundir sua mensagem patri-
ótica. É evidente que, pela própria natureza do serviço militar, o poeta
procurasse conquistar, sobretudo, as platéias jovens para a idéia. Em
outubro de 1915, ele pregou a preparação militar do país em São Paulo,
na Faculdade de Direito, no dia 9, e na de Medicina, em 14.

Na *Oração aos moços*, proferida ante os acadêmicos de Direito,
Bilac lançou todos os seus recursos de poeta e orador: “Vede que, na
Europa, hoje, quando a guerra abre diariamente largos claros nas filei-
ras dos combatentes, os governos chamam às armas as mais novas clas-
ses dos exércitos, as falanges dos adolescentes, reservas fulgurantes da
primavera nacional: aqui, outra desgraça mais triste oprime o país, e ou-
tra morte pior escasseia os filhos válidos – desgraça de caráter, e morte
moral; e já que os varões, incapazes ou indiferentes, deixam o Brasil
devastado sem guerra e caduco antes da velhice – venham ao campo os
efêbos, em que o ardor sagrado contrabalance a inexperiência e em que o
ímpeto da fé supra a imaturidade dos anos! ... Uma onda desmoraliza-
dora de desânimo avassala todas as almas... – o problema terrível
permanece sem solução: uma terra opulenta em que muita gente morre
de fome, um país sem nacionalidade, uma pátria em que se não conhe-
ce o patriotismo... Moços de São Paulo, estudantes do Direito, sede
também os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a to-

mos” (Eloy Pontes, *A vida exuberante de Olavo Bilac*. 2^a v., p. 586).

Com um passado de estudante abolicionista e republicano, em 1887, na Faculdade de Direito de São Paulo, Bilac sabia como falar aos jovens para captar-lhes a adesão, malgrado os excessos em que, por vezes, incorria, no que toca ao serviço militar. Por isso, Bilac transmitia à juventude, aos 50 anos, com tanta facilidade, a imagem angariada em sua nova fase, que se diria participante ou engajada, por ele dedicada à proclamação da necessidade de reconhecimento dos “defeitos da pátria – não para amaldiçoá-los ou para rir deles, mas para perdoá-los, estudá-los e corrigi-los”. Dentre os “defeitos da pátria”, o poeta alinhava, prioritariamente, a ausência de formação cívica e a defesa precária do país. Daí ter dito aos acadêmicos de Direito paulistas: “Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo”. Em outro discurso, este ante os estudantes de Minas, Bilac reiterou: “Empreenderemos que o Exército seja o povo e o povo seja o Exército”.

Em suas pregações, o poeta se dirigiu não só às academias e faculdades, como também aos quartéis, ao Batalhão Naval, ao Clube Militar, aos escoteiros e à Liga de Defesa Nacional – a esta, na solenidade de instalação do Diretório Central da entidade, que ele próprio ajudara a criar. A campanha granjeou-lhe, assim, devido à amplitude de que se revestiu, enorme popularidade, sobretudo entre os estudantes, que, segundo os anais da época, acorreram aos quartéis, inflamados pela argumentação eloqüente do poeta. A mocidade voltava, dessa forma, a se empolgar e a participar, mais ativamente, da vida nacional.

Em São Paulo, os estudantes convocaram um comício no Largo de São Francisco, em 11 de abril de 1917, após o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha, decorrente do torpedeamento do navio mercante Paraná no canal da Mancha. Do comício saíram em passeata pelas ruas centrais paulistas. Estavam, de novo, despertos para os problemas nacionais, o que proporcionou o surgimento, em 1917, da Liga Nacionalista, que arregimentaria, em massa, a juventude paulista, através de suas campanhas de cunho cívico-social, inclusive no campo da alfabetização, em que desempenhou papel precursor. À rede dos cursos noturnos instalados pela Liga Nacionalista se filiou a Escola Noturna Álvares de Azevedo, fundada e dirigida, em 1916, no âmbito do Grêmio Literário Álvares de Azevedo da Faculda-

de de Direito, por Paulo Nogueira Filho, que a ela se refere como “a primeira criada no país por estudantes, visando à alfabetização de moços proletários” (ib., p. 21).

Consequência direta da campanha de Bilac, a Liga Nacionalista instalou seu Conselho Deliberativo em 26 de julho de 1917, sob a presidência do prof. Frederico Vergueiro Steidel e na presença dos diretores da Escola Politécnica e da Faculdade de Medicina. Durante a solenidade, os discursos, tendo por tônica o nacionalismo, incluíram outras reivindicações, como o voto secreto e obrigatório, negligenciando, contudo, a questão social, então levada à ordem do dia pela primeira greve geral realizada no país, de 9 a 16 daquele mês (*O Estado de S. Paulo*, 27 jul. 1917). Irrompida quando a repressão da Polícia Militar a um protesto de 400 trabalhadores em São Paulo causou a morte do sapateiro anarquista Antônio Martinez, essa greve paralisou 70 mil operários na capital e outras cidades do Estado.

A crescente ascendência da Liga Nacionalista entre a juventude universitária originou sérias preocupações das autoridades, tanto no plano estadual, através de Altino Arantes, o então presidente de São Paulo, como no nacional, em que o presidente Venceslau Brás acompanhava com atenção as atividades do movimento. O receio de que a liga pudesse sacudir os pilares oligárquicos em que se assentava toda a estrutura política redundou na realização, em 15 de novembro de 1917, do Congresso da Mocidade Brasileira, presidido por Luís Pereira Barreto e idealizado por dois membros da liga que se conservavam, apesar disso, estreitamente vinculados ao oligárquico Partido Republicano Paulista: Antônio Pereira Lima, o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, e Abelardo Vergueiro César.

Descrevendo o clima que imbuía os dirigentes políticos conservadores a promoverem aquele congresso, Paulo Nogueira Filho se situa nos primeiros dias de novembro de 1917: “A causa aliada empolga a nação. Os patriotas da Liga Nacionalista pisam o chão da guerra. As raposonas do PRP estão, porém, a postos. Não deixarão que um grupo se arvore em monopolista do patriotismo” (ib., p. 78). A liga, chamada por esse autor de “instituição oficial do nacionalismo”, não permitiria que abafassem, tão facilmente, o seu clamor patriótico. A sua participação nos quartéis, na política acadêmica e no melhoramento do nível de instrução popular, ela acrescentaria, em maio de 1918, uma campanha em que os estudantes a ela filiados contribuiriam para a modernização da propaganda até

então utilizada às vésperas de eleições. Eles introduziram no Brasil as caravanas políticas, que percorreram os feudos interioranos dos coronéis paulistas, e as passeatas urbanas, em que explicavam ao povo as razões pelas quais deveria consagrar nas urnas o candidato escolhido.

O pleito de 1918 se destinava ao preenchimento da vaga deixada por Carlos de Campos no Senado Estadual e a ela concorriam Pereira Barreto, o candidato dos estudantes, e o cônego José Valois de Castro, deputado federal que não escondia sua posição pró-Alemanha, mesmo após o torpedeamento dos navios brasileiros. A campanha foi iniciada pelos estudantes em 10 de maio, três semanas antes da eleição, e dirigida pela Comissão Acadêmica que, em 19, lançou manifesto a favor de Pereira Barreto, “o sábio brasileiro... o cidadão cuja vida é uma só grande lição de civismo...” e contra “as convicções antinacionais do sr. cônego Valois de Castro”. Assinaram o documento, entre outros, Prudente de Moraes Neto, Horácio Lafer e Paulo Nogueira Filho (ib., p. 634).

O apoio representado pela mobilização estudantil e por dez editoriais sucessivos de Júlio Mesquita n’*O Estado de S. Paulo* não bastou para derrotar a máquina eleitoral situacionista, embora tivesse conseguido esboçar, “à vista de todos, vários bastiões da mais poderosa armentação regimental governista do país, em que pesassem o estado de sítio vigente e as orgias da fraude eleitoral a que o PRP se vira forçado a recorrer num pleito que nem ao menos pôde ser fiscalizado (ib., p. 87).

A Liga Nacionalista participaria, a seguir, com grande destaque e mesmo heroísmo, da mobilização provocada pela gripe espanhola, irrompida em nosso país em outubro de 1918. Tanto na parte médica, através da instalação de postos de socorro, como no combate ao pânico instaurado pelo elevado número de mortes, a Liga se portou bravamente contra a epidemia, que também trouxe consigo o germe de uma crise de graves proporções, que assinalaria o começo do fim da entidade.

O germe foi inoculado pelo governo federal, quando, considerando a extensão da tragédia, decretou a aprovação de todos os estudantes, independentemente da prestação de exames, tornados facultativos. A Liga ordenou, de imediato, aos seus membros, sob pena de expulsão, a rejeição do benefício, classificado de imoral. Apoiada pelo *O Estado de S. Paulo*, que definiu o decreto, de nº 3.603, como “maior calamidade do que a própria gripe” (16 jan. 1919), a Liga Nacionalista lançou, através do seu presidente Frederico Steidel, a palavra de ordem “exame ou rua”. Repelindo-a, como “imposição arbitrária”, preferiram a rua os prin-

cipais líderes da Faculdade de Direito, entre os quais Cândido Mota Filho, Paulo Nogueira Filho e Antônio Carlos de Abreu Sodré, que no *Manifesto dos Sessenta*, em 28 de janeiro de 1919, oficializaram seu desligamento da organização. O documento provocou, no dia seguinte, a resposta dos que permaneceram na liga: “...Ora, ao que nos conste, outro motivo não há para o estranho gesto daqueles moços, senão o atrito criado, entre eles e o dr. Steidel, pela atitude intransigente por este assumida na questão, já amplamente discutida, dos exames por decreto... Que maior absurdo se poderia desejar que o de uma associação cívica apoiando medida extravagante e inédita como a que acabamos de nos referir?... ...estamos de inteiro acordo com o homem que foi o nosso guia e o principal fator da nossa vitória (Steidel)...” Este manifesto de apoio à direção da liga contou, por sua vez, entre os seus subscritores, com Júlio Mesquita Filho, Antônio Pereira Lima, Abelardo Vergueiro César, Armando de Salles Oliveira, Prudente de Moraes Neto, Luís de Toledo Piza Sobrinho e Nestor Rangel Pestana (ib., p. 94-100).

A cisão constituiu rude golpe para a liga, que ainda participou, não obstante, em março de 1919, da campanha de Rui Barbosa contra Epitácio Pessoa, durante a sucessão presidencial provocada pela morte de Rodrigues Alves. Os estudantes da liga e do Grêmio Álvares de Azevedo demonstraram então, talvez pela primeira vez em nossa história, ter consciência do que representa uma campanha eleitoral como oportunidade de politização e esclarecimento das camadas populares. No caso, a ocasião foi reforçada pela ênfase que Rui deu à chamada “questão social”, reconhecendo, inclusive, que “ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital”, na conferência pronunciada em 20 de março de 1919, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro.

Mais uma vez, no entanto, o entusiasmo da juventude não conseguiu evitar que, nas urnas viciadas da Primeira República, triunfasse, em 13 de abril, o candidato governista, Epitácio Pessoa, em cujo quadernio a atuação política estudantil deixou, praticamente, de existir, afora a revolta dos cadetes de Realengo, em apoio ao rebelado Forte de Copacabana, em 1922, episódio que inaugura o ciclo revolucionário tenentista.

O governo seguinte, de Artur Bernardes, fechou, em definitivo, o que restava da Liga Nacionalista, apagando, assim, os resquícios de uma fase que, embora breve, fora de intensa vibração estudantil, para a qual muito cooperara a verdade contida nas apreensões do poeta que a desencadeou. “As conferências de Olavo Bilac corresponderam às jus-

tas inquietações de quantos encaravam o espetáculo da Europa em fogo, sacudida pelas ganâncias imperialistas. Nada nos assegurava que deveríamos confiar no futuro de paz. Olavo Bilac pergunta, então, se é possível acreditar que o Brasil, imenso país de solo fértil e com ricas entranhas, despovoado e desarmado, possa ficar, graças ao acaso, ou ao benefício da Providência Divina, imune da ambição e da necessidade comercial... Outro perigo, o interno, a quebra da unidade, a anemia do caráter, e do patriotismo, a míngua de instrução, o acúmulo de erros administrativos, as cobiças e a triste indiferença em que vegeta o povo incauto” (Eloy Pontes, *ib.*, p. 578- 579).

O tempo se encarregaria de comprovar a justeza das inquietações que fundamentaram a arrancada de Bilac. Os comprovantes se fariam sentir na pele dos futuros estudantes, arroxeados pelos cassetes com que a Usaid “auxiliaria” os organismos repressivos a sopitar a inquietação nacionalista e a esmagar a rebeldia progressista da juventude.

É interessante notar, antes do encerramento deste capítulo, que a campanha de Bilac coincidiu com as primeiras greves operárias importantes, nas quais a participação estudantil, embora irrelevante, se deu em sentido reacionário, contra os trabalhadores, que procuraram, em vão, o apoio dos jovens. Rui Barbosa ainda não tinha levantado, em julho de 1917, a “questão social”, que, dois anos depois, arejaria um pouco os estudantes e até mesmo, em parte, os entusiasmas, graças à influência do tribuno junto à juventude.

Paulo Nogueira Filho, fonte indispensável para o estudo do desinteresse da juventude do seu tempo pelo movimento operário, pinta o fenômeno com realismo: “Ouvi contar, mais de uma vez, que, no princípio do segundo semestre de 1917, os operários, na preparação de um gigantesco movimento grevista, procuraram elementos jovens que se tinham como líderes. Buscavam os trabalhadores se não a adesão, ao menos uma declarada simpatia dos estudantes às suas reivindicações. Ao que consta, um dos moços, assustado com a envergadura do planejado movimento, pediu a seu progenitor, personagem de alto prestígio, que alertasse o governo do Estado sobre os perigos de que estava ameaçada a cidade de São Paulo” (*ib.*, p. 70-71).

Durante a greve, que foi geral mesmo, paralisando 70 mil trabalhadores, houve estudantes da Faculdade de Direito que chegaram a se oferecer para substituir os motomeiros grevistas. Apesar da disposição estudantil para a redução dos efeitos da greve, as autoridades não

puderam se esquivar ao atendimento de uma parcela das reivindicações dos trabalhadores. São Paulo, já então, “não podia parar”. Fizeram-no, todavia, concomitantemente à repressão, com o fechamento das organizações operárias e a prisão dos líderes grevistas. “Diante disso” – pergunta Nogueira Filho –, “que fizeram os mocinhos burgueses da Faculdade de Direito, aspirantes à liderança nacional? Entraram em contato com os condutores do proletariado? Em suas arengas, nas organizações em que militavam, em seus conciliábulos conosco, os estudantes mais moços focalizaram, porventura, problemas sociais como estes que sacudiam nossa terra? Propuseram-se, ao menos, a estudá-los seriamente? Nada! Não tugeram, nem mugiram. Ignorância larval? Espírito de classe? Não sei!” (*ib.*, p. 73).

O próprio autor, testemunha do fenômeno, deixa a resposta entre vista mais adiante, quando se refere ao caráter conservador da Liga Nacionalista, que tinha “por base, exclusivamente, a burguesia de nível universitário”. Esse caráter de classe se refletia, além do mais, na ausência de democracia interna na liga, o que prejudicou, sensivelmente, o aproveitamento das oportunidades surgidas para a popularização do movimento nacionalista. O autoritarismo não reduz, porém, aos nossos olhos, o caráter de rebeldia jovem da Liga Nacionalista, que sacudiu a apatia imperante entre os universitários antes de Bilac. Contribuiu – isso sim – para que o movimento perdesse a sua força de arranque, a sua velocidade inicial, o seu peso qualitativo, se metamorfoseando, com o correr do tempo, no entusiasmo quase infantil produzido no povo paulista pelos desfiles e paradas militares. É o caso clássico do encolhimento e da murchidão dos alvos colimados por uma campanha patriótica. O que se queria patriótico virou patrioteiro.

Sob um mesmo governo, o de Venceslau Brás, a juventude estudantil se portou de maneira ora positiva, com Bilac, ora negativa, contra as greves operárias, embora em relação a esses movimentos de trabalhadores a participação não tenha adquirido a relevância que obteve no movimento nacionalista da Primeira Grande Guerra.

Depois, tudo se esmaece no governo de Epitácio Pessoa e a participação sofre declive global, acelerado no quadriênio de Artur Bernardes, durante o qual ocorreram, não obstante, em 26 de maio de 1924, manifestações estudantis a favor de Irineu Machado. Este fora vitorioso no pleito para a escolha de um terço do Senado, mas, em seguida, afastado por Bernardes, mediante tramóia na “verificação de po-

deres” – como era chamado o ato de confirmação da contagem de votos pelo Senado (*Correio da Manhã*, 27 maio 1924).

Ainda na década de 20, a juventude, em São Paulo, experimenta um curto período de entusiasmo com a Liga do Voto Secreto, fundada por Monteiro Lobato e Mário Pinto Serva. Apesar, no entanto, desse arrebatamento inicial, despertado, principalmente, no grupo que viria a se constituir, em março de 1926, no núcleo formador do Partido Democrático (talvez a primeira agremiação política moderna do país), a Liga do Voto Secreto não foi muito adiante. O entusiasmo que lhe dedicaram Monteiro Lobato e os estudantes do futuro Partido Democrático contribuiu, todavia, para acelerar o processo de democratização do país, não só influenciando a constituição de outros agrupamentos políticos estudantis, como também generalizando a tese do voto direto, adotado, pioneiramente, no Centro Acadêmico XI de Agosto.

Por fim, cabe menção, igualmente nessa fase, a uma agremiação política constituída por gente jovem, embora não propriamente por estudantes: o Partido da Mocidade, de atividades restritas a São Paulo, onde se dissolveu, em 1926, no Partido Democrático. A partir daí, foi o silêncio total da juventude a envolver – como em atitude de espera – o final da República Velha, bem caracterizado pelo governo Washington Luís, em que só os mais conservadores tiveram vez. Talvez por isso, na campanha da sucessão presidencial deste último, os estudantes penderam para o lado da candidatura opositorista de Getúlio Vargas, muito embora não participassem, como agrupamento específico, das atividades da Aliança Liberal. Não obstante, tomaram parte, em meados de 1930, em algumas passeatas, de cujas respectivas repressões policiais resultaram, inclusive, mortos, no início de agosto (*Correio da Manhã*, 8 ago.1930).

A despeito das passeatas e de suas consequências, não se pode, contudo, afirmar que os estudantes desempenharam papel especial na revolução que, iniciada em 3 de outubro, na Paraíba, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, acabaria pondo termo à Primeira República.

CAPÍTULO V

O ESTUDANTE NA SEGUNDA REPÚBLICA

DO MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE SÃO PAULO À CAMPANHA DE JOSÉ AMÉRICO

O Movimento Constitucionalista de São Paulo ou, como querem alguns, a Revolução Constitucionalista, a Guerra Cívica de 1932 ou, mais simplesmente, conforme o título do livro de Hélio Silva, *A guerra paulista*, representou a primeira prova de fogo a que foi submetido o poder de Getúlio Vargas nos seus 15 anos de governo. Movimento conduzido sobretudo pela classe média paulista em ascensão, que empunhou, como bandeira, a luta pela autonomia do Estado e pela constitucionalização da Federação, teria que abrigar em suas fileiras, forçosamente, pelo seu próprio caráter de classe, a mocidade universitária de São Paulo.

Quanto à sua composição social, o Movimento Constitucionalista acentua, com nitidez ainda maior, a dissociação operário-estudantil verificada, na prática, em julho de 1917, quando das greves dos trabalhadores paulistas. Nestas, que tiveram seu ápice de 12 a 16 daquele mês, os estudantes não se sensibilizaram nem mesmo quando o movimento – chefiado por um anarquista, o jornalista Edgard Leuenroth – se estendeu a outras cidades paulistas (Santos, Campinas, Americana) e a inúmeros pontos do país, como o Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina, Bahia, Rio Grande do Sul. Assim, enquanto a juventude estudantil torceu o nariz ao importante movimento grevista – a primeira greve brasileira de caráter nacional e de participação de massas –, os trabalhadores não participaram do Movimento Constitucionalista, em que os estudantes tanto se destacaram desde os primórdios da luta. Em 1932, o governo central tentou, inclusive, explorar esse fenômeno, concili-

tando o operariado a se levantar contra o movimento. Aviões chegaram a despejar sobre São Paulo toneladas de panfletos, que estimulavam os trabalhadores à resistência.

Embora não aceitando a sugestão do governo central, os operários também nada fizeram a favor do movimento. Mantiveram-se rigorosamente apáticos durante a primeira grave crise político-militar da Segunda República, desde as hostilidades contra o interventor João Alberto Lins de Barros, iniciadas com o banquete oferecido, em 27 de abril de 1931, a José Carlos de Macedo Soares, que, na República Velha, exercera a presidência da ultrapoderosa Associação Comercial de São Paulo.

Os estudantes, por seu turno, não deram mostras de se incomodar com a imagem reacionária que o movimento logo teria, de um levante da velha oligarquia paulista ante a perda de poder para Vargas, a despeito das justas reivindicações constitucionistas. Talvez não tivessem pressentido a carga de ressentimentos oligárquicos escondidos sob a capa das inquietações paulistas. Tanto é que, já em julho de 1931, vamos encontrá-los engalfinhados nos conflitos que, a qualquer pretexto, tumultuavam o centro da capital do Estado. Os comerciantes cerravam, apressadamente, suas portas, para colocar suas vitrinas a salvo do entusiasmo ruidoso com que os estudantes manifestavam seu apoio à indicação de Plínio Barreto para a interventoria, em substituição ao coronel João Alberto.

O conflito do dia 18 daquele mês, por exemplo, é descrito, com riqueza de detalhes, por Nogueira Filho (*A guerra cívica – 1932*, 1ª v., p. 196-197): “... Pelas 18 horas, um bando de indivíduos de má catadura, vindo da Praça Antônio Prado e empunhando revólveres usados pela Força Pública, sobe a Rua de São Bento, disparando as armas. Os estudantes, tendo à frente um oficial do Exército (não identificado), enfrentam os desordeiros, também a tiros. Um dos mazorqueiros cai gravemente ferido e é arrastado pelos companheiros até o Prédio Martinielli. O conflito, porém, prossegue. Mais pessoas caem feridas. Há grande confusão. Nas calçadas da Rua de São Bento vêem-se grossos pingos de sangue. Os moços conclamam o povo a se armar. A Segurança Pública, apesar dos apelos populares, não se move. Aumenta e se generaliza o tiroteio. Grande número de moços concentra-se em frente à redação de *O Estado de S. Paulo*. Aí foram avisados por populares que iam ser agredidos. Passados alguns instantes, surgem magotes legionários, que voltam a fazer fogo. Os estudantes conclamam os po-

pulares a que usem também suas armas. Trava-se batalha de rua. A casa de armas Armbrust é assaltada ... Não param aí os acontecimentos. Os moços voltam a se reunir na Praça do Patriarca, desta vez para um comício de protesto contra a selvageria de que eram vítimas e contra a atitude da polícia... Terminado o comício, o povo, já em massa considerável, acompanha os rapazes até o Largo de São Francisco. Pouco depois, chegam contingentes da Força Pública – cavalaria e bombeiros – e ocupam alguns pontos centrais. Registram-se ainda conflitos aqui e ali. Só depois da meia-noite, a cidade volta à relativa normalidade”.

Prova da participação dos estudantes nos acontecimentos que constituem o preâmbulo do Movimento Constitucionalista é o telegrama que enviaram, a propósito dos conflitos em que estiveram envolvidos, ao presidente Vargas: “Revoltados pelas inomináveis cenas de selvageria praticadas nesta capital por assalariados capangas intitulados membros da Legião Revolucionária que com armas da polícia – *parabellum* – e cassetetes investem impunemente contra populares nas principais ruas da cidade a consenso tácito dos responsáveis pela segurança pública, que se mantêm em criminosa inação, resultando sangrentos conflitos para os quais a população ordeira é arrastada em legítima defesa, todos os estudantes apresentam unanimemente os mais veementes protestos, pedindo imediatas e enérgicas providências. Outrossim, aplaudem entusiástica e vibrantemente acertadíssima escolha de V. Ex.^a elegendo para interventor do nosso Estado a insigne personalidade de Plínio Barreto, satisfazendo assim as verdadeiras e legítimas aspirações da população paulista. a) Telêmaco Van Langendonck, presidente do Grêmio Político; Carlos Costa, presidente do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz; Henrique E. Mindlin, presidente do Centro Acadêmico Horácio Lane; José Domingos Ruiz, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto; João Buarque Gusmão, presidente da Liga Acadêmica” (Nogueira Filho, *ib.*, p. 197).

Os estudantes têm outras provas do heroísmo com que participaram dos conflitos nos seus feridos, um dos quais recebeu os primeiros socorros na própria redação de *O Estado de S. Paulo*. É, ainda, Nogueira Filho quem atesta: “Nos conflitos ocorridos nas ruas e praças de São Paulo, nas correrias e tumultos dos últimos dias, viram-se frente a frente, na verdade, quase que exclusivamente, de um lado, alguns legionários chefiando uma escória social; de outro, a mocidade das escolas. A grande massa autonomista não participou das contendas, nem direta

nem indiretamente” (ib., p. 197).

Esse denodo da juventude produziria, conforme a observação ar-
guta de Carlos Heitor Cony (Quem matou Vargas, cap. VI, *Manche-
te*, nº 799, 12 ago. 1967, p. 117), os quatro cadáveres necessários para que
São Paulo desempenhasse, na crise de 1932, a missão de estopim cum-
prida pela Paraíba, com o assassinato de João Pessoa, na crise de 1930.
Os quatro cadáveres estudantis, resultantes também de conflitos de
rua, forneceriam, por seu turno, a sigla para a principal organização
criada pelo Movimento Constitucionalista: MMDC (Miragaia, Martins,
Dráusio e Camargo).

Euclides Miragaia (21), Mário Martins de Almeida (21), Dráusio
Marcondes de Sousa e Antônio Américo de Camargo Andrade (21, ca-
sado e pai de três filhos) eram os nomes completos dos estudantes
assassinados na madrugada de 24 de maio de 1932, quando investiam
contra a sede do Partido Popular Paulista, que era, conforme Nogueira
Filho (ib., 2ª v., p. 208), o “rótulo recente da *Legião Revolucionária*,
considerado a máquina extremista opositora de São Paulo”. Este autor
assim narra a trágica investida: “... Os estudantes tomam a iniciativa.
Sem comandantes, o instinto coletivo inspirava as ações. Os combatentes
dividem-se. Uma turma mantém o cerco à cidadela da ex-Legião; outra
corre ao centro em busca de munições... Voltam os moços armados e
municionados. Intensifica-se o tiroteio, entremeado pelos estampidos
mais fortes, produzidos por granadas de mão. Caem os primeiros feridos;
mas o número de atacantes aumenta... Dois grupos destacam-se com
inaudito destemor: um trazia escadas, com as quais, lembrando os assé-
dos medievais, tentavam escalar as muralhas da fortaleza. O acadêmico
Mário Martins de Almeida, conseguindo chegar ao alto de uma das
escadas, bem perto do baluarte sitiado, é atingido em cheio. Cai, sendo, a
duras penas, levado até a Praça da República, onde chega sem vida. Na-
da importava aos moços. Outros tombam e os acadêmicos de Medicina
os socorrem, enquanto o segundo grupo se apresta para nova e ousa-
da investida: com latas e garrafas de gasolina, tentam incendiar o reduto
que resiste... São repelidos. Retiram-se impotentes...” (ib., p. 208-209).

A tragédia vinha no auge de um processo em que os estudantes
iam aliando, crescentemente, desde abril de 1932, aos comícios e traba-
lhos meramente políticos de agitação e mobilização, as atividades para-
militares, como as paradas de reservistas, organizadas pelos acadêmi-
cos da Liga Paulista Pró-Constituinte, sob a liderança de Vitor Cordeiro,

com vistas à arregimentação militar da juventude em batalhões. Num
destes, o Batalhão Fernão Dias, a 1ª Companhia (integrada por quatro
pelotões) contava em suas fileiras, entre outros nomes que se tornari-
am conhecidos no cenário político nacional, com Herbert Levy, Miguel
Reale, Prudente de Moraes Neto e Walter Moreira Salles (ib., p. 396-
398). A militarização da juventude há de ter influído, sem dúvida, para a
violência da investida que culminou com a morte dos estudantes, cujos
funerais se transformaram em novas e cada vez mais intensas mani-
festações de civismo regionalista. Esse civismo irradiante e abrangente
constituiu o clima de estufa para a criação do organismo paramilitar, cuja
sigla eternizaria o sacrifício supremo dos quatro estudantes – MMDC –,
bem como para o contágio de parcelas da mocidade acadêmica de Estados
como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, do mesmo modo que o Rio, on-
de os universitários fizeram uma passeata em homenagem aos colegas
assassinados na Rua Barão de Itapetininga.

A MMDC teve por embrião o que o *Correio da Manhã* denomi-
nou de Milícia Patriótica Civil, composta por 1.600 homens, dos quais 600
eram estudantes das escolas superiores. O matutino carioca acrescenta-
va, em seu informe do final de junho de 1932, que “estão em organização
outros *corpos* de voluntários, sendo que um deles será especialmente
destinado à perseguição dos comunistas, no que prestará todo o seu apoio
à polícia do Estado”. Organização paralela ao governo do interventor Pedro
de Toledo, a MMDC se encarregou, mais ativamente, dos preparativos
militares para a conspiração chefiada pelo general Isidoro Dias Lopes. Ela
não só recrutava e arregimentava os civis para a guerra, como também,
através dos seus serviços auxiliares, trataria de toda a parte logística,
providendo os 8,5 mil soldados de munições, suprimentos e agasalhos,
durante o tempo em que transcorreu a luta armada. Coube a ela, ainda, a
instrução militar dos milicianos improvisados.

Em 9 de julho de 1932, quando o alto comando resolveu precipitar a
eclosão da guerra, o fez, em grande parte, fiado no trabalho realizado pe-
la MMDC, símbolo mais autêntico da participação dos estudantes de São
Paulo no Movimento Constitucionalista. Que foi derrotado, após quase
três meses de luta sangrenta.

O 22 DE AGOSTO NA BAHIA

Nem só o estudante paulista embarcou na canoa pseudo-revolu-
cionista do Movimento Constitucionalista. A idéia, inexplicavelmente

generalizada, de uma vitória fácil, favorecida pela confusão que o noticiário da imprensa implantava sobre a situação nas frentes de luta, e a excelência da constitucionalização do país como bandeira suscetível de mobilização levaram estudantes de outros Estados a se solidarizarem com a causa paulista. Nos Estados do Pará, Minas Gerais, Bahia e no Rio de Janeiro, na Faculdade Nacional de Direito, irromperam manifestações de simpatia pelo movimento de 9 de julho.

A Bahia foi o Estado em que essas manifestações alcançaram maior repercussão, graças, mais uma vez, à violência policial com que foram reprimidas, o que se explica sem maiores dificuldades, pois o interventor local era Juraci Magalhães. Tudo se deu em decorrência de uma passeata que os estudantes resolveram realizar, em 22 de agosto, em solidariedade ao movimento de São Paulo. Não era bem uma passeata, conforme o depoimento pessoal que me prestou o eminente escritor Édi-son Carneiro, mas, antes, uma concentração no Terreiro, praça central de Salvador, onde se aglomeraram, surpreendentemente, mais de dois mil estudantes.

A amplitude da concentração assustou o truculento interventor, que apelou para o único argumento que soube aplicar, com alguma coerência, em sua desastrosa vida política (desastrosa, bem entendido, para os interesses nacionais): a violência policial. A brutalidade da repressão obrigou os manifestantes a se refugiarem na Faculdade de Medicina, no Terreiro. A faculdade foi, então, cercada, ainda pela manhã, e, afinal, invadida na tarde do mesmo dia. Muitos estudantes furaram o cerco, fugindo pelos telhados das casas vizinhas, mas 512 foram presos e trancafiados na Penitenciária do Estado, entre os quais Menandro Novais, cujo testemunho oral é uma das fontes em que me baseio para esse relato. Outros, como o futuro senador Nelson Carneiro e mais três colegas, foram detidos posteriormente, submetidos a espancamentos e, a seguir, deportados para o Rio (Nelson Carneiro, *22 de Agosto*).

Quanto a Juraci, depois de fazer outras das suas – como as atrocidades praticadas contra o acadêmico de medicina Câmara, que, ao dançar, esbarrou, sem querer, na sua mulher –, receberia um corretivo por parte da mocidade estudantil baiana. Em 4 de julho de 1966, em plena ditadura, o então chanceler *bon gourmet* – como era apelidado pelos jornalistas – foi vaiado, em Salvador, por centenas de estudantes universitários, chegando um seu acompanhante, o major Mansur, da Polícia Militar do Estado, a levar uma pedrada. De acordo com o noticiário

sobre o incidente, “o ministro vinha da residência de seu filho, o presidente da Assembléia Legislativa, e passava defronte da Universidade da Bahia no momento em que de lá saíam os estudantes, que acabavam de realizar assembleia em que se decidiu fazer greve de 48 horas para protestar contra a proibição da encenação de uma peça teatral”. E acrescenta a nota: “Identificado no seu automóvel, o ministro foi vaiado. Pediu então ao motorista que parasse para saltar e ir ao encontro dos estudantes. Dizendo que queria dialogar, o ministro não conseguiu ser ouvido: a via foi contínua” (*Correio da Manhã*, 5 jun. 1966). Por “diálogo” se entenda, no caso, segundo testemunhos ulteriores, dizer e gesticular obscenidades. “Diálogo” que seria ainda mais aprofundado através de dois inquéritos: um policial e outro militar.

Mas, voltando aos tempos em que Juraci era tenente, observamos que a participação estudantil no Movimento Constitucionalista antecedeu, de pouco, ao reconhecimento dos diretórios acadêmicos pelo presidente Vargas, e coincidiu, praticamente, com as origens remotas do que viria a ser o udenismo paulista. Origens que se confundem com a tentativa de dar organicidade política a uma associação secreta estudantil que já existia, por mais de um século, na Faculdade de Direito de São Paulo: a *Bucha*, sobre cujas atividades misteriosas há, sem dúvida, muita literatura e exagero, embora não possam deixar de ser aqui, pelo menos, registradas.

A BUCHA

Bucha é a corruptela do termo *Burschenschaft*, que designa, na Alemanha, corporações estudantis. Em geral reacionaríssimas, essas corporações secretas se dedicavam, aparentemente, ao gozo dos prazeres da juventude – os seus membros repartindo as horas de lazer, muito em particular, entre as cervejas e os duelos. Essa não era, entretanto, a característica mais importante de tais grêmios, com os quais o estudante mantinha suas ligações mesmo depois de formado.

O *formado* (*alter Herr*) conservava com a *Burschenschaft* uma relação que constitui o aspecto peculiar a esse tipo de confraria e que consiste, em síntese, na ajuda mútua: os formados aos não-formados, os formados aos formados e os não-formados entre si. Assim, os mais velhos, que pertenciam a uma determinada irmandade, auxiliava os seus novos membros a “vencer na vida”, na acepção burguesa da expressão.

A versão brasileira das *Burschenschaften* foi fundada em São Paulo, sob a orientação de Júlio Franck, alemão que aqui chegou, preso como clandestino, no porão do veleiro *Alsterbeck*, em maio de 1828. Segundo o escritor e professor de Direito Spencer Vampré (*Memórias para a história da Academia de São Paulo*, 1ª v., p. 261), Franck, “até o tumulto, guardou segredo quanto à sua família, posição social e até quanto à pátria, presumindo-se que também trocara de nome. Porventura, desgostos íntimos, ou ainda lutas políticas, o determinaram a deixar o torrão natal. O certo é que chegou ao Rio de Janeiro paupérrimo, sem que ninguém o conhecesse, sendo logo preso na Fortaleza da Laje, por queixa, ou coisa semelhante, do comandante do navio que o trouxe, quiçá, por haver embarcado furtivamente”.

A vida de Júlio Franck é tão misteriosa quanto as raízes mais antigas das *Burschenschaften*, mergulhadas no iluminismo bávaro e nas sociedades secretas alemãs que participaram das lutas entre católicos e protestantes. No caso, o que era mistério acabou virando lenda e fantasia, que povoam as páginas de uma das raras obras publicadas sobre o assunto, *A sombra de Júlio Franck*, do paulista Afonso Schmidt, e da talvez única reportagem que dele se ocupou, na qual Murilo Melo Filho nos fornece informações como as que se seguem: “... Veio (Franck) com a idade de 20 anos, e já era, nessa altura da vida, uma criatura amargurada por mil reverses. Fora expulso da Universidade de Goetingen e conhecera períodos de grande fausto, seguidos de completa miséria... Vários historiadores sustentam que Júlio Franck não é outro senão Carlos Luís Sand, assassino de Augusto Kotzebue, inimigo da *Burschenschaft* e por ela condenado a morrer. Após assassiná-lo, Sand tentou suicidar-se, com o mesmo punhal. Salvou-se do ferimento e foi condenado à morte. Sua execução, porém, demorou muito tempo e só foi realizada *intramuros*, de modo a possibilitar sua substituição por outro cadáver qualquer. O sr. Gustavo Barroso revela que a *Burschenschaft* deu a cobertura necessária à encenação: a mãe de Sand recebeu mais de 40 mil cartas – número bastante expressivo para aquela época. Foi enterrado ao lado de sua vítima, no cemitério de Mannheim, que passou a chamar-se *Sandshimmelweg*: o caminho de Sand para o céu” (Do pátio de uma escola, uma sombra governa o Brasil, *Manchete*, 12 abr. 1958).

A reportagem, depois de se referir às simpatias granjeadas por Franck na Fortaleza da Laje, junto a militares brasileiros, sobretudo os jovens, revela que “por isto (Franck), recebeu com tristeza a notícia de

que ia ser libertado. Andou vagando pelas ruas do Rio de então, tratou de aprender o português, trabalhou em hospedarias, frequentou a magia negra, até que se encontrou com dois estudantes de São Paulo, de nomes Oliveira e Aranha, que se impressionaram com os conhecimentos amplos de Filosofia, de Grego, de Latim e de Matemática daquele jovem judeu na miséria. Levaram-no para São Paulo, numa viagem feita a cavalo, durante a qual ele se impressionou com duas coisas: uma onça e um caso de bexiga”.

A onça e a bexiga funcionam como tempero fantasmagórico na vida mitológica de Franck, que inclui, a seguir, períodos de trabalho numa mina de ferro, na localidade paulista de S. João de Ipanema, e como caixeiro de uma venda, em Sorocaba, onde passou a preparar estudantes para os vestibulares das faculdades de São Paulo. “Às vésperas de um desses vestibulares, foi levado pelos seus alunos para a capital. Hospedou-se numa república de estudantes, que facilmente se embeveciam com os conhecimentos e a cultura do moço, a quem já chamavam *Lamão*. Certa noite, ouvia discussões dos seus companheiros, sobre a miséria dos estudantes paulistas e a necessidade de fazer alguma coisa para ajudar os mais pobres. Na Alemanha – informou Franck – são os próprios colegas que garantem a educação dos estudantes pobres. As nossas *Burschenschaften* funcionam nesse sentido” (Melo Filho, ib.).

Assim teriam nascido a *Bucha* e a idolatria dos estudantes por Franck, que se tornou professor de História do Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo, além de dar aulas particulares, de graça. Os ritos de iniciação secreta por ele instituídos na associação logo fascinaram a imaginação do estudantado, tendo havido “uma época em que quase todos os estudantes da Faculdade de Direito eram filiados à *Bucha*, na qual se envolveram também, apaixonadamente, todos os professores. Certa vez, ele revelou ao estudante Pimenta Bueno, em 1830, quando a *Bucha* se fundava: *Nasci protestante, mas hoje só me interesso pela Filosofia e pelas ciências ocultas. Fui protegido pelo fundador do Iluminismo, na Baviera, que desejava transformar-me num apóstolo. A nossa Bucha poderá, um dia, governar o Brasil ...*” (Melo Filho, ib.).

A conquista de poder político estava, pois, desde o início, na mira da *Bucha*, sobre cujos rituais e estrutura também se encontram dados na mencionada reportagem: “Ainda hoje, muitos *bucheiros* usam na sua mesa de trabalho pequenos objetos e sinais cabalísticos que os iden-

o que motivou protestos, através de versos, dos estudantes, como o de Antônio Alexandrino dos Passos Ourique:

“... Mas, que sepulcro existe mais ditoso
que nossos corações?
Que lugar mais sagrado, mais honroso,
que cantos, que aspersões,
equivalem ao pranto, aos ais, ao luto!
E negaram-lhe os homens tal tributo!
Oh! Não! Que infâmia era,
nem os humanos têm alma tão fera!”

(Vampré, ib., p. 264)

Esse mesmo Ourique, que ficou junto ao mestre até o último suspiro deste, se encarregou mais tarde, já ordenado sacerdote, de voltar ao Largo de São Francisco para benzer a sepultura de Franck – afinal e a despeito dos protestos clericais, lá enterrado, no térreo da faculdade.

Exatamente em frente à sala em que lecionava o alemão, há um monumento de cantaria em sua memória, construído por iniciativa de alguns estudantes, que também mandaram pintar-lhe o retrato a óleo, colocado na sala de leitura da biblioteca. De Franck resta ainda, de palpável, um *Resumo da história universal*, impresso, em 1839, por ordem do governo, e inspirado na obra do historiador alemão H. L. Poelitz.

De impalpáveis ficam as conjecturas sobre o peso real do poder político da *Bucha*. Se Franck conseguiu, efetivamente, se alçar à condição de autêntico ídolo da mocidade paulista, como permitem supor os trabalhos sobre ele escritos por Murilo Melo Filho, Spencer Vampré, Gustavo Barroso, Afonso Schmidt, Frederico Sommer e Alexandre Haas, e se o poderio da *Bucha* atingiu as dimensões sugeridas por esses autores, e mais pelo professor Ernesto Leme e até pela *Oração aos moços* de Rui Barbosa (que se dirigiu aos acadêmicos paulistas, falando em “nós, homens do rito”), não há como concluir senão pela concretização da profecia do misterioso alemão: a *Bucha* chegou a governar o Brasil.

A conclusão é reforçada pelos seguintes elementos: 1) o caráter maçônico da relação bucheira, não limitada pelos parâmetros da vida universitária; 2) a importância, na formação dos quadros dirigentes

tíficas rapidamente aos olhos de qualquer companheiro. Um desses objetos é um peso prateado, semelhante a uma bigorna, onde, em forma de elipse, há a seguinte inscrição: *Furan*. O *bucheiro* novo chama-se neófito ou catecúmeno. A categoria seguinte é a dos crentes, os mais numerosos. A cúpula é constituída pelos *Doze Apóstolos*, acima dos quais só há mesmo o *Conselho dos Divinos*, envolto em trevas. Cargo importante na sua estrutura é o de *chaveiro*, ocupado, durante longos anos, pelo sr. Gontijo de Carvalho” (Antônio, diretor do *Digesto Econômico*, de São Paulo, a quem escrevi, solicitando esclarecimentos quanto a dados que ele alegou desconhecer). “Quem entra para a *Bucha* recebe nome diferente. Houve até um presidente da República que passou a chamar-se Irmão Santo Sepulcro. Um ministro de Estado é conhecido por Irmão Jordão. E um deputado chama-se Irmão Mar Morto, 113. O Centro Acadêmico XI de Agosto foi fundado em 1906, para servir como organização auxiliar da *Bucha*. Em 1924, esboçou-se, contra ambos, uma reação liderada pelo estudante João de Martin Filho, natural de Ribeirão Preto, que não teve o menor êxito. Dessa reação participou um jornalista de duração efêmera, no qual o jornalista Paulo Duarte, sob o pseudônimo de *Alfeu Caniço*, escreveu um soneto acróstico, sob o título *A velha bruxa*” (Melo Filho, ib.).

Dentro da atmosfera de lenda que a envolve, a *Bucha* venceu essa e outras reações, uma das quais teria sido liderada, em 1938, pelo sr. Ademar de Barros, então interventor em São Paulo, que ordenou o fechamento da sede da associação e o confisco dos seus arquivos. Ademar pagou caro, ingressando na lista negra dos “bucheiros”. “A reconiliação só foi feita por obra e graça do senador César Vergueiro, cuja morte representou um desfalque irreparável para a *Bucha*. O senador sempre tivera muitas queixas de Ademar, que o recebera debochativamente, paramentado com o famoso *colar da consagração*, apreendido na sede da *Bucha*, em 1938, para comunicar-lhe que mandara fechar a sociedade”, o que mobilizou, imediatamente, “pessoas da maior influência no tempo do Estado Novo” (Melo Filho, ib.).

Franck morreu de pneumonia, naturalizado brasileiro, em 19 de junho de 1841. “Figura cheia de mistério, de poesia e de afeto para a alma acadêmica”, como o definiu Vampré (ib., p. 260), sua morte não o separaria do clima aventureiro e lendário em que sempre decorreu sua vida. O bispo de São Paulo não permitiu que fosse enterrado na igreja, como era, então, praxe para as pessoas tidas como “gradas”,

brasileiros, da Faculdade de Direito de São Paulo, onde estudaram quase todos os presidentes da República Velha: Prudente de Morais, Campos Sales, Afonso Pena, Rodrigues Alves, Venceslau Brás, Artur Bernardes e Washington Luís, para não falar das eminências pardas do sistema, como Júlio de Mesquita, cuja influência sobre os destinos da nação não pode ser medida em função dos cargos públicos que tenham ou não ocupado; 3) a informação de que teriam sido bucheiros “quase todos os presidentes do Centro Acadêmico XI de Agosto”, bem como “os padres Diogo Antônio Feijó, Antônio Maia de Moura e Amaral Gurgel, na Regência, todos os Vergueiros, no Império, e Francisco Glicério, na República”, e, “ainda hoje, muitos dos líderes que chefiaram a política brasileira” (Melo Filho, *ib.*); 4) o testemunho expressivo de Vampré, segundo o qual, “de extrema bondade, cheio de idealismo (Franck), conquisitou, para sempre, a mais terna afeição da mocidade, e por isso o seu nome se venera ainda na Academia, como o maior e mais devotado amigo dos estudantes” (*ib.*, p. 261); 5) o caráter secreto da *Bucha*, que, ainda segundo Melo Filho, “não fala nem se revela. Age. Por trás dos bastidores da República, tem agido incessante e influentemente, por mais de um século”; 6) as referências ao meio acadêmico paulista e, particularmente, à Faculdade de Direito de São Paulo, como pólos de irradiação política: o Centro Acadêmico XI de Agosto influenciou a constituição de agrupamentos orgânicos e de partidos acadêmicos, responsáveis, segundo Nogueira Filho (*Ideais e lutas de um burguês progressista – O Partido Democrático e a Revolução de 1930*, 1ª v., 2ª ed., p. 103), pela inauguração de “outra era na política interna da faculdade, repletando no processo de democratização do país”; 7) a solidariedade que os estudantes paulistas sempre manifestaram pela sua classe de origem, antes da fundação da UNE, com a qual assumem posição diferenciada, em especial depois da entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial; e, finalmente, 8) a importância política do cargo de “chaveiro” da *Bucha* na Faculdade de Direito de São Paulo.

A função do “chaveiro” adquiria relevância pública na Festa da Chave, a última das quais se realizou em janeiro de 1919, sob a presidência de Frederico Steidel, presidente da Liga Nacionalista. A Liga foi, aliás, tema central de todos os oradores da solenidade, na qual o novo “chaveiro”, José Alves de Cerqueira César Neto, primo de Júlio de Mesquita Filho, recebeu o símbolo das mãos do antigo, Afonso Pais de Barros (*O Estado de S. Paulo*, 16 jan. 1919). A Festa da Chave,

cerimônia promovida por um grupo que, na política estudantil paulista, “se constituía por cooptação”, apresentava, pois, como climax, a entrega da chave pelo “chaveiro” bacharelado a um colega promovido ao quinto e último ano do curso.

Cumprir a respeito o relato circunstanciado de Nogueira Filho, o único autor em que pude encontrar tais informações: “Esse *Grupo da Chave* ... disputava, invariavelmente, a presidência do Centro Acadêmico XI de Agosto. Constituindo uma espécie de aristocracia, ... o *Grupo da Chave* era, então, erradamente denominado *Grupo do Estado*, quer dizer, do jornal *O Estado de S. Paulo*, ou ainda, *Grupo dos Mesquita*, isto é, dos filhos de Júlio Mesquita ... Coisas distintas: *Grupo da Chave* e *Grupo do Estado*. ... embora cada um deles tivesse sua *personalidade coletiva* caracterizada, existiam, todavia, traços comuns. Eram quase todos os seus membros burguesinhos abastados ou bem arimados em seus estudos. Tinham-se muitos deles, por autocisão, como eleitos do destino para o governo do Centro XI de Agosto, da sociedade paulista inteira, do Estado e da nação ... Alguns ... eram prepotentes e egocêntricos, considerando-se onipotentes, *vestais*, senhores de todas as virtudes, e, sobretudo, *oniscientes* ... Perguntar-se-á, naturalmente: como puderam esses elementos exercer influência social? Respondo. Muitos dos indivíduos que compunham os referidos grupos participavam do meio ambiente dos que, justiça lhes seja feita, fizeram de *O Estado de S. Paulo* uma das mais importantes empresas jornalísticas do mundo contemporâneo. Um poder social dessa envergadura não podia deixar de possuir influência em São Paulo e no país” (*ib.*, p. 66-67).

Não há quem, pela associação de idéias, deixe de se lembrar das origens do udenismo paulista, após o conhecimento dos pontos de contato entre a *Bucha*, o *Grupo da Chave* e o *Grupo do Estado*. Daí, inclusive, o estudo da *Bucha* no presente capítulo e não no que trata da participação política estudantil no Império, quando ela nasceu. Isso se justifica, de modo ainda mais claro, se atentarmos para o fato de que foi a partir de 1932, particularmente, e até o final da Segunda Guerra Mundial, que a *Bucha* procurou, de forma mais acentuada, sobrepor sua atuação política à de ordem meramente assistencial. O espírito revanchista que assolou São Paulo, após a derrocada do Movimento Constitucionalista, forneceu o campo propício para a arremetida bucheira, atrás da qual se assinalou a presença de expoentes do *Grupo do Estado*, a

que pertenciam, além de Júlio de Mesquita Filho, Alfredo e Carlos (“Carlão”) Mesquita, Arrobias Martins, secretário de Finanças do governo paulista de Roberto Abreu Sodré, e José Carlos de Macedo Soares.

Como se vê, uma imensa e poderosa confraria, à qual não faltaram uma perspectiva imediatista de poder político e um pragmatismo ausentes na fase inicial, por não se coadunarem com o romantismo que presidiu ao surgimento da organização. E foi dentro desse estilo do século 19 que a *Bucha* se comportou na fase pré-capitalista e pré-industrial da vida brasileira, sendo importante na medida em que não havia, propriamente, organização da juventude. Presume-se que ela tenha influenciado o movimento laico e anticlerical republicano, como os governos da República Velha, sobretudo os de Artur Bernardes e Washington Luís.

Quanto à fase moderna e mais política da *Bucha*, ela culmina com o breve período governamental de José Linhares, apontado como ex-presidente da entidade. Ocupando a presidência da República de 29 de outubro de 1945 a 21 de janeiro de 1946, Linhares demonstrou, pelo menos, que a *Bucha* não distava tanto assim de sua matriz germânica: os bucheiros mais velhos, uma vez no poder, encheram a administração pública com os mais novos, tudo dentro da velha tradição assistencial maçônica.

Depois disso, fala-se que ainda teria havido outro presidente bucheiro, Nereu Ramos, que ascendeu à chefia da Nação em circunstâncias semelhantes às que levaram Linhares ao poder. Mas, dessa última fase da *Bucha* pouco se conhece. A organização secreta voltou a ser totalmente envolvida pelas brumas, que lhe convêm, na medida em que sobreviviria como seita do empreguismo.

A CAMPANHA DE JOSÉ AMÉRICO

A história da participação política dos estudantes na Segunda República registra, ainda, a existência de organizações menos secretas. Em 1934, surgiu a Juventude Comunista, contrapesada, no outro prato da balança, pela Juventude Integralista, da qual participaram, entre outros, Cotrim Neto, futuro secretário de Justiça da Guanabara, Hélio Tornaighi, depois chefe de Polícia do Rio e encarregado, como catedrático, de vários inquéritos contra acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, e Miguel Reale, que se tornaria jurista, secretário de Justiça paulista e professor da Faculdade de Direito da USP, cujos alunos contra ele se declararam em greve. O ano de 1934 foi, também, aquele em que Armando de Sales Oliveira, que já passara de interventor a governador, fundou a

Universidade de São Paulo, acrescentando a Faculdade de Filosofia às já existentes de Direito, Medicina e Politécnica. A do Rio de Janeiro, a primeira do país, fora criada em 1920, com a fusão das Faculdades de Medicina e Direito com a Escola Politécnica. Em 1931, a carioca se tornaria a Universidade do Brasil, com a incorporação das Escolas de Farmácia, Odontologia, Música, Química e Belas-Artes.

No ano seguinte, os estudantes participam, no Rio, da campanha – sobretudo dos comícios-relâmpago – da Aliança Nacional Libertadora, que criaram com operários em março, sob a orientação do PCB, e são espancados e bastante machucados, no dia 23 de agosto, pela polícia, que os acusa de extremistas (*Correio da Manhã*, 24 ago. 1935).

Em 1º de junho de 1937, o *Correio da Manhã* publica o manifesto lançado por José Américo de Almeida, de cuja candidatura às eleições presidenciais fixadas, pela Constituição de 1934, para 1938, se começou a falar em maio, por inspiração dos cochichos do governador mineiro, Benedito Valadares. José Américo – segundo retratou muito bem Carlos Heitor Cony (Quem matou Vargas, *Manchete*, 19 ago. 1967) – “acreditou na própria candidatura e lançou-se, com feroz entusiasmo de nordestino, em uma campanha que logo cresceu em repercussão popular... Nas ruas e nos comícios, a luta era para valer”.

Os estudantes também acreditaram na candidatura de José Américo, cujos discursos chegavam mesmo a ser julgados subversivos, e – como sempre ocorreu antes da criação da UNE – fundaram uma organização que teria vida efêmera, destinada que era, especificamente, a participar da campanha: a Frente Democrática da Mocidade, na qual muitos se empenharam por serem também nordestinos. De caráter antifascista, a entidade, sob a chefia do estudante Antônio Franca (mais tarde, ao que consta, pacífico comerciante no Recife), não deixa de ter uma certa importância na história da participação política estudantil, notadamente sua atuação em comícios, como o realizado por José Américo, em 31 de julho, no Rio, na Esplanada do Castelo.

A Frente representou, ademais, o esboço de formação orgânica que receberia contornos definitivos, pouco depois, com o surgimento da UNE, de cuja fundação o próprio Antônio Franca participaria. A Frente não superaria, entretanto, a esporadicidade do episódio que a engendrou: com o golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, pelo qual Vargas instaurou o Estado Novo, cancelando as eleições presidenciais, morreu a Frente Democrática da Mocidade.

Acompanhou-a ao túmulo o cadáver da breve Segunda República.

SEGUNDA PARTE



O PODER JOVEM

A PARTIR DA UNE



A FUNDAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA UNE

Nascida no finalzinho da Segunda República, em 13 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, a União Nacional dos Estudantes só entraria em ação durante o Estado Novo, razão pela qual não cabia iniciar o seu histórico no capítulo precedente. Fruto de uma tomada de consciência, quanto à necessidade da organização em caráter permanente e nacional da participação política estudantil, a UNE representa, sem qualquer dúvida, o mais importante marco divisor dessa participação ao longo da nossa história. Por isso, o movimento estudantil brasileiro e este livro são divididos em duas partes: *antes e a partir* da UNE.

As organizações universitárias anteriores a agosto de 1937 pecavam, todas, pela transitoriedade, visando apenas a problemas específicos e determinados, em função de cuja duração nasciam e morriam. Assim foi, como vimos, com o clube secreto dos estudantes brasileiros da Universidade de Coimbra e o problema da libertação do jugo português; com a Sociedade Dois de Julho e a alforria de escravos; com a Libertadora, dos cadetes, e a Campanha Abolicionista; com os clubes republicanos acadêmicos e a campanha antimonarquista; com os “batalhões escolares” e o nacionalismo de Floriano; com a Frente Democrática da Mocidade e a malograda campanha presidencial de José Américo.

O segundo grande vício das organizações anteriores à UNE era a regionalidade, favorecida pelo isolamento entre os estados, contra o qual se mostraram infrutíferos os esforços da Federação de Estudantes Brasileiros, ela própria dominada pelo mesmo defeito, assim como a Sociedade Filomática paulista e o Centro de Acadêmicos carioca, que a pre-

cederam, ou a Liga Acadêmica de São Paulo e a Liga Paulista Pró-Constituinte, que a sucederam.

Os dois males minaram todas as tentativas de dar organicidade ao movimento estudantil, só permitindo o funcionamento regular de entidades cujo raio de ação raramente ultrapassava o limite dos muros da faculdade em que tinham sede, tais como os grêmios e os centros acadêmicos, ou as associações e agrupamentos de caráter específico. Neste último grupo, se incluíam as associações de caráter quase exclusivamente literário ou artístico, como a Sociedade Epicurea, o Ensaio Filosófico Paulistano, o Ateneu Paulistano, a Arcádia Paulista, a Associação Culto à Ciência, o Instituto Acadêmico e o Grêmio Literário Álvares de Azevedo, todas, por coincidência, na Faculdade de Direito de São Paulo; os agrupamentos restritos a uma determinada corrente política, como a Juventude Comunista, a FVE (Federação Vermelha dos Estudantes) e a Juventude Integralista; os pequenos grupos ou facções, verdadeiras panelinhas com pretensões à aristocracia estudantil, como o Grupo da Chave e o Grupo do Estado ou dos Mesquita, em São Paulo; as sociedades secretas de tipo maçônico e caráter assistencial, como a *Bucha*, em São Paulo, e uma versão pernambucana da *Tugendbund* (Liga da Virtude) alemã; e, finalmente, as agremiações boêmias e folgazãs, de formação influenciada pelas correntes migratórias de origem européia, tais como a República Destruidora e a Catacumba, cujos membros, da Faculdade de Direito de São Paulo, tinham o vício de se intitular “inexcedíveis”.

Sem qualquer organização, portanto, em que pudessem militar com regularidade antes da fundação da UNE, os estudantes procuravam participar de entidades como a Liga Nacionalista, de Bilac, a Liga do Voto Secreto, de Monteiro Lobato, a Aliança Liberal, a Milícia Patriótica Civil e a MMDC constitucionalista de São Paulo, bem como da Aliança Nacional Libertadora, ainda que, em geral, tal participação se desse em caráter individual.

Baldadas haviam sido todas as tentativas de organização nacional do movimento, entre as quais o 1º Congresso Nacional de Estudantes, realizado em São Paulo, em 1910, e a campanha por uma Federação de Estudantes Brasileiros, lançada em 1924, através de *A Época*, revista dos acadêmicos da Faculdade Nacional de Direito, impressionados com o estágio de organização já logrado, pelo movimento estudantil argentino.

O 1º CONGRESSO DA JUVENTUDE OPERÁRIA-ESTUDANTIL

Os acadêmicos cariocas bateriam na mesma tecla no segundo semestre de 1934, a partir de setembro, quando lançaram um movimento pela realização do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil. A idéia logo recebeu a adesão dos alunos de outras faculdades, a começar pelos de Engenharia, além do apoio de organizações operárias. A Juventude Comunista desempenhou papel relevante na preparação do Congresso, cujo comitê dirigente e organizador era composto por Ivan Pedro de Martins (presidente), Carlos Lacerda (vice), Edmundo Moniz (secretário), Jorge Amado e Medeiros Lima, que firmaram o manifesto do conclave. Este grupo conseguiu formar, na FND, uma frente única antifascista, nela congregando a “ala das artes”, composta pelos literatos e boêmios, e a “ala das ciências”, integrada pelos teóricos e ativistas políticos, em sua maioria comunistas.

O mesmo grupo, tendo à frente Ivan Pedro de Martins, vencera as eleições de 1932 para o diretório da faculdade, com o *slogan* “Um diretório com programa”. Obtendo 2.013 votos contra apenas 68, a chapa eleita modificara, durante sua campanha, o ambiente de apatia política que dominava os acadêmicos. Até então, um diretório se elegia com 70 votos, o que era um absurdo, além de representar o cúmulo do desinteresse por política acadêmica, pois a faculdade já contava, à época, com mais de dois mil alunos. A mobilização desses estudantes facilitou os preparativos do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil, cujas reuniões iniciais se deram na sede do antigo Partido Socialista, de Alcântara Gomes e Reis Perdigão, e, afinal, no Teatro João Caetano, que lotou, cedido pelo prefeito socialista Pedro Ernesto. A receptividade encontrada, além de surpreender seus articuladores, os estimulou a organizarem núcleos nos estados, entre os quais se destacou o da Bahia, de cuja direção faziam parte Edison Carneiro e Aydano Couto Ferraz.

O êxito do congresso tornou absoluta a liderança dos seus idealizadores, que assumiram o controle da revista *A Época*, e passaram a ganhar todas as eleições no diretório, até a formação da UNE. Ideologicamente, a característica marcante do grupo era a luta antifascista. Era o período da ascensão do nazismo e a preocupação dos estudantes democratas, sobretudo dos esquerdistas, era, no Brasil, roubar adeptos ao integralismo. Produto de um desses roubos foi o poeta J. G. de Araújo Jorge, estudante integralista que rompeu com o fascismo em sessão pública,

aderindo ao congresso e a todas as atividades em defesa da democracia que se empreenderam a seguir. Uma delas foi, por ocasião da Guerra Civil na Espanha, a campanha de solidariedade aos republicanos espanhóis, na qual se distinguiu o presidente do diretório da faculdade, Martins Gomide, do grupo trotskista, uma das muitas facções que se fundiram na frente única ensejada pelo combate ao fascismo.

Outra das facções integrantes da frente, a Juventude Comunista, apoiou, em parte, o levante do capitão Agildo Barata no 3º Regimento de Infantaria, no Rio, em 1935. A turma de bacharéis desse ano, da qual fazia parte Edmundo Moniz, elegeu parainfante Castro Rebelo, um dos três professores da FND que estavam presos (os outros eram Leônidas Resende e Hermes Lima). Moniz, embora contrário ao levante – por considerar que ele conduziria à implantação de uma ditadura militar direitista –, foi vítima da repressão policial desencadeada pelo movimento, sendo preso, em novembro de 1936, e permanecendo detido por um mês. Muitos dos seus companheiros do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil (além dos citados, Gustavo Simões Barbosa, Luís Paes Leme e Hélio Walcacer se salientaram, também, nas atividades ligadas ao conclave) tiveram que se esconder, entre eles Carlos Lacerda.

O desmantelamento dos centros estudantis pela polícia, que passou a enxergar conspirações comunistas em qualquer ajuntamento de mais de três estudantes, implicou um lento e penoso trabalho de reorganização, no qual muito colaborou o então acadêmico de Direito José Honório Rodrigues, até o ano em que se formou, em 1937. Logo denunciado através do jornal oficial dos integralistas, *A Ofensiva*, o eminente historiador confessaria em 1968 (antes do Ato Institucional nº 5) que, de 1935 a 1938, com a direita em ascensão nos planos mundial e nacional, decorre o período da história do Brasil em que foi mais difícil ser antifascista. “Apesar disso”, informou ele ao autor, “a reorganização dos estudantes progressistas se efetuou, sobretudo entre os alunos das Faculdades de Direito e de Medicina, que eram mais ligados entre si do que com os da Engenharia”.

Os organizadores do 1º Congresso da Juventude Operária-Estudantil – que precedera a formação da Aliança Nacional Libertadora – tiveram, assim, de pagar o preço imposto ao seu pioneirismo, acrescido de uma sobretaxa relativa àquele momento histórico fascizante. Ficaria, no entanto, à vista de todos, a mais importante indicação do congresso: a necessidade de um instrumento por meio do qual os estudantes pu-

dessem colaborar na luta pela mudança da realidade nacional.

O 1º CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES

A conclusão a que se havia chegado em 1934 era, como se diria depois, absolutamente válida. Os estudantes careciam de um instrumento e este não podia vir marcado pela regionalidade, transitoriedade ou pela especificidade, sob pena de não cumprir seus objetivos. Essas marcas impediram que a União Democrática Estudantil, presidida por Maurício Caldeira Brant, a Frente Democrática da Mocidade, da campanha de José Américo, e a Federação Vermelha dos Estudantes fossem o instrumento desejado, embora todas contribuíssem para que surgisse esse dispositivo. A Federação Vermelha, por exemplo, alinhara grupos de secundaristas e universitários – um dos quais, Jacob Warchawski, acabaria assassinado pela polícia do Estado Novo –, mas a atuação que desenvolveu, de 1932 a 1935, embora valiosa contribuição às lutas estudantis, se restringiu sempre à esfera ilegal.

O instrumento ideal, de caráter amplo, nacional e permanente, somente surgiu em 11 de agosto de 1937, no Rio, no 1º Conselho Nacional de Estudantes, na Escola de Belas Artes. A data é considerada como a fundação da União Nacional dos Estudantes, embora o reconhecimento oficioso só viesse a ocorrer em dezembro do ano seguinte, no 2º Congresso Nacional dos Estudantes, em que o governo esteve presente e a entidade foi solidificada com o apoio de 82 associações universitárias e se-cundaristas de todo o país. O oficial se deu em 11 de fevereiro de 1942, com o Decreto-lei nº 4.105, revogado pela ditadura militar em novembro de 1964, através da Lei Suplicy (Maria de Lourdes de A. Fávero, *A UNE em tempos de autoritarismo*, p. 64).

A UNE nasceu na Casa do Estudante do Brasil, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional de Estudantes, depois de solenemente instalado pelo ministro da Educação, efetuou, no dia 12, a sua primeira sessão ordinária, dirigida pela presidente vitalícia e fundadora daquela Casa, Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça, poeta, *socialite* e mulher do historiador e famoso goleiro do Fluminense e da seleção Marcos Carneiro de Mendonça. Dois detalhes nos dão idéia do clima de bem-aventurança que predominou nessa reunião inicial: 1) o encontro foi encerrado com um chocolate oferecido pela União Universitária Feminina aos delegados dos estados que se fizeram representar

(São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná, Rio de Janeiro, Pernambuco e Minas Gerais); 2) aprovou-se, logo de saída, uma proposta do representante do Diretório Central de Estudantes de Minas Gerais, proibindo, expressamente, a discussão de temas políticos (*Correio da Manhã*, 13 ago. 1937).

No dia seguinte, sob a presidência da futura escritora Leda Boechat Rodrigues, representando a União Universitária Feminina, realizou-se a segunda reunião plenária, à qual compareceram 60 delegados, dos quais falaram Gustavo Simões Barbosa e Délio Maranhão, do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco). Dos assuntos levados a plenário, o principal foi a elaboração dos estatutos, sendo discutido o projeto apresentado pela comissão especialmente designada para esse fim. Apesar de não se ter chegado a uma decisão sobre os estatutos, inclusive porque os trabalhos terminaram mais cedo para que todos comparessem ao banquete comemorativo do oitavo aniversário da fundação da Casa do Estudante do Brasil – considerada, nesse mesmo dia, de utilidade pública, pelo interventor federal Henrique Dodsworth –, há quem assinale aquele 13 de agosto como data de fundação da UNE.

Em 16 de agosto, em nova sessão, saíram, afinal, concluídos e aprovados, os estatutos, pelos quais o Conselho “ficou sendo organizado com representantes iguais de todas as associações e centros de estudantes do país”, tendo “por finalidade principal a representação oficial dos estudantes brasileiros”. A imprensa do dia seguinte forneceu detalhes sobre o novo órgão: “Será dirigido por uma comissão executiva, auxiliada por uma secretaria nacional, com sede na capital federal, e secretarias estaduais. A comissão executiva será formada de um presidente e dois vice-presidentes, eleitos pelo sistema rotativo, com relação aos estados. O Conselho Nacional se reunirá, anualmente, em sessão plena, em pontos alternados do país, com representantes de todas as associações acadêmicas nacionais” (*Correio da Manhã*, 17 ago. 1937, p. 6).

Como se percebe, Conselho Nacional de Estudantes designava, simultaneamente, um novo órgão estudantil e o que se denominou, mais tarde, de congresso – posteriormente organizado, todos os anos, pela UNE. A diretoria então eleita deve ser entendida, portanto, como do 1º Conselho Nacional de Estudantes. Com mandato de agosto de 1937 a dezembro de 1938, ela estava assim constituída: *presidente* – José Raimundo Soares, delegado do Diretório Central dos Estudantes da

Universidade de Minas Gerais; *1.º vice-presidente* – Valter de Sá Cavalcanti, delegado do Centro Estudantil Cearense; *2.º vice-presidente* – Henrique Bonança, delegado dos estudantes de Engenharia do Paraná; *1.º secretário* – Nelson Ferreira, delegado da Casa do Estudante do Brasil; *2.º secretário* – Manuel Álvares da Cruz, delegado do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, de Niterói; e *tesoureiro* – Valfredo Gomes, delegado dos estudantes de Engenharia do Distrito Federal.

O presidente Vargas logo manifestou especial interesse pelos estatutos da organização, ao receber em audiência os delegados estaduais, que aproveitaram a oportunidade para, através do cearense Sá Cavalcanti, solicitar o reconhecimento presidencial do Conselho, como “único órgão representante oficial dos estudantes do Brasil”. O reconhecimento de tal condição não tardou por parte das associações estudantis, como bem demonstra a moção de solidariedade da União Democrática Estudantil, das primeiras entidades a lutar pela realização de um Congresso Nacional, tendo colaborado na elaboração do manifesto por meio do qual as organizações universitárias cariocas haviam lançado, antes, a idéia, afinal não levada adiante (*Correio da Manhã*, 24 ago. 1937).

É bem verdade que se realizara, ainda antes, um 1.º Congresso Nacional dos Estudantes em São Paulo, em 1910, o primeiro a reunir estudantes de vários pontos do país. A ele se referindo, diz Gilberto Amado em *Minha formação no Recife*: “...Mil e tantos estudantes, do Norte, do Sul, do Centro, do extremo Norte e do extremo Sul, quase todos da mesma idade, indivíduos diferentes, de pele e de roupa, mas todos revelando, apesar da diversidade de origem, sem exceção de um só, uma só mentalidade ... Impressionou-me tanto aquela estupefata unidade ali manifestada que repeti em seguida, poucos meses depois, ao tornar ao Rio, já formado, em artigos no *O País* e no *Comércio de São Paulo*, a tese, que me empolgara... Certo, podiam-se notar nuances de concepção doutrinária e política. Havia positivistas, na bancada gaúcha. Entre os nortistas, agnósticos, hegelianos, spenceristas... Um rapaz de Sergipe, Florivaldo Linhares, que se formara em São Paulo, apaixonara-se tanto pelo monismo alemão que aprendeu a falar alemão, tornou-se depois de formado advogado de firmas alemãs e morreu cedo, de tanto beber cerveja alemã. O poeta Ricardo Gonçalves (o mais belo rapaz do Congresso), cabeleira negra, ar de Álvares Azevedo, que iria

acabar num suicídio dramático, e o orador Maurício Lacerda, que agitava as sessões com o problema das candidaturas, não se pareciam, mas as dessemelhanças eram como espuma do oceano: não vinham do fundo, afloravam e morriam na superfície...” (citado por Joel Silveira, na reportagem seriada Praia do Flamengo, 132 – II, *Correio da Manhã*, 23 ago. 1964). Mas, aquele primeiro congresso, afora os intermináveis debates filosóficos, não resultou em algo de concreto, ao inverso do que aconteceria na primeira assembléia do Conselho Nacional de Estudantes, uma espécie de prefácio ou introdução à UNE.

O 2º CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDANTES

Em abril de 1938, as associações estudantis foram convocadas para o 2º Congresso Nacional de Estudantes ou – como ficaria conhecido – 2º Congresso da UNE, cuja comissão organizadora era presidida por Clotilde Cavalcanti e constituída, mediante iniciativa da Casa do Estudante, por esta e pelo Conselho Nacional de Estudantes, União Universitária Feminina, Federação Atlética de Estudantes, Associação Universitária da Bahia, diretórios acadêmicos das faculdades nacionais de Direito e de Engenharia, Caco, Clube Universitário do Rio de Janeiro e Diretório Acadêmico da Universidade do Distrito Federal.

Depois de enfatizar que, “numa época de perturbações e de incertezas, de esperanças e de desilusões, a mocidade das escolas tem o dever e a necessidade de se conhecer, para, unida, poder melhor trabalhar, orientando a sua ação num sentido comum”, a convocação arrolava as seguintes organizadas com vistas à racionalização dos trabalhos: 1) *Situação Cultural*: a) Função da universidade; b) Orientação universitária; c) Formação e orientação profissional e técnica; d) Bolsas de estudo e viagens de intercâmbio universitário; e) Cooperação intelectual dos estudantes – nacional e internacional – e influência do intercâmbio cultural e artístico na unidade do pensamento universitário; f) Bibliotecas; g) Formação de um teatro de estudantes; h) Difusão da cultura – problema do livro e publicações; i) Ensino rural; j) Problema do ensino livre; 2) *Situação Econômica*: a) Problema das taxas e matrículas; b) Subvenção do Estado; c) Problemas da habitação – cidades universitárias; d) Casas de estudante e casas de interno; e) Problemas da alimentação; f) Birô de empregos; g) Estágio remunerado; h) Racionalização do trabalho intelectual; i) Assistência médica, dentária e judiciária; 3) *Saúde*: a) Higiene

escolar; b) Educação física; c) Colônia de férias; 4) *Mulher estudante*: a) A mulher estudante frente ao problema do trabalho e em face das organizações profissionais; b) A mulher estudante frente ao problema do lar; c) As associações femininas como membros de estudo e defesa de interesses peculiares à mulher; 5) *Esporte universitário*: a) Propaganda; b) Esporte como meio de intercâmbio universitário; c) Definição do atleta universitário; d) Jogos universitários brasileiros; e 6) *União Nacional dos Estudantes*.

Cerca de 80 associações universitárias e secundárias, da maioria dos estados, acorreram à convocação, participando em 5 de dezembro de 1938, no Teatro Municipal do Rio, da sessão de abertura do 2º Congresso, à qual compareceram muitos professores e grande número de estudantes, além de um representante do ministro da Educação. Inúmeros oradores se fizeram ouvir, entre eles o professor Evaristo de Moraes, em nome dos mestres universitários, o futuro cientista José Leite Lopes, pela delegação estudantil pernambucana, e Berceolino Maia, pelos secundaristas.

Ao contrário do que houvera um ano antes, o 2º Congresso adquiriu conotação política desde a primeira plenária, no dia 9, na Escola Nacional de Belas Artes, embora não se pudesse registrar um cunho propriamente antagônico. O presidente Vargas, a despeito do Estado Novo, foi aclamado presidente de honra do conclave, enquanto os interventores estaduais recebiam o título de componentes da Comissão de Honra e os ministros de Estado e reitores, o de membros honorários. Ademais, aprovou-se o envio de um telegrama ao embaixador Afrânio de Melo Franco, que chefiava, em Lima, a delegação brasileira à 8ª Conferência Pan-Americana, na forma de “uma calorosa mensagem da juventude de nossa pátria à juventude de todas as Américas, fazendo votos pela vitória ampla e final dos princípios invioláveis da democracia, da paz e da liberdade, neste hemisfério, numa concepção de vida social sem preconceitos de raças, ódios religiosos ou minorias de qualquer natureza”.

A preocupação com os problemas nacionais, da luta contra o analfabetismo à implantação da siderurgia, se manifestou em muitas das 60 teses discutidas nas 13 plenárias, tais como *Os estudantes e a siderurgia*, de Pedro Silveira, do Centro Autônomo da Faculdade de Direito de Minas Gerais; *Orientação universitária*, de Armando Calil, do Centro Acadêmico de Direito do Paraná, que alertou os colegas pa-

ra “o perigo de ensinamentos reacionários” e propôs a criação de uma cadeira de Sociologia em todos os cursos superiores, além de “considerar perigo iminente a absorção da universidade pelo Estado”; *Função da universidade*, de João Paulo Bittencourt, do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo, que enalteceu a importância da ação social universitária e pediu a cooperação das Escolas Naval e Militar, “considerando-as como institutos universitários”; *Considerações de ordem geral sobre o regime universitário*, de Danilo Frasca, da Federação de Estudantes Universitários de Porto Alegre, que acentuou a necessidade de organização da universidade “segundo um tipo brasileiro, conforme as condições que regulam nossa vida e as peculiaridades da nossa alma”; *Orientação técnica e profissional*, de Guilherme de Almeida e Silva, do Diretório Acadêmico da Escola Eletromecânica da Bahia, que sugeriu a manutenção de cursos especializados para técnicos, sobretudo para operários, nas universidades, com vistas à industrialização do país e à “formação de uma mentalidade capaz de conquistar o Brasil para os brasileiros, na exploração intensiva e em grande escala de suas riquezas extraordinárias”; *Difusão da cultura e problema do livro e publicações*, do futuro geriatra Irun Sant’Anna, da Casa do Estudante do Brasil, que reivindicou o barateamento do preço do papel, mediante o fomento à instalação de fábricas nacionais e a concessão de facilidades de importação de maquinismos e técnicos, ao mesmo tempo que denunciou o “truste estrangeiro do papel” e os obstáculos antepostos à entrada no país “de qualquer livro que tenha um leve e fugidio tom de democracia, sob o pretexto de evitar penetrações de doutrinas exóticas”; *Difusão da cultura*, de Medeiros Lima, da Federação Atlética de Estudantes, que encareceu “a necessidade de libertar a economia nacional da exploração imperialista”, pleiteou a redução das taxas e matrículas e a intensificação “da luta pela nacionalização do ensino” e recomendou que se pusesse termo à limitação do número de vagas nas escolas superiores; e *Educação de adultos*, de Rubens Brito, da Casa do Estudante do Brasil, que sustentou a conveniência da criação de universidades populares, para fazer frente ao crescente analfabetismo.

Para se aquilatar a importância e a seriedade do certame estudantil, bem como a oportunidade de reedição dos *Anais do 2º Congresso Nacional de Estudantes* (Ministério da Educação e Saúde, 1939) – dos quais extraímos estes dados –, é suficiente ter em conta que um

dos itens do temário, *Ensino rural*, motivou a apresentação de nada menos que sete teses, todas muito bem fundamentadas, que preconizavam medidas como o estabelecimento do crédito agrícola, para “libertar o camponês do tão conhecido processo de receber *por conta da safra*, nos armazéns e casas de comércio, onde ficam presos pelo resto da vida”; a fixação do homem no campo; a criação de “grandes estabelecimentos educacionais agrícolas, com produção industrializada da agricultura, na base do aproveitamento dos alunos, visando à produção” (A. de Oliveira, da Escola Nacional de Química); a reforma do serviço militar, objetivando a formação do operariado rural, mediante o engajamento do camponês, durante três meses do seu tempo de recruta, numa “organização de trabalho obrigatório” (Francisco José Vervloet, da Casa do Estudante Capixaba); criação de um Departamento de Educação Rural, ligado ao Ministério da Educação, organização de programas de ensino apropriados às zonas rurais e “revisão dos livros didáticos, adaptando-os à linguagem simples do povo” (José Vilela dos Santos, do Diretório Acadêmico da Faculdade Nacional de Direito); e a fundação de escolas normais destinadas à formação de professores especializados em ensino rural (Valdemar Gontijo Maciel, do Centro Acadêmico Afonso Pena, da Faculdade de Direito de Minas Gerais).

Outras teses interessantes foram a *Situação econômica do estudante*, de Valdir Ramos Borges, da Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre, que propôs o lançamento de uma campanha no sentido da fundação de mais casas do estudante, então já formadas em alguns Estados (Pernambuco, Ceará, Paraíba e Espírito Santo); *A mulher estudante frente ao problema do lar*, de Leda Boechat, da União Universitária Feminina, que defendeu, entre outros pontos altamente revolucionários para a época, a instituição do divórcio e do exame pré-nupcial obrigatório, bem como o amparo das leis trabalhistas à mulher; e *União Nacional dos Estudantes Brasileiros*, de Antônio Franca, do Diretório Acadêmico da FND, segundo o qual o Conselho Nacional de Estudantes demonstrara que, sem uniões estaduais, seria difícil a formação de uma organização estudantil nacional.

Antônio Franca, grande batalhador pela criação da UNE, da qual seria o secretário-geral e figura principal nos três primeiros anos, contribuiu, com sua tese, para a decisão mais transcendente do 2º Congresso, transformado, automaticamente, em 22 de dezembro, na segunda assem-

bléia do Conselho Nacional de Estudantes: a formação efetiva e o reconhecimento formal da UNE, bem como a aprovação dos seus estatutos, pelos quais ela se tornou, oficialmente, “o órgão máximo de representação dos estudantes”, tendo “por finalidade congregar todos os estudantes no Brasil para a defesa dos seus interesses”. O Conselho Nacional de Estudantes passou à condição de órgão deliberativo da UNE – exatamente o que seria, depois, o Congresso da UNE – e a nova entidade instalou sua sede e secretaria na Casa do Estudante do Brasil.

A PRIMEIRA DIRETORIA DA UNE

Ao Conselho Nacional de Estudantes cabia a eleição da diretoria da UNE, o que se cumpriu logo após a aprovação do estatuto, na tarde de 22 de dezembro de 1938. Apurados os votos, a primeira diretoria oficial da UNE, com mandato até agosto de 1939, ficou assim constituída: *presidente* – o gaúcho Valdir Ramos Borges (posteriormente, próspero advogado, inclusive do ex-presidente João Goulart, de cujo último ministério da Fazenda, Ney Galvão, chefiou o Gabinete); *vice-presidente* – Armando Calil, do Centro Acadêmico de Direito do Paraná; *2ª vice-presidente* – César Barbosa Filho, do Centro Acadêmico XI de Agosto; *3ª vice-presidente* – Newton Pimentel, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina do Recife; *secretário-geral* – Antônio Franca; *1ª secretário* (de Relações Internacionais) – Clotilde Cavalcanti, da Casa do Estudante do Brasil; *2º secretário* (de Relações Nacionais) – Américo Reis, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia; e *tesoureiro* – Wagner Cavalcanti, do Caco.

Depois de encerrado o congresso em sessão presidida pelo ministro Gustavo Capanema, da Educação, coube à diretoria eleita assumir sua grave responsabilidade. Contava, para isso, com as palavras de Capanema, que prometera levar em consideração as conclusões do congresso no estudo de uma reforma educacional, além de garantir o respeito à autonomia dos estudantes; dispunha, também, boa vontade do presidente Vargas, que recebeu os participantes do conclave, no Palácio do Catete, e lhes disse “acolher com a maior simpatia as sugestões culturais e de ordem econômica que os mesmos apresentavam ao governo, através de todos os trabalhos do Congresso” (*Anais do 2º Congresso Nacional de Estudantes*, p. 18). A primeira diretoria oficial da UNE sobraçava, ademais, um plano de reforma educacional, resumin-

do as conclusões do congresso sobre as dezenas de teses apresentadas e dividido em cinco partes, uma das quais tratava do mais antigo e importante dos temas estritamente estudantis: a reforma universitária.

A missão dos comandados de Valdir Borges era, em síntese, tirar a UNE do papel para a realidade, transformando uma resolução organizativa do 2º Congresso numa entidade concreta e verdadeiramente atuante. De como se saíram e enfrentaram os problemas logo surgidos, podemos ter noção pelo relatório da gestão: instalada a secretaria da UNE em insignificantemente dependência da Casa do Estudante do Brasil, encontrou logo toda a oposição dos diretores desta, que vieram surgir e crescer uma entidade mais ampla, mais forte, mais querida dos estudantes e, por todos os títulos, de direito como de fato, mais representativa e emparentada.

A diretoria da UNE passou a coordenar, com poucos recursos materiais, o movimento estudantil, a vida e as atividades das organizações espalhadas pelo país, procurando dar a esse movimento e a essas atividades um cunho de unidade e um sentido nacional. Reorganizou-se com 84 associações filiadas, a que se juntaram, seis meses após, mais 28, formando um total de 112 entidades coligadas, entre as quais procurou estabelecer uma corrente regular de intercâmbio e cooperação. Entrou em contato com o Ministério da Educação, apresentando-lhe as resoluções do congresso e se prontificando a cooperar na reforma geral do ensino, em elaboração, assim como na solução de inúmeras questões estudantis. A UNE apoiou, nessa fase, a campanha dos estudantes do Paraná contra o aumento das taxas e matrículas, pretendido pelas diretorias das escolas que compunham a universidade daquele Estado; a campanha pela reforma da Portaria 142, que exigia o sigilo das notas no decorrer do ano letivo; e a campanha pela “nacionalização do ensino” empreendida pelo comandante do 32º Batalhão de Caçadores, por ordem do comando do Exército, que tinha em vista, as “zonas onde predominam os quistos raciais italianos, alemães e nipônicos”.

Num relatório elaborado para o 3º Congresso Nacional de Estudantes, em agosto de 1939, a primeira diretoria da UNE informou, ademais: “Levamos ao povo e ao governo chilenos as nossas condolências pela terrível catástrofe dos abalos de terra naquele país, telegrafando ao presidente Aguirre e... tomando a iniciativa de solicitar das organizações

filiadas a formação de comissões com o fim de angariar auxílios para o povo vitimado... Promovemos, também, o recrutamento de médicos, enfermeiros e de um batalhão de doadores de sangue, que ficou à disposição da comissão oficial de auxílio ao povo chileno. Procuramos ser, assim, leais e positivos nas nossas afirmações de sentimentos de fraternidade universal e, especialmente, pan-americana... Ao presidente da República telegrafamos, aplaudindo, de acordo com o nosso programa, a medida governamental que regulamenta a publicação dos jornais estrangeiros, visando à nacionalização da cultura e do ensino no país. Demos o nosso apoio e organizamos a Conferência Pan-Americana de Estudantes, que ora se realiza”. Adiante, concluía o documento: “O nosso programa é um programa para mais de uma geração. Teremos feito muito, tornando-o conhecido, compreendido e reivindicado por cada estudante brasileiro”.

À parte essas realizações e iniciativas, o maior problema da gestão de Valdir Borges consistiu no agravamento da crise que lavrava, desde a instalação do conclave anterior, nos bastidores da política estudantil, entre a UNE e a Casa do Estudante do Brasil.

O ROMPIMENTO COM A CASA DO ESTUDANTE

Fundada em 13 de agosto de 1929, por um grupo de universitários cariocas, a Casa do Estudante do Brasil teve sua primeira diretoria eleita pelos representantes das escolas que formavam a antiga Federação Acadêmica do Rio de Janeiro, convocados pelo Caco, então presidido por Letelba de Brito. Constituída por Ana Amélia de Queirós Carneiro de Mendonça (presidente), Pascoal Carlos Magno (secretário-geral), Hilder Correia Lima e Narcélio de Queirós (secretários), e Magdala Gama de Oliveira (tesoureira), essa diretoria se esmerou na organização de recitais, quermesses e torneios esportivos, mantendo-se, sempre, nessa faixa, politicamente inofensiva e inócuca, na base de eleições de rainha dos estudantes, etc. Segundo os *Relatórios da União Nacional dos Estudantes*, editados num só volume em julho de 1940, um desses pleitos levou Ana Amélia à presidência da: “Era forte concorrente Violeta Coelho Neto de Freitas. Por um golpe, que se atribui a Pascoal, coroou-se, no Teatro Municipal, sob as vaías dos estudantes do Colégio Pedro II, fã de Violeta, a sra. Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça, poetisa e declamadora, já escolhida, nos salões, *Rainha da Primavera*

de 1929, Pascoal Carlos Magno tinha sido o seu mais ardente partidário. Coroadá *rainha* dos estudantes, o nome da poetisa estava indicado para cartaz da campanha. E ela foi feita presidente da Comissão Central da Casa do Estudante” (p. 123).

Ciosa das prerrogativas do seu “reinado”, a presidente da Casa do Estudante logo exigiu perpetuidade no cargo, o que lhe foi concedido na reunião que a Comissão Central manteve em 1^a de setembro de 1933. Essa estrutura do poder interno não atraía, evidentemente, as simpatias dos estudantes, cujos representantes, os presidentes dos Diretórios Acadêmicos, se achavam, além do mais, em permanente minoria nos Conselhos Patrimonial e Consultivo. Daí os ciúmes provocados pelo sucesso da UNE entre os estudantes, que não titubearam em preferir a nova e democrática estrutura, preterindo a “igrejinha” absolutista de Ana Amélia, cujos métodos foram descritos da forma seguinte: “...O seu prestígio social (de Ana Amélia) lhe permite acenar com empregos. Assim, consegue encontrar, muito embora raramente, quem se torne um seu fã integral, um instrumento de seus caprichos, vaidades e pretensões na vida estudantil brasileira. Entre esses poucos, há os necessitados que recebem auxílio da fundação a troco de vassalagem; há um ou dois satélites, perpétuos como ela, que, para continuarem estudantes, deixam de comparecer aos exames, vivem à sua sombra, medíocres e maus estudantes, ou os seus secretários, sempre bem pagos. Até 1937, um desses cargos era preenchido por uma alemã, que mal sabia falar português, tida como o terror dos estudantes que freqüentavam a Casa do Estudante do Brasil, de nome Dóris Dreyer, com quem a sra. Ana Amélia se comprazia em falar em alemão, língua de sua predileção” (*Relatórios da União Nacional dos Estudantes*, 1940, p. 126).

Com tal caráter personalista e com o dinheiro que faltava à UNE, a Casa do Estudante do Brasil não podia aceitar, de bom grado, as crescentes ameaças à sua hegemonia. Em 23 de outubro de 1931, através do decreto nº 20.559, o presidente Getúlio Vargas, acatando proposta do professor João Ribeiro, doara à instituição, “em dinheiro e objetos, quase um milhar de contos”, fundos angariados em campanhas populares, logo após a Revolução de 1930, com a finalidade inicial de pagamento das dívidas externas brasileiras. A Casa do Estudante dispunha, igualmente, de uma subvenção anual de 25 contos, do Ministério da Educação, afora outros auxílios pleiteados ou espontaneamente

recebidos, como o prédio da Rua Riachuelo, 327, doado pelo capitalista Gustavo Mutzenbeck e utilizado como residência estudantil.

Paradoxalmente, a UNE recebeu um relativo impulso inicial da Casa do Estudante, pois a criação daquela se deveu, em parte, às pretensões expansionistas desta, que precisava tornar-se, paralelamente, União Nacional dos Estudantes, para lograr filiação às organizações estudantis internacionais, como à *Confédération Internationale des Étudiants*, sediada em Bruxelas. É bem verdade que a UNE surgiria, talvez, a despeito da Casa do Estudante, que, em 1938, sofrera pressão interior, por parte dos representantes estudantis nela integrados, no sentido de convocar o congresso que formalizaria a existência – até então, vegetativa – da entidade máxima estudantil. Mas, é inegável, também, que a Casa do Estudante propiciara, tanto em agosto de 1937 como em dezembro de 1938, as condições materiais e burocráticas para o surgimento da UNE. Daí ela não admitir que esta lhe fugisse ao controle, isto é, que a obra da qual se sentia autora se rebelasse contra a sua pretensa criadora.

Talvez estejamos aí diante de um desses casos que a sabedoria popular rotula como de “virar-se o feitiço contra o feitiço”, pois a Casa do Estudante, ao pretender canalizar para os seus objetivos a campanha desenvolvida pelos estudantes em prol da formação de uma União Nacional e ao convocar, por conseguinte, as reuniões de 1937 e 1938, não imaginava, provavelmente, a seriedade com que seria aceita essa convocação. “Nas vésperas da instalação do Congresso (de 1938), a presidente da CEB nenhuma providência efetiva tinha tomado para a sua realização. Os delegados estudantis chegaram, e sob mil desculpas, à última hora, ela os hospedou em alguns colégios, onde ficaram à míngua de todo o conforto, em camas sem lençol, sem banho e sem café pela manhã... Nas últimas sessões do Congresso, a *rainha* apareceu para tentar o seu golpe. Em tese apresentada, que poderia ser, inicialmente, refutada, dada a sua qualidade de não-estudante, sustentou que a União Nacional dos Estudantes do Brasil já tinha sido fundada por ela e pediu que fosse ratificada nos moldes em que pretendia. Isto é: a Casa do Estudante do Brasil seria a União Nacional dos Estudantes, mantendo o Conselho Nacional de Estudantes mencionado nos estatutos dessa fundação – mero órgão opinativo... Apanhado de surpresa, embora, o Congresso percebeu o jogo e reagiu... Quando se tratou da eleição da diretoria da UNE, recém-organizada, tentou (Ana

Amélia) um segundo golpe, mas foi desmascarada e vencida... Os diretores da UNE instalaram-se na Casa do Estudante do Brasil e lutaram por levar à execução o programa aprovado. Mas, ficaram acuada pelos providências humilhantes que tomou a sra. Ana Amélia, que dizia serem eles apenas *tolerados* ali. A sede da UNE, que deveria ser toda a Casa do Estudante, ficaria limitada à pior de suas dependências – uma estreita salinha. Ausentes por três dias, de férias, quando voltaram, os diretores da UNE encontraram a própria salinha, por ordem do sr. Miguel Elias Abu-Mehry, secretário da Casa do Estudante e pessoa de confiança da sra. Ana Amélia, transformada em depósito de coisas velhas...” (ib., p. 129-131).

Dissensões em torno da representação da UNE no congresso que a Confederação Internacional dos Estudantes promoveu em Zurique, em 1939, e da delegação atlética estudantil aos Jogos Internacionais Universitários de Mônaco, bem como a profissionalização do Teatro do Estudante pelo então cônsul Pascoal Carlos Magno, forneceram mais lenha para a fogueira. A conciliação se tornava impossível. A Casa do Estudante pretendia que a UNE fosse uma de suas seções, recusando-se a cumprir as resoluções do 2º Congresso Nacional de Estudantes, que lhe atribuíam, além de sua qualidade de membro-fundador e filiado, as funções de sede e secretaria administrativa da UNE. A divergência culminou com o violento despejo da UNE das dependências que vinha ocupando, nos seus dois primeiros anos de vida, na sede daquela Casa.

No fundo, o caráter meramente assistencial e profundamente governamental da Casa do Estudante do Brasil entrara em choque com o tom ideológico antifascista constatado nas teses do 2º Congresso e que a UNE já deixava entrever que iria concretizar pouco depois, em 1942, nas campanhas e passeatas contra o Eixo. E o despejo representou, assim, a primeira tentativa – premeditada ou não – de desviar a UNE do rumo progressista que encetara. O atentado significa, também, que a UNE dissera, de saída, ao que viera, cumprindo o papel que avocara a si. Ela era, enfim, o *instrumento* tão ansiosamente esperado pelos estudantes.

O 3º CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES

Em agosto de 1939, se reuniu o 3º Conselho Nacional de Estudantes, com a participação de 112 associações, a quase totalidade das que existiam no país. Seu relatório retratava uma UNE ainda em fase de organização e contatos iniciais com seus liderados, nos quais constatava a

existência de uma “juventude que deixou de ser insensatamente rebelada, como antes fora boêmia e romântica, para ser construtiva, com visão real do momento histórico que atravessamos”. O documento registrou o adiantamento da campanha pela unificação das entidades estudantis nos estados, em uniões ou federações estaduais: “Em São Paulo, grande passo foi dado com a formação do Conselho de Presidentes dos Centros Acadêmicos de São Paulo. Em Porto Alegre, a Federação dos Estudantes Universitários, em memoráveis assembleias, tem estreitado a união dos centros acadêmicos existentes no Rio Grande do Sul. A totalidade das organizações estudantis do Paraná, como de outros estados, se fizeram representar no Conselho. E as numerosas delegações do Pará e do Amazonas, que, no Conselho passado, não chegaram a tempo, deram ao conclave uma representação que envolve todos os estados”.

Entre as resoluções do 3º Conselho, podem ser consideradas de maior importância as que se referem à cooperação com o Ministério da Educação e Saúde no projeto de reforma do ensino que se elaborava nesse órgão; ao pedido encaminhado a esse Ministério, para evitar novos aumentos das taxas e contribuições escolares; à federalização das faculdades particulares, para que tanto o ensino como as taxas e contribuições econômicas dos estudantes, tivessem uma uniformidade e um limite que satisfizessem os interesses gerais do ensino e da cultura nacional; e à solução dada ao problema do esporte universitário – definida, pelo respectivo relatório, como “a maior realização do Conselho” –, mediante o projeto de fundação da Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU), afinal criada no mês seguinte, no Congresso Universitário Esportivo de São Paulo, sendo eleito presidente da entidade o futuro deputado estadual e federal (quatro legisaturas) José Gomes Talarico.

O 3º Conselho também, instituir a carteira única do estudante (para facilitar a movimentação das caravanas universitárias e a obtenção de vantagens econômicas para o estudante nos transportes, na compra de livros e nas diversões); imprimir ao Teatro do Estudante “uma orientação em benefício de ampla difusão da cultura, sugerindo às associações culturais, suas filiadas, que escolham peças com oportunidade social e cunho educativo, e estimulando, com concursos e prêmios, os próprios estudantes a escreverem as peças que devam representar”; comemorar o 50º aniversário da República, inclusive solicitando ao poder público que a colação de grau dos cursos superiores se realizasse, em 1939, em 15 de novembro; solicitar ao governo que fosse concedida à

UNE uma verba especial, que permitisse o envio de uma delegação de 20 estudantes a Havana, onde se reuniria o Congresso Continental de Estudantes; e, por fim, entre outras resoluções – inclusive manifestações de apoio a reivindicações estudantis de ordem regional –, aquela que possui, hoje, maior valor histórico: solicitar ao governo federal o reconhecimento da UNE, como entidade oficial máxima de representação dos estudantes brasileiros, pedindo que lhe fosse concedida, através do Ministério da Educação e Saúde, uma subvenção anual de 30 contos para a realização do seu Conselho. Como vemos, apesar de todas as palavras governamentais, a UNE ainda não tinha sido oficialmente reconhecida.

O 3º Conselho elegeu, afinal, os incumbidos de suceder à gestão de Valdir Borges. Com mandato de agosto de 1939 a julho de 1940, essa nova diretoria era a seguinte: *presidente* – Trajano Pupo Neto, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto e futuro diretor, no Brasil, da Anderson Clayton e do Citybank; *vice-presidente* – Clóvis Meira, presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Medicina de Belém; 2º *vice-presidente* – Ivan Fachinetti, do Centro Acadêmico de Direito da Bahia; 3º *vice-presidente* – Celso Peçanha, do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga, da Faculdade de Direito de Niterói, e, posteriormente, governador do Estado do Rio de Janeiro; *secretário-geral* – Antônio Franca (releito), presidente do Caco; *secretário de Relações Nacionais* – Américo Reis (releito), presidente do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Agronomia; *secretário de Relações Internacionais* – Osvaldino Marques, do Centro Acadêmico Viveiros de Castro, da Faculdade de Direito do Maranhão; *secretário esportivo* (cargo então criado) – Cid Navajas, presidente da Federação Universitária Paulista de Esportes; e *tesoureiro* – Milton de Matos Gaspar, do Centro Estudantil Cearense. Com mandato de dois anos no Conselho Consultivo, instituído no 3º Conselho para estabelecer continuidade de ação entre as sucessivas diretorias da UNE, foram eleitos o presidente que encerrara o mandato, Valdir Ramos Borges, do Rio Grande do Sul; Armando Calil, do Paraná; César Barbosa Filho, de São Paulo; Newton Pimentel, de Pernambuco; Clotilde Cavalcanti e Wagner Cavalcanti, do Distrito Federal.

A GESTÃO DE TRAJANO PUPO NETO

Se ao 2º Congresso coube a reorganização da UNE, ao 3º Conselho

competia tomar as medidas necessárias para consolidá-la. Essa tarefa, cometida à gestão de Trajano Pupo Neto, era das mais difíceis, pois, de saída, a segunda diretoria da UNE não contava mais com o suporte material e administrativo da Casa do Estudante, o que a obrigava a se desdobrar, sem os recursos de que dispunha, abundantemente, o grupo de Ana Amélia, que se negou a qualquer tipo de colaboração. Não obstante, a UNE conseguiu incrementar o movimento unionista nas diversas unidades da Federação, muito favorecido pelos delegados ao 3º Conselho, os quais, de retorno aos seus estados, levaram consigo experiência e entusiasmo, aliados ao propósito de unir as associações locais. Surgiram, assim, em congressos regionais, as União dos Estudantes da Paraíba, de Minas Gerais, do Paraná e do Rio Grande do Sul. Na Bahia, Armênio Guedes e Aristeu Nogueira transformaram a Associação Universitária em Associação dos Estudantes da Bahia.

Agitada pelas consequências do rompimento com a Casa do Estudante, a gestão de Pupo Neto pôs ênfase especial nas atividades civicas, lançando mensagem à nação, no Dia da Independência, pela “completa emancipação do nosso querido Brasil”; promovendo sessões comemorativas e um Concurso Nacional de Oratória, ao ensejo do cinquentário da República; e colaborando, ativamente, no Recenseamento Geral de 1940, porque a UNE queria “basear o seu patriotismo em dados reais”.

O mandato de Pupo Neto foi marcado, ainda, pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, que levou a UNE, em março de 1940, a dirigir mensagem pacifista – algo ingênua e romântica, àquelas alturas – *À mocidade do Brasil e das Américas*, cujo fecho constava da seguinte exortação: “... Aceitai as saudações sinceras e a proclamação vibrante que vos dirige a União dos Estudantes em prol da paz. Lutai pela paz, não acreditando nos que dizem ser a guerra feita em nome da civilização. Tal afirmativa, paradoxal e demagógica, é usada pelos que querem alastrar o conflito, lançando às chamas o mundo inteiro. Lutai pela paz não permitindo que diminua a vigilância que deve ser mantida sobre os responsáveis pelos destinos do continente. Lutai pela paz exigindo que se faça respeitar a *zona de neutralidade*, afastando de nossas águas os perigos da guerra marítima. ... Lutai pela paz, elevando alto, no solo das Américas, a bandeira da democracia. Lutai pela paz conservando vivos, bem vivos, os ideais de liberdade e de progresso, que sempre floresceram na América”.

A conclamação pela paz e neutralidade obteve grande repercussão, inclusive nos Estados Unidos, de onde foi respondida pela World Student Association, sediada em Nova Iorque, que a apoiou e reimprimiu no seu boletim. O tom da mensagem brasileira destoava, evidentemente, do que assinalaria a campanha contra o Eixo, mas desta se desincubiriam gestões posteriores, de uma outra fase da UNE e da guerra que, em 1940, ainda não havia chegado às nossas costas.

No mais, a segunda diretoria da UNE procurou impulsionar bastante o teatro estudantil, através de uma comissão especialmente designada para este fim – na qual despontava o estudante Mário Brasiní – e da instituição de um Concurso Nacional de Peças, mas, no que concerne à outra das resoluções do 3º Conselho, não conseguiu impedir que as diretorias da USP e da Faculdade de Medicina do Pará aumentassem as taxas escolares em 100%. Apesar disso, ao encerrar o seu mandato, em proclamação dirigida à mocidade do Brasil, manifestou a sua confiança no futuro e no país, conquanto identificasse a nação “com uma história, no correr da qual as forças colonizadoras e recolonizadoras estrangeiras continuam se alimentando nos remanescentes feudais para prolongar o seu domínio imperialista, mantendo as populações divididas e as classes em antagonismos artificiais...; história cujas lutas de independência, sempre ligadas aos ideais republicanos e democráticos, ainda sofrem, a todo instante, o menoscabo e o desprezo das camadas satisfeitas e reacionárias, permanecendo as populações do Brasil num país dos que mais profundas reivindicações nacionais têm a empreender...”.

E no relatório final, apresentado ao 4º Conselho Nacional de Estudantes, a diretoria se sentiu em condições de ressaltar, a propósito da principal missão de que fora investida: “...podemos agora afirmar que a UNE está consolidada e a maior prova disso está no combate tenaz e maquiavélico que lhe fazem os seus inimigos, sem que consigam destruí-la, nem desprestigiá-la”.

O 4º CONSELHO NACIONAL DE ESTUDANTES

O 4º Conselho Nacional de Estudantes instalou-se, solenemente, sob a presidência do ministro da Educação, em 19 de julho de 1940, no salão nobre da Escola Nacional de Música, com a presença de 135 associações estudantis, mais 23 filiações, portanto, do que no anterior. Entre os inúmeros oradores na sessão de abertura, estavam os futuros deputados José Gomes Talarico, Ulysses Guimarães e Germinal Feijó,

os dois últimos, representantes das associações paulistas, além de Leda Boechat, pela União Universitária Feminina, e Osvaldino Marques, pela diretoria da UNE que findava o seu mandato. O discurso deste é muito interessante, na medida em que descreve, com precisão, o ambiente em que a UNE surgira e contra o qual ela representava um protesto: “...Reagindo num ambiente sem a atmosfera de uma tradição intelectual respeitável, com uma história naturalmente muito reduzida até 1930, ignorantes das nossas possibilidades e recursos, os estudantes caminhavam, fatalmente, para a desagregação e um individualismo estéril, ridículo, que ainda agora, já em menor escala, se traduz na importância exagerada que conferimos aos diplomas e anéis e na nossa egocêntrica ambição de instalarmo-nos o mais cedo possível na vida, alheios ao espetáculo da nossa luta por uma posição definitiva na América e no mundo, saboreando a reverência ingênua de um povo que adora os doutores e ainda não se acostumou a valorizar o trabalho, a inteligência e a cultura – forças vivas da raça, seiva nutrente da pátria, constantes determinadoras do progresso...”.

Citando *O homem medíocre*, do filósofo argentino José Ingenieros (“Em certas fases, a nação adormece dentro do país. O organismo vegeta; o espírito apodrece. Os apetites acoçam os ideais, tornando-se dotadores e agressivos. Não há astros no horizonte, nem auriflamos nos campanários. Não se percebe clamor algum do povo; não ressoa o eco de grandes vozes animadoras. Todos se apinham em torno dos mantos oficiais, para conseguir algumas migalhas da merenda. É o clima da mediocridade”), Osvaldino Marques recordou que “não era outro o panorama geral da vida estudantil brasileira” quando se fundou a UNE.

O 4º Conselho fundou o Teatro da UNE e reformou os estatutos da entidade, distinguindo as associações estudantis em representativas, culturais, esportivas, femininas e assistenciais. E na terceira das nove plenárias na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), elegeu, por 248 votos contra quatro, a nova diretoria, cuja composição era a seguinte: *presidente* – Luis Pinheiro Paes Leme, do Diretório Acadêmico da FND e futuro vereador no então Distrito Federal; *1º vice-presidente* – Ulysses Silveira Guimarães, do Centro Acadêmico XI de Agosto posteriormente presidente da Câmara dos Deputados, do MDB (Movimento Democrático Brasileiro) e da Constituinte de 1988; *2º vice-presidente* – Bolívar de Freitas, da Universidade de Minas Gerais; *3º vice-presidente* – Clóvis Ferro Costa, do Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito do Pará, e, muitos anos depois, deputado federal

com mandato cassado e direitos políticos suspensos, por dez anos, pelo marechal Castelo Branco; *secretário-geral* – Antônio Franca (notavelmente reeleito), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil; *secretário de Relações Internacionais* – Luís Aranha Maciel, da União dos Estudantes do Rio Grande do Sul; e *tesoureiro* – Justiniano J. Silva, presidente do Diretório Acadêmico da FND. O Conselho Consultivo, por ter mandato de dois anos, permaneceu o mesmo quanto aos membros efetivos.

A GESTÃO DE PAES LEME

Logo depois da posse, durante banquete que o ministro da Educação ofereceu no Automóvel Clube do Brasil, a nova diretoria teve que se bater pela dispensa de registro, no tristemente famoso DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) do Estado Novo, dos órgãos de imprensa estudantis: ao todo, 76 jornais e revistas de diretórios e centros acadêmicos. O Centro Estudantil Cearense se viu obrigado a manter luta contra o aumento do preço dos transportes públicos, obtendo êxito. Em Nova Iorque, Trajano Pupo Neto, credenciado pelo 4º Conselho, entregava a flâmula da UNE à esposa do presidente Franklin Roosevelt. No Rio, Mário Brasinini, Hermilo Borba Filho e Alfredo Dias Gomes (com *A comédia dos moralistas*), entre outros, recebiam os prêmios do 1º Concurso Nacional de Peças Teatrais, instituído pela UNE para os estudantes.

A UNE, por sua vez, recebia carta em que a União dos Estudantes Americanos (American Student Union), de Nova Iorque, afirmava que “a emancipação nacional de todos os países da América Latina sempre foi compreendida e reconhecida pelos estudantes americanos”. Por essa emancipação é que a UNE unificara, nos seus primeiros anos de existência, o movimento estudantil, que, em dezembro de 1940, contava 114 organizações representativas oficiais, 44 culturais e 13 assistenciais, além de sete federações esportivas, quatro uniões femininas, seis centros estudantis (Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba) e as uniões estaduais recém-fundadas, isso somente no que concerne ao ensino superior.

Em 1941, não houve Conselho Nacional e a diretoria de Paes Leme ficou, assim, à frente dos destinos da UNE de 1940 a 1942. Sua gestão, embora não despertasse o entusiasmo estudantil, é um marco importante do movimento, na medida em que assinalou o encerramento da primeira

fase – que vai de 1937 a 1942 – da existência da UNE, a fase que de fundação, instalação e consolidação. Sem sede desde o seu despejo da Casa do Estudante e, por isso, funcionando precariamente, pode-se dizer, não obstante, que a UNE estava, afinal, fundada, instalada e consolidada no quadro político brasileiro. Iniciar-se-ia, a seguir, uma de suas fases mais brilhantes, a de luta contra o Eixo, que, por isso mesmo, merece um capítulo à parte.

CAPÍTULO VII

A UNE NO COMBATE AO EIXO E AO ESTADO NOVO

DA PRIMEIRA GRANDE PASSEATA AO
ASSASSINATO DE DEMÓCRITO DE SOUZA FILHO

A campanha contra o Eixo se desenvolve de 1942 a 1945, período a que muitos se referem, com certo saudosismo, como “os melhores tempos da UNE”. Os estudantes se bateram, então, sucessivamente, pela derrota do nazifascismo internacional e pela democratização nacional. É uma fase que abrange a posse, na presidência da UNE, de Hélio de Almeida, futuro ministro da Viação e Obras Públicas do governo João Goulart e candidato vetado às eleições estaduais de 1965 no então estado da Guanabara, do qual teria sido governador, não fosse a impugnação ditatorial.

Da mesma forma que Antônio Franca na primeira fase da UNE, Hélio de Almeida é um dos estudantes que mais se destacam na segunda, juntamente com Paulo Silveira e Fernando Santana. Sua liderança política começou em 1939, quando, na Escola Politécnica do Rio, foi escolhido representante da turma do 1º ano de Engenharia. Em 1940, se elegeu secretário do Diretório Acadêmico da escola – presidido por Antônio Dias Leite Júnior – e teve participação importante no 1º Congresso do Ensino de Engenharia do Brasil, em Belo Horizonte, onde, pela primeira vez, um diretório apresentou uma tese sobre o que deveria ser o ensino de Engenharia no país. Em 1941, cursando o 3º ano, Hélio foi eleito presidente do diretório, o que quebrou a tradição de serem sempre do 4º ano os ocupantes do cargo.

Nessa ocasião, o Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Brasil atravessava uma fase de indefinição e desorganização, sob a chefia de Neder João Neder, e a campanha para revigorá-lo, levada a

efeito pelos diretórios das faculdades, levou Hélio de Almeida à presidência do órgão. Para este, o novo presidente logo obteve, do ministro da Educação, a promessa de uma sede, afinal instalada, por três contos de réis de aluguel, no 4º andar da Rua Álvaro Alvim, 31.

O DCE iniciou, a partir daí, a luta pela união dos diversos diretórios, com vistas a imprimir maior seriedade ao movimento estudantil, algo apagado àquelas alturas. Intensificou-se, por conseguinte, a atuação política no movimento universitário, única válvula de escape – até certo ponto, tolerada por Vargas – das pressões democráticas no Estado Novo.

Em princípios de 1942, com a guerra se aproximando das costas brasileiras, o DCE pôde oferecer condições de funcionamento à UNE, ainda sem instalações próprias. Tal era a precariedade material da UNE que ela utilizava, como sede de suas reuniões, além do apartamento de Paes Leme, o Bar Recreio, então na praça José de Alencar, ou o Praia Bar, na Praia do Flamengo. Os cafés cariocas cumpriram, aliás, papel importante na história do movimento estudantil, destacando-se também o Lamas, no Largo do Machado, que dispunha, inclusive, de um livro com o endereço dos estudantes, pois quase todas as repúblicas e pensões estudantis se situavam no Catete. Este bairro servia de sede tanto ao governo – no Palácio do Catete –, como aos estudantes, que dele fizeram, desde o Império, uma espécie de *Quartier Latin*, de onde se expandiam pelas zonas limítrofes, como o Largo da Glória. Com o decreto imperial que proibia prisões no dia 8 de dezembro, consagrado a Nossa Senhora da Glória, o respectivo largo se transformava, nesta data, em ringue de lutas dos capoeiras, o que obrigava os estudantes a prepararem seus próprios grupos para não terem que correr dos desafios.

Os conflitos entre estudantes e marginais se integraram, com o correr dos tempos, na fisionomia do bairro, originando-se, quase sempre, das vantagens que os primeiros levavam com as mulheres, nas alegres noites que encerravam o labutar diário das prostitutas. Os malandros e cafifas se revoltavam com os privilégios que os estudantes usufruíam nas pensões de mulheres – 50% de abatimento, especialmente com as francesas. Outra prerrogativa estudantil era a entrada grátis na *Flor do Abacate*, sociedade negra do Largo do Machado, onde a chegada de estudantes motivava saudações do mestre-sala da gafeira. Tradicional no Catete era, ainda, a domingueira do Politeama, iniciada com uma sessão cinematográfica, após a qual a orquestra (na época do cinema mudo) vinha tocar no saguão; o baile que então se improvisava constituía, na vida dos jovens, uma alternativa para as *soirées* dançantes dos hotéis e pensões estudantis do Catete.

A PRIMEIRA GRANDE PASSEATA

Mas, voltando à simbiose UNE-DCE, deve-se acentuar que, além de oferecer aos estudantes instalações mais austeras do que as dos bares, ensejou grandes manifestações populares, lideradas pelos jovens, para levar o governo a assumir uma posição concreta contra o nazifascismo. Isso não era fácil, se considerarmos que, nos círculos culturais, se fizera intensa a propaganda dos países do Eixo. Estudantes eram convidados, através das Embaixadas da Alemanha, Itália e Japão, a visitar esses países, onde Hitler, Mussolini e Hiroito se dispunham a recebê-los com honras especiais. No Rio, São Paulo e em alguns estados, surgiam, como entidades de intercâmbio cultural, associações Brasil-Alemanha, Brasil-Itália e Brasil-Japão, ocasionando, no campo oposto, o aparecimento, por exemplo, no Rio, do Instituto Brasil-Estados Unidos, fundado por Levi Carneiro, e em São Paulo, da União Cultural Brasil-Estados Unidos, fundada pelos presidentes de centros acadêmicos e tendo, como seus iniciadores, os professores Antônio Carlos Pacheco e Silva, Pedro Augusto da Silva e Soares Faria, o embaixador José Carlos de Macedo Soares e José Gomes Talarico, primeiro secretário-geral da instituição. A figura de Roosevelt influenciou bastante o surgimento dessas entidades, bem como o entusiasmo dos universitários pela causa aliada. Não devemos perder de vista que os Estados Unidos tinham, então, um governo considerado como democrático e liberal. Não obstante, altas patentes militares brasileiras, de manifestas inclinações fascistas, não fugiam ao assédio do Eixo, recebendo condecorações dos governos alemão e italiano.

Para enfrentar a ofensiva diplomática e a torrente de propaganda totalitárias, os estudantes progressistas procuraram se apoiar, durante a fase da luta contra o Eixo, em amigos com quem contavam no corpo diplomático acreditado no Brasil: os embaixadores Gabriel González Videla (eleito, em 1946, presidente do Chile), Noel Charles, José Maria Dávila e Jefferson Caffery (principalmente, este), chefes, respectivamente, das representações diplomáticas chilena, britânica, mexicana e norte-americana. Com os estudantes se encontravam, ainda, em primeiro lugar, o chanceler Osvaldo Aranha – que funcionava, no Estado Novo, como pára-raios da juventude –, o ministro Artur Sousa Costa, da Fazenda, Henrique Dodsworth, prefeito do Distrito Federal, e Ernâni do Amaral Peixoto, interventor federal no Estado do Rio de Janeiro. Os lí-

deres universitários confiavam, também, em alguns poucos aliados no Exército, sobretudo em militares de formação positivista, como os generais Manuel Rabelo – à época, uma espécie de “general do povo”, como o general Osvino Ferreira Alves no governo Goulart – e Heitor Borges. Convenhamos que isso representava apenas uma pequena força, se comparada com a do governo a que deveria fazer frente, cuja maioria se inclinava, nitidamente, a favor do Eixo, atraída pelas vitórias nazistas na guerra e, sem dúvida, por elementos da Ação Integralista Brasileira, que integravam a Marinha de Guerra, exerciam influência no Exército e contavam com a convivência do aparelho policial, adestrado por Filin-Müller.

Foi nesse ambiente político de tensão que o discurso pronunciado pelo presidente Vargas em 11 de junho de 1942, no aniversário da Batalha do Riachuelo, a bordo de um cruzador brasileiro, constituiu um divisor de águas, como polarizador de definições. Em seu pronunciamento, o chefe do governo insinuava uma posição brasileira a favor do Eixo, aceitando a chamada teoria do espaço vital, ao reconhecer – como pretendiam Hitler e Mussolini – que “os povos fortes têm direito a buscar um lugar ao sol”.

As repercussões e efeitos não se fizeram esperar: o chanceler Osvaldo Aranha se manifestou, imediatamente, a favor dos Aliados, alinhando o Brasil com as forças antifascistas e, especialmente, com os Estados Unidos. A declaração do ministro motivou, por sua vez, pronunciamentos de Roosevelt e Cordell Hull (secretário de Estado norte-americano), além de reflexos em quase todos os governos de tendências contrárias ao Eixo. E, na controvérsia entre os discursos de Vargas e de Aranha, se localizaram as principais correntes políticas brasileiras, ao mesmo tempo que os grandes jornais definiam sua posição face ao conflito mundial.

Nesse momento é que pesou, de maneira decisiva, a atuação dos embaixadores dos Estados Unidos, México, Chile e Grã-Bretanha, não só junto aos seus respectivos governos, como também no respaldo às atividades dos grupos brasileiros pró-Aliados. Os estudantes, entre os quais calara mais fundo o pronunciamento de Osvaldo Aranha, cerraram fileiras ao lado do chanceler, mobilizando-se a UNE, o DCE, a Confederação Brasileira dos Desportos Universitários (CBDU), os departamentos e centros acadêmicos das faculdades para os comícios nas escolas superiores do país, nas escadarias do Teatro Municipal, no Largo

da Carioca e no Largo de São Francisco, bem como para a manifestação popular de apoio àquele ministro, diante do Itamarati.

Iniciado dentro das universidades, o movimento empolgou também os professores, notadamente na Faculdade Nacional de Direito, nas faculdades de Direito, Medicina e Engenharia de São Paulo, nas faculdades de Direito de Niterói e do Recife, na Fluminense de Medicina, na Escola Nacional de Engenharia e na Faculdade de Medicina da Praia Vermelha. Noutros estados, como Rio Grande do Sul, Pará, Minas e Paraná, os estudantes igualmente se levantaram, ao lado dos professores, contra as correntes totalitárias nativas.

A mobilização se ampliou do âmbito interno das escolas superiores para as ruas e praças públicas, à medida que o Brasil começou a sofrer o torpedeamento dos seus navios e as afrontas aos brios nacionais. Antes disso, porém, comissões estudantis já haviam percorrido as redações dos maiores jornais do país para expressar solidariedade à causa aliada, o que funcionou como freio junto à imprensa simpatizante do Eixo. Que o movimento estudantil produziu efeitos ponderáveis sobre a opinião pública nacional, não há sombra de dúvida, tanto que os nazistas e fascistas sustentavam, na época, que as atividades dos estudantes não passavam de manifestações de “baderneiros” e “jovens irresponsáveis”.

Quanto ao presidente Vargas, se viu, de repente, imobilizado e espremido entre as tendências contraditórias do seu governo: de um lado, o chanceler Aranha, sem elementos decisivos a seu favor no esquema dirigente, mas com o apoio da opinião pública e dos estudantes; de outro, o general Dutra, à frente do aparelho policial-militar.

Os estudantes decidiram, então, fazer algo para desempatar a divergência, começando a preparar o que seria uma das mais importantes passeatas do movimento estudantil brasileiro. O dia em que se comemora a independência dos Estados Unidos, 4 de julho, foi escolhido para a manifestação, em cujos preparativos – a cargo, principalmente, de Paes Leme e Hélio de Almeida – muito colaboraram os filhos do chanceler, Euclides e Osvaldo Aranha Filho, José Gomes Talarico, o futuro diplomata de carreira Airton Diniz – que substituiria Hélio de Almeida na presidência do DCE – e Jerusa Camões, presidente, por muitos anos, do Diretório Acadêmico da Escola Nacional de Música, e precursora do teatro estudantil.

Também os marítimos, dentre os trabalhadores, se mobilizaram, intensamente, para a passeata, logo tachada, pelas autoridades policiais,

de “altissimamente subversiva”, embora a favor dos Estados Unidos, Inglaterra e demais Aliados. O que não é de espantar, pois à frente do Ministério da Justiça se achava Francisco Campos – que viajara, deixando o cargo ocupado, internamente, pelo seu chefe de Gabinete, o futuro chanceler Vasco Leão da Cunha. E, na chefia de Polícia, Filinto Müller, que negara permissão para a passeata, com ameaças de violências policiais. Até então, a proibição de manifestações e comícios no Rio fazia com que fossem realizados em Niterói, onde as comissões estudantis que os organizavam recebiam garantias. Era a maneira de fugir à truculência de Filinto Müller, que lhe foi atrada em rosto, muitos anos depois, na Câmara dos Deputados, pelo deputado federal Vasconcelos Torres, que aquele prendera em 1937, no Teatro Municipal, logo após o nascimento da UNE. Num debate em que o ex-chefe da Polícia investiu, agressivo, contra o futuro vice-líder da Arena no Senado, este replicou: “Não estranho a agressividade de V.Ex.^a, porque já a experimentei quando V. Ex.^a reprimia manifestações da juventude brasileira”.

Apesar, no entanto, das ameaças do chefe de Polícia, e de não contarem com a Câmara e o Senado, fechados cerca de cinco anos antes, nem com a imprensa, inteiramente controlada pelo famigerado DIP, os estudantes insistiram em realizar a manifestação no Rio, o que levou Osvaldo Aranha a convocar César Garcez, antigo delegado policial, para estabelecer uma guarda de proteção aos jovens.

Quando a organização da passeata atingia o clímax, dois dias antes da sua realização, Filinto Müller, irritado com o rumo que as coisas estavam tomando, se desentendeu com Vasco Leão da Cunha, por quem foi admoestado, demitido e – segundo a maioria das versões – esbofeteadado. Dessa forma, antes mesmo de iniciada, a manifestação já contribuiu para a demissão do chefe de Polícia. Por isso, durante todo o percurso da passeata, um dos refrões estudantis mais constantes seria: “Vasco 1 x 0!... Vasco 1 x 0!...”, que conferia ao tento político de Vasco Leão da Cunha o sabor de um triunfo futebolístico do Vasco da Gama.

Da Praça Mauá, onde se iniciou a concentração por volta das 17h30 de 4 de julho, à estátua do marechal Deodoro da Fonseca, na Praça Paris, mais de mil estudantes comemoraram a demissão do chefe de Polícia e pediram a entrada do Brasil na guerra, ao lado dos Aliados, em cartazes agitados pelas lufadas de uma das maiores ventanias já registradas no Rio.

Os estudantes assumiam a posição de vanguardeiros das manifestações.

tações de rua e dos movimentos de massa antifascistas, estimulando o crescimento da corrente partidária dos Aliados, que se irradiava, em consequência, da UNE e demais entidades estudantis, bem como da Sociedade dos Amigos da América e da Liga de Defesa Nacional, para todo o país. Isso se refletia no âmbito governamental, com o fortalecimento popular da linha de Osvaldo Aranha, que já tivera, inclusive, um incidente com o general Dutra, líder da corrente militarista.

O torpedeamento de navios brasileiros, nas costas do Nordeste, por submarinos alemães, fez a balança pender ainda mais para a corrente democrática, acirrando a campanha contra as potências do Eixo, através de manifestações populares em todo o país. A partir daí, o protesto e clamor públicos, bem como a mobilização comandada pelos estudantes, modificaram as posições que persistiam favoráveis ao Eixo, não só em círculos militares, como na imprensa e outros setores, surgindo, por essa época, as imputações de colaboracionismo a figuras destacadas da Ação Integralista Brasileira.

Aos estudantes cabe, portanto, o mérito de terem deflagrado, corajosamente, as lutas contra as forças nazifascistas no país, denunciando-as, publicamente, e conseguindo contê-las com o seu clamor. E as manifestações, como a passeata de 4 de julho, imobilizaram, de fato, as tramas dos simpatizantes do Eixo.

A OCUPAÇÃO DO CLUBE GERMÂNIA

O controle dos bens dos súditos do Eixo por parte das autoridades brasileiras – medida governamental que se seguiu à campanha estudantil – determinou o fechamento de clubes e agremiações de origem alemã, italiana e japonesa, uma vez que essas entidades reuniam, notoriamente, grupos de simpatizantes pela causa totalitária e promoviam atividades e demonstrações de solidariedade ao nazifascismo. Sociedades brasileiras com denominações alemãs, italianas e japonesas foram compelidas, por decreto-lei, a alterar seus títulos, nomes e símbolos.

No Rio, a decisão resultou no fechamento do Clube Germânia, da Casa da Itália e da Sociedade Alemã, entre outras entidades atingidas. Em virtude disso, no início de agosto de 1942, os presidentes da UNE (Paes Leme), do DCE da Universidade do Brasil (Ayrton Diniz) e da CBDU (Talarico) formalizaram uma petição ao presidente Vargas, solicitando a cessão do edifício da Praia do Flamengo, 132, sede do Clube

Germânia, para ali instalarem as respectivas entidades. Levada em mãos, diretamente, ao chefe do governo, a petição mereceu deste despacho favorável, com a determinação de que o Ministério da Educação regularizasse a entrega. O ministro Gustavo Capanema, no entanto, quando lhe foi levada a petição já despachada, expressou dúvidas quanto à viabilidade da cessão, sem o prévio tombamento do imóvel por parte do Patrimônio Nacional e o levantamento dos bens nele existentes. Na verdade, vários órgãos do serviço público federal ambicionavam a tomada do prédio, causando apreensões aos dirigentes universitários.

No dia 18 de agosto de 1942, os estudantes decidiram, então, ocupar a sede do Clube Germânia, onde passou a funcionar o QG antifascista. A ocupação do aristocrático clube alemão se deu de forma pitoresca, após uma concentração universitária no Praia Bar, quando os dirigentes da UNE, CBDU, DCE e diretórios acadêmicos, a pretexto de visitarem o edifício, pediram aos funcionários que o guardavam que lhes facultassem o acesso ao mesmo. Uma vez no interior do imóvel, se fez a distribuição das dependências: a UNE ficou com todo o primeiro andar; a CBDU no segundo e o DCE com o térreo. Paes Leme, Wagner Cavalcanti, Hélio de Almeida, Paulo Silveira, Ayrton Diniz, Euclides Aranha, Luís Aranha Maciel, Talarico e outros líderes resolviam permanecer no prédio, em definitivo, enviando comunicação a respeito ao ministro da Educação, a quem participaram que, ante o despacho presidencial, haviam ocupado o clube. O ministro Capanema se limitou a designar, dias depois, uma comissão de funcionários para fazer o levantamento dos bens ali existentes.

A UNE passava, assim, a ter uma sede, onde os estudantes se estabeleceram, reafirmando seus “propósitos de prosseguir, decisivamente, na campanha cívica e patriótica contra o nazismo, contra a *quintacoluna*, contra os inimigos do Brasil nesta hora de perigo”, e anunciando “outra campanha, esta de proporções maiores e mais duráveis, a saber, a campanha pela *União Sagrada* dos brasileiros, para que a nossa pátria, neste momento, possa formar, toda ela, não propriamente um povo, mas, na verdade, um exército” (de uma nota citada por Joel Silveira, na reportagem seriada Praia do Flamengo, 132, capítulo 1 – UNE tomou de Hitler casa que agora perdeu – *Correio da Manhã*, 22 ago.1964).

Cabe assinalar que, nessa época, quase não havia divisão no movimento estudantil, o que concorria para a série de êxitos obtidos. E a

declaração de guerra ao Eixo só fez unificar ainda mais os estudantes, numa poderosa aliança entre getulistas, esquerdistas e os constitucionistas de Armando de Salles Oliveira. Para essa união cooperaram tanto as manifestações antifascistas, entre elas a passeata e o comício diante do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, quanto a trégua estabelecida por Vargas, com a demissão de Filinto Müller e, pouco depois, de Francisco Campos, ministro da Justiça, de Leitão da Cunha e de Lourival Fontes, chefe do DIP, encarregado de reprimir a liberdade de imprensa.

A demissão dessas autoridades, consideradas pelos estudantes como comprometidas com o nazifascismo, fora, sem dúvida, bastante influenciada pelas estreitas ligações que as lideranças estudantis continuavam a manter com Osvaldo Aranha. Curioso é que, com exceção de Lourival Fontes, os demitidos só vieram a reaparecer no primeiro plano político com o golpe militar de 1964: Francisco Campos, como um dos juristas mais consultados pelo marechal Castelo Branco para a elaboração de suas leis totalitárias; Vasco Leitão da Cunha, como o chanceler das “fronteiras ideológicas”, partidário do “obsoletismo” das fronteiras físicas; e, finalmente, Filinto Müller, como líder do partido do regime, a Arena, no Senado Federal.

O 5º CONSELHO NACIONAL DOS ESTUDANTES

Todos esses importantes acontecimentos da história do movimento estudantil coincidiram com os preparativos do 5º Congresso da UNE ou 5º Conselho Nacional dos Estudantes, como era chamado. Como determinasse a participação de dois representantes por cada diretório, o 5º Conselho Nacional se instalou, em 14 de setembro de 1942, com mais de 300 estudantes.

A entrada do Brasil na guerra constituiu o objeto principal das atenções. Segundo o respectivo relatório, estudou-se “a importância da colaboração completa dos estudantes ao esforço bélico da pátria. Foram delineadas campanhas cívicas e traçados planos de ação. Esboçou-se o quadro da atuação universitária em todos os assuntos que dissessem respeito à luta contra o fascismo, internacional e nacional. Nem por isso foram esquecidos os problemas da classe: para os mesmos foram sugeridas várias soluções interessantes. E, envolvendo todas as deliberações, traçou-se, em bases definitivas, o esquema da organização necessária à plena consecução dos objetivos que se haviam imposto à

aprovação geral. Foram reorganizados os estatutos da UNE. E, finalmente, eleita sua nova diretoria”.

No Rio, o núcleo conservador, que se antepunha às lutas e campanhas da UNE, se localizava, então, no Caco, presidido por Carlos de Aguiar Moreira, depois influente secretário particular no governo Dutra (encerrado o qual, se elegeu deputado pelo Estado do Rio), e por Antônio Augusto de Vasconcelos, depois promotor e advogado, profissão que chegaria a exercer no escritório de Osvaldo Aranha. Esses estudantes, que não perfilhavam com a maioria, lançaram a candidatura de Sebastião Pinheiro Chagas, de tradicional família mineira, contra a de Hélio de Almeida, que se credenciara, na presidência do Diretório de Engenharia e do DCE da UB, por inúmeras realizações, entre as quais o primeiro censo universitário no país, cujos dados foram encaminhados ao Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE. Com a candidatura de Pinheiro Chagas estava, paradoxalmente, a bancada gaúcha (na qual despontava Cibílis Viana), exceção feita a Fernando Ferrari, representante da Faculdade de Direito de Porto Alegre, que negou, mais tarde, ter votado contra Hélio de Almeida. Em oposição a este, igualmente, a bancada de Minas, exceto Simão Viana da Cunha Pereira – depois, deputado do grupo Bossa Nova da UDN e do MDB – com alguns outros.

Hélio de Almeida era apoiado pelo presidente da UNE, Luís Paes Leme, e pelo tradicional Centro Acadêmico XI de Agosto. A bancada paulista incluía, entretanto, lideranças diversas – do Centro Acadêmico Osvaldo Cruz, do Grêmio Politécnico, do Centro Acadêmico Pereira Barreto, do Centro Acadêmico de Ciências Econômicas, do Centro Acadêmico Horácio Lane e, ainda, das entidades representativas das faculdades de Farmácia e Odontologia, de Filosofia e de Medicina e Veterinária, bem como da Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, entre outras – que não se haviam definido em relação às candidaturas. Este grupo é que decidiria o pleito. A campanha assumiu, por isso, aspectos novos, com a interferência de homens e grupos do próprio governo federal, no qual Pinheiro Chagas contava com as simpatias do ministro da Guerra, ainda o general Eurico Gaspar Dutra, e, consequentemente, do ministro da Educação, Capanema, cujos vínculos no grupo de Dutra, além da natural mineirice, o levaram a aspirar à vitória do representante do seu estado.

Somente às vésperas do pleito, após uma visita à residência do chanceler Osvaldo Aranha, no Flamengo, aquela maioria indefinida da

bancada paulista assegurou seu apoio a Hélio de Almeida, que passou a contar, maciçamente, com as representações do Distrito Federal, Bahia, Estado do Rio e São Paulo. Mesmo assim, a apuração dos votos provocou suspense, uma vez que os partidários de Pinheiro Chagas não esperavam que o grupo paulista, simpatizante de Vargas, votasse no ex-presidente do DCE da UB. A expectativa só se desfez com a contagem dos últimos votos, quando uma diferença de 12 concretizou a vitória dos que tinham conduzido as campanhas memoráveis contra o Eixo.

Os restantes membros da diretoria eleita: *1.º vice-presidente* – José Salvador Julianelli, da Escola Paulista de Medicina; *2.º vice-presidente* – Simão Viana da Cunha Pereira, da Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais; *3.º vice-presidente* – Ivo Pereira de Oliveira, da Escola de Engenharia do Pará; *4.º vice-presidente* – Fernando Santana, da Escola Politécnica da Bahia; *secretário-geral* – Tarnier Teixeira, da Escola Nacional de Química da Universidade do Brasil; *1.º secretário* – Sigmaringa Seixas, da Faculdade de Direito de Niterói; *2.º secretário* – Raimundo Barroso de Oliveira, da Faculdade de Direito do Ceará; *3.º secretário* – Ritacínio Pereira, da Faculdade de Medicina do Pará; e *tesoureiro* – Paulo Ribeiro da Silveira, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e futuro diretor da *Última Hora* carioca.

Na posse, em 26 de setembro, o ministro Capanema – que tinha como chefe de Gabinete o poeta Carlos Drummond de Andrade e, como chefe do Serviço de Documentação, Vítor Nunes Leal, futuro ministro do Supremo Tribunal Federal – fez um discurso em que comparou os estudantes aos gansos do Capitólio, como encarregados da missão de advertir as autoridades e o povo, quando o perigo estava à vista.

A MOBILIZAÇÃO PARA A GUERRA

A nova diretoria da UNE procurou entrar em contato com as autoridades, inclusive com o presidente da República – que a recebeu quatro vezes –, para dar sequência ao item principal do seu plano de ação: “Proseguimento intensivo das atividades de caráter cívico. Desenvolvimento de um máximo de esforços para que não sofresse decréscimo, bem ao contrário, a atuação decisiva que vinham tendo os estudantes nos acontecimentos políticos de interesse nacional”. Para isso, promoveu a primeira “sabatina” obtida com um ministro, Sousa Costa, da Fazenda, a quem se ofereceu para colaborar na mobiliza-

ção econômica motivada pela guerra, inclusive na Campanha dos Bônus de Guerra. Com esse objetivo, criou-se uma Secretaria de Defesa Nacional (integrada, entre outros, por Luís Aranha Maciel e o futuro jornalista Augusto Vilas-Boas), que se incumbiu da organização do combate à *quinta-coluna*, em colaboração com o chefe de Polícia, coronel Alcides Etcheegoyen, além de patrocinar uma Campanha Pró-Aviões, que arrecadou 270 mil cruzeiros, com os quais a UNE doou três aviões de treinamento médio às autoridades militares.

Enquanto isso, a Secretaria de Cultura, com Vítor Márcio Konder, da Faculdade Nacional de Filosofia, instituiu o 1.º Congresso Estudantil de Poesia de Guerra, cuja comissão julgadora se compunha dos poetas Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Murilo Mendes e Abgar Renault, e do sociólogo Maurício Vinhas de Queirós; a Secretaria de Intercâmbio, onde despontava a professora Maria Yeda Leite Linhares, promovia “sorvetes-dançantes” com radioletrola presenteada por Nelson Rockefeller, que retribuía, assim, a atenção que os estudantes lhe haviam proporcionado no Brasil; a Secretaria de Assistência Econômica e Financeira instalava, em 6 de dezembro de 1942, o primeiro restaurante estudantil, na própria sede da UNE (mais tarde, transferido para a União Metropolitana dos Estudantes), cobrando dois cruzeiros por refeição; e a Secretaria de Imprensa e Publicidade, subsecretariada por Marcos Jaimovich, da Escola Nacional de Agronomia, editava o semanário *Movimento* e contava, na imprensa, com Nelson Rodrigues, para a divulgação das atividades e mensagens da UNE.

Entre todas essas atividades, se destaca a Campanha Universitária Pró-Bônus de Guerra, inaugurada, em 28 de janeiro de 1943, no Rio, com uma passeata da Praça da República à Praça Paris. Era tanta a influência da UNE que, no percurso, os estudantes foram recebidos, à porta das respectivas repartições, pelos ministros da Educação, da Guerra, das Relações Exteriores e da Fazenda, e pelo prefeito Henrique Dodsworth, que dirigiram pronunciamentos aos manifestantes. A campanha, cuja responsabilidade cabia a uma Comissão Especial presidida por Juvenille Pereira, se estendeu ao do Rio Grande do Sul, Ceará, Minas, Bahia, São Paulo e Paraná.

A UNE cooperou ainda, entusiasticamente, na Campanha Pró-Banco de Sangue, destinada à obtenção de estoque de plasma sanguíneo para os campos de batalha, e dirigiu a Campanha do Livro para o Combatente e a Campanha Pró-Voluntárias Laboratoristas, objetivando

fazer com que as universitárias se dedicassem a trabalhos de enfermagem para o Exército.

Hélio de Almeida não chegou a completar o seu mandato, pois, em 3 de abril de 1943, pediu demissão da presidência, dois dias depois que o Ministério da Educação determinara a criação da Juventude Brasileira, conforme o modelo da juventude fascista italiana, e a sua instalação na própria sede da UNE. Era a segunda grande crise, tão perigosa para a sobrevivência da entidade quanto o seu despejo da Casa do Estudante do Brasil.

A SEGUNDA GRAVE CRISE DA UNE

Desde há muito que o Estado Novo pretendia fundar a Juventude Brasileira, nos moldes da arrematada por Mussolini. A UNE sempre se opusera, vigorosamente, à iniciativa, na qual via uma tentativa dos ministros da Guerra e da Educação de controlarem a juventude. Em março de 1943, soube-se que o governo adotava medidas efetivas para criar a organização, à qual planejava entregar, como sede, o prédio da UNE. Na qualidade de presidente da entidade, Hélio de Almeida solicitou, então, explicações ao ministro Capanema, que, embora confirmando a intenção de organizar a Juventude Brasileira, se comprometeu a não tomar atitude definitiva sem antes consultar a UNE e os líderes universitários.

Inesperadamente, entretanto, em 1^a de abril – infausta data do calendário nacional –, o ministro baixou a portaria 225, que instituía a Juventude Brasileira, a instalava na sede da UNE, nomeava o então major Jair Dantas Ribeiro (que seria ministro da Guerra de João Goulart) seu secretário-geral e entregava a este a administração do prédio, autorizando-o a permitir, se quisesse, que a UNE compartilhasse das instalações. A portaria significava, na prática, quase um novo despejo, não só para a UNE, mas também para o DCE, para a Confederação Brasileira de Desportos Universitários e para a Federação Atlética de Estudantes (estas duas últimas funcionando no terceiro andar), além de impedir a instalação da União Metropolitana de Estudantes (UME), criada pelo 5^o Conselho.

Diante disso, pareceu a Hélio de Almeida que a única forma de combate à decisão governamental, inteiramente inoportuna e inconveniente, era criar um impacto com a sua demissão, pela total impossibili-

dade de continuar mantendo relações com um ministro com o qual dialogara até então e de quem se sentia, em grande parte, fiador da palavra junto aos estudantes. O próprio ex-presidente da UNE me contou: “No dia 2 de abril de 1943, reuni a diretoria, expus os fatos, manifestei o ponto de vista de que a minha demissão era a única forma de luta de que dispúnhamos e escrevi uma carta a Capanema”.

A imprensa da época não publicou uma única linha sobre a crise. Alguns jornais que o quisessem fazer tiveram retiradas, pelo DIP, matérias já compostas das oficinas. Soube-se, apesar dessa cortina de silêncio, que o ministro da Educação ficara indignado com a atitude rebelde de Hélio de Almeida e transmitira sua indignação aos diretores cariocas da UNE, Tarnier Teixeira e Paulo Silveira, especialmente convocados para isso. Os estudantes, porém, perfilhavam a posição do seu presidente, o que serviu para alastrar o movimento de protesto. Hélio recebeu moções de solidariedade de todos os estados, em termos, por vezes, exaltados, como os do telegrama de Fernando Santana, da Bahia.

Impressionado com a amplitude da repulsa, Capanema comunicou aos líderes estudantis a disposição de revogar a portaria, desde que Hélio não voltasse à presidência da UNE. Este, por sua vez, instou os colegas, em nova reunião, a aceitarem, mesmo a contragosto, a barganha, que salvava o Brasil da Juventude Brasileira. Houve, assim, uma solução provisória: Hélio não retornou à presidência, assumida, interinamente, por Tarnier Teixeira, e o ministro revogou, parcialmente, a portaria, retirando da sucursal estudantil da ditadura a administração do prédio da Praia do Flamengo.

Era, na verdade, o aspecto mais importante e perigoso que saía da portaria ministerial, sem o qual a Juventude Brasileira se tornava totalmente inofensiva. De fato, tal organização começou a morrer no dia mesmo da revogação parcial da portaria, resumindo-se o seu papel em ter sido pivô da segunda grave crise superada pela UNE. Reduzida a uma sala da sede desta, a Juventude Brasileira recebeu o golpe de misericórdia, pouco depois, após uma série de incidentes entre os seus simpatizantes e os membros da UNE: uma solenidade a que os estudantes haviam sido convidados por Capanema, na Escola Nacional de Música, e impedidos de entrar pela Juventude Brasileira, tornou impossível o prosseguimento da convivência e da coabitação.

Em ofício endereçado, em 12 de maio, ao ministro da Educação, 22 líderes estudantis, entre os quais Tarnier Teixeira e Paulo Silveira, de-

pois de relatarem o incidente, rejeitaram, em definitivo, qualquer espécie de coexistência entre a UNE e a Juventude Brasileira, no prédio da Praia do Flamengo. Era o último estertor da filial nativa da juventude *balila* e a vitória da rebeldia da UNE.

ESTUDANTES DE DIREITO CONTRA VARGAS

Outro momento de tensão nas contendas estudantis com a ditadura de Vargas ocorrera antes, em São Paulo, provocando sérias repercussões num momento em que a administração federal procurava conquistar as simpatias universitárias, mediante auxílios às universidades e escolas superiores, patrocínio de excursões de intercâmbio cultural aos estados e ao exterior, atendimento a necessidades dos diretores acadêmicos, oferta de bolsas de estudo para especializações, aproveitamento de estudantes no serviço público, regulamentação do esporte universitário e oficialização da UNE. O incidente paulista prejudicou, novamente, o diálogo que o ministro Capanema lograra estabelecer – apesar dos focos de resistência estudantil ao Estado Novo – entre o governo e os universitários.

Tudo começou quando os presidentes dos centros acadêmicos de São Paulo, da Fupe e da CBDU, motivados por atos governamentais, propuseram ao Conselho Universitário de São Paulo a concessão do título de *doutor honoris causa* da universidade ao presidente Getúlio Vargas, inscrevendo-lhe o nome, assim, na mesma galeria de honra em que figuravam Armando de Salles Oliveira, Júlio Mesquita Filho, Reynaldo Porchat, Francisco Morato e outros paulistas ilustres. Apenas o presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto, Leite Ribeiro – ao contrário de Péricles Rolim, orador da entidade –, não firmara a posição, cuja acolhida representaria, para o chefe do governo, uma vitória na área que se opunha mais intransigentemente à sua política – a dos chamados paulistas quatrocentões.

Ao ser anunciada a convocação do Conselho Universitário para apreciar a representação, acadêmicos de Direito, tendo à frente o presidente do XI de Agosto, desencadearam um movimento de protesto, principiado com uma agitada assembléia na Faculdade de Direito, onde consignaram sua posição contrária à projetada homenagem.

O interventor federal no estado, Fernando Costa, resolveu arros-
tar a crise, enquanto os estudantes – liderados por Leite Ribeiro, o futu-

ro governador Roberto de Abreu Sodré, Germinal Feijó e Arrobas Martins, entre outros – sustentavam o protesto e o estendiam a vários outros setores da vida paulista. A Faculdade de Direito transformou-se numa fortaleza, de onde os acadêmicos partiam para as manifestações no Largo de São Francisco e para as incursões em outras faculdades. Na de Engenharia, apesar do apoio do presidente do Grêmio Politécnico à concessão da honraria ao chefe do governo, a influência política remanescente do ex-aluno Armando de Salles Oliveira auxiliava o movimento a se alastrar.

Não obstante, o Conselho Universitário, afinal reunido, concedeu o título ao presidente da República, o que redundou, no mesmo dia, na suspensão das aulas na Faculdade de Direito, cujos alunos se declararam em greve e promoveram uma passeata, com o enterro simbólico de Vargas, pelas principais ruas do centro da cidade. A passeata terminou com um comício no Largo de São Francisco, que aumentou o clima de tensão em São Paulo, onde se vivia a expectativa de graves consequências, apesar da serenidade com que as autoridades impediram a repressão policial das manifestações.

Quando os presidentes das entidades que propuseram a concessão do título ratificaram sua decisão, irromperam choques e conflitos em vários pontos da cidade, em especial no Bar Viaduto, na Rua Direita, no Largo Patriarca e nos bares Franciscano e Pingüim – à época, centros de convergência do estudantado paulista. O agravamento das tensões levou o presidente da CBDU, Talarico, a assumir a responsabilidade pela iniciativa, enquanto seus companheiros – no intuito de poupá-lo – sugeriram que ele se afastasse, permanecendo algum tempo no Rio. As tentativas de depredação da sede da CBDU, na Rua D. José de Barros, e as ameaças pessoais trouxeram, no entanto, Talarico de volta a São Paulo, onde, certa noite, no bar Ponto Chic, no Largo Paissandu, ele teve de se defrontar com um grupo de acadêmicos de Direito antigetulistas. O conflito só não teve maiores consequências, dada a pronta intervenção do desportista Roberto Pedrosa, do falecido técnico de futebol Vicente Feola, do poeta Lima Neto e de Roberto Wathely, ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto. Mesmo assim, a polícia compareceu ao local, ao passo que Talarico, sangrando, “com escoriações e contusões generalizadas”, era conduzido à Central de Polícia, no Pátio do Colégio, para receber socorros. Ao secretário de Segurança Acácio Nogueira – que ali fora apurar, pessoalmente, a ocorrência – Talarico

negou-se a apontar os agressores, alegando desconhecê-los.

Dia seguinte, o delegado da Ordem Política e Social, major Olinto França, instaurou inquérito policial para averiguar o “linchamento”, intimando o presidente da CBDU a revelar, em depoimento, os nomes dos participantes da rixa. Como Talarico se recusasse a fazê-lo, o inquérito, sem prisões, flagrantes ou acusados, se esborou no mutismo da vítima, muito embora os contendores não se tivessem reconciliado, continuando, ao contrário, a brigar. Acontece que delação ou denúncia eram atos banidos nas lutas universitárias, rejeitados por um código ético que tornava as disputas estudantis indecifráveis aos olhos das autoridades.

O fracasso do inquérito não significou, contudo, o fim da crise, que prosseguiu com outros desdobramentos, obrigando o ministro Capanema a se deslocar para São Paulo, onde, em companhia de dirigentes universitários cariocas, procurou mediar a situação. Depois de quatro dias de conversações com presidentes dos centros acadêmicos e de comissões estudantis, diretores e professores das escolas superiores e com o reitor da USP, o ministro conseguiu apaziguar os ânimos, com o retorno às aulas dos alunos da Faculdade de Direito, sem punições ou represálias. E, passados alguns dias, o presidente Vargas declinou do título, em carta dirigida ao Conselho Universitário.

Tempos depois, o chefe do governo chegou a São Paulo e a primeira homenagem que lá lhe foi prestada partiu dos estudantes, que, tendo à frente os presidentes dos centros acadêmicos, da Fupe e da CBDU, compareceram ao Palácio dos Campos Elísios, para desagrává-lo.

A TRÉGUA COM O ESTADO NOVO

É evidente que os combates entre getulistas e antigetulistas não terminaram aí. Ao invés disso, superada a crise do título, as campanhas contra o governo prosseguiram, embora assumindo nova feição, com os estudantes de Direito – principalmente os do Centro Acadêmico XI de Agosto – intransigentes na oposição a Vargas. Entretanto, o envolvimento crescente do governo na luta contra o Eixo veio alterar, mais uma vez, o tom da campanha contra o Estado Novo, sobretudo após a morte da Juventude Brasileira.

Daí por diante, até que a guerra estivesse praticamente ganha, em março de 1945, as relações entre os estudantes e o governo obedeceram

a uma trégua, vez por outra rompida, como em 10 de novembro de 1943, dia em que, segundo a Carta de 1937, se convocariam eleições presidenciais. Como Vargas não cumprisse tal disposição, os universitários realizaram em São Paulo, sob a liderança do XI de Agosto, a Passeata do Silêncio, que acabou em violenta repressão policial, com a morte, a tiros, do estudante Jaime da Silva Teles.

A despeito de fatos como o assassinato de São Paulo, as lideranças estudantis demonstravam grande maturidade, ao procurar, por todos os meios, manter a trégua, ainda que precária. A campanha pela declaração de guerra ao Eixo tornara os estudantes condôminos do consqüente esforço nacional e dessa missão eles se desincumbiriam, admiravelmente, sob a liderança de outros presidentes da UNE, entre os quais se destacou Paulo Silveira, e através de novas campanhas, como a que resultou na constituição da FEB (Força Expedicionária Brasileira). Caravanas universitárias percorreram, exaustivamente, o país, para que, em abril de 1944, o primeiro escalão brasileiro seguisse para o *front*. Vários líderes chegaram, inclusive, a se alistar como voluntários da FEB, entre eles Augusto Vilas-Boas, Hélio Oliva e o estudante de Engenharia Salomão Malina (que seria o último dirigente do PCB), condecorado pelo general Eisenhower, por atos de bravura durante a Batalha de Montese, na Itália. Osvaldo Aranha Filho foi outro dos poucos voluntários estudantis aceitos, assim mesmo graças à intervenção do futuro marechal Cordeiro de Farias, que o levou como seu ordenança; depois, foi transferido para a tropa, onde serviu como motorista e na ligação com as patrulhas avançadas.

Embora raros tenham sido os estudantes que participaram da Campanha da Itália, toda a liderança – inclusive os presidentes da UNE, DCE, CBDU e diretórios acadêmicos – e a maioria dos jovens que pugnaram pela entrada do Brasil no conflito se apresentaram ao Ministério da Guerra, logo após a declaração de guerra, para se alistarem como voluntários. As autoridades militares recomendaram que aguardassem a abertura do voluntariado. Não surgiram, no entanto, possibilidades de aproveitamento, uma vez que o esquema de organização da FEB obedeceu a um critério de conjugação de unidades de vários estados. Daí, portanto, a reduzida participação universitária na FEB. A apresentação de estudantes como voluntários constituiu, não obstante, um exemplo que eles se sentiam obrigados a dar à nação, depois da campanha desenvolvida pela entrada do Brasil na guerra. Aí está, também, a

explicação para a trégua entre os moços das universidades e a ditadura.

A trégua não significou, em absoluto, tolerância ante o Estado Novo. Os estudantes haviam deixado isso bem claro desde 15 de novembro de 1942, quando a súbita e extemporânea visita do chefe de Polícia, coronel Alcides Etcheegoyen, à sede da UNE – onde se realizaria manifestação –, levou Hélio de Almeida a abordá-lo, para saber se vinha proibir a festa ou fechar a entidade. Supreendentemente, o coronel retrucou: “Eu não perguntei ao senhor os motivos da festa. Festa de moços, nesta hora tão grave (o Brasil já estava na guerra havia três meses), só pode ter um sentido nobre. Quero, portanto, participar dela. Claro, se os estudantes permitirem...”. Assim, “pela primeira vez na história da UNE, um chefe de Polícia do Estado Novo sentava ao lado de líderes estudantis, na mesma mesa que presidia uma solenidade de caráter eminentemente democrático e, por conseguinte, antitotalitário – o que significa dizer antiestadonovista. Estava tudo mudado” (Joel Silveira, *ib.*, cap. IV – Estudantes nas ruas pela FEB e contra o fascismo – *Correio da Manhã*, 26 ago.1964).

É evidente que os estudantes não tinham mudado. Quem mudava era o chefe de Polícia.

O ROMPIMENTO DA TRÉGUA

Em março de 1945, com a vitória assegurada no plano externo pelos Aliados, os estudantes resolveram cuidar do plano nacional, indo às ruas em campanha pela anistia. A censura já estava rompida desde fevereiro, quando o *Correio da Manhã* publicara, corajosamente, a entrevista que José Américo de Almeida – candidato presidencial frustrado pela não realização das eleições previstas para 1938 – havia concedido ao então repórter Carlos Lacerda.

No dia 5 de março, os estudantes prosseguiram a campanha iniciada pela democratização do país, com um comício pró-candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, na Praça da Liberdade, no Recife, onde Etelvino Lins tinha assumido, na véspera, suas funções de interventor federal em Pernambuco. O novo interventor determinou a repressão violenta da manifestação, o que redundou na morte de Demócrito de Souza Filho, primeiro-secretário da União dos Estudantes de Pernambuco, que expirou ali mesmo, no palanque em que se sucediam os oradores, atingido por uma bala na testa.

Estava rompida a trégua entre os estudantes e a ditadura.

A morte do jovem pernambucano lançou seus colegas de todo o país contra o Estado Novo, dessa vez de forma definitiva e impermeável a qualquer tipo de negociação. Declarando guerra ao governo, a UNE mobilizou estudantes, políticos e trabalhadores para frustrar a chamada “união nacional” em torno de Vargas. No comício – o primeiro de oposição ao Estado Novo – imediatamente convocado para o dia 8, nas escadarias do Teatro Municipal do Rio, o estudante Paulo Silveira, o general Flores da Cunha, o tribuno Maurício de Lacerda e o poeta Mauro Mota conclamaram o povo à luta pela anistia e pela democratização. “Era já começo da noite quando o povo à luta pela anistia e pela democratização. “Era caía uma chuva rala, quando os estudantes, após o comício, dirigiram-se, a pé, entoando o Hino Nacional, para o 132 da Praia do Flamengo. Naquele dia, 8 de março de 1945, a UNE encerrava uma fase, que havia começado dois anos e meio antes, exatamente no dia 18 de agosto de 1942” (Joel Silveira, *ib.*), com a ocupação da sede do Clube Germânia.

Pouco depois, os estudantes obtiveram a vitória na nova campanha: o governo decretou a anistia. Mas, esta trouxe, também, a cisão ao movimento estudantil, até então unificado. Ela se deveu, em grande parte, ao apoio dado por Luís Carlos Prestes, líder comunista libertado com a anistia, a Getúlio Vargas, com vistas à democratização e sob a alegação – cujo acerto o futuro se encarregaria de comprovar – de que eram reacionárias as candidaturas militares já lançadas à Presidência da República, do general Eurico Dutra e do brigadeiro Eduardo Gomes. A divisão levou a maioria dos estudantes para a recém-fundada União Democrática Nacional, ficando o restante na esquerda, liderada pelo Partido Comunista Brasileiro. Aquela parte da oposição liberal que veio a constituir a UDN já conspirava, de há muito, ativamente, para a derrubada de Getúlio Vargas, sob a liderança, primeiro, de Armando de Salles Oliveira, e, depois, de Virgílio de Melo Franco. Este aliciava para as suas idéias os líderes da UNE, recebendo-os no escritório na Rua da Quitanda e, inclusive, financiando atividades estudantis.

Em julho de 1945, a UDN obteve seu primeiro êxito concreto no movimento estudantil, quando o Congresso da UNE conduziu à presidência da entidade o udenista José Bonifácio Coutinho Nogueira, que seria, em 1962, candidato ao governo de São Paulo. Note-se que a nova diretoria da UNE, apesar de constituída por estudantes arregimentados pela UDN, não era reacionária, uma vez que apenas divergira do apoio dado pelos mais esquerdistas, depois da anistia, ao presidente da República.

Na divergência, a maioria estudantil udenista levou a melhor, em primeira instância, com a deposição de Vargas, em 29 de outubro de 1945.

CAPÍTULO VIII

A UNE NA QUARTA REPÚBLICA

DA HEGEMONIA DO PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO AO INCÊNDIO DA SEDE DA PRAIA DO FLAMENGO

Derrubado o Estado Novo e, após o governo provisório de José Linhares, empossado o governo eleito do ministro da Guerra daquele regime, marechal Eurico Dutra, desencadeou-se nova reação policial contra o movimento estudantil. Em face disso, começou a haver uma reaproximação entre os estudantes udenistas e comunistas, os primeiros considerando, naturalmente, que a repressão voltara por ter sido eleito Dutra, do Partido Social Democrático, em vez do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN. Esse era, com precisão, o pensamento da massa estudantil udenista, cujos líderes, decepcionados e não sendo comunistas, ingressaram, em sua maioria, no Partido Socialista Brasileiro (PSB). A UNE iniciava, dessa forma, a sua terceira fase, que podemos denominar de “hegemonia do Partido Socialista”. Ao policialismo governamental correspondia, assim, a socialização estudantil.

Dirigida por socialistas de 1947 a 1950, a UNE se destacou na luta pela defesa do patrimônio territorial e econômico do Brasil, empolgando a juventude, a partir do início dessa fase, com a campanha pela criação da Petrobrás e pela proteção das riquezas minerais. Isso ocorreu depois que atravessara, em 1946, um período assistencialista, gerado pela restauração democrática, quando o movimento estudantil, que se havia estruturado na luta contra o Eixo e contra o Estado Novo, sofreu uma perda de conteúdo político, por terem sido eliminados os objetivos imediatos da luta. Os estudantes levaram algum tempo para compreender que as novas etapas à sua frente se colocariam não mais no plano jurídico-institucional, mas no da realidade sócio-econômica do país.

A FASE DE HEGEMONIA SOCIALISTA

De 1947 a 1948, a UNE foi presidida por Roberto Gusmão – depois, advogado em São Paulo, onde exerceu a função de delegado do Ministério do Trabalho, durante o governo Goulart. Irmão de Osvaldo Gusmão – subchefe da Casa Civil também do governo Goulart –, Roberto deu início ao período de hegemonia socialista, durante o qual a representação policial contra os estudantes se intensificou, particularmente depois do lançamento da campanha *O Petrôleo é Nosso*. Esta, um dos maiores movimentos de opinião pública na história do Brasil, foi lançada pela UNE, em 1947, simultaneamente no Rio, por Roberto Gusmão, e em São Paulo, por Rogê Ferreira, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto.

Em 1948, elegeu-se presidente da UNE um estudante de Pernambuco, Genival Barbosa Guimarães, futuro engenheiro da Sudene. Em sua gestão, a entidade foi invadida pela primeira vez, naquele mesmo ano, pelo esquema policial de Dutra, por ocasião do Congresso da Paz e dos protestos estudantis contra o aumento, de 30 para 40 centavos, no preço da passagem dos bondes. Genival não chegou a concluir seu mandato. Atraído pela atividade parlamentar, renunciou à presidência, entregando-a a Paulo de Mayo, de São Paulo, também socialista.

Em 1949, realizou-se, na Bahia, o 12º Congresso da UNE, um dos mais famosos da sua história. Os estudantes reacionários compareceram decididos a ganhar, de qualquer maneira, as eleições, trazendo, para isso, uma organização fascista, disposta a recorrer à força física e conhecida como Cade. Integrava esta, entre outros, Paulo Egydio Martins, ministro da Indústria e do Comércio no governo Castelo Branco e futuro governador de São Paulo, onde reprimiu, com violência, o movimento estudantil.

Não obstante o dispositivo de pressão e terrorismo fascista, o Congresso da Bahia elegeu, novamente, um socialista, Rogê Ferreira, que também renunciaria ao mandato antes do seu término. Convocou-se, então, uma reunião extraordinária do Conselho da UNE – composto pelos presidentes das uniões estaduais –, que elegeu José Frejat (mais tarde, candidato a deputado federal pelo MDB da Guanabara nas eleições de outubro de 1966, quando permaneceu impugnado até a véspera do pleito). Frejat concluiu o mandato de Rogê Ferreira, encerrando o período de hegemonia do PSB no movimento estudantil.

O período socialista se caracterizou, como vimos, pelo polarismo governamental e pelo caráter de emancipação econômica nacional das reivindicações estudantis, já antevisto, em 1938, na resolução do 2º Congresso Nacional de Estudantes que preconizava a “luta pela indústria siderúrgica nacional, sem o que o Brasil jamais se libertaria”. Cabe observar que as conclusões desse histórico congresso constituíram, durante muitos anos, o programa fundamental da UNE, a cartilha pela qual se orientavam suas sucessivas diretorias e na qual se basearam para uma das maiores conquistas da fase de hegemonia socialista: a gratuidade do ensino universitário, obtida em nova campanha.

A ASCENSÃO DIREITISTA

Ainda em 1949, ocorreu um fato de grande importância no movimento estudantil: o grupo de estudantes direitistas, interrompendo sua série de derrotas e fracassos, conseguiu eleger Paulo Egydio Martins para a presidência da União Metropolitana de Estudantes, no então Distrito Federal.

Paulo Egydio se tornou, assim, o primeiro expoente direitista no movimento estudantil brasileiro, além de ser, também, o único líder reacionário dos estudantes que atingiria, mais tarde, o posto de ministro, mesmo assim na gestão de Castelo Branco, ao contrário dos líderes progressistas, que galgariam, com maior frequência e regularidade, os mais altos escalões da vida pública – ainda que, muitas vezes, renegando ou procurando esquecer seu passado. Como ministro, aliás, ele manteria coerência em relação aos seus tempos de estudante: em 8 de março de 1967, por exemplo, encaminhou recomendação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no sentido de que fosse concedido um financiamento de 203 bilhões de cruzeiros velhos à Companhia Mineira de Alumínio (Alco-Minas), da qual era presidente. Tratava-se da subsidiária da Aluminium Company, concessionária norte-americana da maior jazida de bauxita do mundo, em Poços de Caldas.

Paulo Egydio utilizou a UNE para levar à presidência da entidade, no congresso realizado em São Paulo, em julho de 1950, Olavo Jardim Campos, de Minas Gerais. Mas, quem mandou mesmo na UNE, em 1951, foi a estudante norte-americana Helen Rogers, enviada pelo Departamento de Estado, repartição cujo apoio fora solicitado por Paulo Egydio, que, como todos os líderes estudantis direitistas, viajava, frequente-

mente, em busca de instruções, para os Estados Unidos. A ascensão direitista na UNE coincidiu assim, como, aliás, era de esperar, com o início da infiltração norte-americana no movimento estudantil brasileiro.

A fase de domínio direitista é a quarta da existência da UNE e vai de 1950 a 1956, abrangendo um interregno progressista de um ano. A essa fase corresponde, obviamente, um decréscimo na participação política estudantil, principalmente de 1952 a meados de 1954, período em que a apatia do movimento se viu agravada pelo surgimento do *peleguismo* universitário. É bem verdade que o fenômeno do aliciamento dos pseudolideres estudantis pelo ministro da Educação não deixava de fornecer um atestado eloquente da importância que o governo já conferia à UNE. E os diretores da entidade se viam compelidos, mesmo contra sua vontade, a participar da campanha *O petróleo é nosso*, não só pela linha nacionalista do novo governo Vargas – que voltara ao poder, nos braços do povo, em 1950 – como pelos estatutos da UNE, que obrigavam suas direções a lutarem pelo nacionalismo e contra o entreguismo.

Os dispositivos estatutários progressistas da UNE é que explicam, portanto, na sua fase direitista, o prosseguimento da participação – ainda que não muito entusiástica – na campanha pela criação da Petrobrás, bem como a greve contra o provimento ilegal de cátedra, em junho de 1952; as manifestações contra fraudes nos exames, em setembro de 1954; e as greves de protesto contra a ineficiência das faculdades, a partir de 1954. Deve-se ter em conta, no entanto, que a maioria dessas manifestações ocorreu durante o interregno.

O intervalo progressista surge de maneira acidental. Em 1953 e 1954, a UNE estava inteiramente dominada pela UDN, que pretendia, novamente, utilizá-la para derrubar o governo nacionalista de Vargas. As ações nesse sentido culminaram, num encontro na residência do futuro deputado paulista Herbert Levy, com a indicação de Cunha Neto, de São Paulo, para disputar a presidência da UNE, como candidato direitista. Ele se elegeu, no congresso que a UNE organizou em julho de 1954, e foi, imediatamente, instado a apoiar a conspiração pela derrubada de Vargas. Jovem estudante do interior, de Cataguases – de onde chamou para assessorá-lo o futuro jornalista Plínio de Abreu Ramos –, Cunha Neto, devido à sua hostilidade de princípios, percebeu, em 22 dias, a manobra empreendida, de outro lado, por certos setores governamentais, através da polícia, para desviá-lo da participação autêntica no movimento estudantil. E, depois de ligar os fatos, se recusou a apoiar a

conspiração, alegando que a UNE não podia desenvolver atuação golpista. Perdeu, então, o suporte reacionário que o elegera, para receber, em troca, o apoio dos estudantes progressistas, que recuperaram, desse modo, temporariamente, o controle da UNE, sem que tivessem triunfado no congresso de 1954.

Em atitude de vingança contra a suposta traição do presidente da UNE, o governo Café Filho, depois do suicídio, em 24 de agosto de 1954, do presidente Vargas, desencadeou violenta campanha contra Cunha Neto, que se tornou cada vez mais afinado com os colegas progressistas. Por isso, em março de 1955, sob a liderança de Cunha Neto, a UNE organizou o Mês da Reafirmação Democrática, alusivo ao transcurso do 10º aniversário do assassinato de Demócrito de Souza Filho. O crime, como vimos, fora atribuído à responsabilidade de Etelvino Lins, interventor em Pernambuco, lançado, dez anos depois, no início de 1955, candidato presidencial da UDN (posteriormente, substituído pelo marechal Juarez Távora) ao pleito para o qual o PSD já iniciara a campanha de Juscelino Kubitschek. Os estudantes se aproveitaram dessa coincidência de datas para colocar, defronte à sede da UNE, um gigantesco retrato do mártir estudantil pernambucano, e para desfechar campanha contra a candidatura de Etelvino, que acabou sendo retirada pela UDN.

Em julho de 1955, a UNE realizou, em Belém do Pará, o congresso que deveria eleger o sucessor de Cunha Neto. Os progressistas, bastante fortalecidos pela gestão que haviam logrado intercalar na fase de dominação reacionária, não tiveram, contudo, o dinheiro necessário para as passagens até Belém e não conseguiram, por conseguinte, se fazer representar à altura. Enquanto isso, o brigadeiro Eduardo Gomes, ministro da Aeronáutica do governo Café Filho, colocou aviões da Força Aérea Brasileira à disposição do grupo contrário. Resultou daí que o progressista voltou a ser oposição na UNE, de 1955 a 1956.

Mas, com o início do governo de Juscelino Kubitschek, a liderança reacionária teve sua atenção mais voltada para a obtenção de empregos públicos – criados com o surgimento de novas empresas, em decorrência de o país haver ingressado numa fase de desenvolvimento econômico – do que, propriamente, para a repressão policial aos colegas progressistas. Dessa negligência direitista se aproveitou o grupo democrático, que já havia reconquistado, em outubro de 1955, a presidência da União Metropolitana de Estudantes (o mesmo trampolim utilizado, antes, por Paulo Egydio), com a eleição de José Batista de Oliveira Júnior.

A recuperação da UME redundou, logo de saída, na campanha dessa entidade carioca contra o aumento, de um para dois cruzeiros, no preço da passagem dos bondes. A campanha paralisou o Rio em 30 e 31 de maio de 1956 e acarretou enorme prestígio aos progressistas, que, por isso, reconquistaram também a UNE, em julho de 1956, com a eleição do próprio José Batista de Oliveira Júnior, futuro assessor jurídico da Confederação Nacional da Indústria e do Sindicato dos Ferroviários. Encerrou-se, assim, a fase de domínio direitista no movimento estudantil, também conhecida como período negro ou policial da UNE, ou, ainda, simplesmente, como “o tempo de Paulo Egydio”.

A FASE DE RECUPERAÇÃO DEMOCRÁTICA

José Batista era o líder adequado para dar início à quinta fase da história da UNE, a de recuperação política. Sua gestão à frente da União Metropolitana de Estudantes já se evidenciara como um novo divisor de águas do movimento estudantil. Para se ter uma idéia da campanha por ele dirigida contra o aumento dos bondes, em maio de 1956, basta lembrar que Carlos Veloso de Oliveira, presidente governista da UNE – em cuja sede funcionava, também, a UME –, chegou a ser chamado pelo presidente Juscelino Kubitschek, que lhe teria implorado, pateticamente: “Veloso, ajude-me a salvar o regime!”.

Na verdade, o presidente da República não exagerava, como parece à primeira vista, pois a greve estudantil servia de pretexto para rearticulações golpistas contra o seu governo. E a crise do regime se tinha agravado com a agressão que a polícia consumara, em 30 de maio, contra os parlamentares Mário Martins, Adauto Lúcio Cardoso e Aurélio Viana, quando da invasão policial da sede da UNE, onde os estudantes se haviam enclausurado para escapar à violenta repressão.

Não querendo servir de instrumentos ao golpismo, os estudantes se viram obrigados a transacionar com o prefeito do Distrito Federal, Negron de Lima, e com o ministro da Educação, Clóvis Salgado: a passagem passou de Cr\$ 1,00 para Cr\$ 1,50, e não para Cr\$ 2,00, como fora, inicialmente, estabelecido.

A grande experiência colhida durante a greve contra o aumento dos bondes foi a solidariedade dos sindicatos operários em relação à UNE, com o surgimento da União Operária-Estudantil Contra a Cares-

tia, posteriormente imitada no Chile, Uruguai, Argentina, Peru, Venezuela e Colômbia. Alarmados com essa repercussão operária do movimento grevista estudantil, os Estados Unidos enviaram ao Brasil a estudante Glória May. Esta, da mesma forma que Helen Rogers, seis anos antes, veio acompanhada de um rapaz norte-americano, também – aparentemente, pelo menos – dominado por ela, cabendo à moça a coordenação dos contatos com os estudantes.

Mas, ao contrário de Helen Rogers, Glória May não chegou a tentativas de corromper, com dólares, os líderes universitários. Muito mais inteligente e simpática, veio, habilmente, propor o intercâmbio de experiências culturais e estudantis, procurando, desta forma, inserir o anticomunismo como plataforma básica das atividades programadas pelos nossos estudantes. A idéia foi rejeitada pelos diretores da UNE, que argumentaram não interessar à entidade a indústria do anticomunismo. Com o fracasso da tentativa, o “intercâmbio de experiências culturais” não importou mais a Glória, o que demonstrava não passar a proposta de uma moldura para a infiltração ideológica.

Dai em diante, isto é, de 1956 até a década de 70, os órgãos de repressão e propaganda brasileiros e norte-americanos resolveram – talvez, por causa do fracasso de Glória May – avocar a si o problema da infiltração ideológica dos Estados Unidos no meio estudantil, encarregando-se de fazê-lo sob as formas mais sutis, quando possível, e através dos cassetes cedidos pela Usaid, na maioria dos casos.

Como presidente da UNE, José Batista de Oliveira Júnior promoveu um amplo movimento de politização, abalando, assim, o controle que o Ministério da Educação e Cultura exercia. Sua gestão assinalou, também, a formação da primeira frente única de católicos e comunistas no movimento estudantil, autêntica precursora do pensamento ecumênico em nosso país.

Depois da eleição de José Batista, os estudantes conservadores (existe essa aberração que é a juventude conservadora) e direitistas nunca mais recuperaram a presidência da UNE, que, desde então, continuou existindo e liderando o movimento estudantil, só tendo perdido mesmo a sede, incendiada pelos vitoriosos de 1ª de abril de 1964.

O sucessor de José Batista foi Marcos Heusi Netto – posteriormente, conhecido advogado em Brasília, a quem devo a recuperação, no exílio, do meu passaporte –, eleito pelo congresso que a UNE realizou em 1957. Heusi deu amplitude ainda maior às características da nova

Em julho de 1959, Raimundo Eirado foi sucedido por João Manuel Conrado, de São Paulo, sob cuja gestão a entidade prosseguiu em suas campanhas contra a execução do Acordo de Roboré e contra o truste norte-americano de lataria da American Can. Nesse período – uma espécie de preâmbulo do processo de ascensão católica que se irá concretizar, logo adiante, no movimento estudantil –, a UNE também conseguiu provocar a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Shell e a Esso.

Em 1960, a presidência da UNE voltou às mãos de um baiano, Oliveira Guanais, que teve de enfrentar um problema político dos mais sutis: a campanha eleitoral para as eleições presidenciais era o tema que empolgava a nação, roubando o destaque às campanhas da UNE, que, em virtude de proibição estatutária, não se podia engajar na campanha do marechal Henrique Lott.

A ASCENSÃO CATÓLICA

Em 1961, no 24º Congresso, em Niterói, começa a grande ascensão católica no movimento estudantil – sexta fase da história da UNE –, com a eleição, para a presidência, do goiano Aldo Arantes (tendo como vice o cearense Roberto Amaral, do PCB, futuro dirigentes do PSB e ministro de Lula), e o crescente predomínio da AP (Ação Popular), que surgiu, por volta de 1960, de uma dissensão entre a JUC (Juventude Universitária Católica) e a hierarquia religiosa. A AP sustentava que não existia, no Brasil, um partido revolucionário, do qual ela exigia os seguintes requisitos: 1) existência de “uma ideologia verdadeiramente revolucionária”; 2) “ação de presença constante junto à massa”; 3) real participação, no partido, de militantes da “extração social dominada”. De acordo com o pensamento da AP, os grupos existentes seriam, então, pré-revolucionários, e tenderiam a se unir, através do trabalho político de agitação, numa entidade autenticamente revolucionária.

Com tal orientação, a AP teve que se situar na mesma faixa de clandestinidade do Partido Comunista – em que sua ascensão foi facilitada não só pelos recursos de que dispunha, como também pelo considerável impulso que recebeu na excelente gestão de Arantes, particularmente com a repercussão obtida pela atuação deste na crise nacional gerada pela renúncia do presidente Jânio Quadros, um ex-aluno da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em São Paulo. Na

fase da entidade, liderando a campanha contra a American Can, empresa norte-americana que ameaçava destruir a indústria brasileira de lataria. No ano de sua eleição, se reuniu, no Rio, o 1º Seminário Nacional de Reforma do Ensino, que não alcançou a importância almejada, por se ater à busca de soluções meramente pedagógicas.

Heusi foi substituído, em 1958, pelo baiano Raimundo Eirado, cuja gestão é assinalada, principalmente, pela campanha coroada com a demissão de Roberto Campos, futuro ministro do Planejamento do governo Castelo Branco, da Superintendência do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. A campanha foi motivada, sobretudo, pelos esforços que Campos desenvolvera no sentido da assinatura pelo Brasil do Acordo de Roboré, que implicava a aplicação de recursos da Petrobrás no aliplano da Bolívia, para atender aos interesses da Gulf. A negociação do acordo, em 1958, sensibilizou, profundamente, o nacionalismo das Forças Armadas brasileiras, que nunca permitiram a sua execução. A propósito, recorde-se que, durante o governo Castelo Branco, houve uma nova tentativa de aplicá-lo, igualmente obstada pela reação militar nacionalista. A repercussão de 1966 foi, contudo, bastante reduzida, pois, àquelas alturas, a execução do Acordo de Roboré seria apenas uma gota na enxurrada de medidas antinacionais.

Oito anos antes, em pleno governo desenvolvimentista de Juscelino, o Acordo de Roboré ocupava as manchetes dos jornais e a crise decorrente de sua denúncia teria, necessariamente, de ser muito mais grave e violenta, como, de fato, ocorreu. Quando ela ia no auge, os estudantes, liderados pela UNE, interromperam o tráfego na esquina da Rua Sete de Setembro com a Avenida Rio Branco, no Rio, para pedir a demissão de Roberto Campos, um dos maiores defensores da assinatura do acordo. Na tarde do mesmo dia, o presidente da República assinou decreto, exonerando Campos da Superintendência do BNDE.

A UNE acumulava, assim, mais uma vitória no rol de suas campanhas triunfantes. Aliás, até então, pode-se afirmar que a UNE só perdera mesmo uma: em 1952, durante a fase de domínio direitista, contra a assinatura do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. É bem verdade que, em 1958, a campanha não impediu a assinatura do Acordo de Roboré. Mas, o simples fato de levantar contra ele a opinião pública, bem como a demissão de Roberto Campos, contribuíram o suficiente para que o documento nunca fosse aplicado, tendo caducado, inclusive, as concessões que o Brasil, pelo acordo, recebera na Bolívia.

qualidade de presidente da UNE, Arantes viajou ao Rio Grande do Sul, em agosto de 1961, para participar, ao lado de Leonel Brizola, então governador daquele estado, da Campanha da Legalidade, que empolgou o país e garantiu a posse – contestada por setores militares e conservadores – do vice-presidente João Goulart.

Outros fatores contribuíram para a ascensão da corrente católica: a dinamização das atividades dos corpos discentes nas universidades católicas, de que é expressão o Manifesto do Diretório Central dos Estudantes da PUC do Rio de Janeiro, que denunciava o caráter privilegiado do estudante superior, pela seleção econômica que a universidade, em nosso país, impõe aos que nela pretendem ingressar; a rebelião da juventude cristã contra o clericalismo na religião, o capitalismo na economia e o reacionarismo na política do Brasil; o surgimento, no plano internacional, do ecumenismo; e, sobretudo, o caráter eminentemente ativista e o radicalismo das mensagens da AP. O texto básico desta instituição, por exemplo, a define como “expressão de uma geração que traduz em ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu, como resposta ao desafio da nossa realidade...” Sobre a principal destas opções, explica que “é na direção do movimento que marca a passagem da história para as estruturas de uma civilização socialista que esta opção se situa e a sua ação se orienta”.

O significativo desta tomada de posição – segundo o professor Cândido Mendes de Almeida, que a analisou em detalhes – “é não só a sua exigência de definição em termos de opção, mas o ter prescindido – dando como tarefa anterior, realizada ou não – de um estudo real do projeto nacional, das tensões concretas a que fora levado o nosso programa de desenvolvimento. A sua autenticidade estaria, inclusive, nesta passagem à ação prática imediata. Reconhecendo a impetuosidade do processo social brasileiro, a violência de suas contradições, as militâncias da AP procuraram compensar, no plano da ação, o atraso, ou, mesmo, o abandono, que caracterizou nas gerações anteriores o nosso pensamento católico, no propor os problemas da atitude da Igreja, diante de uma sociedade em mudança radical”. E adiante: “... O que surge, sociologicamente, como expressivo no movimento da AP é o número de católicos que integraram seu contingente. O que torna, entretanto, ainda mais expressiva essa militância é ter sido adotada como se fosse um *ato falho* de ingresso no PC, ou em movimentos de orientação radicalizante e rigorosamente ativista no presente panorama político nacio-

nal...” (*Memento dos vivos*, 1966).

O surgimento da AP – da qual Aldo Arantes foi um dos fundadores, com Herbert José de Souza, o Betinho, e o padre Henrique de Lima Vaz – ocorreu, ademais, num momento histórico extremamente favorável, tanto do ponto de vista nacional quanto do estritamente estudantil. No plano nacional, o Brasil entrava numa fase de forte ebulição social, só contida em abril de 1964 – ainda assim, não pela remoção de suas causas, mas, artificialmente, pela intervenção policial-militar. No plano estudantil, a UNE aprofundava sua visão crítica da universidade brasileira, caracterizada como instrumento das classes interessadas na manutenção da ordem social vigente, em especial no decorrer das discussões provocadas pelo projeto do que viria a se tornar a Lei de Diretrizes e Bases, e depois da greve deflagrada pelos estudantes baianos, em 1960 – ponto de partida do debate sobre a reforma universitária. O movimento grevista representou uma espécie de alarma para a crise da universidade, além de assumir caráter nacional e provocar, inclusive, a intervenção das Forças Armadas em Salvador, por ordem expressa do presidente da República. A maior consequência da greve foi, no entanto, enfatizar a necessidade de uma tomada de posição dos universitários em relação à universidade como um todo, posição esta que seria aprofundada com o 1º Seminário Nacional de Reforma Universitária, promovido pela UNE em maio de 1960, também em Salvador.

A DECLARAÇÃO DA BAHIA

Do seminário que debateu a questão da universidade em Salvador resultou a *Declaração da Bahia*, primeiro dos importantes textos programáticos do movimento estudantil na Quarta República, equivalente ao que haviam significado as conclusões do 2º Congresso Nacional de Estudantes durante o Estado Novo. Contendo três títulos básicos – A realidade brasileira, A universidade no Brasil e A reforma universitária –, além de um adendo sobre o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o documento realmente inovava, na medida em que aprofundava concepções, como logo no seu primeiro parágrafo: “De maneira alguma atrairia a consideração de uma universidade tomada abstratamente, retirada do processo histórico que a nação atravessa. Incumbe-nos esboçar a missão de uma universidade existencialmente entendida, comprometida com as necessidades concretas do povo brasi-

leiro, universidade historicamente datada e sociologicamente situada na segunda metade do século 20, num país em fase de desenvolvimento”.

A *Declaração da Bahia* é um documento de fase de transição. Os estudantes dão um novo salto, no afã de conceituar e, a partir daí, planejar a sua ação. O texto, além disso, atesta a emergência da nova corrente radical no movimento estudantil, que define revolução como “a posição consciente de todo um povo, no sentido da mudança de uma estrutura sócio-política ultrapassada e injusta, para outra que seja um passo a mais no sentido da eliminação da injustiça, das desigualdades, das explorações, das competições”, e entende que, “em nossos dias, trata-se menos de optar entre o socialismo e o capitalismo do que escolher uma forma de socialismo que possibilite a realização do homem e da humanidade”.

Ainda no que concerne ao primeiro dos títulos em que se divide, A realidade brasileira, a *Declaração da Bahia* vê o Brasil como uma “nação capitalista em fase de desenvolvimento” e um “Estado oligárquico e classista”, com uma infra-estrutura agrária, “quase toda entregue a poderosos grupos estrangeiros”, e pontilhado de contradições “que indicam a falência da estrutura liberal-burguesa de nosso país”. Como solução para esse estado de coisas, o documento propõe, em sua primeira parte, a “socialização dos setores fundamentais da economia”, a “superação da alienação do proletário”, a “participação efetiva dos operários nos órgãos governamentais de caráter primordial para o nosso desenvolvimento” e a “criação de condições pelo governo para o completo desenvolvimento de organizações proletárias”. As sugestões permanecem nesse plano algo superficial, sem referências mais explícitas à maneira pela qual possam ser concretizadas, mas a atenção dedicada à realidade brasileira – como contexto do qual a universidade não pode ser abstraída – denota inegável avanço no pensamento das lideranças estudantis.

Quanto à universidade no Brasil, objeto do seu segundo título, a *Declaração da Bahia* a caracteriza como “uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto à distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente”. E acentua: “A universidade é um privilégio. Dentro do processo discriminatório do ensino brasileiro, a universidade se situa em seu topo”. No intuito de provar suas assertivas, o documento demonstra que a universidade, em nos-

so país, falha em suas missões cultural, profissional e social. Culturalmente, porque, incapaz de elaborar uma cultura nacional e popular, se limita a repetir valores e padrões importados; profissionalmente, porque não forma os profissionais que a realidade nacional exige, ao insistir numa educação formalista, que pouco oferece além do diploma; e socialmente, pelo caráter antidemocrático dos critérios que lhe dão acesso, aos quais, de cunho econômico, pouco importam as capacidades ou as possibilidades culturais dos candidatos (ingressam na universidade os que podem pagar cursinhos, caríssimas taxas de universidades particulares ou que, dispensados de ganhar o seu sustento ou da família, dispõem de mais tempo para o estudo).

No que tange à reforma universitária, de que trata em sua terceira e última parte, a *Declaração da Bahia* ressalta que ela “só não será um mero retoque de fachada, desde que seja vista como um momento do processo mais vasto, que é a Revolução Brasileira”. E sublinha que, “se não se pode esperar, por enquanto, uma universidade inteiramente consoante sua verdadeira missão, ao menos é possível que ela deixe de ser uma das peças de sustentação do *status quo* e um obstáculo ao projeto histórico brasileiro”. Para viabilizar este projeto, o documento propõe:

- 1) a luta pela democratização do ensino, com acesso de todos à educação, em todos os graus; 2) a abertura da universidade ao povo, mediante a criação de cursos acessíveis a todos: de alfabetização, de formação de líderes sindicais (nas faculdades de Direito) e de mestres-de-obras (nas faculdades de Engenharia), por exemplo; e 3) a condução dos universitários a uma atuação política em defesa dos direitos operários.

Preconiza, ainda, soluções para problemas mais específicos, como a autonomia universitária (para que a universidade se liberte da influência de grupos políticos e econômicos, bem como dos “modelos” pseudonacionais), o regime dos docentes (mediante a abolição da cátedra vitalícia, a adoção do regime de institutos e a melhoria da formação dos professores), a administração da universidade (através de um critério de proporcionalidade que desse participação de 40% aos alunos e de 20% ao grupo de ex-alunos e profissionais) e, finalmente, o problema sócio-econômico dos estudantes (mediante uma política assistencial que ofereça possibilidade de trabalho remunerado na própria universidade, ou no campo profissional de cada um, e que facilite a organização de cooperativas de livros e material técnico pelos alunos).

Embora não tivesse obtido grande repercussão junto às bases estu-

dantis, em virtude de não fornecer uma perspectiva tática e pecar pela falta de objetividade, a *Declaração da Bahia* sensibilizou as lideranças jovens, não só pela importância conferida à reforma universitária, como por representar um programa, ainda que enunciado em termos vagos, para o movimento. Algo como o que as sugestões do congresso de 1938 – do qual a JUC já participara – haviam representado para a geração universitária estado-novista.

A *Declaração da Bahia*, com todos os vícios e defeitos, compensados pelo seu papel de facho na escuridão conceitual do movimento estudantil da época, ajudou a UNE a conduzir os seus liderados. A entidade resolveu, entretanto, como era de se esperar, que aquelas conclusões deveriam ser aprofundadas, em busca da perspectiva tática que lhes faltava. Convocou, então, o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária, que se reuniu de 17 a 24 de março de 1962, em Curitiba, e cujas teses se consubstanciaram na *Carta do Paraná* (Caderno da UNE, nº 2, 1962).

A CARTA DO PARANÁ

Como a *Declaração da Bahia*, a *Carta do Paraná* se dividiu, igualmente, em três partes principais: Fundamentação teórica da reforma universitária, Análise crítica da universidade brasileira e Síntese final: esquema tático de luta pela reforma universitária. Pelo simples enunciado dos títulos, já se nota que o 2º Seminário Nacional de Reforma Universitária produziu o aprofundamento crítico que dele se esperava, incluindo, inclusive, a lacuna deixada pelo 1º, quanto à perspectiva tática.

Dentro da mesma linha anticapitalista e revolucionária da *Declaração da Bahia*, a *Carta do Paraná* quer a universidade como “expressão de um humanismo integral, a que repugna o homem dividido em compartimentos estanques”. Uma universidade antidogmática que seja, ao mesmo tempo, uma frente revolucionária e uma expressão do povo, imune, assim, a discriminações de ordem econômica, ideológica, política e social. Preocupa-se o documento, além disso, com o ensino brasileiro de nível médio, protestando contra o seu caráter de mero estágio de preparação cultural para os cursos universitários.

Em sua segunda parte, a *Carta do Paraná* nada acrescenta, sob o aspecto sócio-político, à crítica da universidade, mas a aprofunda, no plano cultural, ao atribuir à estrutura universitária parcela de responsa-

bilidade pela alienação da classe média, por não ter elaborado uma cultura que seja a expressão do povo e das aspirações brasileiras. Para reformular essa viciada estrutura, reitera as proposições da *Declaração da Bahia*, acrescidas de um veto à subversão do ensino particular pelo Estado e com ênfase especial na participação dos alunos na administração das universidades. Essa participação, considerada fundamental, é fixada em um terço.

A maior inovação aportada pela *Carta do Paraná* reside, contudo, em sua terceira parte, onde expõe o seu “esquema tático de luta pela reforma universitária”, mediante a polêmica inclusão deste objetivo entre as chamadas “reformas de base”, cuja discussão aflorava ao primeiro plano da vida nacional com o governo João Goulart. Se a classificação de polêmica é porque a inclusão da reforma universitária entre as de base implicava que o povo, na luta que deveria empreender por elas, se batesse, também, pela reforma de uma universidade a que jamais tivera acesso.

A proposição, ponto de partida para a teorização da aliança operário-estudantil-camponesa, era, pelo menos, discutível. E as discussões em torno dela se fizeram acaloradas, logo se transformando em controvérsia, em virtude de suas consequências, assim arroladas por um dos mais influentes e brilhantes líderes universitários católicos da época: “1) a pregação da reforma universitária perdeu seu tom radical. Muitas vezes, era colocada pelas lideranças em termos de adequação ao desenvolvimento nacional, ou seja, numa perspectiva eminentemente capitalista (não era essa uma consequência inevitável, mas possível, e, ao menos, uma de forma-ção fácil de toda a luta pelas reformas de base). Enfatizava-se o aspecto tático, em detrimento da estratégia; 2) a reforma universitária foi tida como indispensável à formação de uma ordem social mais evoluída. Vale di-zer: deixou de ser uma denúncia, que servia inclusive para lançar o estudante numa luta mais ampla, por uma sociedade justa e uma universidade nova, expressiva e criadora, para se impor como uma conquista concreta, a se fazer desde já, em torno de determinados pontos, a um nível maior de possibilidades; 3) em consequência do que se afirmou, perderam força, no conjunto das lutas pela reforma universitária, todos os movimentos que buscavam elaborar uma cultura autenticamente popular e nacional a que a universidade é estranha. Não se concebia que os estudantes, por conta própria e a título de ação reformadora, desenvolvessem atividades culturais paralelas às oficiais da universidade. O que

lhes cabia fazer era reivindicar da universidade esse tipo de cultura. Os cursos de extensão, divulgação e cultura popular, que a *Declaração da Bahia* recomendava aos diretórios, tornaram-se lutas independentes das de reforma universitária e até independentes dos próprios diretórios; 4) a grande importância dada às conquistas imediatas e, sobretudo, à participação do estudante nos órgãos dirigentes. Tentar-se-ia reformular uma estrutura, partindo do seu interior, aproveitando-se os próprios mecanismos”.

E concluiu o líder estudantil: “Foi essa a perspectiva que orientou a luta pela reforma universitária até a crise de 31 de março de 1964. Pode-se dizer que a *Carta do Paraná* termina, nas suas linhas gerais, uma fase da fundamentação teórica da reforma universitária. Trata-se, então, de levá-la à luta concreta. Era esse o pensamento dos estudantes. E assim foi a sua ação”.

A GREVE DE UM TERÇO

A ação concreta pela reforma se iniciou ainda na gestão de Aldo Arantes, mediante a exigência de participação, com direito a voto, nos órgãos colegiados de administração da universidade: Congregação, Conselho Universitário e conselhos técnicos. Essa participação era reivindicada na base de um terço, conforme decisão do Seminário de Curitiba, e deveria ser regulamentada pelos estatutos das faculdades e universidades, uma vez que já estava assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Tratava-se de conquistar a proporção de um terço, objetivo que levou a gestão de Aldo – uma chapa de unidade da AP, do PCB e da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), criada em 1961 – a desencadear uma campanha de propaganda em todo o país, percorrido em três meses meses, num avião da Varig, pelas caravanas denominadas de UNE-Volante, que utilizavam, para facilitar a compreensão de suas mensagens, encenações teatrais, como o *Auto dos* 99%.

Como dispusessem de um prazo curtíssimo para a consecução do fim colimado – pois até 27 de junho de 1962 as faculdades teriam de entregar seus estatutos, já reformados, ao Conselho Federal de Educação –, os líderes da UNE, assim impedidos de se esmerar na preparação do movimento, decidiram confiar na sua capacidade de mobiliza-

ção das bases: o dia 1º de junho foi fixado como data-limite para o atendimento da reivindicação de um terço. Caso contrário, haveria greve geral.

Esgotado o prazo, sem que obtivesse o terço de participação, a UNE decretou uma greve geral nacional, de amplitude inusitada até então, pois chegou, a certa altura, a paralisar a maior parte das 40 universidades brasileiras da época (23 federais, 14 particulares e três estaduais), além de ser pontilhada de grandes manifestações públicas, entre elas a ocupação, pelos universitários do Rio, do Ministério da Educação, de onde só foram desalojados com a intervenção da Polícia do Exército.

O sucesso inicial do movimento levou as lideranças a determinarem, por decisão unânime, o seu prosseguimento, já decorrido mais de um mês de sua deflagração, durante o 25º Congresso Nacional dos Estudantes, em julho de 1962, em Petrópolis, no hotel Quintandinha. O congresso, que deveria eleger o sucessor de Arantes, foi atacado a tiros por militantes do Movimento Anticomunista (MAC) e oficiais do Exército, que feriram dois estudantes. Foi, segundo o jornalista e escritor Elio Gaspari (*A ditadura envergonhada*, p. 251), a inauguração do terrorismo na política brasileira.

A profícua atividade de Arantes fez com que a escolha recaísse, de novo, num líder estudantil católico, o mineiro Vinícius Caldeira Brant – que teria de recorrer ao exílio em Paris, após a deposição do presidente Goulart (Arantes, por sua vez, seria preso e torturado posteriormente, já sob o governo do general Ernesto Geisel, e, depois da anistia, iniciaria, em 1982, brilhante carreira parlamentar). Era a consolidação da hegemonia da AP no movimento estudantil brasileiro, sempre coligada com o PCB. A Caldeira Brant cumpria fortalecer, ainda mais, essa hegemonia, extrapolando, se possível, a crescente influência da liderança católica revolucionária, do plano da política estudantil para o da política nacional. Para isso, ele tinha, de início, que conduzir a continuação da greve do um terço, já voltada, naquele momento, não mais contra as congregações das faculdades, mas contra o próprio Conselho Federal de Educação.

Registrava-se, simultaneamente, o agravamento da crise política nacional. O Brasil vivia sua malograda experiência parlamentarista e o gabinete de Francisco Brochado da Rocha, empossado em 9 de julho, se viu compelido a solicitar poderes especiais ao Congresso Nacional, com o intuito, inclusive, de acolher a pretensão dos estudantes em greve. Estes, já contando com um pronunciamento favorável do ministro da Edu-

cação, professor Roberto Lyra, resolveram pressionar o Congresso, em pleno clima de radicalização das tensões políticas nacionais. Surgiram, logo, os indícios de que velhos grupos golpistas, ligados a interesses antinacionais, tentavam se aproveitar do movimento estudantil, utilizando-o como pretexto para suas manobras contra o governo. A constatação deste perigo e o desgaste que o desdobramento da greve acarretava para a liderança estudantil – despreparada para sua repercussão – induziram a UNE a um recuo, concretizado no Conselho Extraordinário que, em meados de agosto, suspendeu o movimento.

Embora sem alcançar seus objetivos iniciais, a greve do um terço não pode ser considerada um fracasso total, pois, no seu decurso, contribuiu, sem dúvida, para aumentar a consciência política do estudante e para sensibilizar a opinião pública em torno dos problemas da universidade no Brasil. Falharam, todavia, os seus organizadores, quando mistificaram os liderados com a iminência do triunfo grevista ou quando manifestaram exagerada confiança na atuação isolada do movimento estudantil. Essas falhas bastaram para produzir um certo desgaste das lideranças, o que resultou, em conjunto, no enfraquecimento da atuação política, mesmo se computados os sucessos parciais ou regionais da greve, como o obtido no Paraná, cuja universidade adotou a proporcionalidade de um terço de representação estudantil na composição de seus órgãos colegiados.

A QUEDA DE JANGO

Somente em 1963, a UNE conseguiu se refazer do desgaste sofrido, nas bases, com a greve. Naquele ano, se reuniu, em Belo Horizonte, o 3º Seminário Nacional da Reforma Universitária, que manteve, em linhas gerais, o esquema tático preconizado pela *Carta do Paraná*, apañadas as arestas que se haviam tornado demasiado ostensivas após o movimento paredista.

Em julho, o 26º Congresso da UNE elegeu presidente o paulista José Serra, também da AP. A UNE se engajou, a partir daí, de corpo e alma, em todas as questões políticas de relevância. Pode-se dizer até – forçando um pouco – que não havia problema importante, nacional ou internacional, que não justificasse um pronunciamento da entidade. Das resistências mais recônditas à anunciada reforma agrária ao racismo do *apartheid* sul-africano, nada escapava ao crivo da UNE.

Esse engajamento total e universal foi condenado, depois, por alguns dos ex-líderes universitários, que o responsabilizavam por uma certa alienação do movimento estudantil, na época de Goulart, quanto aos problemas mais urgentes do Brasil. Não chego a concordar, integralmente, com essa opinião, embora, em princípio, reconheça ter havido uma certa dispersão do movimento, devido à multiplicidade de problemas que ele passou a avocar a si. Deve-se levar em conta, entretanto, no estudo dessa dispersão, que a gestão de Serra coincidiu com um dos períodos mais agitados, social e politicamente, da história do país, durante o qual os acontecimentos se sucediam com uma rapidez que exigia respostas igualmente prontas e nem sempre muito elaboradas. Não havia tempo para análise e autocríticas minuciosas. A época de fundamentações e preparativos teóricos estava ultrapassada. A hora era de ação. A luta político-ideológica atingia o seu auge, com os próprios setores progressistas se batendo entre si com uma intensidade quase tão violenta quanto a que caracterizava o combate principal, entre a reação e o progresso. No movimento estudantil, a luta intensa também ocasionava divisões: ao mesmo tempo que se lançava a palavra de ordem “Legalidade com Jango”, um setor universitário se integrava na tendência pró-resistência armada de Leonel Brizola.

Toda essa ebulição política, com sua carga de divisões internas e provocações golpistas, não impediu que a UNE promovesse iniciativas bastante positivas, principalmente no que tange à politização. Os estudantes tomavam consciência da realidade nacional e se aproximavam do povo, ao participar, por exemplo, com destaque, da campanha nacional de alfabetização de adultos, conforme o método do professor pernambucano Paulo Freire. E a UNE canalizava energias para a participação, em massa, nas campanhas sanitárias de erradicação de doenças no campo, levadas a efeito pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais do Ministério da Saúde, sob a lúcida orientação do ministro Wilson Fadul. Tais campanhas propiciavam contatos mais estreitos entre os universitários e as populações rurais – o estudante via, afinal, o campo – de que tanto falava e ouvia falar nos comícios –, sobretudo nos Estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, sendo que, neste último, o governo inovador e progressista de Miguel Arraes favorecia, ao máximo, a integração estudantil-camponesa. Enquanto isso, nos centros urbanos, o Centro Popular de Cultura (CPC) da UNE levava às favelas e subúrbios um teatro de esclarecimento, protesto e denúncia no qual a juventude des-

cobria nova trincheira e que se propagaria, alguns anos depois, em São Paulo, nas propostas do Arena e do Oficina, em espetáculos como *Rei da vela* e *Roda viva*, de José Celso Martinez Correia, e *Arena conta Zumbi*, de Augusto Boal, e no Rio, em montagens como *Opinião e Liberdade, liberdade*, do Grupo Opinião, em que se destacaram, entre outros, Ferreira Gullar, João das Neves, Oduvaldo Vianna Filho e Armando Costa – os três últimos, expoentes do CPC.

Fundado por volta de 1961, o CPC da UNE só começou a funcionar, realmente, na parte final da gestão de Aldo Arantes, em 1962, sob a direção cultural do futuro advogado Elycio Medeiros Pires Filho e com a finalidade de se tornar uma empresa da cultura popular nacional. Através da UNE-Volante, o CPC levou sua mensagem cultural a todas as capitais do país, onde plantou, assim, as sementes dos CPCs estaduais, como os de São Paulo, Rio, Pernambuco e da Bahia, foco de onde se irradiou, graças também a isso, o movimento de renovação da música popular brasileira.

Duas correntes predominavam no CPC: a dos radicais, do falecido ator e dramaturgo Oduvaldo Vianna Filho, e a dos moderados, do compositor Carlos Lira. Estes buscavam, por exemplo, a autenticidade dos sambistas, limitando-se a trazê-los para dentro da UNE, no que diferenciava dos radicais, reivindicadores de sambas ideológicos. Em outras palavras: o grupo moderado procurava conscientizar compositores populares como Nelson Cavaquinho, Cartola ou Zé Kéti, e, ao contrário do radical, parava por aí, abstendo-se de influenciar-lhes o processo criador. Isso não invalida, evidentemente, os méritos do grupo mais radical, que conduzia a chama do movimento, achegando-se às torres de marfim do intelectualismo tradicionalista, de onde partiam vespas ferozes para atacar os erros do CPC. Na verdade, este os cometeu, mas – analisados hoje – não poderiam, à época, ter sido evitados.

O maior defeito do CPC era, sim, a contradição entre o cunho empresarial que pretendia assumir e o total despreparo, em termos empresariais, dos seus quadros. Reinava o espírito da improvisação, o que explica, por exemplo, ter o CPC jogado todos os seus recursos financeiros no filme *Cinco vezes favela*, de que foi co-autor um dos seus fundadores, Leon Hirszman, também um dos criadores do Cinema Novo. A precipitação era agravada pela dispersão de esforços: o CPC ainda não se havia consolidado e já se ocupava em criar a Universidade de Cultura Popular, que utilizaria o Correio e as bancas de jornais para melhor le-

var o ensino ao povo e cujas aulas inaugurais seriam dadas, no Rio, pelo deputado federal Leonel Brizola, e, no Recife, pelo governador Miguel Arraes.

No cômputo geral, entretanto, o CPC representa um dado positivo na aquela fase em que a crise nacional caminhava, celeremente, para um desfecho. Num artigo publicado no *Correio da Manhã*, intitulado *Vanguarda e atualidade*, o poeta e crítico Ferreira Gullar fez, possivelmente, a melhor síntese da renovação gerada pelo movimento cultural da UNE: “... Na época, o radicalismo participante do CPC repugnava os doutores da literatura e da arte. Era a barbárie invadindo os salões delicados da cultura nacional. Não obstante, lá estavam os germes do novo cinema político brasileiro, do novo teatro político brasileiro, da nova música popular de protesto, enfim, de todo esse movimento cultural que depois dominaria a atualidade artística do país. E mais: nasceu ali um pensamento cultural novo que, vencendo o radicalismo inicial necessário, aprofunda a visão de uma arte brasileira e ao mesmo tempo universal, ampla em suas colocações filosóficas e inquieta na procura de novos modos expressivos. O movimento de cultura popular foi, sem dúvida, um fenômeno inesperado no processo cultural brasileiro: jovens intelectuais e artistas voltam as costas para os círculos reconhecidos da vida cultural e artística, unem-se aos universitários numa entidade de massa, vão para os sindicatos e as praças públicas buscar o diálogo com o povo e nesse esforço recolocam para si e para os demais os problemas da arte. Pode-se afirmar, sem medo de erro, que com esse caminhar Mallarmé nem Pound jamais sonharam!”

Em suma, o CPC partiu, não sei se consciente ou intuitivamente, de uma verdade proclamada pelo poeta revolucionário cubano José Martí: “ser culto é o único modo de ser livre” (Revista *La America*, Nova Iorque, maio 1884. In *Obras completas*, tomo 8, p. 288-292). Ou seja, é na cultura que se deve basear a libertação de um povo, a construção da sua cidadania. Idéia – defendida por outro grande artista surgido no CPC, Glauber Rocha – que Jango tentou implantar como política cultural e que a UNE (com as bienais de cultura) e o governo Lula tentam, 40 anos depois, resgatar.

O CPC, que já possuía uma editora e uma distribuidora de arte e cultura (a Prodac), não chegaria, contudo, a estreitar o teatro que os estudantes haviam instalado, com paciência e esmero, na sede da UNE. Com o comício-monstro pelas reformas de base, entre cujos organiza-

dores estavam a UNE, a UME, a Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundários), a Ames (Associação Metropolitana dos Estudantes Secundários) e os diretórios acadêmicos de diversas faculdades, o Brasil entrara, em 13 de março de 1964, num de seus períodos de desenlace. Dentro em pouco, soaria o gongo para encerrar mais um *round* da luta pela emancipação e democratização nacionais.

Os estudantes, conforme a tradição brasileira, não poderiam faltar no ringue. De fato, delegações estudantis de todos os estados se encontravam, lado a lado com as representações operárias e sindicais, entre as 200 mil pessoas que se comprimiam defronte à Estação Dom Pedro II, apoiando o presidente que acabava de lhes anunciar a assinatura de dois decretos da maior importância: um declarava de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras inaproveitadas às margens de eixos rodoviários, leitos de ferrovias e açudes públicos federais e das áreas beneficiadas por obras de saneamento da União, constituindo o primeiro passo para a concretização da reforma agrária, apesar de não abranger, segundo opiniões emitidas por técnicos e estudiosos, nem 10% das glebas inaproveitadas do país; o outro encampava as refinarias particulares de petróleo, fortalecendo o monopólio estatal.

No comício em que José Serra, o líder dos estudantes, fora um dos oradores, o presidente Goulart ferira, ao mesmo tempo, os dois demônios que presidem a missa negra do subdesenvolvimento latino-americano, os monstros cuja sobrevivência exige o holocausto de todo um continente: o latifúndio, ostensivo nas vastidões improdutivas, e o imperialismo, mal disfarçado nos vértices dos organogramas das refinarias petrolíferas privadas. Os ferimentos, contudo, não haviam sido mortais. Era lícito e razoável, portanto, esperar o revide das feras ensanguentadas e preparar-se para enfrentá-las no combate que teria de ser decisivo. Os estudantes também deviam estar a postos.

A reação não tardou: pelo Congresso e pela imprensa, o latifúndio e o imperialismo denunciaram os decretos como “comunizantes”; os proprietários urbanos, por seu turno, consideraram “ilegal e inconstitucional” o decreto que, no dia seguinte ao do comício, regulamentara, conforme a justificativa de Goulart, “o preço extorsivo dos apartamentos e rendas das residências desocupadas, preços que chegam a afrontar o povo e o Brasil, oferecidos até mediante o pagamento em dólares”; o governador de São Paulo, Ademar de Barros, anunciou que tinha homens armados à sua disposição e garantiu que “o estado está preparado e vigilante para con-

ter quaisquer ameaças, pois os brasileiros aqui radicados não aceitarão regimes escravocratas”. A seguir, num vertiginoso crescendo, os fazendeiros se disseram “dispostos a matar e a morrer”, se os “comunistas” comessem a invadir as terras desapropriadas, e manifestaram sua repulsa pelo comício, “a mais absurda e irrefletida provocação”, de acordo com a “tática comunista para assumir o governo”.

O anticomunismo se tornava, cada vez mais, a tática propagandística dos senhores que sentiam ameaçados os seus feudos, e se acentuava a exploração política da fé religiosa das massas humildes. Empregadas domésticas e populares esfarpados eram levados frente às câmaras de televisão para se pronunciarem contra as “reformas comunistas”. Rosários de há muito não rezados eram empunhados pelas senhoras da sociedade no combate à desapropriação de terras. De nada valiam as manifestações reformistas dos setores mais progressistas do clero. Apenas serviam para que o obscurantismo denunciasse a infiltração comunista também nas igrejas. Nem adiantava apelar para as citações das encíclicas *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*, do papa João XXIII. Como seria por demais inverossímil acusar o papa de comunista – o que não impediu, todavia, as insinuações nesse sentido –, os porta-vozes da reação passaram a sustentar que as encíclicas tinham sido mal interpretadas. “Não era isso que o papa queria dizer” – salientavam eles. Um padre paulista, o senador Calazans, foi mais longe, ao garantir que Deus era contra as reformas, durante uma das “Marchas da família com Deus pela liberdade”, tipo de manifestação em que se havia cristalizado a campanha antireformista às claras. Digo *às claras*, porque outra, secreta e a portas fechadas, se sucedia nas conferências mantidas por autoridades militares e pelos governadores dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Guanabara e Paraná.

Só faltava aos conspiradores a chancela oficial norte-americana, que veio quando o Departamento de Estado divulgou comunicado que acusava Goulart de “não colaborar com medidas mais efetivas contra o regime de Fidel Castro” e de “tolerar a infiltração comunista em setores do governo”. O comunicado, lido ante a Comissão de Assuntos Externos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, foi logo interpretado nos seus devidos termos pela imprensa norte-americana, que, menos sutilmente, aconselhou os militares conservadores do Brasil a darem um “golpe de Estado à velha maneira sul-americana”. Como essa espécie de comunicado sempre antecederse, no máximo de uma se-

mana, os golpes de força na América Latina, os estudantes passaram a se perguntar, em meio a uma certa estupefação: “Será que isso ainda vigora para o Brasil?” Pois, com bastante lirismo, haviam encarado como episódios distantes da realidade brasileira as quarteladas sofridas, em 1962, na Argentina, por Frondizi, e, pouco antes, por Arosemena, no Equador.

Os estudantes compartilhavam essa visão romântica com outros setores nacionalistas e progressistas, como os marinheiros e fuzileiros navais que se declararam em assembleia permanente na sede do Sindicato dos Metalúrgicos, no Rio. No dia 28 de março, os Diretórios Acadêmicos das Faculdades Nacionais de Direito (Caco) e Filosofia da Universidade do Brasil e de Sociologia da PUC, bem como a Ames, lançaram, simultaneamente, manifestos de apoio àqueles militares, “na luta que travam pela obtenção dos direitos comuns que lhes são vedados pelo estatuto arcaico da Marinha e por artigos ultrapassados da Constituição de 1946, assim como pela efetivação das transformações estruturais que se tornam necessárias à sociedade brasileira e pela afirmação da mensagem presidencial”.

A partir daí, a confusão foi geral até 31 de março, quando o governador Magalhães Pinto, de Minas, se declarou em estado de rebelião contra o governo federal, logo apoiado pelos governadores de São Paulo, Guanabara, Paraná e Rio Grande do Sul. Os estudantes ainda tiveram o mérito de, não tão confiantes no propalado “esquema militar do general Assis Brasil”, exigir do governo armas para a resistência, especialmente nas Faculdades Nacionais de Direito e Filosofia. Como as armas não viessem, a juventude ocorreu às ruas, em 1º de abril, participando, majoritariamente, de manifestações antigolpistas, como na Cinelândia, no Rio. Já habituados à idéia de que o Exército seria o garantidor das reformas exigidas pela estrutura arcaica do país, os estudantes custaram a perceber que os tanques se haviam voltado contra eles. Um panfleto distribuído à porta do Clube Militar anunciara a chegada de tropas na Cinelândia e isso bastava para que a mocidade se considerasse protegida. No acontamento próprio da época, ninguém lera a íntegra do texto, que falava, também, na “defesa da propriedade privada”, no “perigo vermelho”, na “família ocidental-cristã ameaçada” e noutras coisas semelhantes.

O engano só foi constatado quando partiram os primeiros tiros das janelas do Clube Militar. E, pouco adiante, com a depredação e incên-

dio do troféu arrebatado, mais de 20 anos antes, ao nazistas, a sede da UNE, cujo presidente, José Serra, teve de pedir asilo à Embaixada do Chile, para escapar à repressão policial-militar desencadeada contra toda a liderança estudantil.

E a UNE, que a nova ordem pretendia haver dissolvido, sofreu, assim, o segundo desfecho de sua história, sendo obrigada, daí em diante, a cumprir o duro estágio da clandestinidade, de onde continuaria, apesar de tudo, a liderar o movimento estudantil. Porque uma das primeiras medidas do governo militar foi propor ao Congresso a extinção da UNE, consumada pela Lei n. 4464.

CAPÍTULO IX

FNFI, ESCALÃO AVANÇADO DOS ESTUDANTES

OU DEUS E O DIABO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL

Durante o período que vai de 1960 a 1964, a Faculdade Nacional de Filosofia demonstrou ser uma espécie de escalão avançado do movimento estudantil como um todo. Assim, na fase em que este florescia, ela despontava como a mais séria e politizada de todas as faculdades brasileiras. Natural, portanto, que se fizesse sentir de forma mais agônica o fim daquele período da história do Brasil no velho prédio de mau gosto fascista da Av. Presidente Antônio Carlos, no Rio, quando se verificou o colapso global causado pelo golpe de abril.

Por muito tempo, a Nacional de Filosofia fora uma entre muitas faculdades, sem que a discussão política chegasse a empolgá-la. Podia-se até mesmo acreditar que seria apenas uma produtora de “professoreszinhos”, que sairiam da faculdade, com vinte e poucos anos, para lecionar num colégio de onde só tomariam o rumo da aposentadoria tranqüila. A exceção a esse tipo deveria ser o pesquisador de cabelos imundos, mal-educado e com o guarda-pó rasgado, que passaria a vida entre tubos de ensaio ou documentos velhos, para terminar publicando, como a maioria dos catedráticos ainda encontrados resmungando pelos corredores da faculdade, pequenas e sofisticadas monografias, lidas pelos parentes, por cortesia, pelos assistentes, por bajulação, e pelos alunos, por obrigação.

Contudo, o caráter universal do ensino, dentro da Faculdade Nacional de Filosofia, levava o intercâmbio cultural entre os estudantes ao mais elevado nível na estrutura universitária brasileira, uma vez que um estudante de Física podia conversar, diariamente, com um colega

de Geografia ou de Letras Clássicas, ao mesmo tempo que um aluno de História podia esclarecer dúvidas com um colega de Astronomia. Essa facilidade na troca de informações, que não se verificava em outras faculdades – quase sempre ilhadas no estudo específico –, fez com que os estudantes da FNFi compreendessem, mais rapidamente do que os outros, que viviam um anacronismo coletivo. O estudante de Geografia logo entendeu que de pouco lhe adiantava lutar por mapas para o seu curso, pois o de Física nada tinha e o de Química tudo pedia. Nos corredores da faculdade, os alunos descobriram que não era o seu curso em particular que não funcionava. Tratava-se da faculdade, como um todo, que carecia dos meios mais elementares para ensinar, privação somada a uma incompetência metida a besta da parte dos professores, salvos, evidentemente, por honrosas exceções.

Na FNFi, onde, por definição, se deveria ensinar de tudo, os estudantes encontraram nos seus professores – alguns deles até mesmo com capacidade – o retrato vivo daquilo que não pretendiam ser: funcionários públicos nível ninguém sabe quanto, categoria não interessa qual e, em suma – o que se sabe e interessa –, burocratas da cultura. A maioria do corpo docente da FNFi, como a de quase todas as faculdades e universidades brasileiras, começou a sentir, com o passar dos anos, manifestações alérgicas a livros novos. Isso não significa que não lessem mais; eles liam e muito, mas, infelizmente, os mesmos livros que haviam lido 20 anos atrás.

Contra essa situação colocaram-se, de imediato, os alunos. E aí está um dado indispensável para a compreensão do movimento estudantil: os estudantes se unem, acima de tudo, pela universidade. Para onde seguem depois é outro problema, inteligível, inclusive, à luz da interconexão existente entre a universidade e uma estrutura maior.

Dessa forma, ao verificarem que existia uma grande diferença entre a universidade desejada no vestibular e a repartição encontrada no primeiro ano, os jovens se organizaram e começaram a pleitear melhorias para as condições de estudo. Nessa fase, encontraram alguns professores, quase todos integrantes do grupo que serve de exceção ao falso saber da cátedra, que viam a universidade do mesmo modo que eles, pois lá pretendiam, por seu turno, ensinar, sem ter como. Desse diálogo com professores sérios – e pode-se desafiar os detraídos do movimento estudantil a apresentarem um caso de falta de respeito a estes, coisa nunca verificada, pois, via de regra, os estudan-

tes só faltam ao respeito com quem não o tem – surgiu a constatação de que a universidade não estava condenada à dominação pela incompetência. Era preciso, no entanto, como primeiro passo para fugir a tal condenação, livrá-la dos professores-escriturários (sem que nisso vá, evidentemente, qualquer desdouro à profissão de escritor, quando exercida com sentido profissional), os quais, se furtando ao confronto da capacidade, se haviam especializado em técnica administrativa e – como verdadeiros cupins – passado a controlar e a corroer a estrutura funcional da universidade.

Em todas as universidades do país e, sobretudo, na Faculdade Nacional de Filosofia, compreendeu-se que a crise universitária não era, exclusivamente, uma exigência básica da situação brasileira, da mesma forma que não se tratava de uma crise imutável. Existiam os que queriam aprender e relativas possibilidades de fazê-lo (dado muito importante, se levarmos em conta que, ainda hoje, nem todos os países podem dar aos seus filhos a perspectiva de se formarem dentro de suas fronteiras). O obstáculo imediatamente anteposto a isso era um grupo de burocratas incompetentes, que, controlando a máquina administrativa da universidade, pretendiam lutar – através dos meios mais sórdidos, se preciso fosse – pela manutenção dos seus empregos.

Para que não se suponha que esta análise esteja eivada da emocionalidade de alguns depoimentos ouvidos, vale lembrar alguns fatos ocorridos na FNFi: 1) Um catedrático de História Natural, na primeira aula do curso, fornecia aos seus alunos – numa universidade, repetimos – a lista do material que deveriam levar para as aulas: “Um caderno de capa verde para os pontos, outro de capa vermelha para os deveres, lápis, borracha, apontador e um estojo *Pelicano* para desenhos”; 2) Em outra ocasião, um aluno do curso de História recebeu de volta seu estágio de História Antiga, com a seguinte anotação da funcionária que desempenhava as funções de assistente do catedrático: “O trabalho está bom, mas o aluno não deve supor que eu não tenha descoberto o uso do raciocínio dialético na sua argumentação” (é claro que essa senhora se perdeu numa universidade, pois deveria estar trabalhando na polícia); 3) Outra pobre moça, recém-promovida a assistente da mesma cadeira, iniciou sua primeira aula esclarecendo que “você (os alunos) devem saber que eu aqui sou a representante do professor e, portanto, devem ter consciência do lugar que lhes cabe”. Este último fato já ocorreu depois do golpe militar de 1964, mas

mostra, de qualquer forma, que tipo de relacionamento ainda se procurava obter com alunos que, dentro de poucos anos, de acordo com a hierarquia universitária, estariam em condições de igualdade com seus professores. E a gravidade de ocorrências desse tipo é ainda maior, se observarmos que a mesma pobre moça, que exigia os alunos colocados no “lugar que lhes cabe”, não estava no seu, pois, durante uma aula, afirmou, alto e bom som, que recentes escavações, realizadas em Viena, haviam permitido a descoberta de um dedo da Vitória de Samotrácia – que não tem braços e, sim, asas.

Poderíamos continuar, indefinidamente, a exhibir, ante os olhos possivelmente arregalados dos leitores, pequenos *flashes* da mediocridade reinante no corpo docente da universidade brasileira. Achamos preferível, entretanto, numa outra cena, focalizar, em plena atividade “educacional”, um dos canastrões do nosso ensino: o sr. Eremildo Viana. Dando andamento a uma de suas famosas “caças às bruxas”, ele parte de um tema que lhe é muito caro – o sexo – para exhibir, na sala da Congregação, um relatório que condena vários inimigos seus. A certa altura, quando é proposta a votação do libelo “no escuro”, o professor Alceu Amoroso Lima levanta uma questão de ordem, para esclarecer que não podia votar algo que não lera... O insigne mestre é interrompido, então, por uma catedrática que, aos gritinhos, brada: “Eu não quero ler indecências. Por mim, o relatório está aprovado”. O tempo se encarregaria, no entanto, de provar que a indecência estava no relatório e nas acusações de Eremildo Viana, e nunca na conduta pessoal das pessoas que ele procurava, covardemente, atingir.

Contra a situação denunciada por esses *flashes* – em cuja apreensão Eremildo Viana tão simbolicamente interveio, num autêntico *happy-end* às avessas – mobilizaram-se, a partir de 1960, os estudantes da Faculdade Nacional de Filosofia. À frente da mobilização se encontrava um grupo de jovens da maior capacidade intelectual e o ponto inicial da empreitada era a conquista do Diretório Acadêmico, até então controlado por estudantes que acreditavam, honestamente, resolver os problemas do corpo discente com a instalação de uma mesa de pingue-pongue num salão. Eram estes últimos estudantes sérios, mas sem nenhuma compreensão do problema vital da universidade, eleitos numa época em que seus colegas também ainda não o enxergavam com absoluta clareza. Com o surgimento desta clareza, eles teriam, forçosamente, de ser batidos – como o foram – nas

eleições, sobretudo porque cometeram o erro político de ver, na necessidade da reforma estrutural da faculdade, a encarnação dos seus inimigos políticos, em vez de compreenderem que tal reforma já constituía o desejo coletivo do corpo discente.

Sintomaticamente, a conquista do Diretório Acadêmico coincidia com a fermentação universitária que levaria à greve de um terço, campanha de causas justas, encaminhamento suicida e consequências funestas, já analisada no capítulo anterior.

Uma das primeiras providências do diretório recém-eleito, encaixado pelo estudante Enylton de Sá Rego, foi dar maior cobertura a qualquer movimento interno pela melhoria das condições de ensino. Quando isso não era conseguido por intermédio de um acordo com a direção da faculdade, o diretório procurava obtê-lo pelos seus próprios meios. Graças a essa política, foram dinamizados os centros de estudo e se criou o curso pré-vestibular, destinado a preparar os estudantes para os exames de acesso à universidade, cobrando mensalidades baixas e oferecendo um elevado padrão de ensino. A organização do chamado “pré” propiciava, além do mais, aos universitários, uma oportunidade prática de transmitirem o que estudavam. Não é de causar espanto, por isso, que uma das primeiras providências tomadas pelas autoridades de abril de 1964, na FNFi, tenha sido, além do fechamento do Diretório Acadêmico, a proibição do funcionamento do pré-vestibular. Numa faculdade de Filosofia, onde, teoricamente, se deve ensinar outros a ensinar, passou-se, assim, a considerar “subversivo” um curso preparatório dado pelos alunos.

Mas, voltando à conquista do Diretório Acadêmico pelo grupo de Enylton de Sá Rego, é preciso notar que a justeza das posições lançadas anteriormente à vitória eleitoral fez com que, durante um longo período, a Faculdade Nacional de Filosofia fosse majoritária na maior parte das manifestações estudantis. Este dado, que é visto pelos fariseus como uma prova de que a faculdade estava minada pelos “lobos comunistas”, mostra, claramente, que havia um engajamento global dentro da instituição, impossível de ser obtido tanto pela fúria dos lobos quanto – como se pretendeu depois – pela força das baionetas. Tal engajamento, aliás, continuou a preocupar as autoridades, que transferiram o desmembramento do curso de Ciências Sociais, transferindo-o para o Instituto de Ciências Sociais, em mais uma tentativa de despolitizar a FNFi. Incorreram elas no mesmo erro daqueles que in-

terpretaram a eleição de Enylton para o Diretório como resultado de um *putsch* estudantil, durante o qual um grupo de estudantes esquivistas se teria apossado da entidade do corpo discente da faculdade. Nada mais falho. Aquela vitória fora, isto sim, o coroamento de um trabalho paciente e, sobretudo, honesto, de dezenas de estudantes, conscientes não só da realidade estudantil, como também de sua generosa e sofrida mãe, a realidade brasileira.

No dia em que o novo diretório assumiu suas funções, se iniciou a fase dourada da FNFi. Naquele momento, os estudantes de esquerda, inclusive os comunistas, passaram a constituir, nas devidas proporções, poder. Chegava ao auge o processo que fizera da FNFi o escalão avançado do movimento estudantil. O diretório, eleito por grande maioria, tornou-se, sem força de expressão, a segunda casa dos alunos. A faculdade, antes deserta nos intervalos dos turnos, parecia-se com um mercado persa. Sucediavam-se cursos, conferências, sessões de cinema de arte (entre elas, a exibição do *Encouraçado Potemkin*, de Serguei Eisenstein, que gerou um IPM – Inquérito Policial-Militar – e deveria, portanto, ser focalizada, mais detidamente, num livro de humorismo), espetáculos de teatro, seminários e até mesmo ciclos de estudo de política internacional.

Em suma: em poucos meses, esta nova Faculdade Nacional de Filosofia abandonava sua função de “escola para menininhas da Zona Norte” (pois, as da Zona Sul, segundo os criadores desse refão, cursavam a PUC) e passava à cena como a casa onde os mais importantes e discutidos nomes da cultura internacional se comunicariam com a juventude brasileira.

Nessa nova faculdade, um dos primeiros tabus destruídos foi o da existência de cursos somente diurnos. Representava ele um dos abismos mais sacrossantos da universidade brasileira, pois, se grande parte dos estudantes da segunda fase do ciclo secundário frequentava aulas à noite, por trabalhar de dia, não fazia sentido que só pudesse cursar as universidades durante o dia, obrigada a optar ante o subdesenvolvido dilema do “estudar ou trabalhar”. Em poucos meses de mobilização do novo diretório, a diretoria da Universidade do Brasil não dispunha de outro recurso senão ceder e criar um curso noturno na faculdade.

Outra grande bandeira da gestão de Enylton de Sá Rego foi a do critério classificatório para o preenchimento integral das vagas, em

substituição ao anterior, mediante o qual, após um sistema “apuradíssimo” de seleção, metade das cadeiras pagas pelo contribuinte para receberem estudantes permanecia vazia.

Tais mudanças renovadoras, não seria necessário dizer, acabaram exatamente no dia 1º de abril de 1964. E se as modificações sofridas pela Faculdade Nacional de Filosofia não foram notadas no bojo das terríveis alterações verificadas no Brasil daquele ano, isso se deve não só à fatura de notícias na ocasião, como ao fato de ter a FNFi ficado, de certa forma, estigmatizada. O estigma colocado à porta da instituição pelos seus detratores era uma consequência da necessidade de desmoralizá-la e de apresentá-la ao país como um covil de víboras vermelhas, que punha em risco a pureza da sociedade e a castidade do seu pensamento. Urgia, especialmente, desmoralizar a experiência, apesar da dificuldade em destruir um feito cujos resultados, do ponto de vista universitário, se faziam demasiado palpáveis.

Acabou-se, assim, com o pré-vestibular, porque a faculdade estava “controlada pelos comunistas”. Extinguíu-se o curso noturno, devido à existência dos “comunistas” na faculdade. Revogou-se o critério classificatório, para reprimir o “perigo vermelho”. Dissolveu-se o diretório, a fim de eliminar “agentes do credo alienígena”. E mais houve-se por destruir, mais comunistas haveria para a correspondente justificativa.

Este capítulo poderia ser encerrado aqui e o autor se sentiria satisfeito por ter mostrado a pujança daqueles jovens que provaram quanto benfazejo é, para uma universidade, receber o sopro renovador que os alunos trazem, a cada ano, para os seus corredores. Uma das preocupações do presente trabalho é, contudo, mostrar como os estudantes, ao mesmo tempo em que estão, geralmente, à frente das mais justas aspirações da nação, são derrotados em algumas campanhas, como se estivessem defendendo a mais ingloria das causas. Felizmente, a experiência demonstra que a história do Brasil faz justiça aos estudantes, apesar das derrotas eventuais, dezenas de anos depois, quando eles vêem vencedoras suas campanhas de faculdade. Com exceção dos “fariseus” arrendidos, que consomem a vida renegando arrebolos da adolescência, poucas são as pessoas, nesta terra, que não se orgulham, na maturidade, de ver triunfarem as lutas em que se empenharam na juventude – e, infelizmente, só nela.

Se, nesse contexto, a Faculdade Nacional de Filosofia pode ser

tomada como exemplo da precisão e da dignidade do estudante em luta, ela também é, não obstante, uma amostra da sua imaturidade política, da sua ingenuidade analítica e, sobretudo, da superestimação com que ele mede, muitas vezes, a força do seu movimento e a sua própria.

O quadro das fraquezas da FNFi se esboça, assim, quase simultaneamente ao das suas grandezas. E a sua primeira pincelada foi dada logo no começo do ano letivo de 1963. Nessa época, ser da FNFi era, em síntese, ser “bem” em matéria de universidade – e, nela, era moda ser de esquerda e estar com o diretório. Ora, se é verdade que o apoio a este se devia, principalmente, à justeza de suas posições, não é menos certo que a adoção de um pensamento de esquerda implica uma série de julgamentos bem mais profundos do que os necessários, estritamente, para apoiar ou não uma entidade de representação.

Por isso, no momento em que se confundiu, na faculdade, o apoio ao diretório com uma posição esquerdista, inflacionou-se a esquerda e se baralhou o esquema de forças políticas existente. Este, o primeiro erro de análise e, talvez, o mais catastrófico, por ser o mais generalizado. A partir dele, os analistas lúcidos e frios – que almejavam uma FNFi atuante politicamente, mas, sobretudo, dinamizada universitariamente, para que pudesse dar, apesar de tudo, uma contribuição para o Brasil da época, no sentido de modificar a estrutura do nosso ensino – perderam o controle da situação. De um momento para o outro, a FNFi se transformara na faculdade com a mais alta percentagem de socialistas em quase toda a América Latina. Em menos de seis meses, jovens de 20 e poucos anos, recém-egressos de suas leituras machadianas, davam por absorvidos, com uma superficialidade que chegava a ser comovente, os textos de Marx e Engels.

Iniciou-se, assim, uma espécie de delírio coletivo, que levava muitos estudantes a caírem vítimas de uma outra forma do mal que combatiam. Na luta pelo extermínio da alienação burguesa, eram acometidos da chamada “doença infantil” – o esquerdismo. Para a maioria dos jovens que cursavam a FNFi nos últimos meses de 1963, estudar passou a ser um “desvio pequeno-burguês”, pois a cultura estava morta e a faculdade representava um monumento do latifúndio. Era preciso derrubar tudo, fazer a revolução e, só então, recomeçar. Esqueciam-se de que uma das coisas que realmente importavam era que estudassem e ignoravam que, para o país, para a história e para a revolução que desejavam, um professor formado seja, talvez, mais im-

portante do que um lutador estudantil jubilado.

Centenas de estudantes viram-se, dessa forma, prontos para fazer algo de grandioso pelo Brasil, onde não existiam, infelizmente, condições suficientes para que se fizesse tudo o que pretendiam. Diante dessa defasagem entre os alunos da FNFi e os demais setores progressistas, tinha de ocorrer, inapelavelmente, uma sobra de energias revolucionárias, que redundaram no surgimento de lutas políticas em forma de círculo vicioso. Lutas por nada, pelo simples desejo de lutar, de derrotar alguém e mostrar ao mundo que a FNFi era forte e que com ela ninguém brincava.

Começaram a aparecer, a partir daí, na faculdade onde houvera uma coesão e uma lucidez políticas quase nunca antes verificadas, os primeiros problemas internos ao movimento. A demonstração disso se evidenciou quando do lançamento da candidatura de Enylton de Sá Rego à presidência da UME, contra a candidatura, aceitável, de grupo mais moderado. A conciliação, que manteria a unidade do movimento estudantil no estado, foi rejeitada por pressão da FNFi e da sua força, já então alucinógena, e sobreveio o rompimento, para que a disputa eleitoral se desse ao nível de politização em que se encontrava a Filosofia e não naquele em que estava a média dos eleitores. Naturalmente, Enylton perdeu de muito, o que constituiu um fracasso político do grupo da FNFi.

Outro equívoco político da maior gravidade – e, sem dúvida, o que mais caro custou aos estudantes – foi a luta que terminou com a derrubada do então diretor da faculdade, Eremildo Luís Viana, em nome do estabelecimento do diálogo “direção-alunos”.

O sr. Eremildo Luís Viana, num país onde houvesse maior preocupação com a juventude, nunca teria chegado sequer a bedel, mas, para derrubá-lo, os estudantes precisaram exaurir suas forças, quando todo esse esforço poderia ter sido empregado de maneira mais útil, a favor da própria universidade. Afinal, é bastante discutível a hipótese de que a designação para diretor do professor Faria Góis – mais honrada do que o sr. Viana, mas da mesma incompetência – tenha beneficiado a faculdade.

A derrubada de Eremildo Viana foi decidida numa reunião de que participaram 42 pessoas, das quais só duas se manifestaram contra – ainda que não estivessem, por isso, a favor de sua permanência no cargo, mas, sobretudo, por não acharem justo, naquele momento, lu-

tar por objetivo tão difícil e tão caro. Após a reunião, deflagrou-se, na faculdade, uma guerra que não seria aplacada nem mesmo com a declaração do sr. Viana de que “seria o primeiro reitor socialista do Brasil”, conforme declarou a um estudante que, depois, no entender do ex-diretor, poderia ser um terrível mentiroso, mas que, naquela época, era, antes de mais nada, um poderoso articulador.

Durante a “guerra”, Eremildo Viana lambeu os capachos do gabinete do ministro da Educação, procurou seus amigos no governo, tentou firmar acordos – usou, enfim, de todas as formas de entendimento possíveis. Chegou, inclusive, a forjar uma lista tríplice a ser submetida ao presidente da República, na qual o único nome válido era o seu próprio, pois, dos outros dois professores indicados, um agonizava numa casa de saúde e o segundo não aceitava o cargo, por já se encontrar na direção de outra faculdade. Por isso mesmo, a lista teve de ser devolvida pela Presidência da República, elaborando-se uma outra, na qual entrou o nome do professor Faria Góis.

A luta para a devolução da primeira lista custou tantas energias aos estudantes, que o sr. Faria Góis, ao surgir na segunda, passou a constituir uma solução, não pelas suas qualidades, mas pelo fato de acabar com a batalha. Assim, o novo diretor se comprometeu a cumprir algumas das condições estabelecidas pelos estudantes, enquanto estes, com a certeza de que seriam traídos três vezes antes do sol raiar, puderam ensarilhar as armas com honra, mas sem forças. De fato, a passagem de Faria Góis pela direção da FNFi pode ser classificada de lamentável e, talvez, o tenha sido sobretudo para ele, que nunca deveria ter saído do anonimato da sua enferrujada cátedra.

Àquelas alturas, exauridos pelas batalhas de importância estratégica secundária em que se haviam metido, os jovens da FNFi passaram a ser alvo das provocações sistemáticas de um pequeno grupo de fascistas (muitos dos quais, terminados seus cursos, foram, na ditadura, trabalhar em repartições policiais). A maior delas foi engendrada com a ajuda de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, que pretendeu parafinizar uma turma ilegal de diplomandos e se viu, respeitosamente, barrado na porta da faculdade, invadida pelos estudantes e protegida por barricadas. Contudo, para repelir essa provocação, os estudantes já não possuíam força suficiente, sendo obrigados a recorrer ao Exército, que cercou o prédio e mandou o sr. Lacerda ir provocar em outra freguesia.

Nessa época, a faculdade, no jargão estudantil, já se achava “rachada”. Já tinha saído da moda *ser apenas* de esquerda. Num processo de remotas semelhanças com a Revolução Cultural chinesa, o grau de radicalização chegara a um ponto em que era preciso providenciar, imediatamente, uma revolução, para que nela se engajassem os FNFi. E não era por acaso que a discussão mais apaixonante do momento vinha a ser o desenvolvimento das divergências entre a China e a União Soviética. A parte mais ágil da esquerda havia perdido o rumo e considerava como “direitistas reacionários” todos aqueles que pretendessem, ainda que sem prejuízo da participação política, estudar. A esse tempo, os detratores da FNFi ganharam, também, o seu arauto, Eremildo Viana, que mudara o eixo da sua peregrinação pelos gabinetes e lambias, então, os capachos do Palácio Guanabara.

Em princípios de 1964, a FNFi, extenuada e dividida pela falta de lucidez do seu diretório, vivia, como fera acuada, os derradeiros dias daquela fase. A última ação de que se ouviu falar no velho prédio da Presidente Antônio Carlos, no período goulartiano, foi a tentativa, sonhadora e romântica, de enfrentar o golpe militar, numa luta em que a única arma seria uma pistola e na qual o único disparo, acidental, causou a morte de um jovem estudante que pouco tinha a ver com tudo aquilo. Nessa luta desesperada e impossível, gerada pela falsa impressão de que toda uma conspiração, longamente urdida, poderia render-se aos pés de um grupo de jovens corajosos e inexperientes, parece estar toda a glória e a grandeza da FNFi, naquilo que ela tinha de mais puro – aquele sentimento de que “nós faremos algo, mesmo que ninguém o faça, pelo simples motivo de que é necessário fazer”. Entretanto, aí reside, também, toda a desgraça causada pela inexperiência e ingenuidade políticas. O estudante morto pelo disparo acidental de 1ª de abril simboliza, assim, não só a idéia de que é preciso fazer alguma coisa, mas, igualmente, a advertência de que é preciso fazer o que é certo, e no momento oportuno. Antes de concluir este capítulo – se porventura se estendeu demais sobre uma escola em particular, isso se deveu à riqueza de experiências que ela encerrou, para o bem e para o mal, pelo sim e pelo não –, é de alguma importância lembrar que, entre as primeiras medidas resultantes do golpe de abril, estava a expulsão, por “insubordinação e indisciplina”, de 19 estudantes da FNFi, a quem dedico esta parte deste livro.

Cabe lembrar que, a exemplo de outras faculdades e das academias militares, a FNFi está inscrita entre aqueles celeiros de jo-

vens que muito deram pela grandeza do nosso país.

Aqueles 19 expulsos, numa autêntica peregrinação, se espalharam pelo mundo. Muitos deles estudaram com grandes nomes da cultura universal, enquanto outros lecionavam dentro deste imenso Brasil. De qualquer forma, a eles caberia, em essência, a última palavra no julgamento da FNFi. Uma coisa é certa, no entanto: nenhum dos 19 pretendeu voltar à faculdade e um deles, encontrando-se com um professor num coquetel de Embaixada (onde, aliás, era muito mais fácil deparar com catedráticos do que nas salas de aula), ao saber que poderia vir a ser anistiado, tranquilizou o mestre, afirmando: “Não tema, meu caro professor. Do jeito que está aquela faculdade, só volto se me derem um alto salário. De graça, não me interessa”.

Não obstante, 35 anos depois, em novembro de 1999, por posta do futuro reitor Aloísio Teixeira ao Conselho da UFRJ, os 19 (dois deles já mortos) foram anistiados, numa homenagem simbólica. Entre eles, a filóloga e sambista Rachel Valença, Victória Grabois, diretora do Grupo Tortura Nunca Mais, o escritor e jornalista Elio Gaspari e o ex-presidente do Diretório Enyilton de Sá Rego, então professor de Filosofia no Texas (*Journal do Brasil*, 13 nov. 1999, 1ª cad., p. 20).

CAPÍTULO X

O REGIME CONTRA OS ESTUDANTES

DA REPRESSÃO POLICIAL-MILITAR À INTERVENÇÃO
NORTE-AMERICANA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A história da UNE e do movimento estudantil se confunde, a partir de 1964, com a história da repressão às liberdades e da intervenção estrangeira no Brasil. De um lado, a Lei Suplicy de Lacerda. De outro, o Acordo MEC-Usaid. Os estudantes, que vinham de conquistas como a duplicação de vagas na Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro) – para isso, o presidente Goulart liberara, em 10 de março de 1964, uma verba de dois bilhões de cruzeiros –, passaram, automaticamente, à condição de elementos de alta periculosidade para a segurança nacional, aos olhares “eternamente vigilantes” das novas autoridades. Ser estudante equivalia a ser “subversivo”.

A repressão policial-militar sofrida pelos estudantes sob o governo do marechal Castelo Branco, além de tornar difícil a recapitulação de todas as violências contra eles cometidas, produziu um estado de perplexidade numa geração que só conhecia ditadura de ouvir falar ou de ler nos livros. Os estudantes Antônio Noronha Filho e Pedro Meira, do DCE Livre da UFRJ, deixaram explícita essa perplexidade, num depoimento prestado dois anos depois: “... No dia 1^a de abril de 1964, o golpe militar mostrou, instantaneamente, a sua disposição com os estudantes. Destituído o governo legal, a UNE foi invadida, saqueada e queimada num paroxismo de ódio que escapa ao terreno puramente político para cair na esfera psiquiátrica. A ditadura, impondo ao país um curso de desenvolvimento em que todos os aspectos da vida nacio-

nal se subordinam aos interesses de outra nação (conforme o ministro Juraci Magalhães, *o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil*), não poderia deixar de ter seu pensamento quanto à universidade e ao estudantado...” (A verdade do movimento estudantil. *Jornal do Brasil*, 6 nov. 1966).

AREPRESSÃO POLICIAL-MILITAR

O pensamento da ditadura quanto à universidade e aos estudantes se resumia numa “solução”: o “tratamento de choque” – como dizia o sr. Roberto Campos – para “acabar com a subversão”. Tratava-se, como num ritual da Inquisição, de expulsar o demônio da rebelião patriótica daqueles corpos jovens, substituindo-o pelo anjo da subordinação aos interesses antinacionais. Para que esse objetivo geopolítico do “mundo ocidental-cristão” fosse alcançado, e eternizado na celestial “*pax americana*” descrita por Otto Maria Carpeaux, valia tudo: suspender, expulsar, prender e torturar estudantes; demitir professores; invadir faculdades; intervir, policialmente, nas entidades estudantis; proibir qualquer tipo de reunião ou assembléia; acabar com a participação discente nos órgãos colegiados da administração universitária; decretar a ilegalidade da UNE, das uniões estaduais e dos diretórios acadêmicos; destruir a Universidade de Brasília; deter, enfim, o processo de renovação do movimento estudantil e da universidade em nosso país, onde ela começava a se capacitar para o fornecimento dos técnicos, pesquisadores e cientistas indispensáveis a um desenvolvimento nacional independente. Toda essa repressão era favorecida pela indulgência plenária que entre si distribuíam os cruzados do combate ao comunismo.

Carpeaux observou, ao final de um artigo escrito sobre as perseguições aos estudantes e às universidades na Alemanha hitlerista, que o texto se adaptava, *in totum*, à repressão desencadeada, em 1964, no Brasil: “... Todo o corpo discente das universidades passou por um crivo. O fato de ter pertencido a certas associações bastava para suspender grande número de estudantes, por seis meses ou por um ano, prejudicando-os materialmente: a muitos tornou-se impossível a continuação dos estudos. Mas quem se tinha pronunciado contra a brutalidade das botas ou contra a estupidez dos que engraxam as botas teve destino pior: foram expulsos da faculdade,

com proibição de matricular-se em qualquer outra... O ataque aos estudantes não é mero terrorismo individual. Foi o fim da liberdade das próprias universidades, com prejuízo incalculável para a cultura da nação. Feriram-se, na pessoa dos estudantes injustiçados, todos os intelectuais, toda a inteligência do país. Quer-se impedir que os estudantes hoje e os intelectuais amanhã assumam seu papel natural de líderes do povo..." (*O Brasil no espelho do mundo*, p.133).

No Brasil, tais fatos não serão esquecidos. A título de extrato, uma pequena amostra, dos níveis atingidos desde logo pela repressão aos estudantes, podemos folhear, ao acaso, o *Correio da Manhã* daquela época. Vemos, então, por exemplo, na edição de 10 de junho de 1964, que o interventor em Goiás confessava que o padre Jacinto Rosas, o juiz Gonzaga de Castro, dois professores e seis estudantes haviam sido "maltratados fisicamente", após a invasão da Cúria Diocesana de Goiás Velho. No dia seguinte, o mesmo jornal noticiava: "Três estudantes de Porto Alegre foram torturados e seviciados na 6ª Companhia de Polícia do Exército nos últimos dias de março, segundo relato que fizeram em carta aos ministros do Superior Tribunal Militar e ao *Correio da Manhã*. Os estudantes Jorge Fischer Nunes, Djalma Alves de Oliveira e Luis Gomes Moreira foram detidos sob a acusação de distribuírem manifesto contra os bombardeios norte-americanos no Vietnã do Norte e mantidos presos durante 48 dias. Um dos estudantes, Djalma Alves de Oliveira, foi detido dias antes de sua esposa dar à luz uma criança, para ver reconhecida sua inocência 48 dias depois pelo comando do III Exército. O outro, Jorge Fischer, foi mantido sem alimentação e amarrado a uma escada durante cinco dias. Todos foram submetidos a choques elétricos, palmatória e violências individuais, dirigidas pelo próprio comandante da PE, capitão Raul José Ribeiro".

Torturas sofridas no Recife foram denunciadas em carta ao deputado Osvaldo Lima Filho, por detidos em novembro de 1964: Sílvia Lúcia Montarroyos, Jair Borin, Martinho Leal Campos, José Maurílio, Augusto Cirilo, João Zeferino da Silva, Raimundo Correia, Iberê Batista da Costa, Amauri Lins de Melo e Pedro Makowski Clemachuck, estudantes, sendo o último uruguaio, Aimbiré Ferreira de Sá e José Bar tolomeu, jornalistas, Absair Vilanova Rego, professor, e Fernando Costa Pavão, alfaiate. Declararam que, na 2ª Companhia de Guardas, unidade do Exército, sofreram as mais terríveis torturas, vindo Sílvia

Lúcia Montarroyos a enlouquecer. A respeito das torturas infligidas a essa jovem, diz a carta: "Foi queimada várias vezes nos braços e nas coxas, ao ponto de formar-se ferida em sua epiderme. Todas as noites, os seus carcereiros não a deixavam dormir, iluminando seu rosto com flash de lanterna, de meia em meia hora. Foi aí nessa cela que Sílvia veio a enlouquecer" (*Revista Civilização Brasileira*, nº 3, jul. 1965, p. 113).

Em junho de 1964, quando já saíam do país os primeiros asilados, entre os quais estudantes, professores e cientistas, era decretada a prisão preventiva do diretor da Faculdade de Filosofia de Alagoas e libertado, em Fortaleza, depois de longos interrogatórios, o professor de Antropologia da Universidade do Ceará, José Ferreira de Alencar.

Esse flagrante da repressão policial-militar que colhemos ao acaso, em três edições de 1964 do *Correio da Manhã*, se repetiu durante todo o período governamental do marechal Castelo Branco. As autoridades não encontravam outro recurso senão calar os estudantes, para evitar que protestassem contra o que se passava em sua pátria e para impedir que promovessem novas campanhas de alfabetização de adultos, cujos organizadores e participantes eram, então, submetidos aos atribulários Inquéritos Policiais Militares (IPMs).

Em toda essa fase de repressão, há episódios que, pelo seu caráter de irreparabilidade, merecem um tratamento à parte, como a sequência de atentados contra a Universidade de Brasília. Isso porque, de todas as violências e iniquidades praticadas contra os estudantes e contra a cultura pela ditadura, a destruição daquela universidade é das mais irremediáveis, pois a formação de professores, cientistas e técnicos é trabalho que demanda tempo. Nenhum decreto de anistia pode recuperar o que deixou de ser feito.

A DESTRUIÇÃO DA UnB

Para ilustrar a importância que conferimos ao crime praticado com a destruição da Universidade de Brasília, nos permitimos um raciocínio comparativo. Os catedráticos Josué de Castro e Álvaro Vieira Pinto, da Faculdade Nacional de Filosofia, e Hugo Régis dos Reis, da Faculdade Nacional de Engenharia, foram três dos inúmeros intelectuais que tiveram seus direitos políticos suspensos, por 10 anos, com base nos Atos Institucionais decretados pelo marechal Castelo Bran-

co. Foram marginalizados, dois deles, inclusive, compelidos ao exílio, onde Josué de Castro viria a morrer. Um decreto de anistia poderia, no entanto, ter reparado, em parte, a violência perpetrada contra esses intelectuais. O mesmo não se pode afirmar, contudo, em relação ao atentado sofrido pela UnB, cujo espírito pioneiro e revolucionário – na acepção correta deste termo – foi aniquilado. O professor Régis dos Reis, como os outros, apesar de marginalizado e privado da cátedra, não perdeu em substância como intelectual ou pessoa. Ao contrário, a UnB, apesar de continuar em atividade, deixou de ser a universidade criada, em dezembro de 1961, sob a inspiração de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro.

Mudou tanto que a jornalista Yvonne Jean, que teve participação ativa nos primórdios da instituição, ao ser solicitada por um amigo a lhe servir de cicerone numa visita à universidade que tão bem conhecia, se recusou, gentilmente, explicando: “Peço que você me dispense desse sacrifício. Não estou segura de que, lá voltando, poderia resistir a uma crise de choro...”

O trauma de Yvonne Jean era compartilhado por todos aqueles que haviam acompanhado de perto o surgimento da universidade, como símbolo de uma nova era na cultura brasileira. Mesmo gente que não integrava o seu corpo discente tinha por hábito lá comparecer, como se vai a um cinema ou a um teatro para ver, por exemplo, o maior arquiteto do mundo, Oscar Niemeyer, de calças jeans e camisa esportiva, ministrar suas aulas. Assim, das atividades da instituição Brasileira inteira participava e todo o país se beneficiava. Houve quem interrompesse cursos em outras universidades para começar tudo de novo em Brasília. Por tudo isso, ninguém duvidava de que se destruía um símbolo do novo Brasil pelo qual se batiam os estudantes. Da maneira mais brutal, como veremos a seguir.

Logo depois da deposição do presidente Goulart, o campus sofreu uma invasão de forças policiais, assim documentada pela imprensa: “Quatrocentos soldados da Polícia Militar de Minas Gerais, fortemente armados, sob o comando do sr. Dutra Lacerda, superintendente da Polícia Metropolitana, cercaram a Universidade de Brasília, prendendo, em massa, professores e estudantes. O reitor em exercício, professor Almir de Castro, reuniu em seu gabinete todos os procurados. Em seguida, mandou frei Mateus acompanhá-los. O professor e arquiteto Oscar Niemeyer era o número um da lista dos procurados pela poli-

cia. Não estava em Brasília. Onze professores foram presos. O número de estudantes, todos eles ligados aos diretórios acadêmicos, não foi revelado. Os presos foram levados para o Teatro Nacional, com sentinela à vista. Foram tomados depoimentos até alta madrugada. Alguns foram soltos, mas não se revelou a lista. Todas as dependências da universidade foram vasculhadas. A biblioteca interditada até o professor Alberto Deodato fazer vistoria. Um livro de Diderot foi confiscado” (*Última Hora*, Rio, 10 abr. 1964).

Em meio aos protestos generalizados – de quem podia protestar, é claro –, destacava-se o editorial intitulado Vergonha, daquele mesmo vespertino: “É triste para o Brasil a repercussão dos fatos que caracterizam a atual situação brasileira no plano cultural. O movimento armado de abril fechou a única universidade do país de estrutura moderna e prendeu numerosos professores, deixando os alunos ao ócio, sob o terror. Um colunista de Brasília, pois nos referimos à Universidade de Brasília, revelou que as esposas desses professores têm vivido uma *via-crúcis* para conseguir se avistar com seus respectivos maridos, sendo-lhes permitido, como *um favor da revolução*, a visita de cinco minutos, e não mais – duas vezes por semana, vigiadas por sentinela atenta. Ao mesmo tempo, livros são confiscados, rasgados, queimados e Diderot passa a ser suspeito... É a Inquisição. Da instituição da Idade Média tem até o segredo absoluto do processo judiciário; e tem mais que ela: o mistério dos personagens que a encarnam. Todavia, nem tudo está perdido. Pode-se dizer como Galileu: todavia a terra gira. Enquanto é fechada a Universidade de Brasília, destituídos seus diretores, presos seus professores, queimados seus livros, desmantelada sua biblioteca, postos sob pânico seus alunos, a Universidade do Chile convida para fazer parte de seu corpo docente o ex-reitor da universidade proibida, o mestre Anísio Teixeira. Ele e mais os professores Celso Furtado e Josué de Castro mereceram a distinção da reitoria chilena, fiel à tradição de solidariedade com os intelectuais vítimas de regimes ditatoriais, que não respeitam valores da moral e da inteligência. Até quando durará nossa tristeza? Ou nossa vergonha?”

No dia 13 de abril, o *Diário Oficial* publicou decreto que extinguiu o mandato de todos os membros do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, inclusive do presidente deste órgão, que exercia as funções de reitor. Quase ao mesmo tempo, a portaria nº 224 do então

ministro da Educação e, posteriormente, ministro da Justiça do governo Costa e Silva, sr. Gama e Silva, determinava a intervenção na universidade. Quinze dias depois, o Conselho Federal de Educação, iniciando o período da convocação extraordinária solicitada pelo novo ministro da Educação, Flávio Suplicy de Lacerda, se reunia para aprovar parecer do conselho Clóvis Salgado sobre a intervenção. Depois de aceitá-la como fato consumado, o conselho recomendou: “Recomposição imediata dos órgãos diretores da fundação e da universidade, de acordo com a Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Os membros e suplentes do Conselho Diretor serão nomeados, livremente, pelo presidente da República, na forma do parágrafo 1º do artigo 8º, como se fora o primeiro Conselho Diretor. O novo Conselho Diretor elegerá o reitor e o vice-reitor. Os futuros dirigentes, nomeados pelo novo governo, estariam em condições de apurar as irregularidades porventura existentes, e de normalizar a vida da universidade”.

Como se depreende, portanto, da leitura dessa recomendação, o governo interveio na universidade e tumultuou sua vida, a ponto de destruí-la, sem ter qualquer certeza de que nela existissem irregularidades. Professores da estatura intelectual do falecido Heron de Alencar e tantos outros tiveram que emigrar às pressas, caçados como criminosos pelas autoridades policial-militares, só porque o governo do marechal Castelo Branco cismara que, “porventura, existiriam irregularidades” na universidade, e decidira, *in dubio*, considerá-los réus e puni-los antecipadamente. De fato, pouco depois, em maio, o IPM instaurado sobre a universidade – esta já em acentuado processo de decomposição – era arquivado, por falta de provas. Mas, aquelas alturas, as demissões já haviam atingido todo o Conselho Universitário, além de 15 professores.

Foi nomeado então, como reitor-interventor, o sr. Zeferino Vaz, que, em maio do ano seguinte, resolveu admitir para lecionar Filosofia, o professor Ernani Maria Fiori, pensador católico considerado “suspeito” – não se sabe nem se disse de quê – pelas autoridades. Vaz teve, por conseguinte, de se submeter a um processo de autocrítica, reconhecendo seu “erro” ter admitido Fiori sem, antes, solicitar “permissão” ao Serviço Nacional de Informações. Nesse ponto, coordenadores e professores da UnB intervieram, no sentido de que o seu caso fosse decidido segundo os critérios universitários. Com o aumento das tensões, um aluno foi expulso, o que gerou uma greve

estudantil de protesto, manifestações de repúdio às pressões militares contra a autonomia universitária. O reitor-interventor, considerando a repercussão de tais manifestações, decidiu esperar pelas férias escolares e aproveitou a ausência dos alunos para demitir o professor Fiori, que recorreu, imediatamente, à Justiça, contra a arbitrariedade.

O segundo período letivo de 1965 se iniciou, pois, numa atmosfera de constrangimento, agravado com a prisão de universitários, por determinação de militares encarregados do IPM da UNE. Eclodiu, por isso, outra greve, que provocou as seguintes consequências imediatas: um dos alunos tentou o suicídio na prisão; uma aluna teve de ser internada numa clínica psiquiátrica; outro aluno foi submetido a torturas, durante dois meses de prisão; o movimento grevista se ampliou para abranger, também, protestos contra a demissão do professor Fiori, contra o fechamento do restaurante da universidade e contra a ameaça de aumento nos preços das refeições; e, finalmente, o reitor-interventor Zeferino Vaz abandonou seu cargo, sob o repúdio estudantil, por sua “cumplicidade com as tentativas de esmagar a cultura e a liberdade de pensamento e de expressão”.

Apesar de tudo isso, a crise ainda não alcançara o clímax, o que só aconteceria após a nomeação, em setembro, do novo reitor-interventor, Laerte Ramos de Carvalho, que, inicialmente, assumiu com o corpo docente o compromisso de só demitir professores segundo os critérios universitários, embora crescessem as pressões militares pela demissão do professor Roberto Las Casas, diretor do Instituto de Ciências Humanas.

Não obstante, pouco depois, o novo reitor-interventor, revelando sua pusilanimidade, se recusou a ouvir os coordenadores e demitiu o professor Las Casas, que se exilou na França. Diante disso, sentindo-se feridos em sua dignidade humana e na sua honra profissional, os coordenadores renunciaram, coletivamente. Por seu turno, os professores, numa assembléia geral, resolveram: 1) repudiar as atitudes arbitrárias do reitor-interventor, responsabilizando-o pela crise; 2) hipotecar solidariedade aos coordenadores demitidos, não aceitando a designação dos seus substitutos; 3) deflagrar uma greve de 24 horas contra as pressões sobre a universidade e contra a demissão de Las Casas.

No dia seguinte, os universitários, em assembléia-geral, também se declararam em greve, por tempo indeterminado, exigindo a renúncia do reitor-interventor, solidários com o corpo docente, e cla-

mando pela aplicação imediata dos estatutos no julgamento dos casos de demissão, com a finalidade de evitar novos atos arbitrários de origem externa.

As pressões exteriores prevaleceram: em 10 de outubro de 1965, forças policiais invadiram, novamente, a UnB, impedindo o ingresso no campus. Prenderam professores brasileiros e estrangeiros, entre os quais um indiano, um francês e um inglês. Este último, o químico William Eaton, do Conselho Britânico, acabaria, 15 dias depois, espancado e coroados pela polícia. Foram presos, ademais, inúmeros alunos, e demitidos 15 professores, o que provocou a demissão coletiva, num gesto de solidariedade, de mais de 200 professores, quase todos, uma vez que somente 15 não renunciaram às suas funções.

Laerte Ramos de Carvalho proibiu que os professores demitidos ingressassem na universidade. O instrutor Rubens Moreira dos Santos, por exemplo, que continuava a ocupar o alojamento, foi “convidado” a abandoná-lo (*O Globo*, Rio, 22 out. 1965). O mesmo jornal revelava que o reitor-interventor não aceitara a sugestão da Comissão de Sindicância, incumbida de solucionar a crise, no sentido da readmissão dos professores demitidos. Tal comissão, integrada pelos professores Wandick Londres da Nóbrega e Antônio de Almeida Júnior, interrogara, na véspera, durante uma hora, o coordenador Pompeu de Sousa, do Curso de Jornalismo e do Centro de Extensão Cultural, e, por igual período, o coordenador Machado Neto, do Instituto Central de Ciências Humanas.

Os estertores da UnB repercutiam em todo o país. Em Salvador, os universitários entraram em greve, por 48 horas. Na Câmara Federal, se instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que ouviu, na madrugada de 22 de outubro, o sr. Laerte Ramos reconhecer a existência de “um alto nível intelectual entre os estudantes” da universidade, cuja estrutura elogiou, e admitir que “a reitoria conta com um excelente corpo docente”. Interpelado pelo relator da CPI, sustentou que a crise se originara na insistência do Ministério da Educação em exigir a demissão de Las Casas, muito embora o coordenador do instituto a que pertencia o professor e ele próprio tivessem efetuado apelos para que não fosse concretizada.

Castelo Branco dava, significativamente, os retoques finais no A-Insto Institucional nº 2, com a Universidade de Brasília fechada e ocupada pela polícia, que exigia a apresentação dos documentos de identi-

dade de todas as pessoas que se aproximassem da instituição. O professor Harry Lockles, por exemplo, da Universidade de Harvard, depois de se identificar, chegou a entrar, no dia 21, mas se retirou logo a seguir, por ter encontrado todos os departamentos fechados. Ao mesmo tempo, o reitor-interventor, que descansava para se defender melhor na CPI, persistia, em declarações à imprensa, na afirmativa de que não aceitaria a volta dos professores demitidos, acrescentando: “Estou no firme propósito de restaurar a Universidade de Brasília, mas livre de assembléias e badernas. No momento, minha preocupação é encontrar uma nova fórmula para os cursos” (*Correio da Manhã*, Rio, 22 out. 1965).

A propósito da intransigência do reitor-interventor, o *Correio da Manhã* publicou, dois dias depois, interessante tópico, intitulado Lógicas: “A comissão de sindicância que apurou a crise da Universidade de Brasília concluiu pela readmissão dos 15 professores demitidos pelo reitor. Mas o sr. Laerte Ramos de Carvalho, mesmo diante de uma comissão formada por dois professores insuspeitos, recusa-se a aceitar a sugestão. Ora, acontece que essa comissão foi indicada pelo Conselho Federal de Educação, mediante solicitação do Conselho Diretor da Universidade de Brasília, além de haver sua instauração sido anunciada com ufania pelo reitor, em nota oficial, quando, inclusive, considerava a *eminente*. Onde se conclui que o reitor de Brasília está, agora, não só contra a universidade, professores e alunos, como também contra a comissão de sindicância, o Conselho Federal de Educação e o próprio órgão da UnB. Sua situação é logicamente insustentável. E pela própria lógica, as autoridades competentes não podem mais sustentar o sr. Laerte de Carvalho”.

Mas, ainda uma vez, enganavam-se os que esperavam qualquer atitude governamental em defesa da cultura e da juventude brasileiras: as autoridades sustentaram o sr. Laerte Ramos de Carvalho; a CPI, ao que se saiba, não resultou em coisa alguma; 16 estudantes foram presos, ao final do episódio, na Estação Rodoviária de Brasília, quando protestavam, em silêncio, contra a ameaça de perda do ano escolar dos 1.200 alunos; dois deles foram brutalmente agredidos, na violenta dissolução do ato pela Polícia Militar; o reitor-interventor aceitou a demissão dos 200 e tantos professores e manteve a dos 15 inicialmente atingidos; e a UnB, estruturada nos moldes das mais adiantadas universidades norte-americanas e européias, obrigou os alunos a se readaptarem ao retrocesso.

Estava, enfim, demolida a Universidade de Brasília. Desaparecia um dos símbolos da luta de uma nação inteira para superar as barreiras do atraso cultural e do subdesenvolvimento. Aqueles que sonhavam com um futuro em que a população universitária ultrapassasse o humilhante índice de menos de 0,2% (155.781 matrículas, no início do ano letivo de 1965, para uma população estimada de 82,2 milhões, segundo o *Anuário Estatístico do Brasil*, IBGE, 1966) tiveram de experimentar a terrível e deprimente viagem de volta à realidade. Pagaram esses sonhadores e patriotas, como a maioria dos intelectuais, pelo crime de vislumbrarem, num futuro não muito distante, um Brasil independente, do ponto de vista político, econômico, tecnológico e cultural.

No lugar da independência sonhada, o fantasma de uma universidade. Na cidade que é a mais famosa e ousada expressão arquitetônica contemporânea, a Faculdade de Arquitetura chegou a suspender suas aulas, conforme despacho do lamentável reitor Laerte Ramos, a conselho da Comissão de Sindicância instituída depois que os estudantes pediram a demissão coletiva dos seus professores, sob a acusação de “incompetência”. A faculdade permaneceu “isolada por pranchetas e cordas que os estudantes instalaram em suas portas” (*Jornal do Brasil*, Rio, 13 out. 1967). Daí a razão de Oscar Niemeyer, que abandonou a universidade por não suportar mais o terror cultural ali implantado, ao declarar, sobre a possibilidade de seu reingresso: “Só aceitaria minha volta se todos os professores, perseguidos e submetidos a vexames, também fossem reconduzidos aos seus postos na universidade, com a restauração do seu clima antigo de total liberdade” (*Última Hora*, Rio, 14 out. 1967). Mas, como a expressão “total liberdade” era, por si só, passível de ser interpretada como “revanchista” e “subversiva”, a hipótese de ressurreição do símbolo destruído soava remota. A UnB ainda teria de suportar o guante do reitor-capitão José Carlos de Almeida Azevedo, cujas truculências e desatinos seriam responsáveis pelo maior *hábeas-corpus* da história forense brasileira: 938 alunos o impetraram para que pudessem “freqüentar o *campus* e por ele transitar livremente”, sem os vexames a que vinham sendo submetidos.

A LEI SUPPLY DE LACERDA

A repressão geral seria ampliada, pouco depois do aniquilamento da Universidade de Brasília, com a edição do Ato Institucional nº 2, de

27 de dezembro de 1965, que extinguiu os 13 partidos políticos. Quanto à repressão particular contra os estudantes, o governo Castelo Branco fora mais apressado, ao especificá-la, estruturá-la e institucionalizá-la com a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy de Lacerda.

A lei visou, especialmente, à extinção do movimento estudantil. Para acabar com a participação política, a lei procurou destruir a autonomia e a representatividade do movimento, deformando as suas entidades em todos os escalões, ao transformá-las em meros apêndices do Ministério da Educação, dele dependentes quanto a verbas e orientação.

A UNE era substituída pelo Diretório Nacional de Estudantes, e as uniões estaduais, pelos diretórios estaduais (DEEs). Impedia-se, além disso, através de restrições as mais variadas, o livre curso do diálogo entre os diretórios acadêmicos e os alunos. Na regulamentação das entidades, feita inteiramente à revelia dos estudantes e sem consultas, a Lei Suplicy de Lacerda tornava possível a convocação do Diretório Nacional dos Estudantes pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Federal de Educação, ferindo, assim, o mais elementar princípio de funcionamento de uma entidade de representação, o direito de autonomia. Os direitos de livre manifestação do pensamento, de livre associação e de organização interna eram, também, vulnerados, com o estabelecimento de datas e normas para as eleições, número de participantes dos diretórios acadêmicos e da convocação dos pleitos pelas autoridades universitárias através de edital. O único ponto positivo da lei consistia na obrigatoriedade de voto nas eleições para os diretórios acadêmicos.

A Lei Suplicy de Lacerda teve, contudo, um grande mérito: o de aglutinar, na luta pela sua revogação, o movimento estudantil, que atravessava uma fase de reorganização, consequência da perseguição aos seus líderes (os membros da diretoria que se encontrava à frente da UNE, sob a presidência de José Serra, em 1º de abril de 1964, estavam no exílio, na prisão ou desaparecidos). As manobras e declarações do ministro da Educação apressaram essa reorganização, porque, revolvendo as cinzas do movimento, fizeram ressurgir as chamadas da rebelião. Com medo de que estas lhe queimassem os dedos, Suplicy de Lacerda se viu obrigado a sugerir aos reitores, já em setembro de 1964,

que suspendessem as eleições acadêmicas até a aprovação, pelo Congresso Nacional, do seu projeto de lei, a fim de evitar “o que aconteceu em alguns casos isolados: a vitória de minorias ativistas”. Defendendo o projeto que elaborara, dizia o ministro que, uma vez transformado em lei, os estudantes “não terão a faculdade de subverter as instituições nacionais ou submeter a pátria brasileira ao calvário do anti-Deus” (*Diário de Notícias*, Rio, 29 set. 1964).

Por mais incrível que possa parecer, a argumentação ministerial convenceu parte do Congresso Nacional, que aprovou, em 27 de outubro, por 126 contra 117 votos e cinco abstenções, o projeto que extinguiu a UNE e criava, em seu lugar, o Diretório Nacional dos Estudantes, sediado em Brasília, que só poderia se reunir, ordinariamente, no período de férias escolares. O projeto proibia qualquer greve ou propaganda político-partidária das entidades estudantis. Era, em suma, a colocação do movimento sob a tutela do governo, através da intervenção direta do Ministério da Educação. “– Calem-se para sempre!” – era a mensagem das autoridades de abril aos jovens. Em troca, a juventude silenciosa e bem-comportada ganharia alguns bombons: os ditretórios seriam alegres centros recreativos ou esportivos.

As “crianças” não podiam, evidentemente, ficar comportadinhas diante de adultos tão mal-intencionados. E abriram o “berreiro”: protestos ecoaram em todo o país. O ministro Suplicy, com a sua lei identificada como “principal instrumento político da ditadura contra o movimento universitário”, se tornou o inimigo número um dos estudantes e seu nome ensejou toda sorte possível de trocadilhos com a palavra suplicio.

O repúdio estudantil à Lei Suplicy, apesar da unanimidade de que se revestiu, não seria levado em conta. O Brasil não vivia sob um governo que respeitava vontades coletivas. Além disso, os interesses anacionais precisavam, com urgência, de uma estrutura legal que permitisse o terreno para a institucionalização da dependência do sistema universitário brasileiro de um centro geopolítico exterior. A Lei Suplicy significou assim, em resumo, uma espécie de garantia permanente da limpeza da área onde se tramava plantar os Acordos MEC-Usaid.

A INTERVENÇÃO NORTE-AMERICANA

Os acordos surgidos ainda na gestão do ministro Suplicy de Lacerda, entre o Ministério da Educação e Cultura do Brasil e a United States Agency for International Development (Usaid), constituíram o ponto-chave da política de desnacionalização do ensino brasileiro, mas não representaram a única nem a primeira tentativa norte-americana nesse sentido. Outras houve, a partir de 1947, como a chegada, em julho de 1951, de Helen Rogers e Eiser Eisenberg, enviados, por setores governamentais “especializados” em assuntos estudantis dos Estados Unidos, para deterem a “infiltração comunista” nas universidades brasileiras. Trazidos pelo futuro ministro castelista e governador Paulo Egídio Martins, então dirigente da UME, os dois tinham, entre as suas missões precípua, a de policiar as assembleias e congressos estudantis, bem como a de verificar a possibilidade de formação de uma espécie de OEA estudantil.

O jornalista Plínio de Abreu Ramos, testemunha ocular daquela tentativa de controle estrangeiro do nosso movimento estudantil, a ela se referiu da maneira seguinte: “...Engraçado nesse casal de americanos era que Eiser, magro, muito branco e de nariz curvo, formando quase uma arcada meio grega, meio oriental, não falava nem anotava nada. Era um pouco ausente de tudo, enquanto Helen, alta, ruiva, sardenta, de feições autoritárias e riso ocasional, transitava, falava e agia, sempre bem obsequiada, pelas dependências da UNE, com ares de uma voluntariosa presidente de seita antiintegracionista em qualquer cidade do meio-oeste norte-americano. A gente achava muita graça no esforço, sem êxito, que o Egidio empreendia no sentido de mobilizar, nas universidades latino-americanas, brigadas estudantis que fossem ajudar Mac Arthur na guerra da Coreia. Chegou a lançar manifesto, como presidente da UME, pregando a espantosa articulação bélica. Rogê (Ferreira) apelidara-o de *Paulinho Coréia* e Marcelo Duarte, da Bahia, comentava no Lamas e no Praia Bar o cacoete do futuro ministro castelista de não pronunciar o r em palavras como *presidente, apresentar, proposta*, além de outras, de uso frequente em qualquer congresso de estudantes. Mas o Fernando Pedreira, meio cerimonioso, advertia: *Vocês estão enganados, ele sabe o que quer. Não pode ser comparado com a boçalidade da turma da Ala (Aliança Libertadora Acadêmica)* lá do Caco. A

idéia da mini-OEA foi rigorosamente desaprovada por todos os delegados participantes do 1º Congresso Interamericano de Estudantes, excetuando a Colômbia, Panamá, Paraguai e Brasil. O presidente da UNE na ocasião, aliado de Egydio, falou-me, alguns anos mais tarde, de seu desapontamento ao presenciar a maneira como Helen, pagando as despesas do congresso fracassado, reprovava a ineficiência do Egydio e da turma da Ala, que dava cobertura física ao futuro ministro castelista, mas que não alcançou o mesmo sucesso dele. Nem na política, nem no alumínio” (Acordo com Usaid vai policiar as universidades no Brasil. *Tribuna da Imprensa*, Rio, 12 mai. 1967).

Afora essa tentativa de infiltração, os norte-americanos já vinham efetivando, desde 1947, em alguns estados brasileiros, tentativas de envolvimento dos setores educacionais. Autoridades dos EUA, em vários pronunciamentos, evidenciavam essa nova tática de domínio. O presidente Truman, por exemplo, no famoso discurso em que apregoou a “ajuda” aos países subdesenvolvidos, enfatizava, no Ponto IV da oração, a importância dos planos de assistência técnica e educacional. O que não se mantinha pelas armas manter-se-ia pela persuasão e pela ideologia resultante da educação. Os americanos depararam, todavia, resistências crescentes no MEC, ainda dominado, então, pela máquina getulista, em que prevalecia o nacionalismo.

Houve estados, não obstante, em que os primeiros ensaios de infiltração obtiveram relativo êxito. Em Minas, por exemplo, auxiliado por Abgar Renault, o Ponto IV conseguiu estabelecer alguns convênios, destinados ao “aperfeiçoamento do magistério primário” e das técnicas pedagógicas. Seguiram-se as concessões de bolsas de estudo, nos Estados Unidos, a modestos e embasbacáveis professores provincianos; cursos de aperfeiçoamento orientados por técnicos americanos; a distribuição de material de ensino “especializado”; as solenidades patrocinadas pelo Consulado dos EUA; as doações de livros e, sobretudo, a influência permanente sobre o secretário de Educação.

Mais tarde, se denunciaria que o aparelhamento entrado no país para fins educacionais fora aproveitado, pela instituição norte-americana Geodesical Survey, para a localização de jazidas de minério de ferro e de manganês, em Minas Gerais. Que se saiba, ninguém pôde desmentir, convincentemente, a gravíssima denúncia. Outras advertências, como a que fez o professor Mário Casassanta, diretor do Ins-

tituto de Educação naquele estado, também não mereceram maior consideração por parte dos governos. As resistências locais a essa infiltração inicial se esboçaram, assim, devido à convivência das autoridades, à inexperiência dos setores que as lideraram, ao sigilo em que eram mantidos os termos dos convênios, à falta de apoio na imprensa e ao forte esquema policial que garantia os agentes da intervenção.

Pernambuco, outro estado considerado estrategicamente fundamental pelo governo norte-americano, foi um dos poucos em que a crescente intromissão estrangeira no ensino chegou a ser denunciada, publicamente, por uma comissão criada pelo governador Miguel Arraes e presidida pelo secretário de Educação, Germano Coelho. Integradada por figuras insuspeitas de educadores e altos funcionários da administração pernambucana, ela definiu os acordos educacionais com os EUA como perniciosos ao estado, porque: 1) não partiam de planos elaborados segundo os interesses do estado; 2) não aproveitavam os técnicos brasileiros, afeitos aos problemas educacionais da região; 3) continham exigências descabidas, como o controle fiscal por norte-americanos e a entrega a estrangeiros de todas as informações e documentos da Secretaria de Educação; 4) condicionavam os financiamentos para construções educacionais à compra de material norte-americano; e 5) atentavam contra a segurança nacional.

A denúncia se aplicava a outros estados, pois as tentativas de interferência se generalizavam, sobretudo através de projetos de formação do magistério e de preparação do material didático. Na Guanabara, se concentraram 80% dos recursos destinados a financiar a infiltração em atividades de cunho social, particularmente no sistema educacional, durante o governo de Carlos Lacerda, segundo revelações feitas à imprensa, em 1965, por peritos da Usaid e da Embaixada norte-americana. Minas representava a outra importante cabeça-de-ponte da intervenção, o que teria graves consequências não só no plano educacional, como também em acontecimentos ligados à deposição do presidente Goulart.

Derrubado o presidente, a presença norte-americana no ensino brasileiro ascendeu do nível estadual ao federal, no próprio MEC, que, não obstante o emperramento de sua máquina administrativa, o empirismo e a ineficiência de quadros técnicos, mantivera sempre uma política de reservas com referência à infiltração ideológica estrangeira. A influência de homens como Anísio Teixeira, criador, em 1937,

do Inep (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos), e primeiro reitor da UnB, impedira, até então, a intromissão norte-americana direta. As gestões de Darcy Ribeiro e Paulo de Tarso haviam prestiado, por seu turno, o setor melhor preparado, técnica e politicamente, do ministério, recrutando, inclusive, quadros novos, de alta capacidade profissional. No Inep, nos centros de pesquisas educacionais, na Diretoria do Estudo Médio e nas campanhas de alfabetização, se congregou a nata do conhecimento dos problemas educacionais do país.

O governo Castelo Branco procurou, logo de saída, desobstruir o MEC, removendo os obstáculos que se antepunham à americanização do ensino. Fê-lo, afastando ou isolando os melhores técnicos, prendendo ou demitindo os mais nacionalistas e carregando para o ministério o que havia de mais medíocre e comprometido com o governo norte-americano, com o comércio educacional e com as oligarquias nacionais. Era a hora e vez de Suplicy de Lacerda.

A política de repressão estudantil que sucedeu ao golpe militar deve, pois, ser entendida como parte de um vasto plano de comprometimento das resistências à desnacionalização do ensino e de preparação da opinião pública para a digestão do crime, despiando-a, ao pretender identificar com os “subversivos” a luta pela integração do ensino aos interesses nacionais. Surgem, dessa forma, os acordos dos federais com os Estados Unidos.

Numa primeira fase, os Ministérios da Educação e do Planejamento estabeleceram os contatos com as autoridades norte-americanas, para o estudo dos planos educacionais. Joaquim Faria Góis Filho, diretor-executivo do Ponto IV, coordenador da Contap, órgão central para a distribuição das verbas da Usaid e, por “coincidência”, destacado membro do Conselho Federal de Educação e um dos donos do “ensino industrial” no país, foi o intermediário nas negociações, recebendo, para isso, cerca de três milhões de cruzeiros mensais.

A título de entendimentos e sondagens iniciais, chegaram as primeiras missões americanas, grupos de supostos técnicos em planejamento educacional. Todos, no entanto, pedagogos medíocres em seu país ou mestres-escolas sem nenhum conhecimento do Brasil, quando não espíões recém-chegados da Ásia, África e outras “frentes ideológicas” do “mundo ocidental-cristão”. Alguns vinham de recentes estágios em “aldeias estratégicas” sul-vietnamitas.

Foi com esse tipo de gente que se firmou, às escondidas, o conjunto de Acordos MEC-Usaid, que criou as comissões de planejamento do ensino superior, médio e primário.

OS ACORDOS MEC-USOID

O caráter sigiloso da assinatura dos acordos que institucionalizaram a intervenção norte-americana no ensino brasileiro parece ter sido tão bem conservado, que o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, se valeu disso para afirmar, em abril de 1967, na Bahia, que ainda não tivera tempo para examiná-los. Ele se sentia, portanto, em condições de duvidar de que os termos dos documentos fossem do conhecimento dos estudantes, cujos protestos teriam, por conseguinte, um sentido “puramente emocional, por estar em causa uma organização norte-americana”.

O mais famoso dos Acordos MEC-Usaid seguiu a orientação prescrita no Relatório Atcon, que surgira, em 1958, com o pomposo título de Anteprojeto de Concentração da Política Norte-americana na América Latina na Reorganização Universitária e sua Integração Econômica. Elaborado por um misterioso personagem de nacionalidade norte-americana, o professor Rudolph P. Atcon, o relatório, após ser rebatizado de *The Latin American University*, passou a ser adotado como linha mestra da atuação da Usaid no campo educacional da região. Fundamentando sua tese, sublinhava Atcon: “... O clã dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social; acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada 10 mil atingem um grau acadêmico e podemos prontamente concluir que é nosso dever consagrar a máxima atenção, quando não intervir decisivamente, nesta instituição social denominada A Universidade” (p. 20). O Relatório Atcon precisava, adiante, em suas “recomendações” (p. 147-157), como devia se processar a interferência: “Desenvolver uma filosofia educacional para o continente; ... estabelecer programas de ação educacional em todos os níveis educacionais e obter os meios financeiros para levar à prática tal política; criar e manter um serviço de consultoria para as universidades latino-americanas; ... a transformação da universidade estatal numa fundação privada; ... a eliminação da interferência estudantil na adminis-

tração, tanto colegiada quanto gremial; ... colocação do ensino superior em bases rentáveis, cobrando matrículas crescentes durante um período de dez anos ...” E vai por aí...

Um detalhe significativo é o de que, com o golpe militar, o teórico da “filosofia educacional” norte-americana na América Latina assumiu, cumulativamente, a responsabilidade direta de supremo teórico e prático do sistema educacional brasileiro. Ele dispunha, afinal, de um país-cobaia para seus experimentos, dos quais resultou o Acordo MEC-Usaid de planejamento do ensino superior. Para executá-lo, criou-se um grupo integrado por cinco técnicos americanos e cinco brasileiros (estes trabalhando em regime de tempo integral), constituindo a Epes (Equipe de Planejamento do Ensino Superior).

Não obstante a igualdade quantitativa entre brasileiros e norte-americanos – o que já era absurdo –, diversos fatores inferiorizavam o grupo nacional: os americanos é que tinham o dinheiro, a orientação dos trabalhos e os volumes requintadamente encadernados em que os brasileiros se deviam basear. A estes, rebaixados por essas circunstâncias e pela diferença de ordenados, cabia obedecer, já que o seu governo, ao assinar o acordo, confessara, automaticamente, incompetência para planejar a educação no Brasil. O último ministro da Educação de Castelo Branco, Moniz de Aragão, acentuou ao máximo essa incompetência, ao afirmar que “ou aceitamos a cooperação ou fazemos de conta que podemos fazer o planejamento, quando não podemos” (*Jornal do Brasil*, Rio, 7 maio 1967, p. 22).

Em abril de 1967, quatro dos componentes do grupo americano já estavam indicados: Martin Klotsche, coordenador do grupo e reitor do campus de Milwaukee da Universidade de Wisconsin, Henry Hoge, da mesma universidade, John D. Ryder e John Hunter, da Universidade de Michigan. Enquanto isso, o grupo brasileiro se compunha de somente dois membros: Maria Aparecida Pourchet Santos, da USP, e José de Oliveira Campos, da Universidade do Rio Grande do Sul. A baixa remuneração fez com que inúmeros professores rejeitassem os convites para integrar o grupo.

Em compensação, se gastou cerca de um bilhão de cruzeiros velhos em cada um dos Congressos Nacionais de Educação, promovidos em Porto Alegre e em Salvador, onde brasileiros e norte-americanos, hospedados em hotéis luxuosos, se irmanaram na orgia da desnacionalização do nosso ensino. Em Salvador, compareceram

mais de 30 norte-americanos, que demonstravam, abertamente, sua condição de guias dos técnicos nativos. Ao mesmo tempo, descentralizavam a Usaid e as suas comissões – aproveitando experiências anteriores (talvez, até mesmo a técnica de dispersão dos estudantes em suas passeatas) – e alugavam uma casa discreta no nº 12 da Rua Natal, em Copacabana, para o planejamento educacional dos seis maiores estados brasileiros. Uma contradição tática, pois os americanos tinham razões óbvias para a discrição, como Suplicy de Lacerda as tivera ao negociar o acordo em sigilo, através do diretor-executivo do Ponto IV, sem que o próprio Conselho Federal de Educação o soubesse. Uns precisavam contornar o ódio provocado no continente pela dominação ostensiva; o outro, apresentar a assinatura do acordo como fato consumado àquele conselho, que teve o despudor de aprovar um documento que não conhecia e do qual dependia o futuro da educação brasileira.

Todos necessitaram da penumbra, da calada da noite, para executar seus objetivos, inconfessáveis à luz do dia. E o próprio sigilo criado pelas autoridades em torno dos Acordos MEC-Usaid já demonstrava o perigo que eles representavam. Não foram poucos os que o perceberam. O professor Gildásio Amado, por exemplo, declarou que “os problemas educacionais brasileiros são bem diferentes daqueles dos Estados Unidos, inclusive porque somos um país subdesenvolvido”, e “as soluções para o Brasil não podem vir de fora, têm que ser encontradas aqui mesmo” (*Correio da Manhã*, 13 maio 1967).

O deputado Paulo Campos, do MDB de Goiás, foi mais longe, ao se recusar a crer que uma nação jovem, em fase de consolidação de sua cultura, tenha “a coragem de repartir e dividir, de outorgar uma parte da direção do seu sistema educacional, de idealização do seu sistema de educação, com outras nações, de uma realidade e de uma filosofia inteiramente diversas, principalmente quando se sabe que a filosofia educacional dos norte-americanos está numa frustração completa” (*Correio da Manhã*, 30 ago. 1967).

Esses e outros protestos não bastaram, contudo, para que o MEC recuasse. A Embaixada dos Estados Unidos, por sua vez, se negou, sistematicamente, a se pronunciar. O adido de imprensa disse apenas que “seria um desprestígio para o nosso país se os EUA se prestassem a dar explicações sobre os mesmos (a essas alturas, se desco-

bria que não havia só um convênio entre o MEC e a Usaid, mas vários, abrangendo todos os setores do ensino), já que foram idealizados e solicitados, sempre, pelo governo brasileiro” (*Correio da Manhã*, 13 maio 1967).

Com essa resposta, ficava comprovado, mais uma vez, que o governo Castelo Branco fora mais realista do que o rei. Para ele, não bastavam a expansão do Corpo de Voluntários da Paz no Brasil e as “lavagens cerebrais” promovidas em nossos líderes estudantis pela Associação Universitária Interamericana. Esta, segundo os seus prospectos, era “uma sociedade civil particular, subvencionada por firmas brasileiras e norte-americanas que operam no Brasil e por firmas norte-americanas nos Estados Unidos”, com a finalidade de “incrementar o intercâmbio entre os Estados Unidos e o Brasil, proporcionando a universitários brasileiros a oportunidade de conhecerem os EUA, a vida familiar norte-americana e dialogar com professores e universitários daquele país, através do seu Programa de Viagem”. Se-diada em São Paulo, à Rua Major Sertório, 332, 1ª andar, ela levava, por ano, mais de 80 universitários aos Estados Unidos, depois de uma criteriosa seleção em que eram eliminados todos os candidatos que não demonstrassem firmeza em seu nacionalismo ou em suas idéias progressistas. Só isso bastaria para incriminar e tornar suspeitas as atividades da AUI, que também atuava, como se depreende, com base no Relatório Atcon: é preciso conquistar, ideologicamente, os quadros, em cada dez mil latino-americanos, que conseguem obter um título universitário. Como era difícil, mesmo para o poder econômico norte-americano, levar todos os universitários da América Latina para uma “lavagem cerebral” na metrópole, a AUI selecionava os dirigentes – e, dentre estes, os mais patriotas, os mais rebeldes ante a intervenção estrangeira, aqueles que pudessem causar dores de cabeça, no futuro, à administração do império. Era por isso que o exame dos candidatos incluía perguntas como esta: “O que é que o senhor acha da guerra no Vietnã?” Todos aqueles que, às vezes até mesmo por equivocada astúcia, não reconheciam uma agressão norte-americana no sudeste asiático eram automaticamente eliminados. Já não interessavam ao programa de “intercâmbio cultural” da AUI. Se, como estudantes, não percebiam uma agressão tão acintosa contra a liberdade de um povo, não iriam perceber nunca. Já estavam, portanto, no “bom caminho”.

Os entrevistadores da AUI, ao preferirem os líderes mais lúcidos, exigiam, em contrapartida, “boa vontade”. O folheto explicativo era bem explícito a respeito: “O programa da AUI é uma aventura em busca de compreensão e um exercício de ajustamento. É um programa seletivo. Sugerimos-lhe examinar seus objetivos e qualificações em relação ao nosso programa e seus fins, antes de submeter seu formulário. Leia cuidadosamente o material informativo sobre a AUI e discuta o programa com ex-bolsistas. Tente imaginar, se você puder, as situações que você enfrentará nos EUA. Aqui vão algumas perguntas para você fazer a si próprio: 1) Posso enfrentar uma experiência de relações humanas, talvez a mais desafiadora que eu pudesse jamais encontrar em minha vida? 2) Sou suficientemente adaptável para ajustar-me a outra maneira de viver? 3) Quero fazer isto dentro de uma experiência de convivência em grupo? O seu formulário deve dar-nos um quadro muito claro de você. Que tipo de pessoa é você? Você é aberto e capaz de observar sem comparar? Que acontece quando você sai de seu ambiente para outro que é novo e estranho? ...”

O pragmatismo norte-americano impunha, ainda, outras condições aos candidatos, além do seu nacionalismo progressista e da sua flexibilidade, da sua capacidade de observarem “sem comparar”. Deviam ter menos de 30 anos, ser brasileiros natos ou naturalizados e cursar, na época das inscrições, o 2º ano dos cursos de quatro anos de duração ou o 2º ou 3º dos de cinco ou mais anos, sendo que os estudantes de Jornalismo não podiam ter passado do 1º ano. Traduzida em miúdos, esta condição significava que os promotores do programa esperavam que os resultados se fizessem sentir ainda na fase de liderança universitária do candidato, isto é, que repercutissem, diretamente, no movimento. Era por isso que, entre os critérios adotados para a seleção, constava a participação nas atividades da faculdade e da comunidade.

Nos EUA, os que cumpriram o programa da AUI visitaram o Departamento de Estado, o FBI, a Casa Branca, a OEA, a Embaixada do Brasil, os Departamentos do Bem-Estar, da Educação e da Saúde, e as fábricas da Avon (cosméticos) e da Merck (produtos farmacêuticos), empresas que ajudavam a financiar o programa, além de assistir, na Universidade de Harvard, durante duas semanas, a três conferências diárias (de manhã, de tarde e de noite) sobre vida e instituições nos EUA e problemas do desenvolvimento econô-

mico. Um quinto do programa era dedicado a este último tema, com enfoque especial nas contradições entre os EUA e os países subdesenvolvidos. A importância destas para o futuro do império norte-americano era de tal ordem que justificava, de sobejo, os gastos com os líderes estudantis, inclusive as passagens aéreas Rio-Miami-Boston-Washington-Nova Iorque-Miami-Rio, bem como o transporte aéreo dos candidatos estaduais ao Rio. Sim, porque a AUI não descurava dos estados, possuindo representantes no Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas, Paraná e Rio Grande do Sul, além de um escritório regional no Rio, chefiado por Ronaldo Chaer do Nascimento, e da sede paulista, dirigida por Patrícia Bildner.

Outra “educadora” da AUI, a sra. Mildred Sage, em conferência na Associação Comercial de São Paulo, em 1º de dezembro de 1966, explicou que o objetivo era, acima de tudo, mostrar ao estudantes “o bom capitalismo, como é exercido nos EUA”, e sustentou que “98% dos estudantes brasileiros não sabem o que é o neocapitalismo, mas são contra”. E acrescentou: “Estamos querendo *entrar* na educação, porque os estudantes estão descobrindo que têm poucos conhecimentos de vários campos, especialmente o econômico. Para conseguir nossos objetivos, procuramos líderes, pois a liderança é a única característica que não pode ser criada” (*Revista Civilização Brasileira*, nº 11/12, dez. 1966 / mar. 1967, p. 106-107).

O governo Castelo Branco, *soi-disant* tão apreensivo com a infiltração de “credos alienígenas” e “ideologias exóticas”, nunca se preocupou com a atuação antinacional da AUI, nem dos 600 “voluntários da paz” chefiados pelo sr. Warren G. Fuller (substituído, em agosto de 1967, pelo ex-vice-presidente-adjunto da Universidade do Tennessee, sr. Robert S. Avery). Ao contrário, julgando tais atividades insuficientes para a defesa do “mundo ocidental-cristão”, firmou os acordos com a Usaid, grande parte de cuja aplicação (o ensino superior), decerto para maior “tranquilidade da família brasileira”, ficou a cargo de um norte-americano, o próprio Rudolph P. Atcon, como secretário-executivo do Conselho de Reitores das universidades. Na prática, Atcon chegou a ser mais do que isso, presidindo o conselho na ausência do titular.

Dispensou-se, portanto, a sutileza: um norte-americano dirigia, pessoalmente, o planejamento do ensino superior no Brasil, de acordo com as suas próprias idéias, ou seja, o Relatório Atcon, fruto de de-

bates realizados nos EUA, na Universidade de Princeton, durante um seminário sobre a América Latina. Desse seminário, segundo Carpeaux, “também participaram pessoas que não têm nada com universidades, isto é, os embaixadores de vários países latino-americanos em Washington. Em compensação, também participaram pessoas que não têm nada com a América Latina, isto é, funcionários do Departamento de Estado. Enfim, houve mais outros *seminaristas* de menoridade, isto é, jovens sociólogos, *field workers*, treinados para executar o *Projeto Camelot*. Um desses *camelots*, discípulos de Atcon, já descobriu, no ano passado, como aluno matriculado na Universidade Federal de Minas Gerais. E agora já se sabe porque Atcon tem idéias tão boas sobre integração latino-americana: é a base das suas idéias meras sobre anuidades, rentabilidade, camisa-de-força para os estudantes e sobre fundações; é para uniformizar a realização do projeto e estabelecer o mesmo regime universitário norte-americano em todos os países da América Latina” (*Folha da Semana*, nº 63, Rio, 17-23 nov. 1966). Os acordos MEC-Usaid realçavam a formação técnica em prejuízo das humanidades e enfatizavam a privatização.

Os acordos representaram o ponto culminante da escalada cultural norte-americana em nosso país. “O Brasil surgiu como o país ideal para o laboratório de experiências norte-americanas com vistas a estabelecer um sistema completo de sujeição de uma nação latino-americana aos interesses dos Estados Unidos... O governo dos Estados Unidos tinha tentado aplicar, no Chile, uma experiência pioneira de ocupação do território cultural de um país do continente, por meio do *Projeto Camelot*. Mas este fracassara, principalmente por dissensões internas em torno de que órgãos o comandariam – o Pentágono, ou o Departamento de Estado, ou ainda as universidades. O *Projeto Camelot* foi o primeiro sintoma grave de que os norte-americanos desejavam obter no plano da cultura o que já tinham conseguido no da economia e da política, na maioria dos países latino-americanos: o comando das iniciativas, de maneira sistemática e orgânica, de modo a colocá-los a salvo de reveses como a Revolução Cubana ou de surpresas e sustos como os sofridos com o governo de Jacobo Arbenz, em 1954, na Guatemala, e o governo Goulart...” (*Revista Civilização Brasileira*, nº 11/12, Rio. *A escalada cultural no Brasil de hoje*, dez. 1966 / mar. 1967, p. 103-104).

Vinte acordos foram firmados entre a Usaid e o MEC, sendo

quatro sobre ensino agrícola e um sobre publicação de livros. Dois abrangiam, exclusivamente, o ensino superior, um no plano administrativo e o outro no plano didático-educacional, sendo que este, o primeiro de que se conheceu o texto (embora não a totalidade de adendos e regulamentações suplementares), era, por isso, o mais caracterizado e combatido pelo movimento estudantil. O outro constituiu, na prática, o Decreto-Lei 53 da enxurrada final de decretos castelistas, um simulacro de reforma administrativa da universidade. Por Acordo MEC-Usaid se entende, portanto, geralmente, apenas o que enfeixou, nas mãos de estrangeiros, a escolha dos “tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisa e serviços de orientação e informações de estudantes, que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitária”; aquele que se destinava a suprimir a autonomia das universidades brasileiras, empecilho à uniformização ideológica, transformando-as em fundações. Não há a menor dúvida de que isto obedecia a um plano de dominação cultural de toda a América Latina, pois uma das primeiras medidas do general Onganía, depois do golpe militar que depôs o presidente Illia na Argentina, foi suprimir, em 29 de julho de 1966, pela primeira vez na história daquele país, a autonomia da Universidade de Buenos Aires. Tratava-se de facilitar a penetração dos EUA, cujo objetivo último, no ensino, era controlar os pontos estratégicos do sistema educacional: a formação de professores, o material didático, as direções dos corpos docentes e as lideranças dos discentes.

O trabalho da Usaid era mais ou menos integrado com o da Embaixada norte-americana, que orientava – aparentemente, de fora – todas as atividades. Prova disso é que qualquer obstáculo defrontado pela infiltração cultural acionava o rolo compressor: “Se vocês não nos derem isso, cancelaremos isto ou aquilo...” Assim ocorreu, em abril de 1967, com a onda revisionista do acordo, desencadeada, por incrível que pareça, pelo próprio Atcon, quando, num relatório sobre a reforma administrativa das universidades brasileiras, concluiu que somente três delas tinham condições de funcionamento e que o resto era uma desordem. O diagnóstico apavorou os burocratas fossilizados do ensino, insensíveis ao caráter antinacional e antipatriótico do acordo, mas sempre temerosos de perderem seus empregos vitalícios.

Os estudantes souberam explorar, habilmente, a contradição en-

tre a burocracia nativa e os agentes norte-americanos, embora negligenciando, a princípio, o estudo mais acurado do teor dos convênios. Ao contrário do que propalaram, contudo, certos setores pró-americanos da vida nacional, não se podia creditar à superficialidade de análise a onda de protestos estudantis, porque estes teriam sido, inevitavelmente, mais violentos, se tal análise houvesse sido aprofundada. E mais cedo se descobriria, então, o verdadeiro alcance do atentado que os documentos representavam contra a soberania nacional, já denunciado, anteriormente, pelo professor Roberto Lyra, decano da Faculdade de Direito da Universidade da Guanabara: “Os erros e necessidades de nossa universidade estão servindo de pretexto para a sua desnacionalização. O remédio para as necessidades é satisfazê-las e, para os erros, é corrigi-los, sem a palmatória estrangeira manejada em causa própria... A assistência técnica vem sendo o disfarce para a penetração que agora visa a redução de maiores responsabilidades na formação das elites e a última resistência da cultura... A penetração descaracterizadora e desfibadora culmina no *uniforme* com o barrête quadrangular para a colação de grau. É o enquadramento simbólico da cabeça de alunos e professores... Mas, nós não temos crânios quadrados ou a enquadrar, mas cérebros livres e criadores” (*Correio da Manhã*, 15 set. 1966).

O movimento contra os Acordos MEC-Usaid atingiu o clímax quando o próprio ministro da Educação, Tarso Dutra, embora alegando desconhecer-lhes os textos, se comprometeu a revê-los, “em todos os pontos considerados inconvenientes aos interesses do Brasil”. Em 26 de abril de 1967, ante a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, perguntado se os tinha lido, ele afirmou: “Não, não li, mas quando ler, se for nocivo ao interesse nacional, eu modifico” (*Jornal do Brasil*, 30 abr. 1967). Por seu turno, o diretor de Ensino Superior do Ministério da Educação, professor Carlos Alberto del Castillo, declarou a uma comissão designada por 600 estudantes universitários, concentrados no pátio do ministério, que “todas as comissões dos acordos entre o MEC e a Usaid foram destituídas, para permitir a revisão dos documentos” (*Jornal do Brasil*, 28 abr. 1967).

O simples enunciado de que poderia sofrer revisão uma conquista que os americanos já tinham como inquestionável bastou para que se denunciasse a ação do chamado “dedo comunista”, cuja presença etérea – e insuscetível de comprovação – era assinalada sem-

pre que algo não ia exatamente conforme aos desígnios de Washington. Em face do corolário desse conceito, ou seja, a satisfação oficial norte-americana seria o único atestado válido da ausência do “dedo comunista”, o sr. Tarso Dutra se penitenciou de suas dúvidas e hesitações – na verdade, evasivas políticas – quanto à axiomática “boa-fé” das intenções dos Estados Unidos e, poucos dias depois, sentenciou que nada havia a revisar nas diretrizes dos acordos, “porque nada continham de atentatório aos interesses do país”. Na oportunidade, o ministro ratificou, “expressamente em definitivo”, o convênio relativo ao “assessoramento, expansão e aperfeiçoamento, a curto e longo prazos, do sistema de ensino superior”. Indagado sobre a repercussão do seu ato no movimento estudantil, acrescentou que nada o faria voltar atrás em suas decisões – uma frase, na melhor das hipóteses, leviana, em se tratando de um homem público – “e o Brasil todo poderá entrar em greve, até mesmo com apoio de outros países” (*Jornal do Brasil*, 10 maio 1967). Logicamente, os EUA, único país capaz de tais apoios, não se interessaram em promover essa greve, ao contrário do que acontecera com as Marchas da Família com Deus pela Liberdade, pois os desejos norte-americanos eram, como nunca, imediatamente atendidos. Os Acordos MEC-Usaid estavam aí para demonstrá-lo.

Foi no ensino primário que os convênios funcionaram melhor, devido aos contatos que os americanos já mantinham antes com os governos estaduais, que controlavam 60% a 70% da rede nacional de instrução elementar. Além do mais, a União tinha sob sua gestão direta outros 20% e controlava 80% dos recursos destinados ao setor.

O ensino médio constituiu a área mais difícil para a infiltração norte-americana, porque 65,8% dos estabelecimentos secundários estavam nas mãos de particulares: padres, organizações religiosas e empresários. Os padres, em parte bafejados pelos ventos de renovação que sopravam do Vaticano, resistiram à intervenção, enquanto a maioria dos empresários desse próspero ramo de negócios não precisava de sócios. Por isso, o ensino médio foi a área em que a infiltração esbarrou em maiores dificuldades, embora fosse, também, aquela que apresentava menor prioridade e importância para os EUA.

No ensino superior, em que 80% dos recursos eram federais, a autonomia de cada universidade impediu, durante muito tempo, o estabelecimento de um convênio geral. Para reduzir essa autonomia, a tática

ca consistiu, inicialmente, em diminuir a independência dos reitores, num conselho que foi instalado no Rio, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, sob a direção efetiva de Atcon. Além disso, centralizaram-se as verbas, entre outras medidas tendentes a destruir a autonomia. O próximo passo seria transformá-las em fundações. Este passo foi adiado pela crise que abalava o setor e que já produziu a demissão de duas comissões de planejamento. No governo Costa e Silva, foi constituída a terceira, sempre com a indefectível participação dos representantes da Usaid. Os brasileiros mudavam, mas não os Klotsche, Hoge, Ryder e Hunter, muito mais agentes políticos do que técnicos educacionais, com seu número indeterminado de assessores e secretárias, e, sobretudo, seus elevados salários, que os tornavam os únicos a se dedicarem de maneira constante e integral. Eles eram, afinal, nisso tudo, os únicos que trabalhavam pelo futuro do seu país, afora, evidentemente, os estudantes, que continuavam a protestar contra os lesivos acordos.

A Usaid pensava em consolidar a dominação ideológica e cultural dos EUA no Brasil e na América Latina; os estudantes, na defesa dos interesses nacionais. Enquanto isso, o que ia na mente de Roberto Santos, da Bahia, Paulo Ernesto Tolle, do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), Carlos Veloso, da Secretaria-Executiva de Capes, Maria Aparecida Pourchet Santos, da Escola de Química de São Paulo, José de Oliveira Campos, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Newton Sucupira, da Universidade de Pernambuco, e mais Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Paulo Acióli Sá, João Paulo de Almeida Magalhães, Rubens D’Almada Horta Porto, Heitor Moreira Herrera, Rubens Maciel e Valmir Chagas, integrantes das sucessivas comissões brasileiras? A hipótese preferível é a de que não pensavam, ou não tiveram tempo para isso, já que, segundo algumas versões (as mais otimistas), haviam sido convocados em cima do laço para compor a Equipe de Planejamento do Ensino Superior, uma das três em que se dividiu o plano norte-americano. As outras duas eram a de Reforma Administrativa das Universidades Brasileiras, chefiada por Atcon em pessoa, e a de “mudança” da Situação do Ensino nas Faculdades de Filosofia (por “mudança” entendia-se aí, primordialmente, o desmembramento da FNF, a cargo dos srs. Jorge Little, da Escócia, e Alex Stepanenco, da Universidade Federal de Juiz de Fora).

É possível, também, que os brasileiros das comissões, reduzidos à condição de aprendizes de planejadores educacionais a partir do momento em que o Brasil abdicou do direito e da responsabilidade desse planejamento, nem se tenham dado, por desinteresse ou humilhação, ao trabalho de ler os pronunciamentos das autoridades norte-americanas que criaram o Ponto IV, nem o Relatório Aicon. Tampouco a justificativa do *Projeto Camelot* pelo diretor da Organização de Investigação de Operações Especiais (Soro) da Universidade de Washington, Dr. Vallance, que explicou ao Subcomitê sobre Movimentos e Organizações Internacionais da Câmara de Representantes dos EUA: “O crescente papel do Exército na assistência militar e na ação civil faz-nos dirigir a atenção para a necessidade de uma melhor compreensão dos processos de desenvolvimento social e político, e para o modo como as rápidas mudanças da sociedade – estimuladas por muitos programas dos Estados Unidos nos países em desenvolvimento – poderiam realizar-se sem uma ruptura da ordem social e sem a resultante oportunidade para a penetração comunista e seu possível assenhoreamento da situação. De sorte que o problema de antecipar-se à ruptura social e à sua concomitante violência e destruição converte-se num ponto muito significativo. Paralelo ao problema da antecipação, está o de identificar com maior clareza que ação deveria ser realizada pelo governo local ou com ele, a fim de favorecer a mudança e, simultaneamente, prevenir a ruptura da ordem social”.

Talvez aqueles pseudoplanejadores não conhecessem, igualmente, as palavras do general William W. Dick, chefe de Investigações e Desenvolvimento do Departamento do Exército norte-americano, ao confessar, pesaroso, ante a citada Câmara de Representantes, a falência antecipada do *Projeto Camelot*: “O *Camelot* está fora de questão, terminou. Os objetivos do *Camelot* – procurar alcançar o tipo de informação social e científica que permita uma melhor resposta ao futuro – continuam sendo tão importantes agora como sempre o foram. Teremos de configurar outro caminho para levar a cabo nossos objetivos”.

Mas, se os brasileiros das comissões de planejamento do nosso ensino superior desconheciam esses textos, deviam confessar, também, pesarosos ou não, a sua falência intelectual, porque os estudantes, seus alunos, já haviam analisado, detidamente, as afirmações norte-americanas, num estudo que um grupo de universitários do Rio fez

sobre a educação no Brasil e o Acordo MEC-Usaid. Naquelas palavras de Vallance e do general Dick, os estudantes encontraram, para denunciar no estudo de 20 laudas, a confirmação da sua tese: “Sabemos que a política externa dos Estados Unidos não se interessa realmente pela democracia autêntica e, sim, exclusivamente, pelos governos que favorecem, incondicionalmente, a política norte-americana. A intervenção cultural nos países da América Latina é um fato recente. Ela tenta ser a garantia de que o desenvolvimento nesses países obedecerá às perspectivas político-ideológicas norte-americanas” (*Jornal do Brasil*, 7 maio 1967).

Quanto aos ministros da Educação que o Brasil teve depois de abril de 1964, há fortes indícios de que estavam cientes disso. Agiram, por conseguinte, de caso pensado, e não paira qualquer dúvida sobre a sua responsabilidade pela intervenção norte-americana em nosso planejamento educacional. Daí o sigilo criado em torno dos convênios. Era preciso assiná-los às pressas e o pretexto invocado foi o de condicionamento da obtenção de verbas aos prazos dos EUA, cujo ano fiscal não coincidia com o brasileiro. Em nome da urgência na concessão dos dólares, o Conselho Federal de Educação abriu mão de suas atribuições e responsabilidades legais – as de “adotar e propor modificações e medidas que visem à expansão e ao aperfeiçoamento do ensino”, segundo o artigo 90 da Lei de Diretrizes e Bases –, e aprovou algo que não estudara nem conhecia. Nem a imprensa nem o Congresso Nacional tiveram o acesso facultado às reuniões em que se tramou a assinatura dos convênios ou aos seus resultados. O ministro Tarso Dutra esteve em vias de ser processado por crime de responsabilidade, a pedido do deputado Márcio Moreira Alves, “por não ter informado, até agora, os termos do Acordo MEC-Usaid, solicitados desde 28 de março” (*Jornal do Brasil*, 13 out. 1967).

Tarso Dutra devia saber do caráter pernicioso dos acordos, do contrário não infringiria o dispositivo regimental que considera crime de responsabilidade um ministro deixar de responder, no prazo de 30 dias, a pedido de informação do Poder Legislativo, desrespeitando, assim, a Constituição. E os próprios norte-americanos mais realistas viam os acordos destinados ao fracasso (apesar das promessas do governo brasileiro de que seriam executados), porque julgavam os problemas educacionais do Brasil, “importantes demais para que possam ser entregues a uma comissão de cinco planejadores de desenvolvi-

mento americanos” (Ted Goertzel, MEC-Usaid, ideologia de desenvolvimento americano aplicada à educação superior brasileira, *Revista Civilização Brasileira*, nº 14, jul. 1967, p. 123-137).

A estudantes da Universidade de Stanford, Califórnia, que lhe perguntavam, candidamente, as razões das críticas da opinião pública brasileira aos convênios, o sr. Epílogo de Campos, um dos muitos chefes que passaram pela Diretoria do Ensino Superior do MEC, teve de mentir: “É porque só agora estão sendo largamente difundidos... O presidente Costa e Silva me confidenciou sua preocupação por certas críticas feitas até por representantes do clero, e estas não podem ser bem compreendidas pelo governo americano. Recomendou, então, a divulgação ampla, para que a mocidade e o governo dos Estados Unidos compreendam estas críticas”.

Provavelmente embaraçado ante as indagações dos universitários norte-americanos, o sr. Epílogo de Campos resolveu, para encerrar o assunto, acrescentar outra explicação, que deve ter esclarecido os mais argutos dos jovens: “Nossa maior e natural vinculação é com o governo dos EUA, pelas tradições que ligam os dois países e pela ideologia, forma de governo, mesma maneira de pensar e porque sempre estivemos ligados ao país de vocês, porque defendemos os mesmos ideais” (*Jornal do Brasil*, 27 jul. 1967).

Depois da franqueza dessa justificativa, tudo ficou mais claro: a tese segundo a qual “o que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil” continuava a prevalecer, apesar da mudança de ditador. E o movimento estudantil, ante a repressão policial e os acordos com a Usaid, não tinha a mínima razão para acreditar na veracidade e na força das chamadas “componentes nacionalistas e democráticas” do governo Costa e Silva. Só restava-lhe o desenvolvimento, cada vez mais aprofundado, de suas lutas e campanhas de protesto. E foi o que ocorreu – com altos e baixos que veremos adiante. As perspectivas só podiam ser de enrijecimento da rebelião dos jovens, já que os Acordos MEC-Usaid não podiam coexistir com o mais elementar diálogo com as autoridades governamentais.

CAPÍTULO XI

A REBELIÃO DOS JOVENS CONTRA A DITADURA

DA VAIA EM CASTELO AO MASSACRE DA PRAIA VERMELHA

A repressão policial-militar e a interferência norte-americana, características marcantes da política educacional do governo Castelo Branco, encontraram, de início, o movimento estudantil desmantelado. Os principais dirigentes, entre eles Aldo Arantes e Betinho (Herbert José de Souza), que encarnavam a liderança estudantil católica nos últimos anos da 4ª República, se viram forçados ao exílio, com a deposição de Goulart. E os que não estavam exilados ou refugiados em embaiadas latino-americanas no Rio de Janeiro se achavam presos ou foragidos. O ministro da Educação aproveitou o momento para sugerir ao chefe do governo, em 4 de junho de 1964, o envio de mensagem ao Congresso Nacional, extinguindo a UNE, a UME, a Ubes, as UEEs e outras entidades de representação estudantil, de grau superior ou médio, e substituindo-as por uma estrutura mais facilmente controlável pelas autoridades: o Diretório Acadêmico (DA), em cada faculdade; o Diretório Central de Estudantes (DCE), em cada universidade; o Diretório Estadual de Estudantes (DEE), em cada capital de estado ou território onde existisse mais de uma universidade, ou uma universidade e um ou mais estabelecimentos isolados de ensino superior.

De imediato, a única reação estudantil, ante o fechamento de todas as suas entidades representativas, consistiu num telegrama, em que o então presidente da União Metropolitana dos Estudantes, Antonio Figueira Filho, pediu ao marechal Castelo Branco que não aceitasse a sugestão do seu ministro:

“Universitários cariocas, através de seu órgão representativo, diri-

gem-se respeitosamente a V.Ex.^a, face sugestão ilustre ministro da Educação extinção entidades estudantis, a fim de ponderar sobre fato inédito nossa vida política. Acreditamos patrióticos princípios e ideais democráticos grande maioria estudantes nacionais. Apelamos V.Ex.^a evitar marginalização juventude brasileira permitindo sejam reorganizadas suas entidades representativas. Lembramos ilustre presidente continuamos disposição V.Ex.^a conforme entendimento verbal Rio, a fim de apresentar sugestões relacionadas entidades estudantis”.

Como se vê, os estudantes chegaram a tentar o diálogo com as novas autoridades, através da parcela de sua liderança que escapara à repressão. Esta parcela, sob o comando da União Metropolitana dos Estudantes, era integrada, fora do Rio, pelas três uniões estaduais que, apesar de progressistas, foram consideradas “reacionárias” pela UNE sectária do final do governo Goulart: as de Pernambuco, Paraná e de Minas, esta de posição centrista. Com elas, se empreendeu a reorganização do movimento. O governo conseguiu, com a sua intransigência e insensibilidade, um efeito contrário aos seus objetivos confessados: o declínio da liderança católica e a ascensão da marxista. Enquanto a AP, desorganizada pela repressão, se refugiava em São Paulo – onde estabeleceu, a partir daí, o seu quartel-general –, os marxistas, mais preparados estruturalmente, passavam a desenvolver ações no sentido da formação, no plano nacional, de uma frente, com lucidez política suficiente para entender que, naquelas circunstâncias, ela não poderia ser constituída sob hegemonia esquerdista.

A frente surgiu na reunião extraordinária do Conselho Nacional dos Estudantes, em 24 e 25 de junho de 1964, na sede na UME, no Calabouço, no Rio. Com a presença de representantes de 12 presidentes de uniões estaduais, se elegeu a Junta Governativa que, em regime de colegiado, deveria dirigir a UNE, cuja diretoria, com mandato até 20 de julho, fora dissolvida. A junta, não reconhecida pelo ministro Flávio Suplicy de Lacerda, se compunha dos presidentes das uniões estaduais de oposição à UNE de José Serra: Antonio Figueira Filho, da UME; José Tinoco de Albuquerque, de Pernambuco; Ronaldo Antonio Botelho, do Paraná; e Elcio Spínola de Castro, de Minas Gerais. Os objetivos imediatos dessa junta – da qual partiu a primeira resistência estudantil organizada contra a violência governamental – eram a derrota, no Con-

gresso, do projeto de extinção da UNE; a recuperação da sede da entidade e a realização, em princípios de 1965, do 27º Congresso Nacional.

O acerto da política de frente, aplicada naquela fase crítica e caótica do movimento, ficou comprovado não só com a primeira tomada de posição coletiva contra o projeto da Lei Suplicy, como também, logo após, com as prisões de dois dos quatro membros da junta, os presidentes das UEEs de Pernambuco e Minas.

A VAIA EM CASTELO

No início de 1965, a UNE convocou outro conselho para eleger, com mandato-tampão, o presidente que a dirigiria até o 27º Congresso, marcado para julho. A escolha, na base de uma composição bastante ampla – devido ao clima policial no país –, recaiu num trabalhista do grupo de Luterio Vargas, Alberto Abissâmara, de tendência evidentemente progressista, embora o grupo mais radical o acusasse de oportunismo. A gestão de Abissâmara, depois assessor sindical do governador Negrão de Lima, não teve maior importância, dado o seu caráter transitório, embora colhesse os primeiros frutos do trabalho de reorganização, acelerada depois da aprovação pelo Congresso Nacional, em outubro do ano anterior, da Lei Suplicy de Lacerda: a UME preparava um plebiscito nacional sobre essa lei, enquanto Castelo Branco recebia uma estrondosa vaia, na presença do corpo diplomático, na aula inaugural da Universidade do Brasil, em 9 de março de 1965, na Escola Nacional de Arquitetura, na Ilha do Fundão. Cinco dos estudantes que vaiaram o chefe do governo foram presos pela Polícia do Exército, o que não impediu que o fato se repetisse na aula inaugural da Faculdade Nacional de Filosofia, onde quase todos os estudantes se retiraram ao ser anunciada a palavra do ministro Luís Viana Filho, chefe da Casa Civil da Presidência da República e, depois, governador da Bahia, também devidamente vaiado.

As prisões no Fundão sacudiram o movimento, provocando a solidariedade e a mobilização dos diretórios acadêmicos e da UME, que emitiu, a propósito, a seguinte nota oficial:

“A União Metropolitana dos Estudantes da Guanabara, coerente com suas tradições de entidade de vanguarda na defesa e aprimoramento das liberdades democráticas e dos

princípios constitucionais, em vista dos incidentes ocorridos durante a aula inaugural da Universidade do Brasil na Ilha do Fundão, vem, de público, em nome de 20 mil universitários da Guanabara, esclarecer o seguinte: 1) os fatos verificados durante a aula inaugural não foram promovidos por nenhuma entidade estudantil, mas, sim, produto de um movimento espontâneo dos estudantes ali presentes, como manifestação de repúdio à política do atual governo, com relação ao movimento estudantil; 2) a posição assumida por todas as entidades estudantis da Guanabara foi a de não participação estudantil nas solenidades de abertura do ano letivo da UB, em sinal de protesto pacífico contra as medidas adotadas pelo governo, de liquidação do movimento estudantil: fechamento de DAs, punições e prisões por motivos políticos; 3) outrossim, achamos que a referida manifestação é um produto automático das ações do governo, contrárias aos interesses estudantis e seus sentimentos democráticos; 4) assim protestamos, energeticamente, contra a prisão arbitrária de nossos colegas e assegurando-lhes, de público, integral cobertura e solidariedade quando da apreensão dos incidentes pelo Conselho Universitário da UB, único órgão com apreciação legal para julgá-los” (Correio da Manhã, 16 mar. 1965).

O Conselho Universitário aprovou, não obstante, a suspensão de 30 dias, recomendada para os estudantes presos pela comissão especial incumbida de apurar as origens da vaia a Castelo Branco. Nem de leve passou pelas doudas cabeças da comissão que tais origens pudessem estar na Lei Suplicy, responsável maior pela rebelião latente. Os manifestos e, depois, as vaias constituíram os primeiros sintomas dessa rebelião.

Os estudantes haviam começado por se dispor a um diálogo com a ditadura, através da UME, no sentido de poupar suas entidades. Balizados em suas tentativas e decepções ante a insensibilidade governamental, expressaram seu desalento e desagrado em manifestos. A vaia foi o estágio seguinte, também obedecendo a um processo ascendente, em escala hierárquica. Principiaram por baixo, vaiando professores e diretores de faculdades, alguns dos quais não conseguiam se

fazer respeitar senão através de choques da Polícia Militar. Daí evoluíram os jovens, de vaia em vaia, até o marechal Castelo Branco.

O fato de terem sido as faculdades os focos donde se irradiou o processo de vaias encontra explicação nas inestimáveis contribuições de alguns dos professores ao *Festival de Besteira que Assola o País* (Febeapá), fenômeno denunciado pelo brilhante jornalista e escritor carioca Sérgio Porto, sob o pseudônimo de Stanislaw Ponte Preta. Para ficarmos apenas em manifestações mais epidêmicas do fenômeno, transcrevemos aqui o segundo texto para verificação da prova de Latim, no vestibular de 1965, na Faculdade Nacional de Direito: “Narram os nossos chefes militares que, no dia 31 de março de 1964, o valoroso Exército brasileiro restituiu a ordem e os bons costumes à nossa pátria, que nos é mais cara que a própria vida, porque não lhe faltaremos jamais e a defenderemos com o nosso sangue”. Detalhe: em dado momento, um professor invadiu as salas de prova para avisar aos vestibulandos que o termo *valeroso* podia ser vertido como *glorioso*, se preferissem, “porque nosso Exército é, também, muito glorioso”. Os chefes militares não de ter percebido o grosseiro puxa-saquismo do professor que os tornou substitutos de César na versão. Era o tipo de ajuda dispensável por eles, como bajulação contraproducente, sobretudo na FND, cenário, em outubro de 64, de uma greve contra o terrorismo cultural, a primeira no país depois do golpe. Por isto, no dia 23, fui um dos alunos que a Congregação resolveu suspender por seis meses, com entrada proibida na faculdade, decisão revogada alguns dias depois.

Em 1º de abril de 1965, talvez para comemorar a restituição da ordem e dos bons costumes de que falava a versão de latim, o Conselho Universitário, presidido pelo reitor Pedro Calmon, dissolveu a diretoria do Caco que promovera aquela greve, presidida por Fernando Barros da Silva, que acabaria tendo os seus direitos políticos suspensos por dez anos, em novembro do ano seguinte. Na faculdade, ele já fora suspenso três vezes, com inúmeros outros colegas, o que gerou um clima de guerra entre alunos e professores. Na noite de 12 de abril, após a suspensão, por 60 dias, dos membros da diretoria dissolvida do Caco, o professor Hélio Gomes, diretor da faculdade, solicitou, mais uma vez, o concurso de agentes do Dops e de choques da Polícia Militar para impedir uma reunião de protesto programada pelo corpo discente. A dissolução do encontro, além de resultar em ferimentos e prisões, redundou na suspensão das aulas.

O REPÚDIO À LEI SUPPLY

Acentuava-se, concomitantemente, o repúdio à Lei Suplicy (nº 4.464), formalizado, no plebiscito nacional patrocinado pela UNE, por 92,5% dos universitários. A campanha contra a Lei Suplicy tonificou o movimento estudantil, que, em julho de 1965, realizou, afinal, o 27º Congresso da UNE, em São Paulo, onde, no mês anterior, uma greve paralisara mais de sete mil alunos da USP, contrários “a quaisquer medidas ameaçadoras da democratização do ensino, tendência geral da atual política educacional brasileira” (*Correio da Manhã*, 8 jun. 1965).

O congresso contou com a participação de 313 das 450 representações acadêmicas existentes no país e elegeu para a presidência da entidade o paulista Antônio Xavier. O predomínio da AP se mostrou na principal decisão que o congresso deveria tomar: a participação ou não dos estudantes nas eleições convocadas para os diretórios acadêmicos e centrais, segundo o Decreto nº 56.241, que regulamentara a Lei Suplicy. Os comunistas responderam afirmativamente, enquanto a corrente integrada pelos independentes e pela AP, Polop (Política Operária), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e outras facções menores se pronunciou contra, o que ocasionou a primeira divisão no movimento depois do golpe, passando os comunistas à oposição interna.

Os reflexos da cisão não se fizeram esperar: os progressistas perderam muitas das entidades que ainda controlavam e os diretórios acadêmicos livres – formados a partir de agosto, depois do 27º Congresso – tinham sua eficácia algo reduzida, por serem compostos fora das universidades, como o Caco-Livre, por exemplo, que se reunia no bar defronte à faculdade, apelidado, por analogia ao exílio das lideranças políticas nacionais, de Uruguai. A não-participação nas eleições, como protesto contra a Lei Suplicy, equivaleu, assim, à automarginalização dos progressistas, fator que, aliado à subestimação das reivindicações de caráter educacional e a novo surto de repressão policial-militar, voltou a enfraquecer o movimento.

Não se deve, entretanto, depreender daí que os DAs Livres tenham deixado de cumprir papel importante. Pelo contrário, desde o seu aparecimento, em franca transgressão à Lei Suplicy, desenvolveram intensíssima atuação nas passeatas promovidas pela UNE – destacan-

do-se a de solidariedade aos estudantes mineiros –, na campanha contra a destruição da Universidade de Brasília e no Congresso da UNE.

O Caco-Livre, por exemplo, constituído pela vontade da maioria esmagadora dos alunos da Faculdade Nacional de Direito, o que o credenciava como órgão de massas autenticamente representativo, manteve uma atitude constante de denúncia e resistência ante a ditadura, mas foi obrigado a reconhecer o erro de sua ausência da faculdade, embora atribuindo a omissão às necessidades do “intensíssimo trabalho externo” e não, propriamente, à orientação traçada pelo 27º Congresso. Ao reabrir a discussão sobre o boicote às eleições estudantis oficiais, após quase um ano de prática, através do *Caco-Livre*, seu órgão de imprensa, admitiu tal falha, ao mesmo tempo criticando “certos modos formalistas de encarar o Caco-Livre”:

“...este não é um diretório como os de antes de 1º de abril. Até então o DA era um organismo dos alunos e somente ele expressava o pensamento e os interesses reivindicatórios e políticos do corpo discente – e como tal era aceito e respeitado pelos demais órgãos universitários... Objetivamente, o propósito da lei é extinguir o movimento estudantil, por ser o único setor organizado a se opor à ditadura: daí criar uma estrutura como a dos sindicatos estudantis oficiais espanhóis... Ao mesmo tempo, todo o aparelho administrativo do DA foi desmontado: o que a gestão Reforma (N. do A.: o partido progressista na política interna da faculdade) conseguiu (cooperativa, Departamento de Edição, controle do restaurante, cantina, biblioteca, queda do Regimento Interno, aumento de vagas para 600, etc.) foi tudo extinto ou passou para a diretoria da faculdade. Sob a orientação direta do MEC-Dops, essas medidas visavam a tirar do DA instrumentos de trabalho, ação e ligação com a massa... Ora, de um lado a repressão da Lei Suplicy; de outro, a da polícia e dos órgãos do governo e, por fim, a necessidade de levar o movimento estudantil a uma posição frontal à ditadura – tudo isso fez o Congresso Nacional de Estudantes, em julho de 65, se definir pelo boicote à Lei Suplicy e passar a uma forma de luta superior, o DA livre... Foi nesse sentido que a Convenção da Reforma optou pelo Caco-Livre. Um

DA que dispensaria à ditadura fechá-lo, pois estava fora do controle da Lei Suplicy; um DA que leva o apoio da maioria do corpo discente, obtido numa campanha de um dia, numa eleição realizada na rua e empossado nela mesma... A partir daí foi o Caco-Livre jogado num intensíssimo trabalho externo... tudo demandou de nossa parte uma atuação de vanguarda, levando à ausência da faculdade e do vestibular, o que permitiu ao DA-ALA (N. do A.: o partido reacionário) empulhar o corpo discente com “realizações” possíveis apenas com a proteção oficial-policial (vide a passeata policial organizada pelo DA-Suplicy); e sobretudo poder empulhar com falsas posições progressistas que nada mais são que reflexos da disputa interna na classe dominante, de cujo poder decisivo o sr. Carlos Lacerda foi aliado. Reconhece a diretoria do Caco-Livre grave erro na dispersão de forças causada pela sua ausência na faculdade... Mas o que importa, agora, neste 50º aniversário do Caco, não é simplesmente uma luta contra a ALA, nem a posse da sala do DA. A tarefa é unir todos os estudantes contra a ditadura, pois, enquanto esta perdurar, a universidade será arcaica e opressiva. Por isso, o Caco-Livre é representativo, por isso o Caco-Livre permanecerá até a derubada da ditadura”.

Dessa análise, a última frase é a única que não corresponderia à realidade, uma vez que o Caco-Livre não permaneceu até o fim da ditadura. Quanto à “tarefa de unir todos os estudantes contra a ditadura”, também não se concretizou da forma esperada. Ao invés da unidade, novamente a divergência, às vésperas do Congresso de Belo Horizonte, o 28º da UNE. De um lado, os socialistas de tendência marxista, querendo um congresso amplo e de massa; de outro, a AP se batendo por um conclave restrito e clandestino, ao qual levaria, como plataforma, a criação do MCD (Movimento Contra a Ditadura), frustrada pela esquerda não-católica, vitoriosa em sua tese pela participação nas eleições estudantis, que geraria a recuperação dos diretórios acadêmicos pelas forças democráticas. Era, na verdade, uma nova forma de derrotar Suplicy e repudiar a política do marechal Castelo Branco, não implicando, absolutamente, concessões por parte dos estudantes. Tratava-se, apenas, de mudança de tática.

A REJEIÇÃO DO “DIÁLOGO”

Os estudantes se sentiam em condições de superar, qualquer que fosse o terreno, o homem que disse ter encontrado as universidades “com agitadores e pequenos ladrões transformados em líderes” (*Diário de Notícias*, 13 ago. 1965) e que os chamava de “escorpões” (*Jornal do Brasil*, 20 ago. 1965), essa nulidade a quem o governo confiara o Ministério da Educação. Incapaz de convencer os estudantes a participarem das eleições – no Rio, por exemplo, os representantes de 42 diretórios acadêmicos se recusaram, em 30 de agosto de 1965, a eleger o Diretório Estadual que deveria substituir a UME –, Suplicy logo passou recibo de sua mentalidade totalitária, ao concluir, ante a oposição encontrada, que “a simples discussão do assunto está a demonstrar que há ainda colônias de vírus entre estudantes a ameaçar o futuro de um povo inteiro” (*Diário de Notícias*, 13 ago. 1965).

Suplicy recorreu aos únicos métodos “educacionais” que conhecia: mandou fechar os diretórios que repudiaram a sua lei e decretou intervenções, com bombas e cassetetes; apelou, enfim, para o SNI e autoridades policial-militares. Tal a ferocidade do ministro que, perto dele, até o general Juraci Magalhães, então ministro da Justiça, pôde posar de bom-moço, ao anunciar que tinha em mãos um pedido de Suplicy sobre a extinção da UNE, mas que isso não permitiria ao governo “dialogar” com os estudantes, sendo necessária para tanto “uma entidade genuinamente estudantil” (*Diário de Notícias*, 8 dez. 1965).

Percebendo o alcance da manobra, conjunção da burrice totalitária de Suplicy com o oportunismo carreirista de Juraci, a UNE repudiou, em manifesto assinado pelos seus diretores, o “diálogo” proposto pelo governo, definindo-o como “tentativa de encobrir a impopularidade de uma ditadura repudiada pelos brasileiros, porque estes têm consciência de que sua vontade não é respeitada, e que a democracia inexistente no país”. Explicava o documento que “são os autores da perseguição e da violência que hoje falam em diálogo. Falam de aproximação. Falam de entendimento. O que na verdade propõem é que esqueçamos os gritos de colegas como Rui Guerra, da União Pernambucana dos Estudantes, torturado na prisão. O que na verdade propõem é que esqueçamos os 3.000 universitários presos, expulsos, ex-patriados, desde 1º de abril de 1964. Querem que ignoremos a mão esfacelada do colega Ezequias Gomes, ferido na Guanabara. O que na verdade propõem é que abandonemos um diretor da UNE, Heitor de

Laola, preso há meses no Ceará. Propõem anular a juventude. Molá-la fascista, violenta, corrupta, transformá-la em força de peleguismo e não de renovação”. No mesmo manifesto, a UNE acusou o governo de, por meio da Lei Suplicy, acenar “com a bandeira da corrupção, através da promessa de um bilhão de cruzeiros, a oportunidades sempre repudiadas nas eleições estudantis” (Sulamita de Brito, A crise entre estudantes e governo no Brasil, revista *Paz e Terra*, nº 3, 1966, e *Correio da Manhã*, 17 dez. 1965).

Com a rejeição do seu “diálogo”, Juraci mostrou as unhas, encaminhando o processo de fechamento da UNE, que, em menos de 10 dias, passou, nas suas palavras, de entidade “genuinamente estudantil” a “francamente subversiva”. A UNE reagiu, advertindo que resistiria ao fechamento e denunciando o governo como “ditadura militar de traição nacional... um governo que prende sem crime e condena sem julgamento, que impede o direito de crítica e de protesto, espanca e tortura quando julga necessário”. Na Faculdade Nacional de Direito, por exemplo, seria preso, logo depois, o quartanista Rodrigo de Faria Lima, enquanto continuava a tramitar, na Justiça Militar, o IPM do Caco, denunciando sete estudantes que promoveram uma assembleia-geral em defesa do governo constitucional de Goulart. Era um dos IPMs estudantis, pois havia o da UNE, o da FNFi, etc.

AS LIÇÕES DAS PASSEATAS

Estávamos em 1966, ano importantíssimo na história do movimento estudantil brasileiro, que partiu da temática das liberdades democráticas para a denúncia da intervenção norte-americana na educação e em outros setores da vida nacional. Da condenação à forma totalitária do governo evoluiu para a denúncia de seu conteúdo antinacional, “fruto da própria dependência da burguesia e do latifúndio ao sistema econômico norte-americano”. As lideranças se aprofundavam nas reivindicações universitárias, recomendando, como o fez o Diretório Central de Estudantes da Universidade do Brasil, que os alunos não pagassem a anuidade instituída a partir desse ano. Não pelo que – 28 mil cruzeiros antigos – representasse, pecuniariamente, mas pelo que simbolizava em termos de cumprimento da orientação norte-americana de privatizar o ensino brasileiro, mediante a transformação das universidades federais e estaduais e dos colégios públicos secundários, como o Pedro II, em fundações.

A mobilização, que empolgaria o país, se irradiou a partir de Minas, na primeira quinzena de março, quando uma passeata em Belo Horizonte foi brutalmente reprimida pela polícia, que chegou mesmo a violar templos católicos, como a Igreja de São José, para espancar estudantes e mulheres, lá refugiados. Os espancamentos desencadearam passeatas de solidariedade no Rio, nos dias 19 (mais de três mil alunos) e 24 (cerca de cinco mil) daquele mês, e em São Paulo, em 18 (dois mil), além de manifestações em outros pontos do país, como Paraná e Espírito Santo.

Da passeata realizada dia 19 no Rio, por iniciativa dos DAs livres, o Caco-Livre, conforme divulgou, extraiu as seguintes lições:

“...A primeira dessas lições diz respeito ao caráter do governo Negrão de Lima, eleito com um sentido de oposição à ditadura. Como a de Israel Pinheiro, sua política revelou-se um instrumento fiel à ditadura, peça importante do aparelho repressivo que esmagou os movimentos populares... Desmascararam-se assim, na primeira oportunidade, as falsas oposições interessadas somente numa composição com a ditadura em termos mais favoráveis às suas bases econômicas de sustentação e sempre temerosas diante do fortalecimento e da organização dos movimentos populares. A segunda lição extrai-se da primeira. Reafirma-se a necessidade de organização popular, independente, para conduzir a luta contra a ditadura e canalizar todos os esforços isolados para sua derrubada... Entretanto, talvez o mais útil de todos os ensinamentos tenha sido o de que já nos é possível resistir ativamente à repressão policial. Desde o golpe de 1º de abril, os estudantes reagiram sempre ao ser lançada pela polícia a primeira bomba (passeata do Calabouço, de repúdio ao Ato Institucional nº 2 na Central, etc.). Desta vez, porém, graças à evolução da consciência estudantil, mas, sobretudo, ao nível de organização imprimido à passeata, foi possível frustrar-se a ação da polícia, desmobilizando-nos e nos reunindo mais adiante e depois utilizando o artifício de caminhar por entre os carros, o que permitiu estender o percurso da passeata até a Praça da República. Não há dúvida de que, da próxima vez, a repressão também terá aprendido a lição. Devemos, por isso, ter em mente a necessidade de um preparo cada vez maior para enfrentar a polícia da ditadura. Esse é o caminho que o

movimento estudantil decidiu tomar e que o levará a fundir-se nas ruas com o resto do povo oprimido pelo atual regime”.

As passeatas irritaram o governo e reanimaram a oposição, à medida que ampliavam o movimento estudantil, mobilizando-o, também, para a invasão dos restaurantes universitários, arbitrariamente fechados, e para as greves contra o pagamento de anuidades. Aos cartazes estudantis de *Abaixo a ditadura, Viva a soberania nacional. Povo sim, ditadura não, Abaixo o imperialismo, O voto é do povo e Se são fortes, abram as urnas*, bem como ao Hino Nacional – entoado em todas as passeatas –, o povo reagia, invariavelmente, com aplausos e chuvas de papel picado do alto dos edifícios.

O CONGRESSO DE BELO HORIZONTE

Nesse crescendo de mobilização e entusiasmo, chegou-se ao 28º Congresso Nacional de Estudantes, considerado legal pelos seus organizadores – sob alegação de que “o decreto presidencial que determinou o fechamento da UNE por seis meses já terminou” – e ilegal pelo sr. Bias Fortes Filho, secretário de Segurança de Minas, estado escolhido para a sua realização.

Prevaleceu a consideração policial: o congresso foi proibido pelo governo federal; a sede da União Estadual dos Estudantes de Minas, fechada pelo Departamento de Vigilância Social e ocupada, “por prazo indeterminado”, pela Polícia Militar; e todas as tropas situadas no estado foram mobilizadas e localizadas nos pontos estratégicos de Belo Horizonte, assim como em todas as vias de acesso à capital mineira.

Quanto aos estudantes, determinados a manter suas convicções “frente ao terror, à violência e ao obscurantismo”, e a lutar “até o fim, mesmo que sejam necessários sacrifícios que importem na perda da própria vida”, tiveram muito dos seus colegas presos. Não obstante, conseguiram burlar o poderoso aparato policial-militar, sem precedentes na história de Minas, o que os elevou à liderança da oposição anticastelista, em que mais se destacavam, àquelas alturas, os intelectuais. Enquanto o esquema de repressão guarnecia a sede do Diretório Central dos Estudantes, a UNE se reunia, entre duas missas, num dos salões do porão da igreja de São Francisco de Assis, Convento dos Franciscanos, no bairro de Carlos Prates, o que mobilizou a opi-

nião pública nacional a favor dos estudantes e dos religiosos que os acolheram.

A repercussão favorável obtida pelo congresso derivou dos mesmos princípios que ampliavam, em todo o mundo, a solidariedade aos vietcongues: a simpatia pelo fraco contra o poderoso, por Davi contra Golias, pelos estudantes desarmados contra a repressão armada. Os 300 delegados universitários de todo o país que atingiram o local do encontro (200 outros esbarraram no cinturão policial-militar) não vieram de mãos vazias: no chão monástico, cada um deles depositou, ao chegar, o seu respectivo saco de plástico, a ser utilizado como máscara contra gases, caso se confirmassem as ameaças policiais de invasão. Ninguém se descuidou quanto a essa “arma” defensiva. Até mesmo uma delegação de estudantes norte-americanos – três rapazes e uma moça –, admitida no conclave como convidada, mantinha também, devidamente instruída, os sacos de plástico ao alcance das mãos.

A instalação do congresso estava marcada, conforme anunciara a UNE, para as 20h de 28 de julho, na sede do DCE. Uma hora antes, quando começava a missa na Igreja de São Francisco, “os delegados ao congresso abandonaram a multidão de fiéis, à qual se haviam misturado, desceram por uma escada no interior do templo e passaram para o Convento dos Padres Franciscanos”, onde encontraram dezenas de delegados, “que chegaram a passar cinco dias encapados no convento, para poder participar do encontro. Às 7h da manhã seguinte, estavam novamente misturados aos fiéis e deixaram a igreja, levando nos bolsos e no pensamento a síntese das resoluções do congresso, que falam da necessidade de vincular a *defesa da cultura e o combate ao terror e ao obscurantismo à superação do estado de subdesenvolvimento decorrente de uma subordinação econômica internacional, que desvirtua nossa cultura, fazendo da alienação do povo seu instrumento de preservação*” (A UNE venceu, depoimento de um congressista à *Folha da Sema-na*, nº 48, de 4-10 ago. 1966).

Os estudantes não pecaram pela impuntualidade, limitando-se a mudar o local anteriormente fixado. À hora aprazada, Altino Dantas Júnior – que se revezou, na presidência da UNE, depois do 27º Congresso, com Antônio Xavier e José Fidélis Sarno – “pronunciou, em tom solene, as palavras de um ritual que se repetia desde os dias de

trevas do Estado Novo, quando a UNE foi criada: *Declaro instalado o 28º Congresso Nacional dos Estudantes*” (ib.).

O que se seguiu merece ser transcrito pela precisão de detalhes com que foi narrado pela reportagem citada, do semanário oposicionista carioca que acabaria, pouco depois, sendo fechado pelo governo Castelo Branco: “... No plenário, havia apenas uma mesa, a do presidente, que, por acaso, a encontrou ali e a usou para dar mais formalidade ao ato. A seu lado, estavam os estudantes norte-americanos. Espalhados pela sala, havia 300 delegados, todos sentados no chão, muitos apoiados sobre as cobertas que lhes serviam de cama. Outros tinham à frente o pão e as bananas da ração de campanha servida durante os dias de clausura. Logo após dar início aos trabalhos, o presidente da UNE apresentou o projeto de temário, que foi reduzido, consideravelmente, para adaptar-se às circunstâncias em que se realizava o Congresso. Depois de constituídas as comissões de trabalho, o presidente deu a palavra a um dos estudantes norte-americanos, que disse da emoção com que participava do encontro e comentou aspectos da política exterior do governo Johnson, condenando a agressão ao povo do Vietnã. As palavras do jovem norte-americano despertaram entusiasmo do plenário, que vacilou na hora de aplaudir. Se batessem palmas, como desejavam, os delegados atrairiam a atenção da polícia, que rondava o convento e poderia consumir a invasão que ameaçava. Os delegados aplaudiram então no estilo das reuniões clandestinas: estalaram o polegar nos demais dedos das mãos. Sorridente e comovido, o estudante norte-americano e seus companheiros repetiram o gesto, devolvendo a ovação. Nesse ponto, um padre franciscano aproximou-se da sala. Sua presença foi logo percebida. Uma moça levantou-se e começou a falar sobre as condições de alojamento, enquanto os demais abandonavam a postura congressional e adotavam uma atitude de mal simulada indiferença. O frade conversou sobre o tema proposto, concordou com as observações feitas e logo se retirou. Assim que ele saiu, recomeçou a reunião. As limitações impostas ao congresso abreviaram o trabalho das comissões que se reuniram para discutir, em regime de urgência, as proposições que mais tarde seriam submetidas ao plenário, como o Plano de Ação da UNE e a Declaração de Princípios do Congresso” (ib.).

E prossegue o congressista ouvido pela *Folha da Semana*: “Cresciam então os rumores de que a invasão do convento seria imi-

nente ... O governador Israel Pinheiro e autoridades da Polícia Militar e da 4ª Região Militar discutiam se invadiriam ou não a casa. Um relatório da sucursal de um matutino da Guanabara chega com as últimas informações... Revela ... que o presidente da UNE e o do DCE da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), José Luis Moreira Guedes, estão na mira da polícia. E, querendo um *furo*, confessa que gostaria de assistir ao congresso. Ouve, então, uma advertência que o faz desistir: *Se entrar, você não vai poder sair. Muitos dos delegados estão aqui há quatro dias*. Em volta do convento, o aparo permaneceu o mesmo. Há um agente da Dops até na torre da igreja. Um dos delegados, não fazendo caso das advertências, sai para comprar cigarros. Sai e não volta: é preso, assim que põe os pés na rua. Às 3 horas da manhã, o plenário indormido é novamente convocado para outra sessão. Desde que os trabalhos foram suspensos, para dar lugar à atividade das comissões, uma série de pequenos incidentes acentuou a carga da tensão do congresso. Numa das entradas do convento, um cidadão não identificado fez ameaças com um revólver, tentando entrar no convento... Em dado momento, um padre revela seu propósito de chamar o Exército *para pedir proteção*. Alguns estudantes sorriem quando ele manifesta tal intenção. Aten-ta a tudo, a Comissão de Segurança dá informes constantes sobre a situação policial-militar externa: há dois guardas em cada esquina, sem contar os pelotões concentrados nos pontos estratégicos. E a Comissão de Alimentação vai dando conta de sua incumbência: há muito pão, frios, sardinhas e conservas enlatadas em geral. Dentro do convento, há grande interesse pelo trabalho do cinegrafista, um jovem do Rio, que viera com o seu equipamento para captar flagrantes sensacionais para um filme de cinema-verdade. A expectativa, afinal, seria frustrada: por imprudência dos encarregados de transportá-lo, o filme velou. Começa então a derradeira sessão. O presidente Altino Dantas Júnior anuncia que seria eleita a nova diretoria da UNE. Uma chapa que concilia as tendências e encarna as aspirações dos participantes do congresso é elaborada. O cabeça da chapa é o acadêmico José Luis Moreira Guedes... A votação é igualmente adaptada às condições do congresso: faz-se por aclamação. Há apenas um voto discrepante: o de uma moça, que não votou contra a chapa, mas se absteve de votar. Depois, vem a aprovação dos documentos do congresso. A seguir, a posse dos novos dirigentes da UNE. ... Na face dos

delegados há um ar de vitória, embora anuviado pela preocupação e pela emoção dos dias intensos vividos até aquele instante. Começa-se a pensar na saída, que para um grupo veio logo: ainda no meio da noite, uma turma vai para o Convento dos Dominicanos, que também hospedara delegados ao congresso. Entre esses primeiros, vai a moça americana” (ib.).

Alguns criticaram o congresso por ter sido encarado e tratado, pelos que o organizaram, como uma reunião de partidos políticos, todos, afinal, representados na chapa encabeçada por Guedes. A crítica não procede, pois, no caso, o conchavo significou uma atitude realista. Lá fora, o cerco policial apertava, compreendendo todos os conventos, seminários e igrejas de Belo Horizonte; e, na véspera, “considerando que, pelos dados colhidos pelo Serviço Nacional de Informações, a UEE/MG vem desenvolvendo atividades subversivas”, o marechal Castelo Branco decretara a suspensão da entidade, por seis meses. Nessas circunstâncias, não seria lícito aos congressistas permitirem que aflorassem, no convento, todas as suas divergências quanto a ideologia e método, em busca de um desfecho que tardaria, pelo menos, alguns dias. Tal desfecho corria, ademais, o risco de não espelhar, fielmente, o peso das tendências em jogo, uma vez que nem todos os delegados lograram acesso ao local. Sobre ser a única alternativa, o conchavo patenteou sabedoria política.

E o resultado foi bom: ao Congresso de Belo Horizonte sucedeu o lançamento da palavra de ordem da política educacional, que mobilizou, em setembro, mais de 50 mil estudantes, em todo o país, contra as anuidades, temática que se uniu, durante o processo, à das liberdades democráticas, em virtude da repressão policial.

O SETEMBRO HERÓICO DE 66

A suspensão das aulas na Faculdade Nacional de Direito, a prisão de 178 estudantes paulistas – 36 dos quais enquadrados na Lei de Segurança Nacional – durante congresso clandestino efetuado pela UNE-UEE em São Bernardo do Campo, as greves de São Paulo e do Rio, e as passeatas de protesto em Minas constituíram a fase inicial do processo que fez de setembro de 1966 um dos meses mais intensos, agitados e heróicos da história do movimento estudantil brasileiro.

Os estudantes passaram por uma verdadeira prova de fogo. Tive-

ram de enfrentar, além dos cassinetes e bombas policiais, nova trama do governo: Castelo Branco fundou o Movimento Universitário para o Desenvolvimento Econômico e Social (Mudes), “uma espécie de *Peace Corps* interno”, como denunciou o jornalista Hermano Alves. Ao doar Cr\$ 20 bilhões em Obrigações do Tesouro à nova sigla, o chefe do governo sustentou que o Mudes constituía “um desafio ao idealismo de nossa juventude” e que dava aos jovens “a oportunidade de transformar o protesto vazio (*sic*) e a vocalização de *slogans* em ação efetiva para corrigir injustiças, minorar sofrimentos e aperfeiçoar a capacidade construtiva da comunidade”. Como a demonstrar a “sinceridade” das intenções governamentais, estudantes eram presos, no dia seguinte, diante da FNF, quando “estavam pintando, no chão, uma frase que ficou incompleta: *Viva a Lib...*” (Hermano Alves, *A luta dos estudantes, Correio da Manhã*, 15 set. 1966).

No mesmo dia, a Reitoria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ex-Universidade do Brasil) determinava o fechamento de todas as suas faculdades, numa tentativa de impedir uma passeata-monstro programada pelos estudantes, para a qual a UNE advertia que todos deveriam levar “sacos plásticos, umedecidos numa fraca solução de amônia, para cobrir os olhos e nariz e enfrentar as descargas de bombas de gás lacrimogêneo”.

Enquanto isso, a Dops, pela primeira vez na história estudantil da Guanabara, foi obrigada a soltar um estudante, no mesmo local em que o prendera, momentos antes, na Praia Vermelha, em virtude da ação enérgica do vice-diretor da Faculdade Nacional de Medicina, professor Lauro Sollero. Este, juntamente com o professor Bruno Lobo, exigiu que o acadêmico Paulo Moreira de Carvalho fosse libertado sob sua responsabilidade. Tudo começara quando alunos da Faculdade Nacional de Odontologia, no início da tarde do dia 14, entraram em greve de protesto e passaram a colocar cartazes e inscrições nas imediações da faculdade, na Avenida Pasteur. Pouco depois, chegaram três carros da Dops, cada um deles com quatro policiais, que prenderam os estudantes Mário Fagundes (da Medicina) e Amaro Hertz Bittencourt (da Odontologia), surpreendidos quando escreviam, na calçada, a frase “Viva a Liberdade”.

Reagindo, os estudantes decidiram bloquear a saída dos carros e, a certa altura, retirar, à força, os dois colegas do interior das viaturas. Enquanto policiais e estudantes discutiam, Paulo Moreira de Car-

liderados pelo general Golbery do Couto e Silva, com a finalidade de fomentar, mediante operações de propaganda e espionagem que recorriam à desinformação e até ao desabastecimento, a derrubada do governo Goulart (DREIFUSS, René Armand. 1964: *A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. 1981).

O MASSACRE DA PRAIA VERMELHA

Em vez de aderir ao Mudes, os estudantes estenderam suas manifestações a outros pontos do país – como Porto Alegre, Brasília e Goiânia – e elegeram 22 de setembro como Dia Nacional de Luta contra a Ditadura. A UNE decretou, no dia 18, uma greve geral, que culminaria, na madrugada de 23, com o Massacre da Praia Vermelha, quando o movimento, taticamente, já se achava em descenso.

Desde a véspera do massacre, após uma passeata sob a divisa “Povo organizado derruba a ditadura”, 600 estudantes (240 eram moças) estavam encurralados por centenas de policiais, na Faculdade de Medicina da UFRJ. Às 3h45 do dia 23, quando o futuro senador Mário Martins negociava a retirada pacífica dos estudantes com as autoridades, deu-se a invasão, assim descrita pela mãe de uma das moças cercadas, em carta à *Revista Civilização Brasileira*: “...A golpes de aríete, correndo historicamente, chegavam os PMs (ouvi uma ordem: os de ca-pacete primeiro!), quebraram os portões da FNM e, feito uma horda de bárbaros, aos gritos e palavrões, invadiram a faculdade... Vi sair um rapaz todo ensanguentado, debaixo de cacetadas, uma moça semidespida e descalça, carregada por policiais do Exército, e mais outra desmaiada, e serem carregadas para a ambulância. Vi um rapaz aleijado ser espancado na perna defeituosa; rapazes semimortos, alguns deles muito jovens, possivelmente secundaristas, serem arrastados aos trancos; outros, capengando, eram postos a correr, sob uma saraivada de cacetadas e aos gritos de *corram vagabundos, covardes, filhos da...* Não pude me conter, gritando que parassem com aquela covardia e um dos facinoras me disse: ninguém está batendo pra valer, é só para assustar. Outro gritou: sai daí que não queremos bater também em velhas... Houve, então, uma pausa na saída dos estudantes e ouvi novo toque de reunir para a Polícia do Exército (que, justiça seja feita, era mais moderada e alguns estavam chocados com a barbárie dos PMs)... Vim a saber, depois, pelos pais de uma estudante, que a chacina final foi pior. Derrubavam

valho, 22 anos, aluno de Odontologia, esvaziou os pneus de dois dos carros da polícia. Quando tentava fazer o mesmo no terceiro, foi preso, causando novo tumulto e facilitando a saída do carro em que Mário Fagundes e Amaro Bittencourt estavam detidos. Revoltados, os estudantes tentaram retirar Paulo do carro da Dops, sendo ameaçados com revólveres pelos policiais, que diziam: “Nós morremos, mas levamos dez ou 15 com a gente”. Seguiram-se momentos de tensão, “quando até pedras foram atiradas pelos estudantes contra os policiais”. Estes solicitaram auxílio à Polícia Militar, que enviou um choque ao local. Ao avistarem o choque, os estudantes sentaram-se no meio da rua, gritando, alternadamente: “Viva a Liberdade” e “Abaixo a ditadura”. Os soldados da PM “tentaram, em vão, dissolver o grupo de estudantes, que passaram a cantar o Hino Nacional. Foi quando o professor Sollero interveio, exigindo que o estudante fosse solto e colocado sob sua responsabilidade” (*Correio da Manhã*, 15 set. 1966).

A profusão de acontecimentos estudantis no dia 14 não assustou somente o Ministério da Educação, então já sob a chefia do sr. Moniz de Aragão, que sucedera a Pedro Aleixo. Também o ministro da Justiça, a Casa Militar da Presidência, o SNI, autoridades policial-militares e o próprio chefe do governo se preocupavam com a amplitude do protesto, intensificado após as invasões de faculdades e universidades pela polícia. Tais invasões – conforme o novo titular da Educação se apresou em explicar – não feriam a autonomia universitária, “porque as forças policiais foram chamadas pelos diretores e reitores”.

A brutalidade com que o governo atentava contra as universidades começou a repercutir no exterior, o que levou o ministro Roberto Campos a tentar justificar a violência pelo prisma econômico-financeiro: a greve universitária do dia 14 acarretara um prejuízo de Cr\$ 186 milhões. A palestra do ministro do Planejamento na televisão teve, entretanto, um mérito: ao recomendar que, em vez de lutarem pelas suas universidades, os estudantes se engajassem, de corpo e alma, no Mudes, Campos desvendou, enfim, a procedência do novo organismo, presidido por Nei Braga. Tratava-se de mais uma produção do *dr. Silvana* da nossa história em quadrinhos, do *dr. Strangelove* que se aproveitou em nossa marcha para a independência e o desenvolvimento econômico. Como tantas outras, a “obra” trazia estampada no invólucro o “*Made in Ipês*” (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), entidade criada em fevereiro de 1962, por um grupo de empresários e militares

moças, rasgavam suas roupas, para apalpar-lhes os seios e outras partes...” Apesar de todo o trauma e da intimação policial de sua filha para depor, a missivista encerrou seu depoimento com a seguinte declaração, modelo para os pais mentalmente jovens, que jamais serão tachados de “reacionários” ou “quadrados” pelos filhos: “...Não tolherei as atuações de minha filha e gostaria que outros pais e mães não considerassem seus filhos badrneiros e achassem válida a atuação desses moços, ultrajados e humilhados, negadas as suas reivindicações que são justas, e injustamente acusados de serem insuflados por *elementos estranhos à classe estudantil*” (*Revista Civilização Brasileira*, nº 8, p. 309-312).

O CLÍMAX DA REBELIÃO

O 22 de setembro confirmou sua escolha como Dia Nacional de Luta contra a Ditadura: ao mesmo tempo que os estudantes, na Praia Vermelha, se preparavam para a madrugada de vigília, o marechal Castelo Branco era enquadrado em dez artigos da Lei de Segurança Nacional na lei de genocídio, num júri simulado no DCE de Belo Horizonte, que o condenou por sete votos a zero (Sulamita de Brito, *ib.*). Registraram-se, além do mais, protestos em todo o país, de Porto Alegre a Belém, com a morte em Goiânia, durante tiroteio entre estudantes e policiais, de um cabo da Polícia Militar, Raimundo Carvalho Arruda, que o vice-líder do MDB, deputado João Herculino, considerou “mártir da ditadura”, ao lado dos jovens. Entre estes, houve inúmeros feridos, principalmente em Salvador e Recife, por obra e graça, respectivamente, das polícias dos governadores Lomanto Júnior e Paulo Guerra, ambos querendo “mostrar serviço” a Castelo Branco, que determinou ao ministro da Justiça, Carlos Medeiros da Silva, medidas enérgicas “para não ceder à subversão e evitar a morte de outros brasileiros”.

O chefe do governo, mais uma vez, não enxergava (ou fingia não enxergar) a realidade, ao contrário do seu futuro sucessor, que se manifestou “convencido, pelo que viu nos jornais e por informações que lhe deram os assessores, de que houve um exagero policial na repressão, contribuindo para o desencadeamento da reação estudantil”. Costa e Silva, conforme assegurava a sua assessoria, “não pretende alijar os estudantes da vida pública quando for presidente da República” (*Jornal do Brasil*, 28 set. 1965).

O movimento estudantil havia atingido o seu clímax no dia 22, o

que não escapou à percepção dos entendidos, como o general Golbery do Couto e Silva, chefe do Serviço Nacional de Informações. As lideranças não souberam, entretanto, promover um recuo organizado, para acumulação de forças. Por isso, de setembro de 1966 até abril de 1968, as lutas estudantis, a despeito de seu prosseguimento, não assumiram mais caráter nacional, o que gerou três consequências de relevância: 1) a rearticulação, ainda que inviável em termos amplos, de grupelhos direitistas nas universidades; 2) o desinteresse pelas eleições, com grande abstenção no pleito de agosto de 1967; 3) os resultados pouco convincentes do 29º Congresso Nacional dos Estudantes, que ficaram aquém das expectativas.

Quanto ao governo Castelo Branco, depois de extinguir a UNE, por decreto, e criar para substituí-la, através da Lei Suplicy, o Diretório Nacional dos Estudantes, teve de acabar também com este, em fevereiro de 1967. Isso, em primeiro lugar, porque o DNE, dominado pelo ministro da Educação, não conseguiu se tornar representativo dos estudantes, que o repeliram com o repúdio à Lei Suplicy. Em segundo, porque Castelo Branco, possivelmente aconselhado por Roberto Campos, concluiu que não valia a pena o investimento, pois, apesar dos vultosos recursos que absorveram do Ministério da Educação, os pelegos do DNE não obtiveram qualquer resultado favorável ao governo. Castelo revogou, então, a Lei Suplicy, com o Decreto-Lei 288, conhecido, no movimento universitário, como Lei Suplicy-Aragão. Assim, mesmo os estudantes pró-governamentais perdiam as suas entidades em nível nacional e estadual, com a limitação da atividade estudantil, inclusive dos pelegos, ao âmbito de cada universidade. Passou-se a admitir somente os diretórios acadêmicos pró-Castelo, aos quais o governo promoveu, como prêmio pelo bom comportamento, a organização, vez por outra, de uma Conferência Nacional dos Estudantes, a ser convocada pelo Ministério da Educação.

Não obstante essas medidas ditatoriais, a UNE continuou a liderar, na clandestinidade, o movimento estudantil, que, após a inevitável retração das férias escolares, ingressou no governo Costa e Silva sem o otimismo leviano de alguns setores da oposição. Em sua maioria, os estudantes se mantinham com a perspectiva que, antes das eleições parlamentares de outubro, na Guanabara, resultara na campanha estadual do Voto Nulo – posição decidida, por quase unanimidade, num congresso clandestino da UME. Por isso, o governo Costa e Silva os

encontrou com as jovens esperanças muito mais voltadas para a experiência guerrilheira da Serra do Caparaó do que para o Palácio do Planalto.

Mas, embora encarando a sucessão presidencial como uma simples “rendição da guarda” ou “mudança de marchal”, os estudantes não deixaram de experimentar, como o povo, enorme alívio com a saída de Castelo Branco. Evento que eles foram os primeiros a comemorar, já durante o carnaval, quando agentes da Dops, soldados da Polícia Militar e funcionários da Censura prenderam 300 estudantes (somente em Niterói) por cantarem a *Farsa Negra*, paródia da marcha-rancho *Máscara negra*, de Zé Kéti: *Quantos tiras! Oh! Quantos gorilas! Mais de mil milicos em ação! Estudante está apanhando! Pelas ruas da cidade! Gritando por liberdade! Está fazendo três anos! Que o seu Castelo entrou! Eu sou aquele estudante! Que apanhou! Mas que gritou! Gritou! E nesta farsa tão negra! Que esconde a verdade! Eu quero gritar liberdade! Vou gritar agora! Não me leve a mal! Fora o marchal*”.

CAPÍTULO XII

A RADICALIZAÇÃO NO GOVERNO COSTA E SILVA

DO 29º CONGRESSO DA UNE AO ASSASSINATO DE EDSON LUÍS

A rebelião dos jovens perdurou no governo Costa e Silva, em cujos anunciados propósitos democratizantes e nacionalistas os estudantes nunca acreditaram, apesar da solução demagógica de alguns casos de excessos, que rendeu ao presidente simpatias efêmeras entre os beneficiados. Para os jovens, o novo governo era, simplesmente, um prolongamento do anterior. A favor dessa premissa invocavam eles a sobrevivência da Lei Suplicy-Aragão e – após certa hesitação governamental, assinalada, inclusive, por propósitos revisionistas – dos Acordeos MEC-Usaid. Isso sem falar nos estudantes que continuaram a ser presos, espancados e processados, de norte a sul do país, a ponto de ser solicitada CPI sobre a repressão ao movimento estudantil pelos deputados Fabiano Villanova Machado, Ciro Kurtz e Alberto Rajão, na Assembléia Legislativa da Guanabara. Afinal, não era à toa que, junto à Presidência da República, nos Gabinetes Civil e Militar, os estudantes eram responsabilizados, juntamente com a Igreja e a Frente Ampla, por 90% das enxaquecas governamentais. Nem era por acaso que o SNI pagava fortunas por informações sobre o meio estudantil. Qualquer agente dessa área – e já havia os arrendidos, talvez por atraso no pagamento – recebia 400 cruzeiros novos mensais. Daí os cuidados especiais que se devia ter, ao escrever sobre o assunto.

Quanto às origens dos 10% restantes de dores de cabeça de Costa e Silva – em que se incluíam as primeiras arranhaduras, depois de abril de 1964, nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos –, os estudantes não lhes concederam maior atenção. Como se sabe, tais

fricções jamais se haviam verificado no governo anterior, o que bastaria para colocá-lo sob suspeição, pois é logicamente inacreditável que um país como o nosso, apontado por seus próprios dirigentes como potência mundial do futuro, não tivesse, durante três anos, qualquer discordância ou divergência com a maior potência mundial, com a qual efetuava cerca da metade do seu comércio – na base de uma deterioração ininterrupta dos preços dos produtos brasileiros e de uma ascensão inexorável dos preços dos produtos americanos. Para isso, por mais que se procure, só ocorre uma explicação: de 1º de abril de 1964 a 15 de março de 1967, o Brasil concordara sempre com todas as imposições dos Estados Unidos. Barganhar, não barganhemos; nem ao menos pechinchamos. Limitamo-nos a balbuciar a palavra *sim*, no comércio como em tudo o mais. De tal ordem foi a submissão do governo Castelo Branco, que se tornava difícil a qualquer brasileiro – ainda mais em se tratando de um estudante – crer que o governo Costa e Silva, nascido daquele, quisesse realmente nuclearizar o Brasil, enfrentando o veto norte-americano à utilização de explosivos para fins pacíficos. Ou acreditar que o ministro Macedo Soares, da Indústria e do Comércio, estivesse disposto a enfrentar as iras do Departamento de Estado, não cedendo às pressões crescentes contra a conquista de parcela do mercado americano pelo café solúvel brasileiro. Ou que o governo tivesse a coragem suficiente para reequipar a Força Aérea com os aviões franceses Mirage ou para confiscar as terras de que estrangeiros se haviam apropriado irregularmente.

O estudante não confiava na autenticidade daqueles atritos, embora o secretário-geral do Itamarati, embaixador Sérgio Correia da Costa, tenha sido a primeira autoridade governamental aplaudida, após abril de 1964, no Centro Acadêmico XI de Agosto, quando lá defendeu, em 29 de maio de 1967, “o direito soberano do Brasil a desenvolver, sem as limitações desejadas pelas superpotências, a tecnologia nuclear para fins pacíficos”. Na Faculdade de Direito de São Paulo, os jovens bateram palmas, quando o embaixador acentuou: “... O governo brasileiro está firmemente convencido de que o subdesenvolvimento tecnológico é, sem sombra de dúvida, a forma mais complexa e onerosa de dependência com que nos deparamos. A plena emancipação nacional já não se consegue ou se mantém pela simples força das armas, como acontecia no século 19, ou pelo aumento do produto nacional, como ocorreu ainda neste século. Só será de

fato independente, e se conservará como tal, o país que não se resignar ao neocolonialismo científico e se mostrar capaz de desenvolver soluções tecnológicas próprias. A nação que não se compenetrar dessa nova realidade estará se condenando, irreversivelmente, a uma posição de subordinação que é também política, e na qual o pagamento de *royalties* se assemelhará aos tributos devidos outrora pelos vassalos aos suseranos...”

Os estudantes, como tantos outros setores da vida nacional, nutriam, no entanto, sérias dúvidas quanto à concretização das vontades políticas manifestadas, num plano geralmente apenas retórico, pelo governo. Os jovens desconfiavam da linguagem governamental e tinham fortes motivos para isso, conforme me assegurou um acadêmico de Medicina: “O governo Costa e Silva lança uma espécie de política de Passarinho para os estudantes, através do MEI (Movimento Estudantil Independente), criado para fazer uma política reacionária com palavras progressistas”.

Existiam, evidentemente, razões mais ponderáveis para que os estudantes se firmassem na tese de que o governo Costa e Silva não passava de um prolongamento do anterior: além da Lei Suplicy-Aragão e dos Acordos MEC-Usaid, também a situação caótica da universidade foi mantida e até mesmo agravada, não sendo implantada qualquer reforma; o presidente Costa e Silva demonstrou acolhimento à tese da transformação das universidades em fundações particulares, face à qual se manifestou “radicalmente contrário”, por exemplo, o Conselho da Universidade Federal de Minas Gerais, por considerar que “a medida prejudica, ainda mais, o já deficiente ensino superior brasileiro, pois poucos grupos econômicos nacionais estão aptos a supervisionar uma universidade” (*Jornal do Brasil*, 1º dez. 1967); o novo governo nada fez para eliminar o anacronismo da universidade, para democratizá-la ou reestruturá-la, nem ampliou o número de vagas, o que seria o mínimo a esperar de um governo que se anunciou disposto a livrar o Brasil da dependência tecnológica do exterior; muito pelo contrário, a não liberação de verbas pelo governo e a redução de outras ameaçavam de extinção inúmeras escolas e cursos superiores, como o de Engenharia de Operação da UFRJ, que teve de suspender o vestibular para 1968, e a Universidade Rural do Rio de Janeiro; por outro lado, a par do agravamento da contradição entre o congelamento do número de vagas e o aumento do número de candidatos aos cursos

superiores, conforme denunciou, em editorial, o *Jornal do Brasil*, os jovens tinham um “elemento a mais para roubar-lhes a necessária paz de espírito: reina a maior confusão sobre o que serão, sobre que versarão, como serão realizados os vestibulares. A menos de dois meses dos exames, os estudantes estão às cegas, sem saber que método imprimir aos seus estudos, pois os planos da Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação se encontram na estaca zero” (*Jornal do Brasil*, 16 nov.1967).

Em suma, segundo editorial desse jornal, “...houve, no nível universitário, uma série de assustadores disparates”, no governo Costa e Silva: “Do pomposo 8º Fórum de Reitores ficou, em toda a nação, uma penosa lembrança de confusão e arbitrariedade. A flor das resoluções foi a proposta queima de provas de excedentes, que transforma o excedente no inexistente (outra idéia ‘genial’ de Suplicy). À deservoltura com que as autoridades educacionais transformam o critério dos exames vestibulares, só se compara à desídia com que projetam para o futuro remoto decisões que deviam tomar agora. Assim, por proposta do sr. Moniz de Aragão, ficou para outro Fórum o debate em torno da estrutura da universidade brasileira, que, só ele, poderá um dia criar ordem permanente no atual angustioso universitário. Pior que tudo isso, no entanto, são as notícias em torno de como dispor de excedentes, mesmo os excedentes legítimos, isto é, aqueles que obtêm uma média mínima, mas para os quais não existem vagas. O sistema seria uma espécie de proposta de confinamento. O aluno aprovado, digamos, no Paraná, onde o reitor piomaniaco é o sr. Suplicy, teria uma vaga oferecida no Amazonas. A um carioca nas mesmas condições se proporia que fosse para o Piauí. Entraríamos, assim, definitivamente, no reino da troca... Começa a ficar difícil tentar atrair a atenção do governo para o desatino que é a Educação no Brasil... Por que será que, um após outro, os governos têm recusado a honra de um esforço em favor da Educação? Por que esse ceticismo, que se reflete invariavelmente na escola de ministros bisonhos e medíocres, que só não se destacam mais em sua mediocridade porque a lista de predecessores é dura de roer? ... o panorama da Educação é confuso e sombrio. Mesmo em comparação com panoramas anteriores, o que não é dizer pouco” (*Jornal do Brasil*, 18 nov.1967).

Como se vê, a juventude estudantil tinha razões de sobra para persistir rebelada no governo Costa e Silva, que, inclusive, reduziu ainda

mais o percentual dos recursos consignados à educação no orçamento, fixado para 1968 em 7,7% do total, quando representara 11% em 1965, 9,7% em 1966 e 8,7% em 1967. Isso para não falar na repressão ao movimento estudantil, prática que o novo governo desenvolveu com a mesma brutalidade policial do anterior, e da nomeação, em 2 de janeiro de 1968, do coronel Meira Matos – que comandara as tropas que fecharam o Congresso Nacional em outubro de 1965 – para presidir a Comissão Especial que iria “supervisionar e coordenar as diretrizes governamentais no setor estudantil, por delegação do ministro da Educação”. Assim, o governo demonstrava não reconhecer ao estudante nem mesmo o direito de clamar contra a ameaça que pairava sobre a educação.

O estudante não pode ser privado do direito de participar da política que afetará o seu futuro. Se em 1980 o Brasil precisaria ter “um mercado de trabalho capaz de oferecer empregos a 32,5 milhões de homens..., tão-somente para conservar o nível de emprego de 1960” – segundo o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) do Ministério do Planejamento –, os jovens agiriam como irresponsáveis não se preocupando, desde logo, com a solução do problema, que não poderia ser improvisada em 1980.

Por isso, os estudantes prosseguiram em suas greves e passeatas de protesto, embora sem atingir, inicialmente, a mobilização nacional desencadeada a partir do movimento contra as anuidades, de agosto a outubro de 1966. Nas passeatas, se registravam duas novidades: 1) ao lado das anuidades e do desrespeito governamental à livre manifestação do pensamento, começavam a aparecer, como causas, os cortes nas verbas das universidades, cuja intensificação, em progressão geométrica, constituía a mais recente contribuição das autoridades à crise educacional; 2) a participação maciça – e mesmo majoritária – de secundaristas, que formavam uma verdadeira “linha dura” do movimento, com um radicalismo e uma disposição que chegavam a assustar os universitários. Quantitativamente, os secundaristas (1.819.000, segundo o censo escolar de 1964) eram muito mais importantes do que os universitários (137 mil, pelo mesmo censo). Além disso, eles não padeciam do medo de se “queimar”, que acometia muitos universitários quando, às vésperas da formatura, começavam a se preocupar com a conquista de um lugar ao sol na sociedade que tanto combateram. A crescente participação secundarista era, sob esse prisma,

bastante promissora, pois indicava que um número cada vez maior de jovens tendia a se integrar na luta pela emancipação nacional e social. Ela demonstrava também, no mais alto grau, o caráter de generosidade e de sã inquinação da juventude brasileira.

Nada mais comovente do que ouvir – como ouvi – uma jovem ginasiana de 15 anos falar da contradição que experimentava quando, após uma passeata contra a miséria e a opressão ou depois de um trabalho de politização operária nos subúrbios, voltava ao apartamento decorado dos seus pais em Copacabana. Tal precocidade, característica gerada pela própria fase de ebulição que o mundo atravessava rumo a uma forma mais avançada de sociedade, foi o sinal mais visível de que o Brasil poderia mudar, assim como os outros países da América Latina, com os quais tinha, como denominadores comuns, além do atraso e da exploração, uma população majoritariamente jovem e uma história de participação política ativa da juventude. A tudo isso acrescentava-se a conclusão da Conferência Mundial de Igreja e Sociedade – realizada em Genebra, em julho de 1966 –, segundo a qual, “pela primeira vez na história, testemunhamos o aparecimento de uma geração mais nova que, devido à rapidez das mudanças e ao impeto da educação, tem mais cultura do que as pessoas mais velhas” (Revista *Paz e Terra*, nº 3, p. 3).

Explica-se, dessa forma, a oposição intransigente dos estudantes ao governo Costa e Silva. Além de não confiarem nele, de continuarem marginalizados e reprimidos por ele, achavam que, a médio e longo prazos, não precisariam dele, pois as próprias leis naturais os ajudavam a superá-lo. Nenhum governo contrário à juventude sobreviverá na história, escrita tantas vezes pelos jovens das passeatas. A Igreja, em sua sabedoria de instituição que sobrevive aos séculos, foi a primeira a compreender essa verdade.

Não se pense, entretanto, que a constatação visceral da juventude de a integrar-se na oposição permitida do MDB ou na controvertida Frente Ampla. Os estudantes simplesmente ignoravam o primeiro, por considerá-lo produto do desejo governamental de organizar – ele próprio – sua oposição. Ao povo o MDB não ia, a não ser no breve período pré-eleitoral. Excluídas algumas iniciativas individuais e isoladas, o MDB nem havia procurado se estruturar como um partido de verdade, com a organização de comitês ou seções populares. A sede do MDB no Rio, por exemplo, muito embora se tratasse de um estado tradicio-

nalmente oposicionista, cerrava suas portas, burocraticamente, às 18h, horário a partir do qual corria o risco de receber a visita de trabalhadores autênticos, ao final da labuta diária.

Quanto à Frente Ampla, os esforços dos seus líderes (João Goulart, Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda) se revelavam insuficientes para captar a simpatia dos jovens. Resultado da falência de todas as tentativas para organizar uma oposição séria ao regime instuído em abril de 64, a Frente Ampla se afigurava aos estudantes como “uma aliança de cúpulas burguesas”. Também não seria por aí, segundo eles, que se chegaria ao povo. A juventude não deixava de ter razão, pois o Brasil, com os seus então 145 anos de independência política formal, já merecia coisa melhor: uma frente de idéias políticas e não só de personalidades políticas.

A grande frente política seria, sem dúvida, uma frente nacionalista, já que a contradição básica se verificava entre os interesses nacionais e a dominação imperialista. Destituída de significado ideológico, a Frente Ampla esbarrou na indiferença do povo e do movimento estudantil. Na sua articulação, cuidou-se, primeiro, das personalidades, ficando as idéias para depois. Numa frente nacionalista, as personalidades teriam que aderir a idéias e o critério seria, prioritariamente, o nacionalismo.

Numa frente nacionalista, caberiam todas as correntes da oposição. E, como subproduto – mas, não menos importante –, teríamos a reabilitação da palavra *nacionalismo*, que os serviços de propaganda norte-americanos conseguiram confundir; maquiavelmente, com comunismo, para invalidar qualquer tentativa de defesa dos interesses nacionais. Com o golpe, *nacionalista* virou palavrão ou xingamento. Os que eram, procuravam escondê-lo, como se fosse uma tara. Dizer-se nacionalista passou a implicar atitude de coragem pessoal e despreendimento quanto à conservação de cargos; normal tornou-se a aberração de se defender os interesses do país às escondidas, como quem furta, para escapar às máquinas incumbidas de confundir nacionalismo com comunismo ou ridicularizá-lo como xenofobia.

Duvido que a juventude tivesse permanecido indiferente a uma frente que se proclamasse nacionalista e soubesse colocar seu nacionalismo acima das personalidades, como linha programática. O personalismo deixaria de constituir problema, se tomada a precaução de lançamento da frente através de uma espécie de conselho de notáveis, inte-

grado por personalidades apartidárias, imunes ao terra-a-terra dos ressentimentos e lutas políticas pessoais, tais como o escritor Barbosa Lima Sobrinho, D. Hélder Câmara, o general Pery Bevilacqua, o ex-governador Arthur César Ferreira Reis, o ex-senador Mário Martins, os escritores Antônio Houaiss, Genival Rabelo e tantos outros que clamavam contra a crescente desnacionalização.

Como isso não aconteceu, a Igreja continuou sendo, das entidades e instituições legais, a que melhor se entendia com a juventude. Fora, inclusive, de inspiração católica a melhor gestão da UNE, de Aldo Arantes, sob cuja orientação havia nascido o Centro Popular de Cultura, ao mesmo tempo que a entidade buscava a integração com cada setor universitário, mediante contatos com as comissões executivas e com o povo em geral, através da UNE-Volante, que percorreu quase todo o país. Não obstante, a AP começou a perder a influência predominante que passara a ter no movimento a partir de Arantes. Seu declínio atingiu o ponto mais baixo no 29º Congresso, apesar da realização deste num sítio pertencente a padres, em São Paulo, onde a AP – que montou o conclave – era muito mais forte do que no Rio, por ter sob seu controle a maioria dos diretórios acadêmicos.

O 29º CONGRESSO

Em relação ao congresso de Belo Horizonte, o 29º decaiu, porque os delegados voltaram a preterir as reivindicações de caráter estudantil por altas lucubrações político-revolucionárias, eivadas da tendência infantil e imatura a encarar o estudantado como classe. Ainda em termos ideológicos, o congresso de 1967 sofreu influência marcante do pensamento exposto por Régis Debray em seu *La révolution dans la révolution* (1965), obra cuja circulação o governo proibiu, embora, traduzida e mimeografada, fosse amplamente conhecida pelos estudantes. Surgiu, assim, a corrente estudantil debréista, radical e romântica, voltada contra o que denominou de “mero reformismo” dos comunistas, praticamente alijados do movimento.

Quanto à organização, o congresso teve maior representatividade do que o anterior, por dois motivos: 1) maior participação de estudantes, cujo esquema de segurança tornou mais fácil do que em Belo Horizonte o acesso de quase 400 delegados; 2) maior número de escolas e faculdades e, conseqüentemente, de diretórios acadêmicos, em São Paulo.

Outro aspecto positivo do 29º Congresso consistiu em terem os estudantes conseguido realizá-lo a despeito da violenta repressão policial, que incluiu a invasão e depredação do convento dos beneditinos em Campinas e a prisão de estudantes e sacerdotes, entre os quais frei Francisco de Araújo, o frei Chico, prior dos dominicanos em São Paulo, frei Leo Helf Ruff, prior dominicano de Vinhedo, e o padre Terrence Hill, da Ordem de Santa Cruz, acusados de darem guarida aos congressistas.

Dos padres presos, 10 eram norte-americanos. “Os padres foram embarcados em carros da polícia e removidos para a Dops, em São Paulo, a qual decidiu enquadrá-los na Lei de Segurança Nacional, após a recusa do grupo à barganha proposta pelos policiais: fornecer o nome dos 392 estudantes que participaram das reuniões, em troca da liberdade e da não-instauração do processo. Os policiais depredaram tanto o Colégio Notre Dame como o convento, onde arrancaram cortinas das janelas e queimaram objetos, para atribuir os danos aos estudantes, como a polícia fez após a invasão do Conjunto Residencial da Cidade Universitária. Duas freiras e oito empregados do Colégio Notre Dame ficaram detidos na própria escola... Dois padres do convento foram poupados da ida à Dops, porque são muito velhos, mas permanecem detidos no mosteiro” (*Última Hora*, 2 ago. 1967).

O 29º Congresso, para o qual foi mobilizado todo o dispositivo policial de São Paulo – inclusive 300 radiopatrulhas desviadas de suas funções de segurança da população –, se instalou em 2 de agosto e, em meio ao terror repressivo, procedeu à eleição do novo presidente, Luís Travassos, cuja escolha motivou aplausos do bispo de Santo André, D. Jorge Marcos de Oliveira: “Posso dizer que exulte ao saber que o meu amigo Travassos foi eleito presidente da União Nacional dos Estudantes. Posso dizer que é moço estudioso, inteligente, amante da verdade acima de tudo, um moço que sofre, como representante da mocidade brasileira, com tudo o que faz o Brasil e o seu povo sofrerem nos dias de hoje” (*Última Hora*, 2 ago. 1967).

Mais uma vez, o povo se solidarizou – infelizmente, em silêncio, passivamente – com os seus estudantes e padres, ante uma repressão que levou frei Eliseu Lopes, do Convento dos Dominicanos do Leme, no Rio, a afirmar que, “num país em que a defesa dos direitos da pessoa humana for crime, há justificativa para a revolução, de acordo com a *Populorum Progressio*, do Papa Paulo VI” (*Correio da Ma-*

nhã, 4 ago. 1967). Ao mesmo tempo que outro dominicano, frei Yves Congar, autoridade conciliar do Vaticano II e líder mundial do movimento ecumênico, lembrava, em São Paulo, que foi preciso destruir cidades inteiras para eliminar Hitler e que há males que hoje se repetem, sendo necessário “talvez ir a extremos de novo” (*Jornal do Brasil*, 6 ago. 1967).

A *Carta Política da UNE*, documento aprovado no conclave, depois de analisar a situação mundial, com as lutas de libertação nacional dos povos subdesenvolvidos e a reação do imperialismo através de golpes militares na Ásia, África e América Latina, apontava “uma aliança fundamental das classes dominantes brasileiras com o imperialismo”, recordando que, antes do golpe de 1964, “o povo foi vítima de ilusões reformistas”. No que concerne à atuação dos estudantes, dizia o documento: “...A tarefa fundamental do movimento estudantil é a luta política, que consiste numa preparação para aliar-se às classes que, historicamente, terão seu papel importante no processo de transformação social. A luta do movimento estudantil é de denúncia da ditadura e do imperialismo, sendo, além disso, uma luta concreta e prática contra a intervenção ditatorial e imperialista nas universidades. O ponto principal dessa luta é o Acordo MEC-Usaid... A UNE luta contra a reforma universitária, uma falsa reforma. Promoverá seminários sobre o Acordo MEC-Usaid, sobre lutas de libertação nacional, sobre a internacionalização da Amazônia e sobre a Aliança Operário-Camponesa-Estudantil. A UNE intensificará, também, sua luta contra o decreto que proíbe greves estudantis. Luta contra o decreto Aragão. Luta contra o decreto da militarização de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários”. Após anunciar a organização da Semana de Solidariedade ao Povo Vietnamita, a *Carta Política da UNE* protestou “contra os atos de vandalismo provocados por policiais em locais em que presumem ter sido realizado o 29º Congresso” e “contra a prisão de estudantes – especialmente a de Aloísio Nunes Ferreira Filho, presidente do Centro Acadêmico XI de Agosto”.

Denunciando que a UNE era, cada vez mais, um monopólio de forças políticas, e preconizando a sua transformação numa autêntica organização de massas, se formou, às vésperas do 29º Congresso, a FUP (Frente Universitária Progressista), que não constituía uma nova entidade, mas um sistema de alianças, lideradas pelas UEEs da Bahia e de Pernambuco, que pretendiam modificar a linha da UNE. Os le-

mas da FUP eram “a reconquista dos direitos, o fortalecimento e a democratização da UNE, em defesa dos interesses dos estudantes e da universidade, das liberdades democráticas e direitos do povo”.

A FUP queria ver a UNE com o Caco, o XI de Agosto e outras entidades tradicionais representadas numa diretoria que empolgasse um número cada vez maior de jovens para a ação. Para isso, o movimento teria de se voltar, fundamentalmente, contra a política educacional do governo, que resultara na suspensão da autonomia universitária, e conceder prioridade aos problemas econômicos e profissionais de todos os estudantes, tornando a luta política mais objetiva e generalizada, ao invés de limitá-la, mediante palavras de ordem muito a-vançadas, aos jovens já altamente politizados. Em muitos pontos, a FUP tinha razão, se levarmos em conta que ainda havia estudantes que não sabiam, exatamente, o que eram os Acordos MEC-Usaid, ou se extraímos as lições do fracasso das quatro passeatas contra a Reunião Anual do FMI, no Rio.

Aí, como em tantos outros aspectos, se manifestava uma divergência tática. De um lado, os que se preocupavam com a formação de mídias coesas e grupos fechados, à base de um critério eminentemente qualitativo, com vistas a uma solução pela luta armada. De outro, os que enfatizavam, em termos quantitativos, o primado da conscientização popular, da ampliação dos limites da oposição, por acreditarem na originalidade do processo revolucionário brasileiro. A repressão ditatorial fortaleceria, sob a gestão de Costa e Silva, os argumentos e teses mais radicais, provocando o desencadeamento do processo de luta armada, conforme veremos adiante.

A MORTE DE EDSON LUÍS

No início da noite de 28 de março de 1968, uma quinta-feira, fui chamado ao telefone na redação do *Correio da Manhã*. Era a voz de uma atriz amiga, que, nervosa, me comunicava: “A polícia acaba de matar um estudante no Calabouço. Os colegas do morto estão levando o corpo para a Assembleia Legislativa. As pessoas na rua estão revoltadas”.

O assassinato confirmava o aumento da violência posta em prática contra os estudantes pelo esquema de repressão policial. As marcas de balas nas paredes do restaurante do Calabouço, bem como os

sinais de depredação no recinto, tornavam quase inacreditável que a ação policial – desencadeada de surpresa, quando numerosos alunos faziam as suas refeições – só tivesse produzido a morte de um estudante. Logo surgiu a explicação do general Osvaldo Niemeyer Lisboa, superintendente da Polícia Executiva, para a barbárie do massacre: “A polícia estava inferiorizada em potência de fogo”. O militar revolucionava toda a teoria sobre armamentos, ao considerar garfos, colheres, bandejas e facas de cozinha armas mais poderosas que revólveres e pistolas calibre 45. Quanto aos motivos pelos quais determinara o envio de tropa da Polícia Militar ao restaurante, alegou que tivera conhecimento de que o estudante Elinor Brito, líder do Calabouço, preparava uma passeata pela cidade, “visando, principalmente, à Embaixada dos Estados Unidos”.

Depois de transmitir a informação à chefia da redação e de escrever um artigo sobre a chacina, Da primavera ao outono de sangue, para a edição do dia seguinte, encaminhei-me, já aos primeiros minutos da madrugada de sexta-feira, à Assembléia Legislativa, onde grande multidão velava, dentro e fora do prédio, o corpo de Edson Luís de Lima Souto. Tratava-se de um menino ainda – completara 18 anos em 24 de fevereiro –, parecia baixinho, a pele morena e os cabelos bem pretos e lisos de caboclo nortista. Os dentes tinha-os estragados, como a maioria dos jovens do nosso país. Órfão de pai, viera, havia três meses, de Belém do Pará, para cursar o artigo 99 do 1º ciclo no Instituto Cooperativo de Ensino, anexo ao Calabouço, onde passava a maior parte do dia, inclusive auxiliando em serviços burocráticos da secretaria e de limpeza, pois não conseguira emprego. As esperanças que o trouxeram ao Rio estavam ali agora, transformadas no sangue que manchava a camisa branca empunhada pelos seus colegas e o chão da Assembléia. No sangue que, nas paredes claras do saguão da casa legislativa, imprimira marcas de mãos e dizeres contra o terror policial.

Os estudantes exigiram que a autópsia fosse realizada nas próprias dependências do Palácio Pedro Ernesto, não obstante as ponderações do advogado Sobral Pinto, temerosos de que o cadáver de Edson Luís desaparecesse, como tantos outros depois de 1º de abril de 1964. Nas escadarias externas, oradores se sucederam, ininterruptamente, exigindo a punição dos assassinos e denunciando o crime como consequência do regime instaurado pelo golpe militar. Coroa de flores não paravam de chegar, exprimindo o pesar e a solidariedade

de artistas, jornalistas e inúmeras outras categorias profissionais.

Por volta das quatro da manhã, um terrorista do MAC (Movimento Anticomunista), conhecido como Ari Madeira, foi identificado entre os presentes e quase linchado pela massa enfurecida. Um estudante, a quem adverti quanto ao cuidado que se deveria ter para evitar resposta às provocações – já que aos totalitários interessava tumultuar o ambiente –, respondeu-me, desfazendo o punho fechado. Na palma da mão, um chumaço de cabelos do provocador.

A manhã chegou sem que a multidão tivesse arredado pé. Ao contrário, a massa humana crescia e se espraiava pelas imediações da Assembléia. Populares desfilavam – e mulheres desmaiavam – diante do corpo. A tarde encontrou, segundo estimativa da equipe de reportagem do *Correio da Manhã*, centenas de milhares de pessoas na Cinelândia. E foi essa multidão que, às 16h13m, formou o cortejo – comparável ao séquito fúnebre de Getúlio Vargas, em agosto de 1954 – para acompanhar Edson Luís de Lima Souto ao seu túmulo, no Cemitério de São João Batista. Coberto pela Bandeira Nacional, o caixão desceu as escadarias da Assembléia sob os acenos de milhares de lenços brancos. O povo entoava o Hino Nacional. Do alto dos edifícios caíam pétalas de flores e papéis picados. A multidão gritava “Desce! Desce” para os que, nas janelas, içavam bandeiras negras. Muitos desciam e se integravam ao acompanhamento. Mas, os gritos mais ouvidos – igualmente inscritos em centenas de faixas – eram “Poderia ser seu filho!”, “Fora assassinos!”, “Brasil, seus filhos morrem por você!” e – os mais constantes de todos – “Abaixo a ditadura fascista!” e “Povo organizado derruba a ditadura!”

Três horas e meia depois, percorridos os seis ou sete quilômetros do trajeto, o portão do cemitério era forçado pela multidão, que portava velas e folhas de jornais incendiadas para iluminar as ruas escuras. Reinava silêncio completo. O povo só voltou a assobiar o Hino Nacional depois de entrar no São João Batista. Quando o corpo baixou à sepultura, as mais de 50 mil pessoas que lograram acesso ao interior da necrópole ouviram o solene juramento prestado por milhares de jovens: “Neste luto, começou a luta!”. Era o sinal de que a até então maior manifestação popular de protesto pós-abril de 1964 teria seqüência.

De fato, registraram-se manifestações em vários pontos do país, culminadas em 1º de abril, quarto aniversário do golpe, no Rio de Ja-

O PODER JOVEM EM ARMAS

O FRACASSO DO PROCESSO DE LIBERALIZAÇÃO DE 1968 E O INÍCIO DA LUTA ARMADA

neiro, com o maior protesto até então realizado contra o regime. Os choques – em que mais de cinco mil soldados da Polícia Militar, auxiliados pela Dops, usaram de violência nunca vista no Rio – deixaram um saldo de dois mortos (o estudante Jorge Aprígio de Paula, baleado de frente à residência do ministro do Exército, e o escrivão Davi de Sousa Neiva, atingido no Largo da Carioca), 60 populares e 39 policiais feridos, 321 presos e a ocupação da cidade por tropas federais, do Exército, Marinha e Aeronáutica. Embora os baleados fossem, além dos dois mortos, três estudantes e três comerciantes, houve, novamente, quem tivesse a ousadia de invocar a ridícula “teoria do poder de fogo” para sustentar que os estudantes – e não os policiais – é que utilizaram armas de fogo. Em Goiânia, morreu, com um tiro de fuzil na cabeça, o estudante Ivo Vieira; dois outros – Telmo de Faria, acadêmico de Direito, e Maria Lúcia Jaime, aluna de Belas-Artes – foram gravemente feridos à bala, no dia seguinte, pela polícia, dentro da Catedral, onde conferenciavam com o arcebispo, D. Fernando Gomes, sobre a celebração de missa pela alma do secundarista goiano assassinado na véspera. O prelado enviou imediato telegrama de protesto a Costa e Silva, “exigindo a punição dos autores do ato, um sacrilégio e ato de selvageria inominável”.

Como saldo extraordinariamente positivo e importante, restou, de todos esses acontecimentos, a constatação de que a morte de Edson Luís levou os estudantes a procurarem a integração com o povo. É claro que essa atitude foi facilitada pelo clima emocional criado no país após o assassinato – que incutiu ânimo de participação em amplos setores da população –, embora os jovens tivessem de enfrentar enormes dificuldades, como o nível inferior de organização desses setores. Só mesmo a maturidade demonstrada por alguns líderes estudantis propiciou a superação de tais problemas.

Assim, o movimento estudantil, como um todo, interrompeu a fase de descenso em que se encontrava e voltou a crescer – como, aliás, sempre acontece quando se une a outras camadas do povo. Só que, dessa vez, o crescimento se deu de maneira tão rápida e inesperada, que logo se sobrelevou ao apogeu alcançado em setembro de 1966.

Mesmo encarada com absoluta isenção política, de Edson Luís constituiu um marco na história brasileira contemporânea, pois o impacto do acontecimento despertou forças de oposição e protesto até então adormecidas. Pessoas e setores que se mantinham apáticos de súbito se mobilizaram num esforço coletivo que, em última instância, visava – embora de maneira às vezes inconsciente – a deter um processo de violência que se chocava com o humanismo do povo brasileiro.

Não pretendo dizer, com isso, que a história do país seja destituída de violência, como tentava provar a historiografia adotada nos currículos oficiais. Ao contrário, o nosso passado está impregnado de violência e heroísmo, da mesma forma que a realidade presente. A violência de quase quatro séculos de escravidão persiste no latifúndio: as propriedades com mais de mil e até 100 mil hectares ocupavam 81,3% de todo o território nacional e pertenciam a 12,6% dos proprietários de imóveis rurais, enquanto os minifúndios (extensões entre 10 e 100 hectares) ocupavam 18,7% da área e eram distribuídos por 87,4% dos que possuíam títulos de propriedade rural (os dados foram divulgados pelo próprio governo Costa e Silva, através do IBRA –

* Em 1997, apesar da extraordinária mobilização empreendida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) – o mais importante movimento social em curso no país –, 1% dos proprietários rurais continuava dominando “44% da terra disponível...”, mundo comparável à terra de três Suécias” (VIEIRA, Marceu. A marcha quieta dos sem-futuro. In *Coisas da política, Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 21 abr. 1997, 1º Cad., p.2).

Instituto Brasileiro de Reforma Agrária – em setembro de 1968)*. E havia violência na venda de 1.600 mil quilômetros quadrados de terras – isto é, a quinta parte do território nacional – a estrangeiros, segundo estimativa feita pelo ministro da Justiça de Costa e Silva, sr. Gama e Silva, no mesmo dia em que Edson Luís era assassinado. Existe violência, ademais, no analfabetismo, na fome endêmica, no desemprego, na crescente redução do valor real de salários já tão baixos e assim por diante. A violência contra os direitos fundamentais do homem caracteriza as arcaicas estruturas sociais que no Brasil permanecem “sagradas e intocáveis”.

Quando menciono, portanto, o humanismo do povo brasileiro, refiro-me apenas à tendência conciliatória que presidiu muitas das nossas disputas, à preferência pelas soluções pacíficas, tanto no plano pessoal como no coletivo.

Edson Luís não foi a primeira vítima da violência da ditadura de 64, mas coube ao seu cadáver desencadear aqui o processo de liberalização que em 1968 sacudiu tantos outros países. Milhares de pessoas foram às ruas nas principais cidades, em demonstrações pacíficas das quais as mais importantes foram realizadas no Rio de Janeiro, em 26 de junho e 4 de julho, tornando-se conhecidas como as Passeatas dos Cem Mil, porque em ambas intervieram mais de cem mil manifestantes, conforme estimativas gerais. É de se assinalar que o processo aqui deflagrado em 28 de março, com a morte de um estudante que, com os colegas, reivindicava melhoria da comida, seria principiado na França quase um mês depois, em 22 de abril, quando um grupo de estudantes da Universidade de Nanterre exigia o levantamento da separação noturna entre rapazes e moças nos dormitórios universitários. Os diferentes níveis de reivindicação ilustram bem a conexão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

As Passeatas dos Cem Mil criaram no país um clima que deu a muita gente a impressão de que se avizinhava uma fase de abertura política. Como disse o humorista Millôr Fernandes, se continuássemos naquele ritmo, acabaríamos “caindo numa democracia”. Não que o Brasil já tivesse vivido um período de verdadeira democracia. Mas verdadeira, pelo menos, fases de democratização política, como o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), em que, num ambiente de paz e liberalização internas, grandes passos foram dados no sentido

da integração nacional, com a construção de Brasília e, por conseguinte, o início da marcha para o Oeste e a conquista do interior abandonado.

A sensação de iminente democratização fez com que muitos perdessem o medo e decidissem dar a sua parte para a construção de uma sociedade mais livre e justa no Brasil. Jornalistas escreveram mais artigos de denúncia da injustiça e da opressão; editores lançaram mais livros, que um número sempre maior de escritores produzia sobre a realidade nacional; padres promoveram mais debates em suas igrejas e escolas; e parlamentares foram mais corajosos nos seus pronunciamentos. Intelectual e culturalmente, 1968 tornou-se um ano profícuo, inclusive na música popular, em que as canções de protesto atingiram o seu apogeu quando Geraldo Vandré, com o seu *Caminhando* ou *Pra não dizer que não falei das flores*, levou ao delírio uma platéia de 30 mil pessoas no Maracanãzinho, no Rio, durante o III Festival Internacional da Canção. A música virou hino contra a ditadura; o compositor paraibano, caçado pela repressão militar após o AI-5, teve que fugir para o Chile.

Em 22 de abril, cerca de 20 mil metalúrgicos fizeram em Contagem, em Minas, a primeira greve operária depois do golpe, em protesto contra o arrocho salarial da ditadura e a favor das liberdades democráticas.

A REAÇÃO DE BRASÍLIA

Como se comprovaria mais tarde, houve forte dose de *wishful thinking* e de exagerado otimismo nas ações políticas da oposição em 1968. Não foi à toa que a canção de Vandré falou dos “indecisos cordões” que marchavam pelas ruas, acreditando “nas flores vencendo os canhões”. Mais do que isso, muitos julgavam que a vitória das flores ocorreria sem que os canhões sequer disparassem...

Nos últimos dias de agosto, tudo levava a crer que seria desmistificado o velho dito popular “agosto, mês de desgosto”, baseado na superstição de que é o mês das crises e tragédias no Brasil, crença que se intensificou bastante depois do suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. O governo Costa e Silva se aproveitava da inesperada calma de agosto para tentar desviar as atenções

da opinião pública dos problemas em foco – reajustes salariais, correção monetária e crise educacional – para concentrá-las sobre a intervenção soviética na Tchecoslováquia. De repente, surgiram nas esferas governamentais, de todos os cantos, os defensores das liberdades dos trabalhadores e estudantes ... tchecoscolacos.

Mas, como na história do Chapeuzinho Vermelho, o lobo pode estar fantasiado de vozozinha bonachona, mas as orelhas e os pêlos acabam sempre aparecendo. Foi o que se deu então: em 28 de agosto, em São Paulo, soldados de infantaria, cães, bombas de gás, contingentes de cavalaria, fuzis, metralhadoras e até mesmo carros de assalto foram utilizados contra estudantes, jornalistas e populares que pediam para os brasileiros a liberdade tão exigida para os tchecos.

Para quem ainda conservasse qualquer dúvida quanto à falsidade das autoridades que se arvoravam em defensoras das liberdades na Tchecoslováquia, as orelhas e pêlos se mostraram, em toda a sua crueza, no dia seguinte ao da repressão de São Paulo. Dessa vez, o palco da brutalidade foi a própria capital federal, onde 30 carros da Polícia Civil, duas companhias da Polícia Militar, agentes da Dops e do Serviço Nacional de Informações, e mais 12 choques da Polícia do Exército invadiram a Universidade de Brasília, arrombando salas de aula, espancando alunos, professores, parlamentares e até um major do Exército que lá estudava. Além de prejuízos materiais superiores a 300 mil cruzeiros, com a destruição de equipamentos de pesquisa de que o país tanto carece para se desenvolver, o balanço da violência registrou inúmeros feridos, entre os quais o estudante Waldemar Alves da Silva, atingido por uma bala de calibre 45 na cabeça. O que havia na universidade para justificar a intervenção policial-militar, a operação de guerra contra estudantes e professores?

Resposta das autoridades: havia lá cinco estudantes “subversivos”, entre os quais o líder Honestino Monteiro Guimarães, cuja captação seria imprescindível à segurança nacional. Subversivos eram aqueles que, estudando a realidade do país, procuravam transformá-la, no sentido da democratização. Eram os estudantes que não aceitavam, egoisticamente, a situação de privilegiados na sociedade brasileira. Poderiam dedicar o tempo a tomar cerveja ou a jogar frescobol nas praias, que ninguém os perturbaria. Representando, como vimos, 0,2% da população, os universitários poderiam aguardar, tranqüilos e bem-comportados, o momento em que seriam chamados a comandar as legiões de párias analfabetos. Se recusavam tal futuro, é

porque eram idealistas e não se conformavam com estatísticas oficiais como as que transcrevemos a seguir: 1) em cada 1.000 crianças brasileiras, apenas 517 (cerca de 52%) obtinham matrícula na primeira série primária e somente 40 logravam terminar o curso elementar. Dessas, só 27 se matriculavam, em 1968, no curso ginasial, e apenas 11,5 concluíam esse primeiro ciclo secundário. Das 11,5 apenas 5,5 terminavam o segundo e somente 2,3 conseguiram ingressar num curso superior, o que não significava que o concluíssem; 2) enquanto isso, as verbas orçamentárias consignadas à educação continuavam a decrescer, já sendo, à época, as mais baixas das Américas, inferiores até mesmo às do Haiti: 11% em 1965, 9,7% em 1966, 8,7% em 1967, 7,4% em 1968 e apenas 7% em 1969.

O universitário poderia dizer: “Se o meu diploma está garantido, que se danem os outros. Quanto menos formados, menor a concorrência. Em terra de cego, quem tem um olho é rei”. A atitude da maioria, no entanto, foi diversa. Recusaram o título de príncipes de uma sociedade subdesenvolvida, lutando para que todos tivessem acesso ao ensino, e enfrentaram a força poderosa dos que precisam de um Brasil atrasado para continuar a dominá-lo. Foi por isso que tantos brasileiros cerraram fileiras, em 1968, com os estudantes, em defesa de um futuro melhor para todos.

O CONGRESSO DE IBIÚNA

A opinião pública condenou, através dos poucos meios e modos que ainda lhe restavam, a invasão do atraso e da estupidez em Brasília. A imprensa repeliu o atentado, como quase toda a Câmara dos Deputados, onde surgiu até mesmo um abaixo-assinado do partido governamental, a Arena, repudiando as violências na universidade e manifestando confiança nas providências do presidente da República para apurar as responsabilidades e punir os responsáveis. Um parlamentar mais indignado, o jornalista do *Correio da Manhã* Márcio Moreira Alves, foi mais longe, ao sugerir, em represália, o boicote popular ao desfile militar de 7 de setembro, Dia da Independência. Este discurso, como veremos a seguir, daria origem a um endurecimento ainda maior do regime, através do AI-5.

Em outubro, a situação política começou sob o signo dos movimentos operários grevistas eclodidos quando se expiraram muitos dos acordos salariais. O movimento estudantil conseguira reanimar, tam-

bém, o movimento operário, desde abril de 1964 desbaratado e amotinado. Entre a morte de Edson Luís, em março, e o AI-5, em dezembro, ocorreram duas das mais importantes greves enfrentadas pelo regime militar, em Minas e São Paulo. O líder estudantil Vladimir Palmeira sempre ressaltava que os trabalhadores teriam de “assumir o comando da luta empreendida pelos estudantes”. Os operários, por seu turno, manifestaram, em diversas ocasiões, apoio aos estudantes, inclusive através de um manifesto, divulgado em junho, por 12 sindicatos que não se encontravam sob intervenção governamental. Os estudantes, entretanto, prosseguiram na vanguarda da oposição brasileira.

Em meados de outubro, teria de ser realizado o 30º Congresso da UNE. Para sediar a reunião clandestina, foi escolhida uma pequena cidade interiorana de São Paulo, Ibiúna, para onde afluíram cerca de mil delegados dos estudantes de todo o país. Logo se revelou que o lugar não era o ideal para o encontro. Com suas aparências e trajes informais – barbas, cabelos longos, roupas modernas e coloridas –, os jovens chamaram as atenções dos pacatos moradores de Ibiúna, onde o súbito acréscimo de mil habitantes provocou sensíveis mudanças. Os padeiros, por exemplo, logo perceberam que teriam de produzir mais, o mesmo se dando com outros comerciantes de gêneros alimentícios.

A novidade se difundiu e chegou ao conhecimento das autoridades policial-militares, que desfecharam um cerco sobre a minúscula cidade. No dia 14, os 920 congressistas foram presos, entre eles os quatro principais líderes estudantis da época: Vladimir Palmeira, José Dirceu, Luís Travassos (que encerrava a sua gestão) e Jean-Marc Charles Frédéric von der Weid. Os três primeiros só seriam liberados em setembro de 1969, enviados ao México, com 12 outros presos políticos, como resgate exigido para a libertação do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado, dias antes, pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e pelo Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8). Quanto a Jean-Marc, conseguiu escapar e saiu do país, após nova prisão, em janeiro de 1971, quando foi para o Chile, com 69 companheiros, em troca do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, seqüestrado em 7 de dezembro de 1970 pela VPR (Vanguarda Popular Revolucionária) do capitão Lamarca.

O ATO INSTITUCIONAL Nº 5

Com os líderes estudantis afastados, o MDB procurou assumir a

vanguarda da oposição. Embora alguns deputados fossem levados, por ingenuidade ou entusiasmo, a admitir a derrubada do regime pela simples atuação parlamentar, esta era sobretudo defensiva. Além de todas as punições e humilhações que o Poder Executivo vinha lhe impondo desde abril de 1964, o Legislativo enfrentava, diretamente, o poder militar: os ministros militares exigiam a punição do deputado Moreira Alves pelo seu discurso de repúdio à invasão da UnB, considerado “ofensivo às Forças Armadas”. Em defesa das imunidades parlamentares ameaçadas e pela restauração das abaladas prerrogativas de autonomia e dignidade do Legislativo, o MDB conseguiu sensibilizar e atrair setores da Arena, enquanto o governo confiava em sua maioria no Congresso para ver aprovado o pedido de licença, encaminhado pelo ministro da Justiça, a fim de que o deputado fosse processado e tivesse cassado o seu mandato. O governo garantiu, contudo, inclusive através de conversações informais que chefes militares mantiveram com parlamentares, que respeitaria a decisão do Congresso. Muitos congressistas julgaram, assim, que o Executivo se “arrependera” das pressões anteriores e acabaria cedendo à contestação legal, premido pela crescente impopularidade interna e pela opinião pública internacional.

Em 12 de dezembro, ferido em seus bríos pelas capitulações anteriores e estimulado pelo exemplo estudantil, o Congresso tentou recuperar a sua independência, rejeitando o pedido governamental. Mas, como, na realidade, não era pedido, mas uma exigência militar, a reação não se fez esperar. Na noite do dia seguinte, depois de sucessivas reuniões entre altos chefes militares, a resposta do governo – como sempre, aliás, ante as crises ou movimentos de oposição surgidos durante a ditadura – veio na forma de novo Ato Institucional, o de número 5 e o mais drástico de todos, pois fechou o Congresso Nacional e suspendeu, por tempo indeterminado, o *habeas corpus*, o mais importante e tecnicamente apurado dos institutos do Direito Judiciário brasileiro. Parodiando o samba que, referindo-se à felicidade e às ilusões dos dias de Carnaval, diz que “tudo se acabou na quarta-feira”, em 1968, tudo – o processo de liberalização e as perspectivas por ele abertas – se acabou naquela sexta-feira, 13 de dezembro.

Pelo AI-5, considerando, entre outras coisas, que “atos nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturais, comprovam que os instrumentos jurídicos que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação para sua defesa, desenvolvimento e bem-estar de seu povo estão servindo de meios para combatê-la e destruí-la”, o

presidente da República Federativa do Brasil, “ouvido o Conselho de Segurança Nacional”, decidiu, entre outras providências, adotar as seguintes: 1) Fechar o Congresso Nacional, bem como inúmeras assembleias legislativas e câmaras de vereadores; 2) Transferir ao Poder Executivo as principais funções ainda conservadas pelo Legislativo; 3) Decretar a intervenção federal em muitas cidades; 4) Voltar a intensificar os decretos de suspensão de direitos políticos de oposicionistas pelo prazo de dez anos (até mesmo Carlos Lacerda, um dos líderes civis do golpe de 1964, foi atingido) e de cassação de mandatos eletivos federais, estaduais e municipais (o que significou novo expurgo no Congresso); 5) Impedir a apreciação dos atos de punição pelo Poder Judiciário (houve um ato destes ainda em 1968, alcançando 13 pessoas, e 28 em 1969, atingindo 662); 6) Suspender as garantias constitucionais vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade dos funcionários públicos; e 7) Suspender a aplicação do *habeas corpus* “nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social, e a economia popular”.

O AI-5 representou enorme retrocesso político na história do Brasil, um duro golpe para o pouco de liberdade que ainda restava e sensível endurecimento do regime militar. Todo o movimento intelectual e cultural foi grandemente afetado. Escritores não dispuseram mais nem mesmo das precárias condições de que antes gozavam para escrever, da mesma forma que os editores não se arriscavam a investir em obras que pudessem ser apreendidas ou confiscadas apenas por desagradarem aos detentores do poder. O livreiro foi acuada pelo medo de expor obras “suspeitas”, do mesmo modo que o público pelo temor de adquiri-las e levá-las para casa. Este livro, por exemplo, foi proibido pelo ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, um professor de Direito da USP e da PUC-SP, que nele viu configurada “propaganda subversiva”. Segundo circular que a Associação Brasileira do Livro enviou aos seus associados em maio de 1977, 353 obras estavam proibidas, inclusive por “ofensa à moral e aos bons costumes” (*Jornal do Brasil*, Cad. Livros, *Censura*, 28 maio 1977, p. 6). Um círculo vicioso de impotência e pavor paralisava o pensamento e a criação.

O AI-5 eliminou, também, alguns dos melhores parlamentares do MDB, partido que o regime militar criara, em 1965, com o intuito de organizar a sua própria oposição, depois de extinguir com o Ato Institucional nº 2, os 13 partidos então existentes. Dentro do MDB haviam ocorrido, especialmente em 1966 e 1968, tentativas sérias, apesar de

conduzidas por minorias, de transformá-lo num autêntico partido oposicionista. O AI-5, ao excluir do Congresso os mais expressivos parlamentares do MDB, pretendeu acabar de vez com a diferença entre este e o partido governamental, a Arena. Como se dizia então, em face do Executivo militar onipotente, um deveria ser “o partido do *sim*”, e o outro, “do *sim senhor*”.

Ora, num país em que não era permitida a existência de um partido de oposição, em que os órgãos de representação estudantil haviam sido interditados, em que os sindicatos permaneciam sob intervenção direta ou indireta, em que, enfim, haviam sido destruídas todas as possibilidades de funcionamento de uma oposição legal e democrática, a tese da luta armada teria de encontrar terreno fértil. Nascido do desespero provocado pela falta de perspectivas de participação política e do idealismo quase suicida de um punhado de jovens, a luta armada, sob a forma de guerrilha urbana, foi uma consequência natural e óbvia do AI-5, embora as articulações guerrilheiras já tivessem sido iniciadas antes.

O movimento estudantil, tal como é entendido até aqui, foi interrompido com o AI-5. Sem condições sequer para se reunirem nos colégios e universidades, muito menos para saírem às ruas em passeata, os mais inconformados começaram a se agrupar e a ser arregimentados em organizações de luta armada. E partiram para uma guerra adulta, única forma de participação política que restara lhes restara. E único caminho que acreditavam poder conduzi-los à libertação do seu povo.

Oito meses depois, em agosto de 1969, 370 pessoas já haviam sido identificadas como envolvidas em ações armadas e assaltos políticos, das quais cerca de 200 detidas e 128 qualificadas na Justiça Militar, segundo a *Veja*. Quase todos tinham entre 20 e 25 anos; somente cinco mais de 30. Quanto ao setor de atividades de que provieram, 38,5% eram estudantes, 20%, militares (em sua maioria, anteriormente punidos pelo regime), 17%, profissionais liberais, e 8%, operários, senão do restante comerciantes, bancários e funcionários públicos.

Como se vê, o poder jovem foi estrangido pela ditadura ao silêncio ou ao engajamento na luta armada, uma tragédia para todos os brasileiros, quaisquer que sejam as suas posições políticas, por haver representado o sacrifício de uma geração heróica e idealista – talvez a melhor e a mais completa com que o país contou em seu meio milênio de existência.

CAPÍTULO XIV

A RECONSTRUÇÃO DA UNE

DA VOLTA ÀS RUAS À DESTITUIÇÃO DE COLLOR

Para a ditadura, o AI-5, a Lei de Segurança Nacional, os atestados ideológicos, as polícias universitárias e o Decreto-lei 228 – o Suplicy-Aragão, em que se desdobrava em 28 de fevereiro de 1967, ainda no governo Castelo Branco, a Lei Suplicy de Lacerda, prevendo até a punição de reitores que não reprimissem atos de indisciplina ou “subversão” dos alunos – não eram suficientes para conter o movimento estudantil. Por isso, editou, em 26 de fevereiro de 1969, o Decreto-lei nº 477, “o mais draconiano que já houve na legislação brasileira”, segundo o professor Miguel Reale Júnior, presidente da Associação dos Advogados de São Paulo (*Jornal da Tarde*, SP, O 477, 3 dez. 1977, 1ª cad., p. 20), pois criava penas de caráter administrativo-penal, como demissões e expulsões, à margem de consideração judicial, para professores, alunos ou funcionários de estabelecimentos de ensino público ou particular que colaborassem com greves, portassem “material subversivo de qualquer natureza”, etc. Estudante considerado subversivo ficava proibido de se matricular em qualquer escola durante pelo menos três anos. O 477 atingiu 506 estudantes – 55 sob a gestão de Jarbas Passarinho, que o tinha como menos rigoroso que o 228 – e deixou de ser empregado a partir do governo Geisel, o que não significou o fim das punições, que continuaram a ser aplicadas com base nos demais instrumentos de exceção. Tarso Dutra o havia acionado 195 vezes.

A UNE ainda resistiu, muito precariamente, mais dois anos na clandestinidade. Como o Congresso de Ibiúna fora interrompido quan-

do realmente iria começar, após três dias de discussões preliminares, e Travassos estava preso, a UNE chegou a 1969 sem presidente. Decidiu-se, então, organizar congressinhos regionais, para a eleição do colegiado que escolheria a nova diretoria. Três eram as chapas concorrentes: a de Jean-Marc, indicada por Travassos e constituída por seis militantes da AP e quatro do PCB; a de José Dirceu, uma frente anti-AP de dissidências, apoiada por Vladimir Palmeira; e a de Marcos Medeiros, integrada pelo PCBR (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário).

Em congresso ampliado, no início de abril, num sítio do sopé da Pedra da Gávea, no Rio, registraram-se vários pedidos de impugnação. Pela chapa de Dirceu, que continuava preso, José Arantes contestou, sem êxito, a validade dos dez votos do “minicongresso da kombi”, assim chamado porque tivera lugar a bordo de um veículo desse tipo, na zona mineira do Triângulo. Na véspera, à noite, o presidente da União Estadual dos Estudantes do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Muniz, também da chapa de Dirceu, tentara mudar o local do encontro, o que o teria inviabilizado. Fracassadas as manobras e procedida a apuração, Jean-Marc obteve 378 votos; Dirceu, 371; e Medeiros, 29. Os cerca de 30 votos em branco provinham do PCB, uma espécie de fiel da balança. Entre os nove vice-presidentes eleitos, Honestino Monteiro Guimarães, presidente da Federação dos Estudantes de Brasília; José Genóino Neto, presidente do DCE do Ceará; Helenira Rezende de Souza Nazareth, do Centro Acadêmico de Letras da USP; Gildo Macedo Lacerda, presidente do DCE de Minas Gerais; Humberto Albuquerque Câmara Neto, da UEE de Pernambuco; Ronald Rocha, do Rio de Janeiro; e José Carlos da Matta Machado, de Minas.

O trágico destino dessa diretoria dá uma idéia do que era a repressão política no Brasil, bem mais feroz e bem-sucedida que a sofrida, nos últimos anos, pelo crime organizado. Começamos por Jean-Marc: preso em Ibiúna, conseguiu evitar o recambiamento para o Rio, onde já havia sido condenado a dois anos de prisão, declarando-se membro da delegação do Paraná; na viagem a Curitiba, aproveitou-se de um cochilo dos agentes para fugir do ônibus que transportava os detidos paranaenses, mas foi novamente apanhado, já eleito presidente, em setembro de 1969, e mantido preso até ser banido do país, em janeiro de 1971, em troca da libertação do embaixador suíço. Seu substituto, o 1º vice-presidente Honestino, presidente interino efetivado num

minicongresso ocorrido em setembro de 1971, condenado a 25 anos pela participação nas lutas estudantis de 1968 e ameaçado de morte pelos serviços de segurança militar desde 1971, foi preso no Rio, em outubro de 1973, e visto pela última vez na Oban (Operação Bandeirante), órgão repressivo de São Paulo, em abril de 1974. Genoíno e Helenira se entregaram, de corpo e alma, à experiência guerrilheira do Araguaia, onde ele foi preso, em 1972, e ela, morta em combate. Gildo e José Carlos, presos na Bahia em 1973, teriam sido mortos “em tiroteio”, segundo a repressão. Humberto é um dos 125 desaparecidos da relação do Comitê Brasileiro pela Anistia; e Ronald foi preso no Rio, em 1972, e cumpriu pena.

Não havia mais condições mínimas para a sobrevivência do movimento estudantil, embora nunca tenham deixado de pipocar tentativas e ações isoladas, como os protestos contra a presença no Brasil de Nelson Rockefeller, em 1969; os atos pelo transcurso do segundo aniversário da morte de Edson Luís, em 1970; as denúncias de prisões por diretórios e centros acadêmicos do Rio e de São Paulo, em 1972; as manifestações contra a prisão, tortura e assassinato pela Oban, em São Paulo, do estudante de Geologia Alexandre Vannucchi Leme, que culminaram com missa celebrada pelo cardeal-arcebispo D. Paulo Evaristo Arns na Catedral da Sé, com participação de quatro mil pessoas, em 1973; a criação de um Comitê de Defesa dos Presos Políticos, na USP, em 1974; as greves em vários Estados, sobretudo na Bahia e em São Paulo, com destaque para a deflagrada na USP, em outubro, após o assassinato, no DOI-Codi paulista (ex-Oban), do professor e jornalista Vladimir Herzog, em 1975; a fundação do DCE-Livre e jornalista Vannucchi Leme, na USP; a realização do 1º e do 2º Encontro Nacional de Estudantes (ENE), em São Paulo, e a campanha nacional pelo voto nulo, em 1976.

A VOLTA ÀS RUAS

A volta dos estudantes às ruas somente se daria em março de 1977, reforçando e intensificando, consideravelmente, a luta contra a ditadura. Não se tinha qualquer dúvida, no conjunto das forças que repudiavam o regime de abril de 1964, quanto à opção democrática da juventude estudantil, mas a longa interrupção das manifestações de rua, por força da escalada da repressão que se seguiu ao Ato Institui-

cional nº 5, havia instilado em pessimistas e desinformados a suposição de que a ditadura conseguira, afinal, impor o seu modelo de universidade e de universitário, tornando-os distantes e alienados dos problemas do país e do povo. Ou seja, o cínico modelo do “estudante é para estudar e padre, para rezar”, estudo e reza equivalendo, no caso, ao total alheamento em relação à realidade de fome, doença, miséria e analfabetismo no Brasil.

O que se viu, no entanto, sobretudo a partir de março de 1977, foi o ostensivo fracasso da ditadura em mais um de seus projetos. Mais de 13 anos de maciça doutrinação e criminoso repressão não bastaram para a procriação, nas provetas do regime, da geração estudantil de seus sonhos. Lembrando o *dr. Silvana* dos gibis, o regime não tivera pejo em fazer uso dos recursos mais brutais de suas retortas. A proibição e fechamento das entidades estudantis, a Lei Suplicy, os Decretos-leis 228 e 477, a invasão e depredação de universidades foram alguns dos remédios com que se pretendeu anestesiar a consciência social e democrática do estudantado. Para os que resistiam à medicalização, o tratamento de choque: as prisões e as torturas que culminariam com o sacrifício de tantos jovens.

A maioria dos repressores ignorava que a participação política da juventude no Brasil remonta, como vimos, a um período anterior à criação das universidades. E que a história veio demonstrar o caráter positivo dessa participação, em episódios como a expulsão dos corsários franceses, a Conjuração Mineira, as campanhas pela abolição da escravatura e pela república, a denúncia dos massacres de Canudos, a campanha civilista de Rui Barbosa, o combate ao Estado Novo e ao Eixo nazifascista, e a criação da Petrobrás.

É evidente que a volta às ruas não se deveu apenas à tradição democrática e progressista do movimento estudantil. Nem as manifestações que, a partir de março de 1977, se estenderam a todo o país constituíram apenas um ritual de protesto “próprio da idade”, como queriam crer os mais paternalistas. Os estudantes voltaram às ruas com reivindicações bem concretas: mais verbas para a universidade; o rebaixamento das anuidades no ensino superior particular (com a limitação dos aumentos aos 35% fixados pelo Conselho Federal de Educação); a melhoria do nível de ensino e da alimentação nos restaurantes universitários; a defesa do ensino público e gratuito; a revogação das punições impostas a colegas (sobretudo na PUC do Rio); o fim da

aplicação indiscriminada – principalmente na Universidade de Brasília – da pena de jubileamento aos estudantes de menor rendimento (em geral, os mais pobres, que trabalham para custear os estudos) e a libertação de colegas presos.

Depois de longa ausência do noticiário, os estudantes voltaram às ruas em 30 de março de 1977, com uma passeata de três a quatro mil alunos, do campus da USP ao Largo de Pinheiros, em São Paulo, a pesar da proibição expressa do governador Paulo Egydio Martins e do secretário de Segurança, coronel Antonio Erasmo Dias, que mobilizaram mais de 70 mil policiais para o bloqueio das vias de acesso ao centro. Com a cidade tumultuada por um congestionamento que paralisou 350 mil veículos, os manifestantes lançaram uma *Carta aberta à população*, elaborada em conjunto pelos DCEs da USP e da PUC.

Enquanto o movimento estudantil caminhava para a abertura, o regime ingressava em nova fase sistólica: dois dias após a passeata, em 1º de abril, o presidente Geisel recorreu ao “pacote de abril” para fechar o Congresso Nacional, assegurar a maioria do partido governista e alterar a Lei Orgânica da Magistratura. Não obstante, o governo queria impedir, a todo custo, que os jovens tomassem posição quanto a essas questões: segundo o ministro da Educação e Cultura, Nei Braga, “dentro das universidades devem ser tratados somente os assuntos ligados à educação e à aprendizagem, deixando para os partidos políticos o debate dos temas alheios aos interesses específicos da classe estudantil” (Líderes estudantis de 34 faculdades e de um colégio fazem assembleia na PUC, *Jornal do Brasil*, 16 abr. 1977). Como se fosse possível dissociar os problemas estudantis da problemática mais ampla em que se inserem. Não é. Daí os protestos se terem logo estendido contra o fechamento do Congresso, as prisões de operários e intelectuais, a censura à imprensa, as medidas repressivas e todos os atos de exceção (os institucionais já eram 17). Os estudantes passaram a exigir, como em passeata em Porto Alegre, “anistia para todos os brasileiros, presos ou exilados por defenderem as mesmas idéias que defendemos”. E a se pronunciarem, em nova *Carta aberta à população*, distribuída durante manifestação que reuniu 15 mil jovens no centro da capital paulista em 5 de maio, contra a “exploração econômica, o arrocho salarial, a alta do custo de vida, as péssimas condições de vida e trabalho”.

Em abril, os protestos e greves haviam alcançado a PUC de São

Paulo e do Rio, a Universidade Federal Fluminense (UFF), em Niterói, a Universidade Federal de Minas Gerais, a Universidade de Brasília, a Universidade do Vale dos Sinos, a Federal e a PUC do Rio Grande do Sul; até setembro, eles atingiriam Campinas, Ribeirão Preto, São Carlos, Limeira, Jundiaí, Sorocaba, Santos, Bauri, Curitiba, Londrina, Florianópolis, Juiz de Fora, Viçosa (MG), Goiânia, Pelotas, Salvador, Aracaju, Maceió, Recife, Natal, Fortaleza, Teresina, Belém e Manaus.

A passeata de 5 de maio, em São Paulo, e o ato público que a precedeu, no dia 3 (com a adesão de sindicatos, OAB, MDB e do Movimento Feminino pela Anistia), foram deflagrados pela prisão, em São Paulo, de quatro estudantes e quatro operários que distribuíam panfletos alusivos ao transcurso do Dia do Trabalho. Resultaram na criação do Comitê 1º de Maio pela Anistia, bem como em manifestações de apoio da população, com chuva de papel picado sobre a passeata em meio à repressão com gás lacrimogêneo.

Que o único argumento da ditadura ante os protestos tivesse sido, mais uma vez, o aumento da repressão, não constituía novidade. Mas fazia ressaltar, ante a opinião pública, a maturidade política dos estudantes, demonstrada não só através do equilíbrio das reivindicações quanto pela sistemática não-aceitação das provocações policiais, como a ridícula bravata do coronel Erasmo Dias no Viaduto do Chá: “Os estudantes só passarão por aqui se for por cima do meu cadáver”. Enquanto isso, num momento em que a sede do Cebrap (Centro Brasileiro de Pesquisas), em São Paulo, vinha de ser alvo de atentado do CCC (Comando de Caça aos Comunistas) e da AAC (Ação Anticomunista), o governador Paulo Egydio, ex-secretário internacional da UNE, especulava: “Esse movimento de agora, por suas características, revela que pode haver a participação de elementos do PCdoB. Não vou permitir que retrocedamos a 1968”. No dia 9, véspera de manifestações programadas no Rio e em Belo Horizonte contra as prisões dos estudantes e operários em São Paulo, o ministro da Justiça, Armando Falcão, em circular enviada aos governadores, proibiu, em todo o país, “passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias”, qualificando-as de “distúrbios de fundo e fim subversivos”.

Apesar do endurecimento e da proibição pela Censura Federal de qualquer notícia sobre o movimento estudantil em emissoras de rádio e televisão, as concentrações se realizaram e se estenderam a outras

capitais, evoluindo, no dia 19, para um Dia Nacional de Luta pela anistia e pelas liberdades democráticas (conforme proposta aprovada em assembléia de estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), severamente reprimido, sobretudo em São Paulo, Brasília e Salvador.

A ascensão do movimento era favorecida pela crescente impopularidade do regime, abalado não só pelo seu caráter autoritário e repressivo como pelo fracasso da política econômica e pelos casos de corrupção que a censura não lograva mais abafar. Setores cada vez mais amplos da classe média e, inclusive, do empresariado se sentiam, também devido ao aumento do desemprego, da inflação e dos impostos, tão marginalizados quanto os estudantes, os operários, os camponeses e os assalariados em geral.

Por isso, os estudantes, que já contavam com o apoio de sindicatos operários do ABC e da Igreja Católica (a de D. Hélder Câmara, D. Paulo Evaristo Arns e D. Pedro Casaldáliga, evidentemente), não tiveram dificuldades em obter novas adesões, a começar dos professores: 600 assinaram, em São Paulo, em maio, manifesto em que denunciaram “as transgressões sistemáticas, por parte das autoridades, dos direitos mais elementares”, e rejeitaram “a cumplicidade passiva do silêncio” que lhes era imposta. O sentimento de exclusão ficou bem evidente num pronunciamento do professor Dalmio de Abreu Dallari, então presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, da Arquidiocese de São Paulo: “Os professores não ignoram que também seus alunos vivem sob suspeita e estão completamente excluídos de qualquer possibilidade de participação efetiva na vida política brasileira.” (Manifesto de professores paulistas defende liberdade. *Jornal do Brasil*, 19 mai. 1977, 1ª cad., p. 15). O manifesto paulista foi logo endossado por 817 professores, artistas, intelectuais e profissionais liberais do Grande Rio.

À marginalização política se aliava, entre as principais causas da insatisfação estudantil, a deterioração do ensino, consequência não só da inexorável redução das verbas, que relançara os jovens às ruas, como de um modelo de massificação (“democratização”, para o ministro Passarinho) que relegava a qualidade a plano secundário. O explosivo problema dos excedentes (os aprovados nos vestibulares que não conseguiam vagas) levou o MEC a estimular, estabaneadamente, a proliferação de cursos superiores, provocando, nos anos 70, a quadruplicação do número

de alunos, que se expandia a taxas anuais superiores a 20%. Em 1970, havia 500 mil universitários no Brasil; em meados da década, mais de um milhão. Ao mesmo tempo, se ampliou o número de matrículas em faculdades particulares, que representavam 40% do total no ensino superior, em 1958, e 80%, em janeiro de 1976. Segundo levantamento do próprio MEC, os estabelecimentos isolados de ensino superior haviam registrado, de 1966 a 1976, um crescimento de 983%, com ênfase nos cursos de Direito, Economia e Pedagogia. Resultado: o problema dos excedentes foi transferido para o mercado de trabalho, com excesso de oferta (mal-formada) em muitas áreas.

Problemas como esse contribuíram, em 1977, para engrossar o caldo de protestos que, afinal, haviam surgido em torno de questões especificamente estudantis: por mais verbas, em São Paulo, e contra o aumento exorbitante das anuidades, no Rio. O governo, ao interpretar as justas reivindicações como parte de uma conspiração e tentar sufocá-las à força, acabou propiciando a popularização das manifestações e a reorganização do movimento. Com a repressão descomunal (o coronel Erasmo Dias gabava-se de colocar 70 mil homens nas ruas para reprimir as demonstrações na capital paulista), não lhe foi possível isolar as lideranças universitárias emergentes da massa estudantil, nem tampouco o movimento, de amplas camadas da população, cada vez mais descrentes do que lhes buscava impingir a propaganda do regime. E o apoio do povo, como sabemos, é – quase sempre – o principal indicador da justeza e da conveniência das ações políticas.

A liderança sentia que o vento soprava a favor, que não era a hora de esperar acontecer, mas de fazer um novo Dia Nacional de Luta e uma Semana pela Anistia, de empunhar a tradicional bandeira das liberdades democráticas da UNE, porque havia cinco mil brasileiros exilados e 250 prisioneiros políticos no país, mais da metade destes condenados a penas de 25 a 84 anos, e oito deles à prisão perpétua, conforme denúncia apresentada em concentração na PUC, no Rio. Era a hora, portanto, de transformar o Comitê 1ª de Maio de Anistia num Comitê Nacional, sem esquecer, é claro, de divulgar ao máximo o *Manifesto nacional por mais verbas*, proposto pelo Diretório Central da PUC carioca, e de preparar o 3º Encontro Nacional de Estudantes, ponto de partida para a reconstrução da UNE, marcado para 4 de junho, em Belo Horizonte.

O encontro foi proibido pelo ministro Nei Braga e o governador

de Minas, Aureliano Chaves, mandou bloquear o acesso a todas as escolas superiores da capital, com a instalação de uma tela de arame de dois metros de altura na entrada da Faculdade de Medicina, onde seria realizada a reunião, sob alegação de que o país vivia um “estágio preparatório da subversão, que é o estágio da pregação violenta”. Na entrada da cidade, a polícia revistou carros e ônibus, para deter os estudantes que chegavam de outros estados. Ao todo, houve 800 prisões, incluindo 348 estudantes em vigília na Faculdade de Medicina e três jornalistas. Esquema semelhante de repressão foi mobilizado para impedir a realização do 3º ENE na USP, em setembro, mas ele acabou ocorrendo, secretamente, no dia 22, na PUC, onde se decidiu criar a Comissão Pró-UNE, com a missão de promover a reorganização da entidade.

Outro centro de irradiação das manifestações de 1977 era a Universidade de Brasília, a primeira em que os estudantes promoveram uma greve geral por tempo indeterminado, em protesto contra a suspensão de 16 e o jubileamento de 600 colegas. Dirigida – melhor seria dizer comandada – pelo capitão-de-mar-e-guerra José Carlos de Almeida Azevedo, a UnB passou aquele ano sob cercos e invasões da Polícia Militar e Federal, com alunos sendo presos, expulsos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional. O reitor recorria, com frequência, à decretação de recessos, inclusive em junho, quando a esposa do presidente norte-americano Jimmy Carter, Rosalynn, visitou o Distrito Federal. Não conseguiu, no entanto, impedir que seus alunos entregassem à primeira-dama uma carta em que qualificavam a repressão na UnB como “sintoma da opressão sob a qual nós, como estudantes, temos vivido quase todo o nosso tempo de vida”. E acrescentavam: “O regime que tem governado o país desde 1964 pode ter garantido medidas de estabilidade em benefício dos interesses americanos, mas o fez às custas da liberdade de expressão, da liberdade de imprensa e da liberdade de reunião. Prisões arbitrárias e torturas são temores que marcam as vidas de todos nós”.

Outros dias nacionais de lutas foram promovidos, em várias capitais, em 15 de junho (com repressão especialmente brutal em São Paulo, onde até uma igreja foi invadida pela polícia) e 23 de agosto. Pela primeira vez, alunos da tradicionalmente conservadora Universidade Mackenzie aderiram ao movimento, reclamando, inclusive, a reorganização da UEE-SP, a primeira entidade estadual a ser recriada, no final de agosto.

Setembro seria o mês da invasão da PUC paulista, comandada, pessoalmente, pelo coronel Erasmo Dias, em represália à realização no seu campus do 3º ENE. O ataque resultou em depredação, prisão de umas 900 pessoas (também professores e funcionários) e graves queimaduras, causadas pelas bombas de gás, em quatro estudantes, cujo tratamento médico, por decisão judicial, o Estado teve de custear.

Alto foi o preço pago pelos estudantes para voltarem a ter voz e vez na vida política nacional. Inclui-se porque a arrancada para essa conquista coincidiu com mais um impulso espasmódico de fechamento do regime, de que a retomada das cassações de mandatos de parlamentares insubmissos, como Alencar Furtado e Glênio Peres, foi apenas um dos sintomas. A contração governamental fracassou, pois o próprio presidente Geisel admitiria, em 1º de dezembro, a necessidade da revogação de instrumentos de exceção, como o Decreto-lei 477; o movimento estudantil, ao contrário, trilhou uma rota de expansão que sacudiu a sociedade anestesiada pelo torpor e pelo marasmo de 13 anos de ditadura. Apesar disso, 1977 não chegou a ser como 1968, “o ano que não terminou” do livro de Zuenir Ventura: acabou em setembro, para as eleições acadêmicas e para as provas finais.

O CONGRESSO DE RECONSTRUÇÃO

Não houve grandes passeatas em 1978, ano dedicado à organização e aos preparativos para o Congresso de Reconstrução da UNE, que o 4º Encontro Nacional de Estudantes – realizado em outubro, na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP – marcou para 29 e 30 de maio de 1979, em Salvador. A outra decisão importante do encontro de 463 delegados estaduais foi a de apoiar os candidatos do MDB nas eleições de novembro, com a derrota das propostas de voto nulo, defendidas por tendências mais radicais, como a Liberdade e Luta (Libelu) e a Alicerce.

Essas tendências haviam começado a se formar em 1975, em São Paulo, e divergiam, sobretudo, quanto ao encaminhamento, à tática e à prioridade das lutas. A Libelu, uma das mais influentes, de coloração trotskista, se batia por uma aliança operário-estudantil e pelo congelamento das anuidades nas escolas particulares.

Além da Libelu, as mais importantes eram: Unidade, a principal do Rio de Janeiro, que reunia o PCB e o MR-8 (tendência Mãos

à Obra), e propugnava por uma ampla frente democrática contra a ditadura; Mutirão, que abrigava as tendências Caminhando (PCdoB), Refazendo (Ação Popular e Marxista Leninista, a APML, em que se transformara a AP) e a pernambucana Correnteza (PCR - Partido Comunista Revolucionário), e propunha a unidade dos setores populares no combate ao regime, assim como eleições livres e diretas para todos os cargos eletivos da universidade; Novação, corrente socialista de orientação trotskista, que aglutinava o PST (Convergência Socialista) e o MEP (a tendência carioca Organizando), além das tendências estaduais Centelha (MG), Peleia (RS), Resistência (SP), Travessia (PE) e Combate (BA), e defendia o aprofundamento das relações dos estudantes com os trabalhadores; Maioria, que congregava, entre outras correntes, trotskistas da linha mandelista (do teórico belga Ernest Mandel) – a Libelu se alinhava com a facção lambertista (de Pierre Lambert) –, e queria um novo movimento estudantil, que fosse “uma escola de líderes para o país” e uma “democracia como um fim em si mesma e não como um trampolim para um outro tipo de ditadura” (Elvino Faleiros. A UNE na reta final. Movimento, 17-23 set. 1979, p. 15); e Novo Rumo-Socialista (Convergência Socialista), criada em São Paulo e atuante no Rio Grande do Sul, Minas, Mato Grosso do Sul, Brasília, Pernambuco, Paraíba e no Rio de Janeiro (com o nome de Ponto de Partida).

Havia outras tendências de cunho mais regional, como Viração, Sangue Novo, Estranho no Ninho, Ovelha Negra e Fantasma da Liberdade, na Bahia; Resistência, em São Paulo; Debate e Ação e outra Unidade, no Distrito Federal; Liberdade e Participação, em Minas; Ponteio, Manifesto e Unidade e Liberdade, no Rio Grande do Sul; An-dança, no Rio; e Atuação e Luta, em Pernambuco; além de algumas conhecidas somente nos seus estados de origem. De comum, elas tinham, quase todas, um posicionamento contra a ditadura, a opressão e a exploração, e pelas liberdades democráticas, a anistia e uma as-sembléia nacional constituinte.

Em meio a uma controvérsia jurídica em torno da situação da UNE – se ela continuara ou não existindo como sociedade civil depois da Lei Suplicy de Lacerda –, dois projetos de lei foram apresentados, em 1978, na Câmara, pelos deputados Fernando Coelho (MDB-PE), e Hélio de Almeida (MDB-RJ), propondo sua recriação. A Comissão Nacional Pró-UNE, integrada por 27 DCEs, continuava ativa, rea-

lizando sua oitava reunião em janeiro de 1979, no Rio, para ultimar os detalhes da organização do 31º Congresso. O AI-5 havia sido revogado no primeiro dia do ano, pela Emenda nº 11.

O movimento estudantil resolveu promover também um Dia de Luto Nacional, em 15 de março, em protesto contra a posse do general João Baptista Figueiredo na presidência, e, em abril, o 3º Congresso Nacional pela Anistia (os dois primeiros haviam sido em São Paulo, em fins de 1977 e de 1978). Decidiu ainda procurar os ministros da Justiça, Petrônio Portella, e da Educação, Eduardo Portella, para pedir a legalização da UNE e recursos para o Congresso de Reconstrução. Não obtiveram o dinheiro e, por isso, tiveram de apelar para um livro de ouro, bônus, pedágios e para uma coleta que sensibilizou parlamentares e empresários, mas o MEC decidiu que o encontro, embora “ilegal”, não seria proibido. Não havia, contudo, garantia de que não seria reprimido, pois, apesar de todos os acenos liberalizantes do governo Geisel e das promessas de abertura política de Figueiredo, o 228 e o 477 continuavam de pé, assim como a mentalidade macartista de alguns reitores, que recorriam a assessorias internas de segurança, à triagem política dos professores, à infiltração de agentes policiais entre os alunos e a draconianos regimentos disciplinares. Para piorar o clima, grupos militares e civis direitistas, inconformados com o processo de abertura, haviam deflagrado – em Belo Horizonte, em 19 de abril – uma onda de atentados terroristas.

Dos últimos presidentes da UNE, dois (Aldo Arantes e Altino Rodrigues Dantas Júnior, ambos do PCdoB) estavam na cadeia, três (José Luís Moreira Guedes, Jean-Marc e Luís Travassos), no exílio, e um (Honestino Guimarães), desaparecido. O tempo ainda era de opressão, tanto que a Comissão Nacional Pró-UNE não pôde manter sua décima reunião, já no início de maio, no auditório do Tuca, na PUC de São Paulo. Em telex enviado, no dia 12, a todos os reitores, Portella reiterou a posição do MEC: “Comunico que a reunião da Comissão de Reconstrução da UNE, marcada para os dias 29 e 30 deste mês, em Salvador, é ilegal, não tendo o apoio nem a autorização do Ministério”. Dois meses antes, o governo havia reprimido a greve dos metalúrgicos do ABC paulista, inclusive com intervenção nos sindicatos de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

Na viagem a Salvador, os ônibus que transportavam os estudantes de outros estados foram retidos em barreiras policiais, onde as

bagagens eram revistas e as listas de passageiros, conferidas. Mas, o governador Antonio Carlos Magalhães ceder o Centro de Convenções, onde o 31º Congresso foi aberto, na manhã do dia 29 de maio de 1979, com uma cadeira vazia, na mesa que presidia os trabalhos, para um ex-presidente, o goiano Honestino Guimarães, e com um discurso de outro, o economista José Serra, futuro ministro do Planejamento e da Saúde do governo Fernando Henrique Cardoso, que desatou, entre os históricos princípios da UNE, a “denúncia da desnationalização da economia”. Com a participação de mais de cinco mil estudantes, dos quais 2.304 eram delegados de 21 estados e do Distrito Federal, seguiram-se 34 horas de articulações, conchavos, debates e apresentação de mais de uma centena de propostas sobre os temas do encontro: estatuto e carta de princípios, eleição da diretoria, situação da universidade, balanço e perspectiva das lutas estudantis, realidade brasileira e programação cultural e esportiva.

Na discussão em torno do estatuto, não houve maiores contravérsias: foi aprovada proposta do DCE da PUC do Rio, com o respaldo da UEE paulista, estabelecendo quatro instâncias deliberativas: o Congresso Nacional de Estudantes, o Conselho de Entidades de Base, o Conselho de Entidades Livres (DCEs e UEEs) e a diretoria da UNE. Foi igualmente tranqüila a aprovação da *Carta de Princípios*, segundo a qual a UNE, instituição “livre e independente”, é a “entidade máxima” dos estudantes brasileiros, por cujos direitos e interesses “deve pugnar”; o sétimo e último artigo do documento chegou a gerar alguma polêmica, mas também acabou aceito: “A UNE deve lutar contra toda forma de opressão e exploração, prestando irrestrita solidariedade à luta dos trabalhadores de todo o mundo.”

Já na manhã do dia 30, evidenciou-se a impossibilidade de cumprimento da pauta, da qual foram eliminados os itens referentes à situação da universidade, à realidade brasileira e à programação cultural e esportiva. Eram quase 23h., quando se concluiu, a toque de caixa, a escolha das lutas que a UNE deveria travar: pela gratuidade do ensino, por mais verbas para a educação, pela anistia ampla, geral e irrestrita, contra a devastação da Amazônia, por uma assembléia nacional constituinte “livre, soberana e democrática”, e pela filiação das entidades de base à UNE.

Só então, quando o encontro deveria estar se encerrando, se chegou ao tema que concentrava a maior parte das atenções: quem diri-

gia a UNE? Candidatos não faltavam. O favorito era o baiano Valdeirio Santos Silva, 29 anos, casado, ex-alfaiate, ex-sapateiro, ex-pedreiro, ex-vendedor, estudante de Ciências Sociais e ex-presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia, lançado pela tendência mais forte no estado, a Viração. Seu principal concorrente era o paulista Paulo Roberto Massoca, 24, aluno de Engenharia da Escola de São Carlos e membro da diretoria da UEE-SP, apoiado pelo grupo Unidade e por uma frente em que se juntavam católicos, liberais, socialistas e comunistas.

Antes de mais nada era preciso – em meio ao tumulto de discussões paralelas, questões de ordem, gritos, vaia, aplausos e até intervalos sem luz (atribuídos à sabotagem de policiais infiltrados) – definir como seria a eleição: direta ou indireta (como era tradição na UNE); majoritária ou proporcional; de uma diretoria ou de um colegiado; de personalidades ou entidades; efetiva ou provisoriamente; ali, no congresso, ou no segundo semestre; em outro congresso ou com urnas recolhendo os votos nas escolas superiores. Quase às cinco da manhã, o veredito: o plenário optara, entre dez propostas, pela eleição imediata de uma diretoria provisória de entidades (UEE-SP, DCEs das Universidades Federais da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e do Pará, da UnB e da PUC do Rio de Janeiro), com a eleição da diretoria definitiva, por urnas (inédita na trajetória da UNE), no segundo semestre. O congresso pôde, então, ser concluído com um pronunciamento emotivo do ex-vice-presidente e futuro deputado federal José Genoíno (PT-SP), enquanto ainda ecoavam slogans como “na base, agora, não houve discussão, diretoria, agora, é um puta pacotão” e “abaixo o cupulismo/ viva o socialismo”, alguns tentavam entoar o *Hino da UNE*, de Carlos Lira e Vinícius de Moraes, e outros berravam “a UNE somos nós, nossa força e nossa voz”.

Terminada a longa e acidentada travessia de Ibiúna a Salvador, a UNE rompia as barreiras da proscrição e da clandestinidade. Estava reconstruída, embora ainda não reconhecida pelo governo. Representando mais de 1,3 milhão de universitários, era a primeira entidade nacional de massa a se reestruturar.

A DERRUBADA DO CASARÃO

No início de outubro de 1979, mais de 360 mil universitários de 1.099 diretórios filiados votaram nas diretas que elegeram o estudan-

te baiano de Comunicação Rui César Costa e Silva, 23 anos, então presidente do DCE da Universidade Federal da Bahia e candidato da Mu-tirão, para a presidência da UNE. Prestigiado pela competência e bom-senso com que se houvera na coordenação geral do Congresso de Reconstrução, Rui César teve o apoio da esquerda católica, do PCdoB e do MR-8, na primeira eleição direta da história da UNE. Para comemorar o sucesso e a incontestável lisura do pleito, um grupo de estudantes promoveu uma ocupação simbólica da antiga sede na Praia do Flamengo, no Rio.

Menos de dois meses antes da eleição, o Congresso Nacional havia aprovado o projeto de lei do Executivo que revogava os Decretos-leis 228 e 477, legalizando uma situação de fato, pois ambos já haviam caducado com a extinção do AI-5. A nova lei, de nº 6.680, que regulamentava a representação estudantil nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior, reconhecia os diretórios centrais no âmbito universitário e os diretórios acadêmicos no de escolas ou faculdades. Ficavam igualmente anulados os artigos 38 e 39 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que também impediam a organização estudantil. Era, àquela altura, uma abertura mínima, o que o ministro Eduardo Portella – um liberal sitiado pela chamada “comunidade de informações” do regime – qualificou de “primeiro aperto de mão real e objetivo dirigido pelo governo ao estudante brasileiro”. Mínima, inclusive, porque a lei, sancionada por Figueiredo em 16 de agosto, embora não proibisse a UNE e as UEEs, mantinha na ilegalidade a representação estudantil de amplitude nacional e estadual. Além disso, decreto presidencial assinado às vésperas da eleição (em que o futuro ministro da Fazenda de Itamar Franco e de Integração Nacional de Lula, Ciro Gomes, concorreu à vice-presidência pela tendência Maiores) prescreveu punições para os dirigentes de diretórios centrais ou acadêmicos que se relacionassem, mediante “participação ou representação”, com “qualquer entidade alheia à instituição de ensino superior” a que estivessem vinculados, ou seja, com a UNE e as UEEs.

Em fevereiro de 1980, numa reunião de cinco dias do Conselho Nacional de Entidades Gerais (Coneg) da UNE, em Belo Horizonte, a diretoria presidida por Rui César abandonou a posição de intransigência contra a reforma partidária do governo Figueiredo, defendendo a necessidade de uma frente de oposição que reunisse o PT, o PMDB, o PTB (então sob a liderança de Leonel Brizola, recém-chegado do

exílio) e o Partido Popular (PP) do senador Tancredo Neves. Na ocasião, decidiu-se, também, concentrar todos os esforços na luta por mais verbas para a educação (reduzidas a 2,5% do orçamento) e contra os aumentos ilegais (superiores aos 35% fixados pelo MEC) das anuidades nas escolas particulares. A época, o governo tencionava liberar esses preços, além de pretender transformar as universidades públicas em “autarquias de regime especial” – tudo isso, sob o pretexto de desburocratizar.

No início de março, num encontro de trabalho em Salvador, a diretoria da UNE resolveu retomar, “democraticamente”, o velho casarão da praia do Flamengo no dia 2 de abril, exatamente 16 anos depois de ter sido incendiado por triunfantes extremistas de direita. Funcionando numa saleta do Diretório Acadêmico da Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, a UNE carecia de uma sede definitiva e temia que o casarão, ocupado pelas Escolas de Música e de Teatro da Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), acabasse sendo demolido. O prédio foi, então, tomado por uma centena de homens das Polícias Militar, Civil e Federal, e interditado, com base em laudo do Corpo de Bombeiros. Como sua recuperação foi considerada antieconômica, a demolição, imediatamente autorizada pelo Ministério da Fazenda, começou ainda em março, menos de duas semanas após o anúncio da pretensão da UNE – um prodígio de agilidade do Estado, tantas vezes criticado pela sua lentidão. Os pedidos do Clube de Engenharia e do Instituto dos Arquitetos do Brasil para vistoriarem o imóvel foram rejeitados, assim como um abaixo-assinado de mais de 80 parlamentares federais pela preservação daquele “bastião da liberdade”.

Foi quando – tudo isso em março – entrou em cena o juiz Carlos Davi Santos Aarão Reis, da 3ª Vara Federal, concedendo liminar para sustar a obra. Ante o descumprimento da ordem judicial, pois o governo tinha pressa em derrubar o casarão, o juiz solicitou a instauração de ação penal, por crime de desobediência, contra o secretário de Segurança do Estado, general Edmundo Murgel, e o diretor geral do Departamento de Polícia Federal, coronel Moacyr Coelho. E foi ao local, com um oficial de justiça, para retirar os operários. O Tribunal Federal de Recursos suspendeu a liminar, mas duas outras foram pedidas e Aarão Reis, mesmo ameaçado de morte em telefonemas anônimos, as concedeu. Quando a Polícia Federal desrespeitou a terceira, em junho, ele não

teve dúvida: voltou ao local, onde, de revólver em punho, rendeu um agente federal e levou 15 operários para interrogatório. Três horas depois, em sessão extraordinária, o TFR assegurava a demolição. O regime temia o poder simbólico do casarão. Dezenas de estudantes, o vereador Antônio Carlos Carvalho e o deputado estadual José Eudes saíram feridos da manifestação de protesto que se seguiu no centro da cidade.

Em setembro, apesar das divergências e até cisões entre os 15 membros da diretoria, a UNE promoveu uma greve nacional de três dias que, segundo seus cálculos, paralisou um milhão de estudantes e os professores de 32 instituições do ensino superior, inclusive 20 das 34 universidades federais, por mais verbas para a educação (pelo menos 12% do orçamento da União) e contra aumentos das anuidades superiores a 35%. Foi o fecho de ouro da gestão de Rui César, que se tornaria diretor de teatro em Salvador.

O PREDOMÍNIO DO PCdoB

Embora o MEC continuasse não reconhecendo a UNE, ela ia a-brindo, com moderação e persistência, novos caminhos. Bem no estilo do movimento estudantil, que, embora nunca tenha pretendido substituir os demais movimentos de massa, foi, algumas vezes, a vanguarda política da nação, ocupando espaços que outros não podiam penetrar e interligando aspirações da classe média – da qual sempre foi, desde 1937, o setor mais combativo e organizado – com reivindicações do operariado. Assim, se o governo propalava uma abertura – e até havia decretado, em agosto de 1979, uma anistia, ainda que não “ampla, geral e irrestrita”, como queriam os estudantes –, ninguém melhor credenciado do que estes para a espinhosa missão de checar a seriedade dos propósitos governamentais.

Se o 31º Congresso havia sido o maior e, talvez, o mais representativo da história da UNE até então, evidenciando a maturidade e a disciplina com que se encaminhava a reconstrução, o 32º foi, segundo a revista *Veja* (22 out. 1980), “o mais alegre e descontraído” já promovido pela entidade. Também, não era para menos, pois os estudantes contaram, de 13 a 16 de outubro, com o apoio oficial da Prefeitura de Piracicaba, a 165 quilômetros da capital paulista, e de uma universidade, a Metodista (Unimep), cujo reitor, Elias Boaventura, cedeu o cam-

pus para o encontro. Durante quatro dias, os cerca de cinco mil universitários (2.600 delegados) puderam comprovar que, pelo menos, em Piracicaba, a abertura já era uma realidade: o prefeito João Hermann Neto (PMDB) declarou a cidade “território livre da UNE”. Os congressistas, por sua vez, embora firmes e mesmo radicais no conteúdo de algumas teses, também suavizavam na forma: até o senador Jarbas Passarinho, ex-inimigo do movimento, foi convidado. Agradeceu e desejou sucesso ao encontro, o que alguns interpretaram como reconhecimento oficial da UNE, que exibia insólita moderação.

No plano interno, como sempre, os debates foram acalorados, resultando na aprovação de propostas pela reivindicação de 12% do orçamento da União para a educação; pelo boicote ao repasse dos reajustes semestrais dos professores às anuidades; pela suplementação de verbas às escolas públicas; pela refiliação da UNE à União Internacional dos Estudantes (UIE), sediada em Praga, da qual se desfilia em 1966; pela filiação à Organização Caribenha-Latino-Americana de Estudantes (Oclae), com sede em Havana; por eleições livres e diretas para todos os cargos de direção nas universidades; pela convocação de uma assembléia nacional constituinte; por um terço de representação estudantil nos órgãos colegiados das instituições de ensino superior; pela revogação da Lei de Segurança Nacional; e pela imediata apuração das responsabilidades pelos atentados terroristas que assustavam o país, com a punição dos culpados.

As discordâncias, pouco perceptíveis nas questões estudantis, eram indistigáveis na avaliação da conjuntura nacional, assim como na definição dos caminhos a serem trilhados para superar os obstáculos. A excêntrica e sempre inusitada Libelu, que controlava o DCE da USP, chegou a oferecer ao plenário três propostas de greve geral, uma delas “até a vitória final”. Uma chapa de unidade com a Libelu era inviável, mas as articulações em Piracicaba confirmaram que também a diretoria estava rachada: Rui César apoiando a chapa *Voz Ativa*, articulada pelas tendências Refazendo (Movimento de Emancipação do Proletariado – MEP), Caminhando (dissidência do PCdoB) e Organizando (Ação Popular Marxista Leninista do Brasil – APMdoB); seu secretário geral, Aldo Rebelo, o vice-presidente, Marcelo Barbieri, e três outros membros da diretoria formando, com uma dissidência da Unidade, a chapa *Viração*, apoiada pelas tendências Convenção (PCdoB), Mãos à Obra (MR-8) e Correnteza (PCR), esta com boa penetração entre

os estudantes do Norte e do Nordeste. Os respectivos candidatos eram o paulista Marcos Galvão, o “Kalóir”, 24 anos (a idade média dos universitários era 25), ex-vice-presidente da UEE-SP e aluno da Escola de Sociologia e Política de São Paulo; e o alagoano Aldo Rebelo, também 24, filho de um camponês assalariado em fazenda do senador Teotônio Vilela e quartanista de Direito na Universidade Federal de Alagoas.

As três outras chapas eram *Unidade*; *Nosso Tempo*, pela qual, pela primeira vez, uma mulher concorria à presidência da UNE: Lídia Maria Matta Machado, 25, estudante de Medicina da UFMG; e *Mobilização Estudantil*, composta pelas tendências Novo Rumo e Libelu, que tiveram todas as suas propostas, inclusive pelo congelamento das anuidades e pela federalização das faculdades falidas, derrotadas. Não havia concorrentes direitistas, como no congresso anterior, quando a chapa *Maioria*, com a adesão do Diretório Estadual de Estudantes do Rio Grande do Sul e de alunos da Mackenzie, fora a única a admitir apoio ao governo. Não havia mais lugar para a direita, cuja última conquistista fora a União Metropolitana dos Estudantes (UME) do Rio de Janeiro, em 1963.

Em 12 e 13 de novembro de 1980, em eleições diretas de que participaram cerca de 390 mil universitários (que já eram, então, 1,4 milhão) em todos os estados, a *Viração* derrotou a *Voz Ativa* por diferença inferior a 3% (11 mil votos). A Libelu só ganhou no Acre, onde a abertura demorou mais a chegar, pois o reitor da Universidade Federal, Aúlio Gélvio Alves de Souza, simplesmente proibira a eleição no campus.

A partir da vitória de Aldo Rebelo – que acabou se radicando em São Paulo, onde se elegeu vereador e deputado federal pelo PCdoB antes de ser nomeado ministro da Coordenação Política do governo Lula –, os congressos anuais da UNE se tornaram tão rotineiros quanto a preponderância do PCdoB, que vinha desde a eleição de Rui César e se estenderia até 1987, com as gestões do espanhol (pela primeira e única vez, um estrangeiro) Francisco Javier Alfaya, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, que chegou a ser submetido a processo de expulsão do país, no Ministério da Justiça, e colocado sob regime de liberdade vigiada; da baiana Clara Araújo (a primeira mulher na presidência da entidade), aluna de Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia e, depois, professora de Sociologia da UERJ;

do paulista Acildon de Matos Paes, atual dono de uma livraria na PUC de Campinas; do alagoano Renildo Vasconcelos Calheiros, depois deputado federal, num congresso, o 36º, no Maracanãzinho, no Rio, em outubro de 1984, em que a UNE decidiu apoiar a candidatura do ex-governador mineiro Tancredo Neves à presidência, por ser “a expressão da ampla frente que exige o fim destes 20 anos de autoritarismo”; e da mineira Gisela Mendonça – eleita pelo voto direto, em 1986, depois de cinco anos de eleições indiretas –, que já encontrou a UNE novamente reconhecida como “entidade representativa do conjunto dos estudantes das instituições de ensino superior” do país, pela Lei 142, de 1985, de um de seus ex-presidentes, o deputado Aldo Arantes (PCdoB-GO), sancionada pelo presidente José Sarney em 31 de outubro de 1985.

Gisela derrotou, inclusive, uma chapa anarquista, a *Borduna Democrática*, que propunha a transferência da sede da UNE – já instalada, então, na Rua do Catete, 243, no Rio, em prédio cedido pelo governador Leonel Brizola – para a ilha de Fernando de Noronha, “para ficar o mais longe possível do Ministério da Educação”. Mas, seu maior problema foi o inconformismo da chapa *Pra Sair Dessa Maré*, do PT, que, alegando fraude, não aceitou o resultado das eleições. Isto tornou muito difícil e atritada a gestão da suave Gisela, acelerando a ascensão do PT, que chegaria à presidência da UNE em 1987, em Campinas, com a eleição do paraense Valmir Santos, da tendência Nova Esquerda (do deputado José Genoíno), com o apoio da dissidência prestista do PCB, o Comitê Gregório Bezerra, do MR-8, de grupos independentes e setores do PMDB. Era a gestão *Henfil*. E foi a primeira derrota do PCdoB, desgastado com o alinhamento, chamado desde a gestão de Renildo Calheiros (1984/86), ao governo Sarney.

Apesar das críticas oposicionistas ao imobilismo da UNE durante o trabalho da Constituinte, o PT, com a Caminhando e o Comitê Gregório Bezerra, voltou a superar a Viração no 39º Congresso (o maior desde o de reconstrução), em outubro de 1988, em São José dos Campos, com a eleição de Juliano Corbellini, o primeiro gaúcho desde 1938, da mesma tendência do seu antecessor. No encontro, a nova Constituição foi qualificada de “retrógrada e contraditória”, inclusive por garantir recursos públicos para escolas particulares.

Até a eleição de Corbellini, hoje professor de Ciência Política, as diretorias da UNE eram majoritárias, ou seja, não incluíam represen-

tantes das chapas perdedoras. Ante o acirramento da polêmica em torno do aparelhamento da entidade, decidiu-se que, a partir do 40º Congresso, realizado na Universidade de Brasília, em 1989, a formação da diretoria levaria em conta a proporcionalidade dos votos obtidos pelas chapas concorrentes. De modo que o gaúcho Carlos Langone, o terceiro e último presidente petista, já foi escolhido numa eleição proporcional, da mesma forma que seus sucessores.

Como não houve congresso em 1990, o PCdoB teve de esperar até junho de 1991 para retomar a liderança da diretoria, em Campinas, com a futura socióloga gaúcha Patrícia de Angelis, cujo secretário-geral, o paraibano Lindbergh Farias, eleito presidente em junho do ano seguinte, em congresso na UFF, em Niterói, dirigiria a UNE na campanha pelo impedimento do presidente Fernando Collor de Mello, em 1992.

A REBELIÃO DOS SECUNDARISTAS

Entre 1987 e 1989, com a UNE esvaziada e paralisada por grandes divisões internas, o cenário das lutas estudantis foi tomado pelos secundaristas, que, com os seus *jingles* roqueiros e suas mochilas, saíram às ruas das grandes capitais para exigir a redução das mensalidades e a melhoria do nível de ensino. Com idades de 12 a 18 anos, a chamada “geração-mochila” queria, ainda, o fim das restrições à atuação e à existência dos seus grêmios – restrições que persistiam, apesar da Lei do Grêmio Livre, de 1985, também do deputado Aldo Arantes –, meia-passagem nos ônibus, reformas nas escolas e professores nas salas de aula.

Reconstruído a partir do 1º Encontro Nacional dos Estudantes Secundaristas, em novembro de 1979, em Belo Horizonte, o movimento secundarista tinha, igualmente, longa tradição. Sua principal entidade, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubess), desarticulada pela ditadura em 1969, foi fundada em 25 de julho de 1948, com o nome de União Nacional dos Estudantes Secundaristas, em congresso no Rio, que elegeu presidente o potiguar Luiz Bezerra de Oliveira Lima. Como este não podia perder seu emprego em Natal, acabou assumindo a presidência o vice, o futuro psicanalista Carlos César Cas-telar Pinto.

No segundo congresso, em São Paulo, onde o paraense Lúcio A-

breu foi eleito presidente, aprovou-se a mudança do nome da entidade, já que as siglas Unes e UNE se confundiam. E, por isso, ações de uma das organizações eram atribuídas à outra, como a expulsão do integralista Mirabeau César Santos do restaurante estudantil pelos secundaristas. Os equívocos eram favorecidos pelo fato de que a Unes – como, depois, a Ubes – tinha sede no casarão da UNE, gerando uma convivência que o governo considerava perniciosa e o levou a transferir o restaurante para o Calabouço, no então recém-iniciado aterro.

Lúcio Abreu – posteriormente, presidente do Comitê Secundarista do PCB (o presidente da Juventude Comunista era João Saldanha) – conta que seu partido apressou a criação da entidade nacional dos secundaristas quando soube que estudantes de Minas, com a infraestrutura da Juventude Estudantil Católica (JEC), ramo da Ação Católica Brasileira, se preparavam para fundá-la.

Quanto à Associação Metropolitana (depois, Municipal) dos Estudantes Secundaristas (Ames), do Rio, havia surgido em 1945, no bojo da onda de protestos contra a portaria 205-A, de 5 de abril daquele ano, pela qual o ministro da Educação e Saúde Pública, Gustavo Capanema, autorizou as escolas particulares a cobrar taxas extras, além das mensalidades. Segundo o jornalista cearense Francisco Alaor Barreto, que presidiu a Ames no final da década de 40, ela tomou forma nas assembleias da Liga Nacional, numa fase de intensificação da campanha nacionalista pelo petróleo, cujo primeiro ato público civil – pois já havia reuniões no Clube Militar – foi realizado no Educandário Rui Barbosa (atual Wakigawa), no Rio. Da primeira diretoria da Ames faziam parte o escritor paraense Benedito Monteiro, presidente, e o falecido criminalista fluminense Heleno Fragoso, secretário-geral, que teria notável atuação como defensor de presos políticos durante a ditadura.

O PCB manteve a liderança no movimento secundarista até 1962, quando passou a compartilhá-la com a AP, até 1980. Nessa fase, deve-se ressaltar o período de 1966 a 1968, quando os secundaristas engrossaram as manifestações dos universitários contra o regime militar. Depois da reconstrução, concretizada em 1981, o auge das passadas, que chegaram a mobilizar mais de dez mil estudantes, ocorreu em 1988. Sem falar, é claro, da participação na campanha pelo impedimento de Collor.

No 28º Congresso Nacional da Ubes, em Santo André, em setem-

bro de 1989, a União da Juventude Socialista (UJS), em que o PCdoB tem maioria, conseguiu reeleger o presidente Manoel Rangel. Mas, em decorrência de cisão em 1987, o MR-8 havia criado uma Ubes dissidente, situação que perdurou até 1992, quando um Conselho Nacional de Entidades Gerais reunificou as diretorias.

Desde então, a Ubes tem-se empenhado em estimular a formação de grêmios nas escolas de primeiro e segundo graus. Durante a gestão do presidente Joel Benin, também do PCdoB, foi lançado, em agosto de 1994, com a presença do ministro da Educação, Murilo Hingel, um gibi com orientação para a multiplicação desses grêmios, objetivando elevar o seu número de dez mil para 15 mil em um ano.

Os secundaristas têm estado com frequência nas ruas, com ressonância nacional sobretudo em Salvador e no Rio, onde, com a Ames, paralisaram o Centro, em 27 de maio de 2004, em defesa da Lei do Passe Livre, desrespeitada pela Federação das Empresas de Transporte de Passageiros (Fetranspor).

O IMPEDIMENTO DE COLLOR

Após as manifestações do final dos anos 80, simpáticas à opinião pública porque uniam pais e filhos em defesa dos orçamentos familiares, os estudantes retornaram às ruas em agosto de 1992, para exigir o impedimento do presidente Collor. Ante a gravidade das denúncias e revelações que se sucediam, eles foram os primeiros a sacar que os níveis de corrupção, enquadramento e banditismo no alto escalão governamental haviam gerado um daqueles momentos decisivos da nação, em que não há justificativas para apatia ou omissão de qualquer brasileiro.

O Paraná foi pioneiro: a primeira manifestação de envergadura pelo impeachment aconteceu em 7 de agosto, em Curitiba, com o apoio do governador Roberto Requião e a presença do recém-eleito presidente da UNE, Lindbergh Farias, dos presidentes da OAB, Marcelo Lavenère, e da CUT, Jair Meneguelli, bem como de políticos como Franco Montoro, Luís Inácio Lula da Silva e João Amazonas. O ato coincidiu com a invasão estudantil da Reitoria da Universidade Católica do Paraná, em protesto contra aumentos abusivos das mensalidades. Como o reitor ordenou que todos os funcionários abandonassem o prédio, a ocupação se prolongou durante mês e meio, tempo em

que os estudantes não só administraram a reitoria como utilizaram a gráfica universitária para imprimir material de propaganda do impedimento.

Dai em diante, foi uma explosão de passeatas pela ética na política que empolgou o país: Manaus, no dia 10; São Paulo, 11; enfim, não houve capital que não tenha visto seus jovens nas ruas, mobilizados pela UNE e pela Ubes, com a palavra de ordem “Fora Collor” pintada em vermelho nos rostos, protestando contra o mar de lama que transbordava o Palácio do Planalto, em Brasília. Foi também um festival alegre e colorido de bom-humor e irreverência, expressos em *jingles* como “Rosane, que coisa feia, vai com o Collor pra cadeia” e na canção *Alegria, alegria*, de Caetano Veloso, trilha musical da minissérie da TV Globo *Anos Rebeldes*, que se referia ao movimento estudantil de 1968 e estava sendo exibida na ocasião.

Com as boas graças da população em geral, indignada com os escândalos que espocavam quase todos os dias, a campanha dos caras-pintadas – aplaudida até pelo arquiinimigo Erasmo Dias, deputado estadual pelo PDS em São Paulo – foi num crescendo que tingiu o Brasil de verde e amarelo, e, às vezes, de preto enlutado. Levou centenas de milhares de pessoas às maiores passeatas dos anos 90 – mais de 300 mil em São Paulo, em 25 de agosto – e só acabou com a derrubada do presidente e a posse de seu sucessor, Itamar Franco, em outubro de 1992.

Com o prestígio plenamente recuperado, a UNE ganhou mais um representante na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias, do PCdoB. E seu sucessor, o pernambucano Fernando Gusmão, depois vereador no Rio, conseguiu retomar o terreno da Praia do Flamengo, 132. Triunfo comemorado, em 17 de maio de 1994, com o novo presidente da República, em histórica rodada de chope no Lamas, restaurante muito ligado às origens da UNE.

CAPÍTULO XV

OS DESAFIOS DE UM NOVO TEMPO

DA ERA FHC AO GOVERNO LULA

Depois do excelente relacionamento com o governo Itamar Franco, a UNE voltou à oposição sistemática, por considerar que o governo de Fernando Henrique Cardoso representava a retomada do projeto neoliberal, com a sua agenda de privatizações, flexibilizações, redução de direitos e conquistas sociais e trabalhistas, submissão do país na política externa, econômica e comercial, etc.

No primeiro congresso da era FHC, o 44º, em Brasília, na Academia de Tênis, a UNE elegeu o seu primeiro presidente negro, o baiano Orlando Silva Júnior, em junho de 1995, quando se celebrava o tricentenário da morte de um dos primeiros heróis brasileiros, Zumbi dos Palmares. Mais de oito mil estudantes (dos quais 5.346 eram delegados) compareceram ao congresso, em que a chapa vencedora, “Saudades a quem tem coragem!” –, nome extraído de música do grupo Barão Vermelho – era, mais uma vez, do PCdoB, com apoio dos independentes, e teve que enfrentar encarniçado combate do PT e do PSTU.

Já no dia seguinte à eleição, a UNE, debaixo de forte repressão policial, participou de concentração, às portas do Congresso Nacional, contra a quebra do monopólio estatal do petróleo, que violaria o artigo 177 da Constituição. E esta seria uma das tônicas da gestão de Orlando, que se destacou na luta contra as privatizações da Vale do Rio Doce e das empresas estatais consideradas estratégicas para o desenvolvimento nacional, como a Telebrás, que motivou grandes manifestações, sobretudo no Rio.

A outra ênfase foi dada à denúncia do caráter conservador das

reformas propostas pelo governo, especialmente para o ensino superior. No programa do ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, um dos fundadores (com Betinho, José Serra e Aldo Arantes, entre outros) da AP, a UNE identificava a receita neoliberal preconizada para a universidade pelo Banco Mundial num documento publicado em Washington, em 1994, sob o título “Ensino superior: lições derivadas da experiência”. Os esforços para impedir que fosse aviada culminaram no Seminário Latino-Americano de Reforma Universitária, realizado em São Paulo, no Parlatino, com apoio da Unesp, em novembro de 1996.

Fernando Henrique não obteve, em momento algum, uma trégua da UNE. As aposentadorias em massa de professores, alarmados com o projeto de reforma da Previdência, levaram os estudantes ao primeiro protesto de rua ainda na gestão de Fernando Gusmão, em março de 1995, no Rio. No ano seguinte, durante uma greve de professores na UFRJ, foi a vez da maior assembléia estudantil do Fundão, com cerca de 1.500 alunos mobilizados contra um projeto de cobrança de mensalidades nas universidades públicas que tramitava na Câmara dos Deputados. Sob o lema “Eu não agüento FHC”, um dos raros sinais de resistência à política federal numa fase ainda marcada pelo sucesso da estabilidade monetária, a UNE não parou de fustigar o presidente e o seu ministro da Educação.

Outra iniciativa de repercussão foi a campanha contra o chamado exame nacional de cursos, uma avaliação do MEC que os estudantes apelidaram de Provão. Com a divisa “O Provão não prova nada, queremos avaliação de verdade!”, a UNE desencadeou uma polêmica nacional em torno do assunto e muitos boicotaram a prova, entregando-a em branco.

Em compensação, a UNE de Orlando Silva Júnior buscou uma aproximação com reitores, professores e servidores das universidades, assim como uma reaproximação com os seus ex-presidentes, 17 dos quais estiveram, em 1997, na solenidade alusiva aos 60 anos da entidade, que mereceu até selo comemorativo dos Correios.

O REENCONTRO COM O CPC

No 45º Congresso, na Universidade Federal de Minas Gerais na primeira semana de julho de 1997, uma novidade política: pela primeira vez, correntes petistas, como a Articulação, apoiaram a cha-

pa, hegemônica desde 1991, da UJS (União da Juventude Socialista), do PCdoB, que elegeu para a presidência, por 1.521 votos contra 216 dados ao PSTU, o carioca Ricardo Cappelli. As outras cinco chapas inscritas, juntas, reuniram 432 votos. Mas, o PSTU, a esquerda petista e grupos menores impediram a concretização de uma das principais propostas da UJS aprovadas no congresso: a formação de uma frente única contra “o governo neoliberal e autoritário de FHC”. Segundo Cappelli, “depois de muito tempo, a UNE se via novamente diante do desafio de reconstruir sua unidade. A não participação de correntes representativas da esquerda petista na diretoria, como forma de protesto pela aprovação dos congressos estaduais, marcaria toda a gestão”.

O segundo semestre foi dedicado à rearticulação da unidade rompidas no congresso e a uma campanha, com a UEE-SP, contra a violência e pelo desarmamento, com coleta e destruição de armas. Uma pesquisa da Unesco/Fiocruz, divulgada menos de dois anos depois, constataria que a violência era a causa de 70% das mortes de jovens entre 15 e 20 anos, no Rio.

A greve das universidades públicas, contra o congelamento dos salários de professores e demais funcionários, contou, em 1998, com o engajamento da UNE, assim como a chapa em que Lula e Brizola se uniram, com o apoio do PSB e do PCdoB, contra a reeleição de FHC. Com a vitória deste, a entidade resolveu estreitar o bom relacionamento que tinha com Itamar Franco, que, eleito governador de Minas Gerais, decretara a moratória estadual e se recusara a comparecer a reunião de governadores convocada pelo presidente. Enquanto se realizava este encontro, mais de quatro mil estudantes participavam de passeata em direção ao Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, entregando o Hino da Independência abaixo de muita chuva, para entregar a Itamar a bandeira da UNE. Por isso, na tradicional comemoração de 21 de abril em Ouro Preto, pela primeira vez um presidente da UNE, Cappelli, foi condecorado com a Medalha da Inconfidência.

Já no final da sua gestão, Cappelli efetivou uma proposta, aprovada no 44º Congresso, de retomada do contato com a produção artística, científica e cultural, interrompido desde o desmantelamento do CPC (Centro Popular de Cultura) pelo golpe militar. Na última semana de janeiro de 1999, a 1ª Bienal de Cultura da UNE reuniu cerca de seis mil universitários de diversos estados no Centro de Convenções de Salvador, onde a entidade iniciara, 20 anos antes, a sua reconstrução.

Afinal, como cantavam os Titãs, “a gente não quer só comida, a gente quer comida, diversão e arte”. E isto os jovens tiveram na capital baiana, com a atriz e escritora Jalusa Barcellos, o ator Francisco Milani (testemunha do assalto à sede da Praia do Flamengo na madrugada do golpe), o cineasta Sílvio Tendler, Mano Brown com os Racionais MC, Dadá Maravilha falando sobre o futebol na cultura brasileira e muito mais.

UM CONGRESSO COM FIDEL

Em sua longa trajetória de lutas, a UNE já havia recebido, em 23 de setembro de 1961, a visita de um presidente da República, João Goulart, acompanhado do primeiro-ministro Tancredo Neves e de todos os ministros, inclusive os militares. Era a gratidão de Jango pelo significativo papel da entidade, sob a liderança de Aldo Arantes, na Campanha da Legalidade, que sufocara as manobras golpistas desencadeadas após a renúncia de Jânio Quadros e assegurara a sua posse. Numa recepção quase tão concorrida quanto a de Jango, a UNE também já acolhera celebridades mundiais como o cosmonauta russo Yuri Gagarin, o primeiro a realizar um vôo espacial. Jamais tivera, no entanto, a presença de um chefe de Estado estrangeiro nos seus congressos.

É evidente que não servia qualquer um, muito menos um desses burguesinhos reacionários e inexpressivos que mandam no mundo desse de o ostracismo ou desaparecimento de políticos respeitáveis como Mário Soares, Jimmy Carter, François Mitterrand e Willy Brandt. Teria que ser um nome que nem a esquerda radical do PSTU ousasse questionar, um estadista do porte de um Nelson Mandela ou... Fidel Castro, o presidente cubano, que viria ao Brasil para a Cúpula das Américas. A coincidência de datas com o 46º Congresso – a se realizar, novamente, na capital mineira, com o apoio de Itamar – estimulou a diretoria da UNE a recorrer aos seus excelentes contatos com a Organização Caribenha-Latino-Americana dos Estudantes (Oclae) e as cubanas FEU e UJC para convidar Fidel.

Belo Horizonte era, no início de julho de 1999, a capital da oposição, não só por causa das atitudes de Itamar frente ao governo Fernando Henrique, mas, também, porque o congresso promovia um ato contra o neoliberalismo, que incendiou os milhares de estudantes que lotavam o ginásio do Mineirinho com os discursos de José Dirceu,

Aldo Rebelo, Roberto Requião e Leonel Brizola. De modo que, ao subir ao palco, o *Comandante* julgou oportuno esclarecer a Cappelli que, apesar das afinidades ideológicas com os organizadores e o público do encontro, não poderia, por razões diplomáticas, fazer qualquer menção a “Cardoso” (FHC). Ou seja, um “fora FHC!”, nem de leve. Não obstante, saiu ovacionado depois do seu pronunciamento de quase uma hora – com ampla cobertura da mídia nacional –, em que ressaltara a importância do movimento estudantil nas mudanças em nosso continente. E o congresso, em deferência, aprovou resolução em defesa das conquistas da Revolução Cubana e contra o bloqueio imposto ao país, há mais de 40 anos, pelos EUA.

Após a aprovação de outras resoluções, inclusive pela elaboração de uma alternativa ao Provão e pela manutenção das campanhas “Fora FHC” e “Fora FMI”, mais de cinco mil delegados participaram do pleito de que sairia vitoriosa a chapa “Refazendo”, encabeçada pelo mineiro Wadson Ribeiro, de 22 anos, militante da UJS e terapeuta de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Para Wadson, era necessário que a UNE acompanhasse as transformações ocorridas, nas últimas décadas, na realidade brasileira e no perfil dos estudantes, 70% dos quais matriculados em universidades particulares e mais preocupados com as questões específicas do ensino, como o seu custo e a sua qualidade. Com apenas 2% dos alunos filiados a alguma entidade estudantil, as funções da UNE, segundo ele, seriam relacionar essas questões com a situação geral do país e com problemas do porte dos que haviam originado campanhas nacionais como “O petróleo é nosso” e “Fora Collor”; e organizar “um movimento de luta democrático, plural e unificado, capaz de representar as mais diferentes formas de organização estudantil e de falar a milhões de jovens”. Conforme o manifesto da “Refazendo” (o movimento estudantil), devia-se “abrir espaço para todos, ...para quem tem partido ou não, para qualquer tribo”. E os “recursos arrecadados, inclusive com a carteira estudantil, devem estar a serviço da independência do movimento e dos objetivos dos estudantes”.

PLURALISMO E IRREVERÊNCIA

Em 26 de agosto de 1999, o Fórum Nacional de Lutas (FNL), que reunia dezenas de organizações sob a coordenação da UNE, da CUT

(Central Única dos Trabalhadores) e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), realizou em Brasília, com grande participação estudantil e de políticos como Lula, Brizola e Arraes, uma passeata que ficaria conhecida como a Marcha dos Cem Mil, pela abertura de uma CPI para investigar denúncias de irregularidades nas privatizações do governo Fernando Henrique.

O projeto de refazer o movimento, tornando-o mais aberto e abrangente, se evidenciou também em Porto Seguro, onde os estudantes se uniram a movimentos indígenas, sindicais e dos sem-terra para fazer das comemorações dos 500 anos do descobrimento, sob violenta repressão policial, um protesto de repercussão nacional contra a opressão, a exploração e a exclusão social que marcam toda a nossa história; em São Paulo, nos atos pela cassação do prefeito Celso Pitta e pela ética na política, assim como em solidariedade às greves dos professores das escolas e universidades do estado; no Rio, nas manifestações que levaram milhares de estudantes às ruas pelo passe livre nos transportes coletivos, pela reserva de 50% das vagas nas universidades públicas para egressos da rede pública e, em parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto, contra a corrupção (*Jornal do Brasil*, 11 ago. 2000, p. 19); em Brasília, nas passeatas em defesa do ensino público e pela cassação do mandato do senador José Roberto Arruda (sem partido-DF); em Salvador, onde a repressão de tropa de choque da Polícia Militar a uma manifestação (a segunda numa semana) de cerca de oito mil universitários e secundaristas na Universidade Federal da Bahia, pela cassação do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), em 16 de maio de 2001, resultou em 18 feridos, várias detenções e depredações em alguns prédios do campus (*Jornal do Brasil*, 17 maio 2001); em Belém, nas mobilizações suscitadas pelas denúncias de corrupção contra o senador Jader Barbalho e familiares; e em Belo Horizonte, onde os jovens voltaram a pintar os rostos – de verde-e-amarelo – para protestar, com professores municipais em greve, contra a política educacional do governo FHC (*Jornal do Brasil*, 31 mar. 2000, p.5).

Em suma, procurou-se fazer de cada luta específica uma luta geral contra o sistema, contra o projeto neoliberal. E alcançou-se o auge do pluralismo no Rio, na Cinelândia, quando *punks*, funkeiros, metaleros e grunges cantaram o Hino Nacional com os caras-pintadas, num dia em que milhares de estudantes, convocados pela UNE e pela Ubes, saíram às ruas, em 18 capitais, para demonstrar o seu repúdio ao governo e pedir que se instalasse a CPI da Corrupção que o presidente da República tentava

bloquear no Senado. No Rio, aliás, onde a passeata contou com o apoio da Ames (Associação Municipal dos Estudantes Secundaristas), registrou-se outro fato inédito, quando o tenente-coronel Hélio Luis, do 13º Batalhão da PM, subiu ao carro de som para ordenar, sob os aplausos dos jovens, que os soldados não interferissem. Foi a primeira vez que se viu um policial num planque estudantil de protesto antagovernamental (*Jornal do Brasil*, 29 mar. 2001, p. 5-6).

Nenhum salto comportamental foi mais surpreendente e espetacular, no entanto, do que o mergulho da presidente da Ubes, a gauchinha Carla Tais dos Santos, de 21 anos, nua, no lagoinho defronte ao Congresso Nacional, em protesto pela transparência no governo e contra o sepultamento da CPI da Corrupção. Aos mais afoitos ela esclareceu que não repetiria o gesto, embora não se sentisse constrangida: “A única coisa que me envergonha é vermos tanta corrupção e um presidente que continua impune” (*Jornal do Brasil*, 01 jun. 2001, p.2). E se disse orgulhosa de um movimento estudantil que “vai às ruas com irreverência contra o neoliberalismo”, com tribos como “a do *rock*, a do *hip-hop*, a do *skate*. Não somos rebeldes sem causa” (AGGEGE, Soraya. Rebelde sem calça e com causa. *O Globo, Magazine*, 19 jun. 2001, p. 10-13). Como, naquele momento, tirar a roupa pela causa pareceu a alguns a melhor forma de divulgá-la na mídia, os jovens voltaram, alguns dias depois, a abaixar as calças, em Brasília, pela cassação de ACM e pela CPI da Corrupção, mas a tática – cópia do *mooning*, que pode ser brincadeira ou má-criação nos EUA – logo caiu em desuso.

Ao fazer um balanço das campanhas da sua gestão no plano educacional, Wadson Ribeiro acredita que a resistência estudantil contribuiu para impedir o governo de privatizar o ensino superior, “idéia que permaneceu viva em toda a era FHC”, e que a luta pela regulamentação das universidades particulares trouxe “vitórias concretas, como a redução das mensalidades na PUC do Paraná”, além de influenciar a respectiva legislação.

Em fevereiro de 2001, a UNE conseguiu realizar, no Rio, a sua 2ª. Bienal de Cultura, que contou com apoio da Rede Globo e a participação de artistas e intelectuais como Oscar Niemeyer, Ferreira Gullar, Fernando Peixoto, Augusto Boal, Tom Zé, Ziraldo e O Rappa, entre outros, e de 10 mil estudantes de todo o país. No encontro, chegou-se à conclusão de que era preciso dinamizar e sistematizar o trabalho entre as bienais, daí resultando os Circuitos Universitários de Cultura e Arte (Cucas), que

pretendem ser para o movimento o que o CPC foi nos anos 60.

Ainda na gestão de Wadson, a UNE, sediada em São Paulo, ganhou de Niemeyer o projeto arquitetônico para a reconstrução da sede histórica na Praia do Flamengo, 132, que se chamaria Centro Cultural Vianinha – em homenagem ao ator e dramaturgo Oduvaldo Viana Filho, uma das glórias do CPC – e acolheria os Cucas. Para a concretização do projeto, o primeiro passo seria a desocupação do terreno, explorado como estacionamento, embora oficialmente devolvido à UNE no governo Itamar. Quanto aos recursos financeiros, a entidade conseguiu no Congresso Nacional, através de nove emendas parlamentares, que R\$ 900 mil fossem destinados à obra, mas o governo FHC não liberou a verba.

UM EX-PRESIDENTE DA UNE COMO ADVERSÁRIO

No 47º Congresso, em Goiânia, em junho de 2001, os conservadores, representando apenas 5% dos DCEs, decidiram concorrer com uma chapa que reunia o PFL e o PSDB, uma das 11 inscritas. Mas a vencedora, pela sétima vez consecutiva desde 1991, foi a do PCdoB, apoiada pelo PDT, PSB, PMDB e PTB, com 62% dos votos dos 4.198 delegados, que elegeram presidente o carioca (radicado em São Paulo) Felipe Maia, 23 anos, quintanista de Economia e admirador de Lênin, Luther King e Fidel. A principal chapa adversária, ligada ao PSTU e à esquerda do PT, ficou com 22%; a do grupo “Articulação e Unidade na Luta”, do PT, com 7%.

A chapa teve aprovadas as suas propostas para as questões escolhidas mais polêmicas: a manutenção do controle da UNE sobre a emissão da carteira de estudante, principal fonte de renda da entidade (R\$ 1,9 milhão em 2000), e da eleição indireta dos presidentes, através de delegados sufragados nas universidades. As oposições vinham tentando, há anos, tornar o pleito direto, com a esperança de romper a hegemonia da UJS, mas a idéia foi, mais uma vez, considerada inviável pela maioria.

Numa tentativa de desmobilizar a UNE, que dedicava a metade dos recursos obtidos com a carteirinha ao financiamento de manifestações contra o governo, o ministro Paulo Renato, àquelas alturas cotado como um dos presidentiáveis da situação, logrou editar, em agosto de 2001, uma medida provisória que cassou o monopólio da organiza-

ção na emissão da identidade estudantil. Foi um baque financeiro para a UNE, que recebeu a solidariedade de muitos parlamentares, da OAB e até do presidente do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio de Mello, mas não conseguiu reverter a situação.

A UNE aderiu, então, à greve que paralisou por mais de 100 dias, até o final de novembro, as universidades federais, exauridas pela prolongada política governamental de cortes de verbas e de arrocho salarial. Esta greve, que contou com o apoio de reitores, ajudou a sepultar as veleidades presidenciais do ministro.

A seguir, a UNE se destacaria, já no início de 2002, em Porto Alegre, no movimento dos Fóruns Sociais Mundiais, defendendo as soberanias nacionais na aplicação dos projetos educacionais e articulando uma frente internacional, com estudantes, professores e universidades, contra a inclusão da educação nos acordos propostos pelas potências capitalistas na Organização Mundial do Comércio (OMC). Esta idéia globalizante e castradora das soberanias, que transformaria a educação numa mercadoria, fora acolhida pelo governo FHC e somente seria rechaçada, apesar da pressão norte-americana, já no governo Lula.

Nas eleições de 2002, a UNE teve como principal adversário o candidato presidencial situacionista, José Serra, que a presidía quando ocorreu o golpe militar de 64, circunstância que de forma alguma sensibilizou as lideranças do movimento. As propostas da UNE, elaboradas num seminário para isto convocado, foram encaminhadas, sob a forma de uma “Carta-compromisso”, aos candidatos ao primeiro turno do pleito, com a solicitação de que com elas se comprometessem. Já no segundo turno, com a disputa polarizada entre Lula e Serra, a UNE organizou, com a Ubes, um grande plebiscito nacional, com a adesão de 400 mil estudantes, que decidiram pelo apoio a Lula, posição ratificada pela diretoria e anunciada por Felipe Maia no comício do candidato petista em Florianópolis. Nem poderia ter sido diferente, já que a entidade, desde o começo do governo Fernando Henrique, cerrara fileiras na luta contra o neoliberalismo.

Com a vitória do candidato que encarnava a sua linha política, a diretoria da UNE aprovou, por ampla maioria, uma posição de independência frente ao novo governo, mas com apoio às iniciativas que representassem mudanças em relação ao neoliberalismo, e a convocação dos estudantes a que ampliassem as mobilizações em defesa dos seus direitos. Ou seja, a UNE se dispôs ao diálogo, mas sem abdicar

da luta. E contribuiu com a equipe de transição, apresentando propostas como a de substituição do Provão por novo sistema de aferição das universidades, que analisasse também os cursos e não se limitasse ao exame dos conhecimentos dos estudantes. A medida provisória que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi aprovada pelo Senado, em março de 2004, e remetida à Câmara.

Logo no início do governo Lula, a UNE recebeu as visitas de dois ministros: Cristovam Buarque, da Educação, esteve em sua sede, em janeiro de 2003, a fim de convocar os estudantes, em conjunto com a entidade, para a campanha de erradicação do analfabetismo; e Gilberto Gil, da Cultura, foi ao Recife, em fevereiro, para falar aos 10 mil participantes da 3ª. Bienal. Além disso, Lula convidou o presidente da UNE a integrar o novo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

A REUNIÃO COM LULA

O 48º. Congresso, novamente em Goiânia, em junho de 2003, foi o maior da história da UNE, com a presença de cerca de 15 mil jovens, entre eles os quase 10 mil delegados que elegeram presidente o estudante paulista de Jornalismo Gustavo Lemos Petta, 22 anos, do PCdoB, à frente de uma aliança com o PPS, o PDT e o MR-8. Ex-presidente da UEE de São Paulo, Petta é filho de um ex-militante estudantil preso pela ditadura, em 1968.

Embora o PCdoB integre o governo, a UNE chega aos 67 anos com a sua tradicional independência, conforme decisão majoritária do congresso. Com posicionamento crítico em face das medidas governamentais, participa, com a Ubes, a CUT, o MST, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa) e outras organizações, da Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), fórum que pretende ser o embrião de um movimento de massas em prol da concretização das mudanças com as quais Lula se comprometeu como candidato, inclusive quanto ao ensino superior. Compromisso reafirmado pelo presidente em outubro de 2003, quando recebeu a diretoria da UNE, que pleiteou maior investimento público nas universidades, ampliação e qualificação da rede pública, democratização das instituições e a regulamentação do ensino pago.

No encontro, a UNE apresentou a Lula proposta de reeditar o Pro-

jeto Rondon, criado pelo governo federal em 1968, com a integração de voluntariado estudantil ao processo de desenvolvimento da Amazônia, especialmente ao trabalho do Exército na região da Calha Norte. E pediu auxílio para a reconstrução de sua sede, assim que obtiver a reintegração de posse do terreno da Praia do Flamengo. A outra pendenga judicial da entidade é a ação de inconstitucionalidade impetrada contra a medida provisória (do ministro Paulo Renato) que lhe cassou a exclusividade na emissão da Carteira de Identidade Estudantil.

A diretoria da UNE saiu otimista da reunião com Lula. Quer recolher um milhão de assinaturas num abaixo-assinado que será levado a Brasília, com a sua proposta para a Reforma Universitária; reativar o Centro de Estudos Honestino Guimarães (CEHOG), criado por DCEs na década de 80, para incumbi-lo de recuperar e preservar a memória da entidade, bem como de subsidiar pesquisas sobre a legislação educacional e a Reforma Universitária; colocar nas ruas jornadas de lutas por essa reforma tão ansiada desde os tempos do Jango e por novos rumos na política econômica, com a colaboração da Ubes, cujas principais bandeiras são o passe-escolar e a reserva de vagas universitárias para os secundaristas do ensino público; repetir o sucesso da UNE-Volante com a Caravana UNE pelo Brasil, para levar os Cucas e o debate sobre a reforma a 32 universidades de 20 estados, nas cinco regiões do país, com o objetivo de atingir 300 mil universitários; e promover no início de 2005, provavelmente em São Luís do Maranhão, a 4ª. Bial de Arte e Cultura.

Os saudosistas em geral e os detratores da UNE em particular lamentam que os estudantes e a entidade tenham mudado, não sejam os de outras épocas, como, aliás, as pesquisas não se cansam de constatar. Para ficar só na moda, o que querem eles: a volta do terno e gravata dos fundadores da UNE ou dos cabelos desgrelhados e da bolsa e das sandálias de couro do bicho-grilo? Mas, não é só a moda. O estilo num sentido mais amplo, a linguagem, as relações, inclusive as de trabalho e as sexuais, tudo, enfim, está em permanente transformação, para melhor ou pior, dependendo do ponto de vista. Como é que a UNE, uma das mais antigas instituições republicanas, poderia permanecer inalterada?

Referindo-se a pesquisas da década de 90, a antropóloga Alba Zaluar observou que “os valores dos adolescentes brasileiros são típicos da sociedade americana”, o que a levou a concluir que “essa geração corre o perigo de retroagir nas conquistas das outras gerações e cair na

barbárie”. Para compensar, ela fez uma constatação positiva: “Nos anos 70, havia projetos políticos, utopia de mudar para melhor... Hoje, a preocupação vai além da política. O jovem pensa nas questões étnicas, nas minorias, na ecologia, no planeta” (De olho no futuro, rebelde como antes, *Jornal do Brasil*, Caderno Vida, 19 nov. 2000, p. 2).

O que não muda nem mudará, porque vem desde a criação, pelos próprios estudantes, da primeira universidade laica, em Bolonha, na Itália, em 1088, é o poder jovem de rebeldia, contestação e idealismo. Este poder de sonhar que leva a UNE a continuar depositando as maiores esperanças em Lula e a incentivá-lo a extrapolar os limites do possível. Também na política econômica.

Rio, junho de 2004

DOCUMENTÁRIO

CARTA-RESPOSTA DA ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DOS ESTUDANTES À MENSAGEM DA UNE EM PROL DA PAZ E DA NEUTRALIDADE

Caros colegas: sentimo-nos imensamente felizes ao receber o vemente apelo dos estudantes brasileiros à mocidade das Américas em prol da paz e da neutralidade. Os sentimentos e a determinação que tão bem expressaram são profundamente sentidos pelos estudantes e pela mocidade de todo o mundo. No mesmo dia da chegada à nossa sede do apelo aos colegas do Brasil, recebemos também comunicação da Inglaterra, de que o mais amplo e o mais representativo dos congressos estudantis já realizados pela União da Inglaterra (Nacional Union of Students of England) votou uma declaração, afirmando que a guerra não é do interesse de nação alguma, e os estudantes ingleses condenaram, também, o imperialismo, e votaram pela independência da Índia. Escreveram-nos, também, os estudantes árabes da Palestina, manifestando sua lealdade à luta mundial dos estudantes contra o imperialismo e a guerra. Vocês, provavelmente, ouviram algo da grande manifestação dos estudantes norte-americanos contra a guerra, aqui realizada, no dia 19 de abril, da qual participaram um milhão de estudantes. Os estudantes hindus responderam 100% ao chamado da Federação dos Estudantes de Todas as Índias e no dia 26 de janeiro – Dia da Independência – manifestaram-se pela independência da Índia e contra a guerra imperialista. Nas Ilhas Filipinas, uma nova organização de estudantes foi formada – a União dos Estudantes das Filipinas – proclamando sua decisão de lutar pela paz, pela liberdade e pelo progresso. A exilada União Nacional dos Estudantes de Espanha, agora no México, está continuando as tradições progressistas da Re-

pública, e apela para a solidariedade dos estudantes de todo o mundo, com o fim de ajudá-los a aliviar a miséria dos seus compatriotas que se acham internados nos campos de concentração, na França, e a trazer parte deles para o Novo Mundo. Os estudantes chineses, é claro, não descansam um só momento na sua luta heróica contra a dominação imperialista.

Esperamos que continuarão a manter contato conosco. Estamos reimprimindo a maior parte do apelo da União Nacional dos Estudantes do Brasil no nosso próprio boletim, e gostaríamos de receber outras notícias. Achamos, como os estudantes em toda a parte o acham, que a luta pela paz, pela liberdade e pela cultura diz, profundamente, aos seus sentimentos e é uma grande felicidade saber que os que assim pensam são muitas dezenas de milhares em todo o mundo.

Esperamos ouvir os colegas de novo, e em breve, e muitas vezes ainda. Congratulações pelo esplêndido apelo.

Fraternalmente

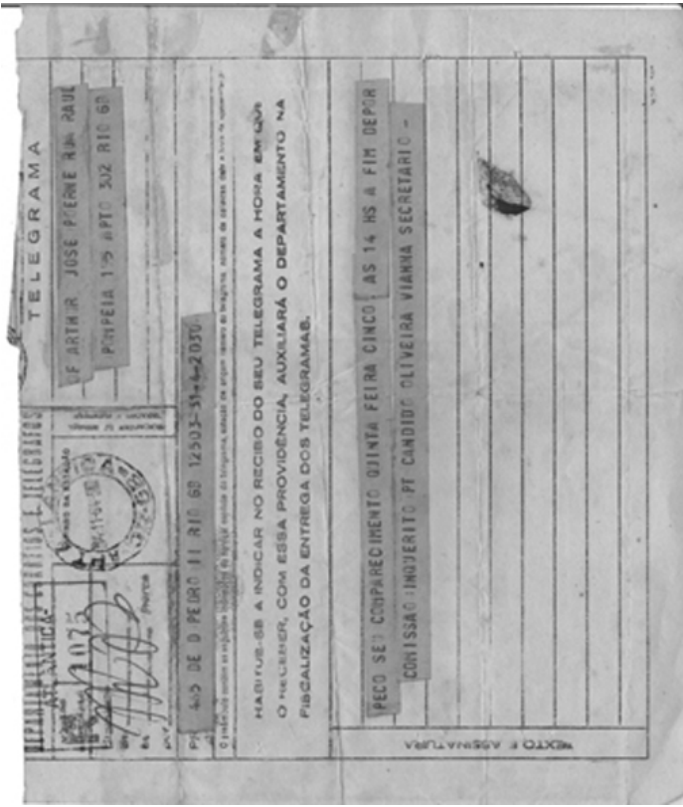
Helen L. Simon
Secretária
World Student Association
874, Broadway, Room 504
New York City, USA

(*Relatórios da União Nacional dos Estudantes*, 1939-1940, UNE, Rio, jul. 1940, p.112.)

A REPRESSÃO NA FND



“Comunico congregação resolveu suspendê-lo 30 (trinta) dias mais 5 (cinco) meses afastamento, ficando sua entrada proibida faculdade até liberação superior Candido de Oliveira Vianna” – A defesa da Constituição e da democracia era punida com suspensão na Faculdade Nacional de Direito.



“Peço seu comparecimento quinta feira cinco às 14 hs a fim depor comissão inquerito. Candido Oliveira Vianna - Secretário.” – O autor não escapou da repressão ao Caco, na FND

PROIBIÇÃO DE LIVROS

Justiça veta vinte livros

Da Sucursal de BRASILIA

O ministro da Justiça mandou apreender e proibir a circulação em todo o País de 20 livros aos quais o prof. Alfredo Buzaid vê configurada a propaganda subversiva. A ordem de apreensão e proibição é dada "sem prejuízo da ação penal" contra os responsáveis pelos livros. Os livros foram encaminhados pelo DPF para que o Ministério da Justiça verificasse se os mesmos continham material ofensivo à moral e aos bons costumes, sujeitos a encadernamento no decreto 1.700. O ministro, porém, em seu despacho, esclareceu que não havia ofensa à moral e aos bons costumes e sim propaganda subversiva, cabendo o encaminhamento no decreto 898 de 1969.

E a seguinte a relação dos livros proibidos: 1) Meu amigo Che, de Ricardo Kojá; 2) História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré; 3) Textos, de Ernesto Guevara; 4) "Opções da Revolução na América Latina"; 5) "O poder jovem", de Arthur José Poerner; 6) "Os condenados da Terra", de Frantz Fanon; 7) "Socialism in Cuba" de Leo Huberman e Paul H. Sweezy; 8) "Mi experiencia cubana", de Ezequiel M. Estrada; 9) "Lucha armada-fuerza armada", de Nguyen Giap; 10) "Obras escogidas", de Mao Tsé Tung; 11) "El Derecho de Rebelarse", de Vicente Rovette; 12) "Apuntes sobre una experiencia guerrillera", de Hector Bejar; 13) "Estrategia de la guerrilla urbana", de Abraham Guillen; 14) "Socialismo y el Hombre en Cuba", de Ernesto Guevara; 15) "Guerra de guerrillas en Vietnam", de Hoang Van Thai; 16) "Resolucion politica del Partido Comunista de Colombia"; 17) "Guerra del pueblo — Ejercito del pueblo", Nguyen Giap; 18) "Citações do presidente Mao Tse Tung"; 19) "Pallo da Co-branca das rendas"; 20) "Esculturas de barro" (os dois últimos editados pela China em 68).

O ESTADO DE SÃO PAULO, 1969

ACORDO MEC-USAID PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

“São partes do presente convênio o Ministério da Educação e Cultura, atuando através da Diretoria do Ensino Superior, o representante do governo brasileiro para a Cooperação Técnica e a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (Usaid-Brasil), com a participação do Conselho Federal de Educação.

I – SITUAÇÃO ATUAL

Dados informativos disponíveis revelam a existência de uma série de problemas no sistema de ensino superior no Brasil. Incluem-se entre esses problemas:

- a) baixo índice de matrículas – apenas 2% da faixa etária de 18 a 24 anos acham-se matriculados em instituições de ensino superior;
- b) o baixo rendimento – apenas cerca de 22.000 (vinte e dois mil) estudantes graduam-se em cursos de formação universitária;
- c) requisitos rigorosos de admissão – normalmente, mais da metade dos candidatos que aspiram ingressar nas universidades não estão em condições de satisfazer às exigências estabelecidas, embora ocorra, concomitantemente, considerável número de vagas nas classes correspondentes ao primeiro ano (doze mil, em 1963);
- d) um currículo pouco flexível constituído de áreas disciplina-

O poder jovem foi um dos primeiros livros oficialmente proibidos pela ditadura

res sensivelmente fragmentadas e, com frequência, parcialmente coincidentes;

- e) ausência de um sistema de testes e serviços de orientação e informação de estudantes;
- f) corpos docente e discente funcionando em regime de tempo parcial – o que conduz a um ensino deficiente, um aproveitamento limitado e a poucas atividades de pesquisa;
- g) insuficiência de espaço e de equipamento, particularmente no que tange a requisitos especiais como aparelhamento de laboratório e auxílios audiovisuais;
- h) livros e textos e materiais de consulta limitados;
- i) concentração de alunos em cursos que não se relacionam à demanda de mão-de-obra no Brasil. Exemplo: existem mais alunos matriculados em cursos de Direito do que em qualquer outro curso, quando o Brasil já dispõe de um número elevado de advogados; de outra parte, cursos como Agronomia, Engenharia, Geologia, Matemática, Física, Química e Ciências Sociais, setores em que se verifica sensível demanda de profissionais de nível superior, contam com um reduzido número de matrículas;
- j) estruturas obsoletas de organização e processos administrativos ineficientes, o que não permite ao ensino superior produzir o impacto de seu potencial máximo sobre o desenvolvimento geral do país;
- l) ausência de um planejamento global de longo alcance que norteie a futura expansão e o aperfeiçoamento interno do sistema de ensino superior no Brasil.

II – FINALIDADES

A finalidade do presente convênio é o lançamento de bases sólidas para uma rápida expansão e uma fundamental melhoria do atual sistema de ensino mediante:

- 1) a elaboração de uma série inicial de planos executáveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino supe-

rior, abrangendo os próximos cinco anos;

- 2) criação de um mecanismo para desenvolver planos a curto e a longo prazos;
- 3) criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional, cujo treinamento e experiência os capacite a levar adiante, para o Ministério, esse planejamento em bases contínuas e progressivamente mais adiantadas.

III – RESPONSABILIDADES

A – O Ministério, por este instrumento, defere à Diretoria a atribuição de executar em termos do presente convênio e concorda em:

- 1) designar pelo menos cinco educadores brasileiros de alto nível para formar um grupo de planejamento permanente que funcionará em regime de tempo integral e junto ao Ministério, em colaboração com os assessores da Usaid, na execução dos objetivos deste projeto;
- 2) custear os salários, viagens, em território brasileiro, e outras despesas eventuais relativas aos serviços desses profissionais brasileiros;
- 3) cooperar com os assessores da Usaid na formulação e execução de um plano detalhado para a consecução das finalidades deste projeto;
- 4) fornecer instalações adequadas de escritório e secretárias bilingües e outras formas de assistência complementar aos assessores da Usaid;
- 5) assegurar a manutenção dos salários bolsistas, selecionados de comum acordo, que venham a ser enviados aos Estados Unidos ou a outros países, que não o Brasil, para receber treinamento.

B – A Usaid-Brasil, por este instrumento, defere ao seu Departamento de Recursos Humanos a atribuição de executar os termos deste convênio e concorda em:

1) fornecer custeio dos serviços dos assessores da Usaid, conforme se indica no Bloco 8 da primeira folha do presente convênio;

2) promover um contrato com instituições técnicas competentes dos Estados Unidos, com vistas a obter os serviços profissionais de cinco assessores educacionais para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros, durante um período de 24 meses, e outros consultores em regime de curta duração, conforme necessário;

1) custear as viagens em território brasileiro e outras despesas de caráter eventual, referentes aos serviços desses assessores, ressalvada a disposição do item III-A-4 acima;

2) proporcionar orientação geral e normativa aos assessores da Usaid; e

3) complementarmente às partes comprometidas nos termos do Convênio presente e dependendo da disponibilidade de verbas e da existência de candidatos habilitados, fornecer recursos adicionais para custeio de treinamento de bolsistas que se tenham candidatado e sido selecionados de comum acordo.

IV – DISPOSIÇÕES GERAIS

A equipe de assessores norte-americanos e a equipe de técnicos em planejamento que deverão servir junto ao Ministério constituirão, reunidos, a Equipe de Planejamento do Ensino Superior, envolvendo os seguintes setores:

- 1) Análise em profundidade do atual sistema de ensino brasileiro superior;
- 2) Determinação do que poderia constituir um sistema ideal de ensino superior no Brasil;
- 3) Confronto dessas características ideais com as necessidades admitidas, de forma a chegar a um plano de longo alcance para desenvolvimento do sistema;
- 4) Planejamento das medidas necessárias à execução do plano

mediante a efetivação, por etapas, de reformas desejáveis do sistema;

5) O esforço planejador será orientado no sentido de garantir um equilíbrio essencial de análise e ação, de forma que a fixação analítica de metas adequadas ao ensino superior seja acompanhada de perto pela ação executiva que a sua efetivação exige. Metas específicas serão fixadas em termos de:

5.1) necessidades globais de desenvolvimento econômico, social e cultural do Brasil, que se refletem na demanda de elementos, qualificados, de formação universitária, nos diversos setores culturais e profissionais;

5.2) necessidades globais de desenvolvimento dos sistemas universitários que refletem os números, tipos, portes, localizações geográficas e especialidades funcionais de instituições reclamadas pelo sistema para atender às necessidades do desenvolvimento do Brasil;

5.3) tipos de currículos, métodos didáticos, programas de pesquisas e serviços de orientação e informações de estudantes que permitam o máximo de eficiência na obtenção das categorias desejadas de elementos de formação universitários;

5.4) tipos de estruturas de organização e de procedimentos administrativos que se fazem necessários para garantir o máximo de eficiência no funcionamento das instituições brasileiras de ensino superior;

5.5) totais projetados e formas de provimento dos quadros de pessoal, inclusive dos quadros administrativos, corpos docentes, equipes de quadros burocráticos para o cumprimento dos programas universitários nos termos de estrutura de organização recomendada;

5.6) instalações necessárias, inclusive previsões globais de espaço indispensáveis à adequada execução dos programas universitários preconizados;

5.7) requisitos financeiros, tanto em termos de capital, quanto de operação, inclusive prioridades recomendadas, moni-

tantes e fontes, para financiamento adequado de todo o sistema de ensino superior;

5.8) legislação complementar necessária à realização das re-formas didáticas e administrativas que se exigem e facilitam a criação de um sistema de ensino superior eficaz e coordenado, plenamente em condições de atender aos reclamos do rápido desenvolvimento do país.

A Equipe de Planejamento do Ensino Superior recomendará nomeação de comitês e comissões constituídos por elementos dos quadros administrativos universitários, corpos docentes, discentes, grupos de líderes de comunidade e outras entidades e órgãos que a equipe julgar necessários ao conveniente estudo de áreas-problemas, sistematização de planos propostos e consecução das metas visadas. Em cada área-problema, o objetivo visado será o de colaborar com o grupo de brasileiros que terá a seu cargo a responsabilidade última de promover implantação das reformas necessárias, de sorte a assegurar a sua efetiva participação no processo do estudo e na formulação de planos exequíveis para atingiras metas colimadas. Destarte, o produto final do esforço planificador deverá constituir-se não apenas numa série de planos de grande amplitude, como também de uma equipe permanente de técnicos de planejamento habitados, dentro do Ministério, como também de um eficaz mecanismo de execução nos comitês e comissões que funcionam dentro do próprio sistema de ensino superior”.

23 jun. 1965

CARTA ABERTA À POPULAÇÃO HOJE, CONSENTE QUEM CALA

Basta de prisões. Basta de violências. Não mais aceitamos mortes como as de Vladimir Herzog (jornalista e professor), Manuel Fiel Filho (operário) e Alexandre Vanucchi Leme (estudante, que é hoje nome do DCE da USP).

Não aceitamos que as autoridades maltratem e mutilem nossos companheiros. Não queremos aleijados heróis como Manuel da Conceição.

Hoje viemos à ruas para exigir a imediata libertação de nossos companheiros operários – Celso Brambilla, Márcia Basseto Paes, José Maria de Almeida e Adamir Marini – e estudantes – Fernando Antônio de Oliveira Lopes, Anita Maria Fabri, Fortuma Dwek, Cláudio Júlio Gravina – presos sob a alegação de subversão.

Hoje, neste país, são considerados os que infringem a Lei de Segurança Nacional, instrumento jurídico que justifica a repressão contra os mais legítimos movimentos da população.

Queremos falar contra os que nos oprimem, por meio da exploração econômica, da violência política e da violência policial, é através de sindicatos e entidades livres, de nossas organizações independentes.

Na Universidade de São Paulo e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, os estudantes criaram as suas entidades livres (os Diretórios Centrais de Estudantes – DCEs Livres da USP e da PUC). Livres, porque não nos submetemos às leis impostas pelas autoridades que não querem aceitar eleições livres e diretas,